

EVALDO AMARO VIEIRA

ESTADO E CONDIÇÕES DE VIDA NO BRASIL (1951 - 1967)

Tese apresentada à Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Professor Livre-Docente em História da Educação.

CAMPINAS-1981.

UNICAMP

A morte, porém, mais piedosa, acabou com essa triste comédia de administração e da lei, enterrando na cova o proletário.

João Mangabeira.

Os tempos de máxima opressão são aqueles em que quase sempre se fala de causas grandiosas. Em tais épocas, é necessário ter coragem para falar de coisas pequenas e mesquinhas como a comida e a moradia dos que trabalham...

Bertolt Brecht.

ÍNDICE

	Pág.
<u>INTRODUÇÃO</u>	5
 <u>CAPÍTULO I:</u> O TRABALHO DE GETÚLIO VARGAS E AS REIVINDICAÇÕES POPULARES	14
1. A Volta e a Queda de Vargas	14
2. Os Limites do Nacionalismo Econômico	29
3. O Progresso Social Conforme o Trabalho de Vargas:.....	42
Educação	43
Saúde Pública	50
Previdência Social	56
Assistência Social	59
Habitação Popular	60
Conclusão do Capítulo	68
 <u>CAPÍTULO II:</u> O DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHEK E A CRIAÇÃO DO PAÍS DO FUTURO	70
1. Da Posse Intranquila à Defesa da Ordem Vigente	70
2. Os Caminhos do Desenvolvimento Juscelinista	90
3. O Bem-Estar Social no Governo de Kubitschek	111
Educação	114
Saúde Pública	132
Previdência Social	138
Assistência Social	139
Habitação Popular	140
Conclusão do Capítulo	147
 <u>CAPÍTULO III:</u> JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART: DA MORALIZAÇÃO ÀS REFORMAS DE BASE	150
1. Jânio e Goulart: Dois Mandatos Interrompidos	150
2. A Luta Contra o Subdesenvolvimento	175

3. A Justiça Social Conforme Jânio Quadros e João Goulart	187
Educação	189
Saúde Pública	200
Previdência Social	206
Assistência Social	207
Habitação Popular	208
Conclusão do Capítulo	212

CAPÍTULO IV: O MOVIMENTO DE 1964 E AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 215

1. O Marechal na Presidência da República: Castelo Branco (E Sucessores)	215
2. Indicações Sobre o Movimento de 1964: Desenvolvimento Para Quem ?	232
Palavras e Planos	232
Expansão do Capitalismo e Preço da Sobre- vivência	239
3. Indicações Sobre o Movimento de 1964: Como Ficaram as Necessidades da População Brasileira ?	243
Educação	243
Saúde Pública	250
Previdência e Assistência Social	254
Habitação Popular	257
Conclusão do Capítulo	261

CONCLUSÃO: DO CONTROLE DA POLÍTICA À POLÍTICA DO CONTROLE.. 264

BIBLIOGRAFIA 270

INTRODUÇÃO

1. ESCLARECIMENTOS SOBRE O ASSUNTO E OS CONCEITOS

Convivendo-se e observando-se a situação de vida do brasileiro ao longo de diversos governos, é comum manifestar-se inquietação com as permanentes e progressivas dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população. Promessas, planos, discursos, mudança de regime político, demonstrações de eficiência econômico-administrativa, propaganda, tudo tem irrompido diante do povo brasileiro, sem trazer alento e melhoria da existência para aqueles que disto mais carecem a cada momento.

Partindo-se destas preocupações, evidentemente muito se pode pensar, seja em termos de soluções para as perenes crises anunciadas em toda ocasião propícia, seja até mesmo em relação aos limites de resistência de determinadas camadas mais humildes da população. Enfim, é possível também concluir-se que tudo isso não passa de simples fantasia, decorrente da tolice de quem não vê uma realidade muito venturosa e aprimorada aos poucos.

Naturalmente não se tem a pretensão de responder ao conjunto deste universo de perplexidades ou de certezas, mas tão somente passar por exame as diferentes políticas sociais acaso adotadas pelos governos do Brasil, no período compreendido entre 1951 e 1967. No decorrer deste estudo, por certo ainda despontarão as dimensões de certas crises nacionais e de determinados infortúnios que têm afligido grande parte dos brasileiros. Colocando de lado aquelas visões contraditadas pela própria experiência do dia a dia, esta exposição procurará enfocar principalmente algumas alterações ocorridas nas condições de vida do País, dentro do espaço de tempo já indicado.

Entende-se que a política social, um dos pontos centrais deste estudo, consiste numa estratégia utilizada pelo Estado brasileiro. Trata-se de estratégia voltada para o chamado desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para

atuar na correlação de forças sociais, seguindo as determinações daquele desenvolvimento. Considera-se, portanto, que qualquer política social aplicada pelo governo representa de certa maneira as relações entre o Estado e a Economia, durante a época em questão. Assim como a política econômica, também a política social revela, em seu nível lógico e em seu nível histórico, as transformações havidas nas relações de apropriação econômica e no exercício da dominação política, presentes na sociedade brasileira.

Compondo uma unidade, tanto a política econômica quanto a política social podem expressar mudanças nas relações entre as classes sociais ou nas relações entre distintos grupos sociais, existentes no interior de uma só classe. De outra parte, através de ambas aquelas políticas, é possível evidenciar-se a atuação do Estado no sentido de incentivar e ampliar o capitalismo monopolista no Brasil. Porém, embora constituindo um todo, elas formalmente se distinguem e às vezes dão a enganosa impressão de que tratam de coisas bem diferentes.

Acompanhando perspectiva fragmentadora e um tanto abstrata da realidade social, a política social tem servido para designar diretrizes referentes à Educação, à Saúde, à Previdência Social, às condições de Trabalho e de Lazer, à Habitação e à Assistência Social. Por vezes, certas formulações de política social estão absolutamente desligadas de qualquer teoria política e de qualquer determinação histórica(1). Neste estudo, onde se analisam as várias políticas sociais porventura postas em prática pelos governos brasileiros de 1951 até 1967, visa-se a tratar sobretudo de algumas mudanças verificadas nas condições de vida dentro do País. Considera-se aqui tais condições a partir das áreas da Educação, da Saúde Pública, da Habitação Popular, da Previdência Social e às vezes da Assistência Social.

(1) Cf. Vieira, Evaldo A. - "Estado e Política Social". Revista Educação e Sociedade. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, nº 2, pp. 82, 83, 1979.

No Brasil, a que se dirige esta exposição, não se pode falar de política social sem remeter-se à questão do desenvolvimento econômico. No âmbito do capitalismo, tal desenvolvimento representa transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo de acumulação particular de capital. A situação favorável a este desenvolvimento é gerada não somente pela denominada iniciativa privada, mas também pela atuação do governo (2). Portanto, sendo fundamental a participação do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento econômico, facilmente se percebe a relevância das várias políticas adotadas por ele, em especial a nível econômico e a nível social.

Tal Estado tem-se organizado através de Constituições que instituíram os chamados três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), ao menos durante a existência da República. Assim, inspiradas em muitos elementos pertencentes ao ideário da liberal-democracia, estas Constituições comumente consagraram a presença dos três poderes independentes e harmônicos da República, bem como em geral aderiram ao princípio da soberania popular, ao regime representativo e à noção de federação. Ora, muito já se disse acerca do desrespeito a estes preceitos constitucionais, e também a outros tantos, ao longo da História Republicana do Brasil. É preciso ressaltar, no entanto, que de qualquer modo a prática revelou a supremacia do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo e sobre o Poder Judiciário, principalmente depois de 1930.

No Brasil, sobretudo os anos posteriores a 1930 assistiram a uma produção teórica de origem variada, cujo tema central eram as reformulações do Poder Executivo. Na verdade, tais obras não passavam de resposta intelectual à situação política nacional, caracterizada pelo predomínio bem marcante do Poder Executivo. Dizia-se que este Poder constituía um dos componentes mais importantes da República, funcionando, por isto mesmo, como um elemento privilegiado de ava

(2) Cf. Ianni, Octavio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 6.

liação das condições do Estado. Ultrapassada a época de superioridade do Poder Legislativo, afirmava-se que as novas condições históricas e sociais conduziram ao fortalecimento do Executivo. E, para confirmar isto, mostrava-se que, mesmo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a irrupção de conflitos acabava por dar poderes extraordinários a ele, aliás também normalmente vitorioso em seus atritos com o Legislativo e com o Judiciário (3).

No caso brasileiro, a própria evolução histórica (em cujo âmago quase sempre esteve presente a crise de hegemonia) levou à primazia do Executivo, em particular depois de 1930. De um lado, as Constituições republicanas de 1891, de 1934, de 1937, de 1946, de 1967 e de 1969 estabeleceram invariavelmente os três poderes do Estado. De outro lado, deu-se a pregação ideológica em favor da supremacia do Executivo. Mas a verdade é que ele encontrou meios, legítimos ou não, para quase monopolizar os centros de decisão e para obrigar o cumprimento de suas deliberações. Em certas ocasiões, o Poder Executivo tomou suas decisões e exigiu sua execução, submetendo-se a uma Constituição nascida de órgão popular representativo e sujeitando-se aos princípios da legalidade da administração e da garantia dos direitos e liberdades fundamentais. É preciso dizer, porém, que isto não tem sido a situação rotineira, no Brasil.

Em virtude da enorme capacidade de ação por parte do Executivo, inclusive quando o Poder Legislativo está em funcionamento, ao falar-se do governo, normalmente se quer referir às funções executivas. Afinal, uma resolução originada do Legislativo apenas poderá realizar-se plenamente ao harmonizar-se com o gosto, os interesses, a conveniência ou a intenção do Poder Executivo, que se compõe de órgãos técnico-administrativos e que possui recursos humanos e materiais, capazes de concretizar qualquer decisão. Acrescente-se a isto o fato de que este Poder concentrou ainda notáveis possibilidades de deliberação. Assim, o governo, como tem sido entendi

(3) Cf. Motta Filho, Cândido - *O Poder Executivo e as Ditaduras Constitucionais*. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Phoenix, 1940, pp. 7, 14, 15, 26, 27, 30, 36, 41, 42, 47, 52, 53, 57, 60, 81 a 83, 95 a 97, 101, 102, 111 a 113, 148, 149, 152.

do o Executivo, criou e cria condições básicas para o processo de acumulação privada de capital, regulando e agindo juntamente com a chamada iniciativa particular.

Especialmente a partir de 1930, o governo brasileiro exerceu seu forte domínio não somente no âmbito da política econômica, como também no campo da política social, alargando cada vez mais seus recursos para operar nestas áreas. No que diz respeito à política social, se concebeu e se pôs em prática aos poucos um conjunto de instrumentos legais, com a finalidade de permitir que as camadas populares conseguissem reclamar perante o Estado a satisfação de seus direitos. Até mesmo aquilo, que se vinha denominando de "questão social", se transfigurava em questão legal. Desta maneira, o que aconteceu com a política econômica, em certo sentido igualmente se deu com a política social. Também neste campo, o governo munuiu-se de apoio jurídico, de amparo financeiro e de toda uma burocracia habilitada a manipular novos objetivos, novos procedimentos e novas técnicas.

Com o correr dos anos, tal burocracia governamental, voltada para a formulação e para a aplicação da política social, tornou-se pouco a pouco mais complexa. Tendo-se avolumado quantitativamente, através de organismos de todos os níveis de importância dentro do Poder Executivo, esta burocracia veio a receber ainda eflúvios da mentalidade tecnocrática e científica, a fim de exibir maior modernidade e eficiência. Pode-se dizer, portanto, que a superioridade do Executivo se fez acompanhar da ampliação da burocracia responsável pela elaboração e pela execução da política social, e também da política econômica, cuja importância parecia a cada dia mais evidente.

Obedecendo aos fins fixados nesta Introdução, um estudo como este não pretende, não acha necessário, nem consegue analisar todas as peculiaridades da política social brasileira, ao longo dos anos de 1951 a 1967. Por certo, durante a exposição poderá ser notada uma seqüência histórica, sobretudo destinada a permitir melhor discussão de alguns aspectos da política social, talvez aqueles que venham a pôr um pouco mais às claras as condições de vida no Brasil, den

tro do espaço de tempo já escolhido. Por conseguinte, não há o desejo de alcançar a reconstrução histórica de forma acabada, nem mesmo de conjugar todos os elementos por vezes fundamentais para isto.

Este estudo certamente apresenta acontecimentos e idéias, dentro de uma seqüência histórica, com o propósito enfim de tratar especialmente de algumas modificações nas vidas nas condições de vida dentro do País, de 1951 até 1967. Para tanto, ele se detém nas áreas da Educação, da Saúde Pública, da Habitação Popular, da Previdência Social e às vezes da Assistência Social. Naturalmente, a necessidade de abrir outros horizontes, para explicação das tendências presentes em tais áreas, impediu que se ficasse apenas nas discussões, nas deliberações e nos resultados referentes a elas. Assim, pois, além disto, no decorrer da exposição alude-se a matéria bem variada.

De uma parte, dentre outros pontos, fala-se de lutas políticas, de partidos políticos, de eleições, de tentativas de golpe de Estado, de consumação de golpe de Estado, de chefes militares e de discursos principalmente presidenciais ou ministeriais, bem como se remete às relações entre classes sociais ou entre grupos distintos dentro da mesma classe. De outra parte, em meio a temática particularmente extensa, mencionam-se medidas econômicas, planos, conseqüências de suas aplicações e reações a elas. Tanto quanto possível, se procurou encaminhar o estudo no sentido de desembocar no exame da política social brasileira, nas áreas já especificadas e na época já apontada.

O universo histórico dessa exposição cinge-se ao período compreendido entre 1951 e 1967, ao menos em princípio. Indiscutivelmente, existem inúmeros motivos para começar-se antes de 1951 e para avançar-se além de 1967. Uns talvez optariam por principiar em 1930, data tida como fundamental nas pesquisas de caráter sócio-histórico. Não são desconhecidas as múltiplas razões para isto, das quais se destacam as profundas transformações ocorridas na sociedade e no Estado brasileiros. Alguns ainda porventura elegeriam o ano de 1945 para iniciar análise deste tipo, porque sem duvida aí aconteceu o advento da nova fase de liberal-democracia no Brasil, com todos aqueles ingredientes populistas e

nacionalistas mais ou menos divulgados. Neste caso, não se pode negar a procedência das alegações relacionadas com tais fatos, e também com outros tantos.

Igualmente, há volumosa justificativa para ultrapassar-se a marca de 1967, embora no período examinado se inclua o Golpe de Estado de 1964, verdadeiro prenúncio de tempos bem diferentes em quase todos os aspectos da realidade brasileira. É óbvio que muita coisa ocorreu depois de 1967, e o que ocorreu tem relevância, em qualquer ângulo de análise. Por isto, não se quer relegá-lo dentro do possível, se usando a forma de indicações, neste caso. Também aqui não se pode recusar a validade dos argumentos neste sentido.

Todavia, a escolha do espaço de tempo compreendido entre os anos de 1951 e de 1967 não decorreu somente da exigência de delimitar-se determinado período, estabelecendo-lhe proporções razoáveis para ser estudado. A escolha deu-se ainda em virtude da riqueza da época, em especial favorável a um estudo desta natureza. No final de janeiro de 1951, tinha início o segundo governo de Getúlio Vargas, num momento de grande vitalidade do populismo, do nacionalismo e das pressões das camadas populares sobre o poder político. Regressava assim Vargas à chefia do Poder Executivo, agora por meio de eleição, usufruindo de alianças articuladas no passado e valendo-se da força das reivindicações de grande parte da população, sobretudo urbana.

O ano de 1951 exprimiu, portanto, um dos instantes mais significativos do populismo no Brasil, naquela ocausão manejado com sucesso por seu principal idealizador, em ambiente dominado pelas regras da liberal-democracia. Mas tal ano significou igualmente o começo de novo surto de nacionalismo econômico e, acima de tudo, a tentativa de responder às necessidades populares, manifestadas particularmente nos centros urbanos. Percorrendo certos aspectos dos governos de Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros e de João Goulart, relacionados com o assunto em questão, este estudo segue até o ano de 1967, ainda lançando indicações para além dele. Nesta data, encerra-se o governo de Castelo Branco, diretamente nascido do Golpe de Estado de 1964. A esta altura, pois, é fácil perce

ber-se as novas orientações do que se tem chamado de Movimento de 1964. É também possível destacar-se as conseqüências nas condições de vida no País, da aplicação da nova política econômica e da eventual execução da nova política social, por parte do governo de Castelo Branco.

Enfim, se deve notar que a exposição privilegia sobretudo a análise de conjunturas, sempre que possível mostrando situações históricas bem definidas, onde se relacionam distintos grupos sociais. Tais situações, no entanto, constituem espaços de tempo um pouco breves, embora sem dúvida revelem de certa maneira elementos estruturais, presentes no processo de desenvolvimento histórico do Brasil.

2. PALAVRAS SOBRE A EXPOSIÇÃO

Quem deseje levar adiante um estudo como esse, tem naturalmente de enveredar por caminhos nem sempre tranquilos e de empreender tarefa nem sempre fácil. Afinal, descrever acontecimentos e idéias de forma clara e coerente, para realizar a análise pretendida, às vezes representa esforço apenas relativamente bem-sucedido.

Mas, apesar disso, se pretende apresentar uma exposição tão ordenada e compreensível quanto possível, lançando-se mão de textos de mais variada espécie. De um lado, são utilizados livros, artigos, pesquisas e demais escritos, normalmente voltados para o assunto em exame, ou de algum modo capazes de esclarecer-lhe certos pontos. De outro lado, vale-se de uma série de documentos, tais como relatórios, planos, manifestos, atos, discursos e entrevistas, em geral produzidos ou orientados pelas mesmas pessoas comprometidas com a situação ou com a questão em análise.

É preciso lembrar que, às vezes, muitas dessas pessoas reproduzem com alguma fidelidade o modo de pensar e de agir de seus grupos sociais. Tomando-as como meras formuladoras de idéias, como meras arquitetas de decisões, ou como meras inspiradoras de planos, seria o caso de parar-se na simples anotação dos seus traços peculiares e isto parecia bastar.

Considera-se aqui, no entanto, tais pessoas como expressão de um grupo social, que se pode revelar também por intermédio de las.

Eis aí fundados motivos por que, em inúmeras oportunidades, se apela para citações às vezes amplas. Longe de elaborar-se uma montagem de textos, o que acima de tudo se busca é dar vigor à exposição, permitindo que pessoas significativas se apresentem durante a evolução deste trabalho.

Este estudo comporta quatro etapas, sem contar-se a presente Introdução. Na primeira etapa, são examinados alguns aspectos da luta política e da política econômica, de lineados ao longo do segundo governo de Getúlio Vargas, visando a recolher em seguida as principais diretrizes e os resultados marcantes de sua política social. Na segunda etapa, o mesmo se faz com relação ao governo de Juscelino Kubitschek, enquanto na terceira etapa também se repete igual orientação para os governos de Jânio Quadros e de João Goulart. Na quarta e última etapa do estudo, ainda se torna a realizar a mesma coisa quanto ao governo de Castelo Branco, oriundo do denominado Movimento de 1964. Em continuidade, pretende-se encaminhar determinadas conclusões, especialmente sobre a política social do período compreendido entre 1951 e 1967.

Parece certo que as fases da exposição somente se separam no plano de pesquisa. Durante sua concretização não há possibilidade às vezes de cumprir fielmente as delimitações, seguindo à risca o planejado. Enfim, talvez seja interessante observar que intencionalmente, em muitas ocasiões, se opta por terminologia nem sempre a mais precisa, embora a apropriada a leitores de formação diversa.

CAPÍTULO I

O TRABALHISMO DE GETÚLIO VARGAS E AS REIVINDICAÇÕES POPULARES

1. A VOLTA E A QUEDA DE VARGAS

A eleição de 3 de outubro de 1950 deu a Getúlio Vargas 48,7 por cento da votação total, promovendo-o à Presidência da República com quase maioria absoluta dos votos. Apesar disto, sua posse nem sempre foi inquestionável. Logo a UDN levantou a dúvida de que a Constituição de 1946 impunha ao candidato vencedor a maioria absoluta dos votos na eleição presidencial, procurando principalmente o amparo da imprensa e dos militares. A posse de Vargas ocorreu, no entanto, a 31 de janeiro de 1951 quando sucedeu ao General Eurico G. Dutra no cargo de Presidente da República, depois de sua vitória ter sido proclamada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Da parte dos militares, mesmo com as adesões à contestação da UDN, Vargas recebeu sustentação do Clube Militar, beneficiando-se também com a neutralidade do General Dutra e das Forças Armadas. Afinal, já ao nascer, a candidatura de Getúlio fora admitida pelos militares, ao menos segundo as palavras do General Góes Monteiro.

Regressava Vargas, assim, à Presidência da República, cujas funções exercera anteriormente, durante o período compreendido entre 1930 e 1945. Neste período, as camadas mais humildes da população brasileira tinham visto surgir a possibilidade de reclamar perante o Estado o cumprimento de seus direitos. A chamada "questão social" tornara-se questão legal, sobretudo em virtude do aparecimento da legislação trabalhista, uma das principais preocupações de Getúlio por ocasião de seu primeiro governo. Afastado do poder em 1945, Vargas recobrou em 1951 a liderança das massas populares, pretendendo ocupar o novo cargo em nome delas. Naturalmente, a partir de 1945 as condições reais de exercício da direção do Estado tinham-se al

terado profundamente, de modo especial devido ao envolvimento das massas populares na luta política, gerando forte pressão sobre o poder.

Sem dúvida, os anos posteriores a 1945 acabaram mostrando que a participação das camadas populares no jogo político realizado nas cidades determinou maior aprimoramento no mecanismo de conservação do poder. Por isto, já não bastava a solução de compromisso que fora concebida após 1930, quando então o Estado passou a significar o equilíbrio entre interesses de inúmeros grupos sociais. Já não era suficiente a imagem do Chefe da Nação, construída depois de 1930, em que ele parece situar-se acima dos demais, agindo de forma relativamente autônoma. Já não satisfazia aos novos tempos o mero reconhecimento do papel político das massas populares estabelecidas nas regiões urbanas. Embora o populismo ainda perdurasse muito além de 1945, aceitando as pressões populares e manipulando seus anseios em nome da ordem instituída, parece claro que as alianças partidárias experimentavam o impacto causado pela crescente força das reivindicações dos trabalhadores.

Com o fim do Estado Novo, portanto, a atuação das massas populares das cidades passa a ser muito mais significativa do que em qualquer outra época anterior, dando destaque aos líderes populistas. Democratizando-se o país em 1945, depois de longa ditadura, a vida política continuava sustentando-se principalmente em dois partidos (PSD e PTB), criados por Vargas. De um lado, o PSD expressava um certo agrarismo, onde se salientavam a defesa de uma postura conservadora e a política de clientela. De outro lado, o PTB buscava representar os reclamos dos trabalhadores das zonas urbanas. Gerados de cima e alimentados pela influência pessoal de seu idealizador, estes partidos de origem getulista poucas vezes deixaram de estar presentes no poder, entre 1945 e 1964. Juntamente com uma pluralidade de outros partidos, dos quais se distingue a UDN, tanto o PSD quanto o PTB compuseram a trama partidária, normalmente alcançando grandes sucessos eleito

rais (1).

É preciso notar, no entanto, que essa trama partidária se comprometera totalmente com a pressão das massas populares, agora mais livres para agir e para apoiar o seu líder eventual. A cada momento, tratava-se então de rearticular a correlação de forças dos grupos sociais, participantes da luta pelo poder. Daí a importância de líderes populistas como, por exemplo, Ademar de Barros, Getúlio Vargas e depois Jânio Quadros e João Goulart. Procurava-se sobretudo o estabelecimento de pactos entre partidos, visando à vitória nas eleições. Porém, mesmo com a habilidade e a improvisação dos líderes populistas, tais pactos tornavam-se cada vez mais fugazes, à medida em que era necessário controlar o vigor das solicitações populares ou aceitá-las como bandeira de luta. Entendem-se desta maneira as preocupações de Getúlio, no que diz respeito à sua sustentação partidária, inspirando dois partidos de orientação bastante diversa: o PSD e o PTB. Particularmente com relação às massas trabalhadoras, Vargas nada tinha a reclamar, mesmo se levando em conta o auxílio de Ademar de Barros na eleição de 1950. De fato, nesta eleição os trabalhadores devem ter respondido à sua convocação.

Notem-se os resultados da eleição presidencial de 1950 em dois redutos expressivos quanto à concentração de trabalhadores, em virtude de maior industrialização: São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, Getúlio obteve quase três vezes mais votos (925.493) do que o segundo colocado, Eduardo

(1) Cf. Weffort, Francisco C. - Sindicatos e Política. São Paulo, USP, s/d., tese de livre-docência, mimeo, capítulo III, p. 2; Weffort, Francisco C. - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, pp. 23, 51, 52, 53, 61; Skidmore, Thomas E. - Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969, pp. 108, 110, 134, 135, 136; Coutinho, Lourival - O General Góes Depõe... Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1956, 2ª edição, pp. 495, 496.

Gomes (357.413), ficando com seis vezes mais votos do que o terceiro colocado, Cristiano Machado (153.039). Assim, se em São Paulo recebeu quase um milhão de votos, que significava perto de um quarto da votação nacional, no Rio de Janeiro manteve-se aproximadamente a mesma tendência eleitoral a favor de Getúlio Vargas, pois alcançou mais do que o dobro dos votos de Eduardo Gomes (378.015 contra 169.263).

Em que pese, portanto, a influência de alianças partidárias ou de líderes populistas como Ademar de Barros, o certo é que Vargas ressurgia no papel de porta-voz de todos os trabalhadores brasileiros. Pessoalmente comprometido com eles, dava a impressão de não possuir outras vinculações, ao menos quando lhes falava (2). Embora pretendesse sempre definir os limites de ação das massas populares, controlando seus ímpetos reivindicatórios e canalizando-os para os órgãos estatais, Getúlio progressivamente lhes dedicava maior atenção, cuidando de prestar-lhes conta quando podia.

No próprio dia de sua posse no cargo de Presidente da República, já tratava de manifestar sua crença no povo, como princípio e fim do poder político, apelando ao mesmo tempo para a solidariedade das classes.

"O Governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de Partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da Pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades e lealdades. É a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses" (3).

(2) Cf. Skidmore, Thomas E. - op.cit., p. 108; Dulles, John W. F. - Getúlio Vargas - Biografia Política. Rio de Janeiro, Ed. Renes, s/d, 2ª edição, p. 317; Horowitz, Irving L. - Revolución en el Brasil. México, Fondo de Cultura Económica, 1966, p. 105.

(3) Vargas, Getúlio - O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1952, vol. I, pp. 28, 29 (Discurso Pronunciado no Palácio Tiradentes em 31/1/51).

De acordo com as palavras de Vargas, o Governo precisava estabelecer relações diretas com os trabalhadores, seja para ouvir as suas dificuldades, seja para solicitar-lhes colaboração, visando a saná-las. Daí a permanente procura de um tom coloquial em suas manifestações voltadas à população, como se não passassem de uma parte da conversação entre ele e o povo. Sobre a situação crítica das camadas populares, dizia Getúlio:

"As centenas de cartas, como os apelos diretos e constantes, que me chegam diariamente de todos os pontos do país e de todas as camadas sociais, principalmente das classes pobres e menos favorecidas, revelam a compreensão unânime de que não é possível continuarmos na trilha que vinha sendo palmilhada e na qual se havia substituído o governo de todos pelo governo de alguns" (4).

"O contacto direto e permanente com o povo é um dos lemas do meu Governo. Bem conheço as dificuldades com que se defrontaram sempre os pequeninos e os humildes, quando possuem interesses a preservar, ou direitos a defender. As longas filas, as caminhadas improfícuas pelos corredores das repartições públicas, os apelos que se perdem sem a char eco, a complicada burocracia administrativa, que retarda processos e fatiga a paciência das partes - tudo isso são entraves que, se não impossibilitam de todo os esforços dos que se sentem lesados pelas autoridades administrativas, pelo mênos os tornam improfícuos, porque a solução, quando vem, chega sempre muito tarde. Para remediar essa situação, determinei fosse criado um serviço especial de queixas e reclamações para atender o povo" (5).

A referência às dificuldades das massas urbanas de condição modesta marca grande parte de seus discursos, ao longo dos anos de seu segundo e último governo. Todas as ocasiões, especialmente as principais datas, como o Dia do Trabalho, o Dia da Independência, o Natal e o Ano Novo, repre

(4) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 51 (Discurso Irradiado do Palácio Rio Negro pela Agência Nacional em 27/3/51).

(5) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 58 (ibidem).

sentam momentos de diálogo com o que chamava de povo. E, ao aludir às suas vicissitudes, procura condicionar o advento da democracia à existência de satisfatória situação social para todos. Eis o que Vargas falava aos trabalhadores, a respeito do salário-mínimo, da valorização do trabalho e da democracia:

"Acabo de assinar, diante de vós, a nova lei de salário-mínimo. (...) Chegaram os trabalhadores ao ano de 1951 com os mesmos salários-mínimos que lhes assegurei no meu Governo, há mais de oito anos, enquanto, em torno deles, a vida se ia tornando cada vez mais difícil e mais cara" (6).

"Não foi olvidado, porém, o aspecto fundamental desta magna tarefa em que estamos empenhados, que é a valorização do trabalho. Sabeis como me preocupa a elevação do padrão de vida do trabalhador brasileiro, o que só se torna exequível mediante uma solução harmônica e corajosa dos nossos problemas econômicos" (7).

"Não teremos estabelecido os verdadeiros alicerces da democracia enquanto existirem casas sem pão e sem lume, populações desvalidas a vegetarem como rebanhos humanos, ou como legiões de fantasmas sem vida. O governo não pode nunca perder o contacto com as grandes realidades sociais, pois sabe que a miséria é um mar de ressentimentos e um fermento constante de inquietação" (8).

Sem dúvida, o jogo político de Getúlio encontra um de seus fundamentos na dificuldade das massas populares constituírem uma classe, com certo grau de unidade e com aptidão para ficar responsável pelas tarefas governamentais.

(6) Vargas, Getúlio - O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1954, vol.2, pp. 57, 58 (Mensagem de Natal em 24/12/51).

(7) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 31 (Discurso Pronunciado durante as Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de Vitória em 8/9/51). Ver também: Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 445 (Discurso Pronunciado na Abertura da V Conferência dos Estados da América em 17/4/52).

(8) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 52 (Discurso Irrradiado do Palácio Rio Negro pela Agência Nacional em 2/3/51).

Aliás, a própria menção a massas populares revela a realidade de inúmeras pessoas, situadas em camadas social e economicamente inferiores da sociedade capitalista existente no Brasil. Embora flagrantemente indefinidas, massas populares passam a significar a realidade de tais pessoas, em particular por causa da impossibilidade de atuarem satisfatoriamente dentro dos padrões de classe, com certa homogeneidade e com capacidade de gerir a máquina estatal, de acordo com seus interesses. Ora, estes impedimentos obrigaram tais grupos a recorrerem a mediações, dos quais Vargas não somente foi o primeiro, ainda durante o período de 1930 a 1945, como também procurou exercer a mediação com competência e devotamento. Por isto, na posição de árbitro, Getúlio dá ao poder a sua imagem, personalizando as relações com a massa de trabalhadores, em especial quando busca sua colaboração ou quando pretende controlá-la, em razão de seus compromissos políticos. Deste modo, em fevereiro de 1951, conclamava os trabalhadores para cooperarem com o governo, repetindo tal convocação constantemente.

"Quero que o Povo seja os olhos e os ouvidos do Governo. As portas da Presidência da República estão abertas aos vossos conselhos, críticas e reclamos. Não sou mais do que o representante e porta-voz das massas trabalhadoras unidas em torno da bandeira de luta e de esperanças que juntos desfraldamos. O Povo representa a linha constante e invariável das minhas preocupações e absorve a cada instante todos os meus cuidados e desvelos. Libertá-lo do medo e da necessidade, assegurando-lhe melhores condições de vida e maior participação nos bens e frutos do trabalho, é o rumo, a direção e o programa de meu Governo. O Povo será o agente fiscalizador, o supremo juiz, o tribunal inapelável não só dos meus atos e decisões, como da conduta pública e da probidade funcional dos meus auxiliares diretos, e ainda de todos os crimes, abusos e extorsões dos que pretendem explorá-lo ostensiva ou disfarçadamente. (...) Sou e serei sempre um dos vossos: confundido no anonimato do esforço coletivo, nivelado no serviço comum e desinteressado da Pátria, e apenas diferenciado na graduação e na soma dos encargos e das responsabilidades. Na vossa companhia suporto os sacrifícios da jornada porque me recompensais com a medida de fé sem a qual fracassam todas as empresas humanas" (9).

(9) Vargas, Getúlio - op.cit., vol.1, pp. 47, 48 (Discurso Pronunciado no Estádio Maracanã em 18/2/51).

"Precisamos contar, para isso, com a colaboração espontânea e decidida do proletariado. Cada minuto que se subtrai ao trabalho da produção é prejudicial à economia de todo o país" (10).

Por outro lado, Vargas não se descuidava da manutenção da ordem social vigente, dentro da qual podia conservar sua liderança política. Neste sentido, também se dirigia às massas populares, aconselhando-as a limitarem seus movimentos e protestos. Sempre que possível, porém, levava às Forças Armadas a sua palavra de confiança, com a intenção de demonstrar a justeza e a segurança de sua proposta trabalhista. Esforçava-se, portanto, por convencer as Forças Armadas de que o caminho correto era o trilhado por ele.

Aos trabalhadores recomendava: "Já me conheceis de muitos anos. Sou inimigo das soluções apressadas, das improvisações de fachada. Quando virdes que as medidas que vos prometi tardam um pouco, nunca imagineis que fostes esquecidos. Esperai, confiantes, que o Governo que foi eleito pelo vosso sufrágio tem convosco um compromisso de honra, que será levado a termo custe o que custar e doa a quem doer. Não precisais de greves ou apelos a recursos extremos; nem vos deixeis levar por agitadores e perturbadores da ordem, que vos engodam com ideologias que encobrem ambições de outra natureza" (11).

"A paralisação, ainda que momentânea, do trabalho, as greves que se prolongam por dias, ou por horas, são forças vitalizantes que se perdem - é mais um atraso na consecução dos nossos objetivos. Que os trabalhadores confiem no Governo, certos de que as suas justas aspirações serão atendidas, depois de afastadas as dificuldades mais sérias" (12).

Raciocinava para as Forças Armadas: "Mas não bastam os recursos das armas: são igualmente necessárias novas leis sociais, capazes de cortar pela raiz as origens do mal e reparar as injustiças causadoras de revoluções. O Governo tem a firme convicção de que se impõe o aperfeiçoamento constante de uma justiça

(10) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 66 (Discurso do Ano Novo em 31/12/51).

(11) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 60 (Mensagem de Natal em 24/12/51).

(12) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 67 (Discurso do Ano Novo em 31/12/51).

social e de uma ordem social, onde sejam eficazmente eliminados os argumentos de uma propaganda e de um credo, que só prosperam onde há miséria, fome, padecimentos, e desigualdades chocantes na condição dos homens. Os processos de exploração do trabalho, que não cogitam de justa repartição dos seus frutos, também constituem séria ameaça à segurança nacional. Esta exige, para sua plena garantia, um combate sem trêguas à ignorância, ao sofrimento e à opressão" (13).

A ação política de Getúlio baseava-se então na conciliação de forças diferentes, que sobressaíam na luta pelo poder. Ao menos até 1952, por exemplo, através da tentativa de conseguir a participação da UDN, Vargas procurou compor seu governo de tal modo que nele estivessem também presentes alguns representantes de setores conservadores. Assim, seguindo sua orientação tradicional, enquanto cumpria seu intento de ajustar-se com a UDN, aliás um projeto fracassado, ele alimentava o apoio recebido das massas de trabalhadores.

A crise recrudesceu a partir do segundo ano de governo. Os grupos políticos de linha conservadora rejeitaram qualquer acordo com Getúlio, tendo em Carlos Lacerda um de seus principais porta-vozes, com seus convites às Forças Armadas a fim de porem fim ao que chamava de preparativos para nova ditadura getulista. As Forças Armadas inquietavam-se com controvérsias e até com rivalidades em torno do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, do projeto de Petrobrás, do pedido de envio de tropas brasileiras à Coréia, da expansão do movimento popular e das eleições no Clube Militar. Por sinal, juntamente com a renúncia do General Estillac Leal ao Ministério da Guerra, a perda das eleições naquele Clube significou um dos primeiros abalos no suporte militar do governo.

O próprio General Góes Monteiro, um dos idealizadores do golpe de 1937 e ex-Ministro da Guerra no final do Estado Novo, afirma que "nos começos de 1953, era grande e geral o descontentamento", em particular nas Forças Armadas, on

(13) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 89 (Discurso Pronunciado no Almoço de Confraternização das Forças Armadas em 5/1/52).

de especialmente a oficialidade menos graduada "cada vez mais se sentia em dificuldades de vida". Por outro lado, carece de consideração o papel da Escola Superior de Guerra como aparelho ideológico no interior das Forças Armadas. Criada em outubro de 1948, tal Escola se tem destinado à formação de "elites civis e militares", capazes de ponderar sobre problemas de segurança nacional. Parece certo, no entanto, que o conceito de segurança nacional se transfigurou ao longo da década de 50, conforme se verifica nos Regulamentos de 1949 e de 1954, da Escola. A princípio, um conflito total entre o Ocidente e o Oriente implicaria numa aliança dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, com a finalidade de combater o comunismo. Sobretudo desde a Guerra da Coréia, soma-se outra hipótese: a do "inimigo interno", na qual o comunismo figura como manipulador e incentivador dos conflitos sociais, existentes na sociedade brasileira.

Ora, diante de tão forte oposição conservadora e de tão grave situação militar, o avanço das massas populares vinha montar o quadro político da crise do governo de Vargas. O contingente de trabalhadores cresceu durante os anos 50, com a ampliação do processo de industrialização. O Estado de São Paulo é um excelente exemplo disto: em 1950, possuía 24.519 estabelecimentos industriais, com uma população de 484.844 operários, passando em 1960 a 56.383 estabelecimentos, com 969.112 trabalhadores. Portanto, não somente em termos numéricos como também do ponto de vista da mobilização, as massas populares progrediram. Um pouco mais livres na atuação sindical e um pouco mais libertos do controle governamental dos salários, os trabalhadores passaram a manifestar abertamente suas insatisfações, ultrapassando por vezes os limites da habilidade de Getúlio e colocando-o em condições embaraçosas perante a contundente oposição partidária e militar. Se durante os dois primeiros anos do governo de Vargas o movimento operário não apresentou grandes atividades grevistas, a partir de 1953 registram-se expressivas greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, alcançando até repercussão nacional.

Ainda em 1953, a crítica situação econômica a florou claramente, com maior inflação, com maior desequilíbrio do balanço de pagamentos e com a queda da produção industrial,

acrescentando-se também a tudo isto as reclamações contra o confisco cambial, imposto pelo governo ao setor de exportação agrícola. Às voltas com a magnitude das remessas de lucro ao Exterior e com o disciplinamento do capital estrangeiro no Brasil, Getúlio tenta ao mesmo tempo uma malfadada política de estabilização econômica. Na verdade, premido por delicadas condições na economia, pouca possibilidade tinha ainda de interferir eficazmente na exacerbação da luta política, em virtude da maior tensão no relacionamento dos grupos sociais, aptos a pressionarem o poder (14). Sem viabilidade de encontrar saída para a crise e sem grandes resultados em suas solicitações aos trabalhadores, Vargas ainda assim procura inclinar-se para o lado das massas populares, falando sobre a necessidade de serem preservados os sindicatos. Apesar de mais ou menos constituir uma rotina, em suas manifestações à população, a referência à organização das massas, em especial aos sindicatos, sem dúvida tal menção ganhou mais força no período final do governo getulista. Eis o que dizia sobre tal assunto aos trabalhadores em 1954:

"Mas a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa. O que já obtivestes ainda não é tudo. Resta ainda conquistar a plenitude dos direitos que vos são devidos e a satisfação das reivindicações impostas pelas necessidades. Tendes de prosseguir na vossa luta para que não seja malbaratado o nosso esforço comum de mais de vinte anos no sentido da reforma social, mas, ao contrário, para que esta seja consolidada e aperfeiçoada. (...) Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências é preciso unir-vos e organizar-vos. União e organização deve ser o vosso lema.

(14) Cf. Sodré, Nelson W. - *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, 2ª edição, pp. 323 a 331; Coutinho Lourival - op.cit., p. 526; Oliveira, Eliézer R. de - *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1976, pp. 21, 22, 23; Simão, Azis - *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Ed. - EDUSP 1966, p. 45; Weffort, Francisco C. - *Sindicatos e Política*. São Paulo, USP, s/d., tese de livre-docência, mimeo, capítulo III, pp. 6, 7, 8, 10, 12; Skidmore, Thomas E. - op.cit., pp. 135, 136, 139, 140, 141, 145, 146, 150, 158.

Hã um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não sô de fender os vossos interesses, como influir nos próprios destinos da Nação. Como cidadãos a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, pôdeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíis a maioria. Hoje estais com o Governo. Amanhã sereis o Governo" (15).

"Meu sacrifício vos manterá unidos, meu nome se há a vossa bandeira de luta" (16).

O golpe final no já cambaleante governo de Vargas aconteceu na noite de 5 de agosto de 1954, com o chamado "crime da rua Toneleros", no Rio de Janeiro. Este ano se iniciara de forma bastante dura para Getúlio. Uma sucessão de acontecimentos em 1954 marcou a fragilidade progressiva do governo. O Manifesto dos Coronéis, por exemplo, repelia o comentado aumento de 100% do salário-mínimo a ser proposto pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, e protestava contra a corrupção na área pública, embora a sua principal causa aparecesse como sendo a exigência de mais verbas para equipamentos e salários aos militares, em fevereiro de 1954. Em abril, um novo ataque importante da oposição: anuncia-se que Getúlio esteve negociando, secretamente, com Perón, Presidente da Argentina, a realização de um suposto acordo, que envolvia também o Chile, com a finalidade de enfrentar a política norte-americana. Em maio, as eleições para a nova diretoria do Clube Militar deram outra vitória à oposição ao governo, dentro das Forças Armadas.

Vargas perambulava entre uma medida e outra, procurando manter-se no poder. Em fevereiro de 1954, por exemplo, destituiu o Ministro do Trabalho, João Goulart, parecendo fazer concessão aos adversários de seu governo, à medida

(15) Vargas, Getúlio - "O Dia do Trabalho - O Discurso Pronunciado pelo Sr. Presidente da República no Palácio Rio Negro". Jornal do Comércio, 2 de maio de 1954. Ver também: Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, pp. 455, 456, 459 (Discurso Pronunciado durante as Comemorações do Dia do Trabalho em 1/5/52).

(16) Vargas, Getúlio - "Pormenores sobre o Suicídio do Sr. Getúlio Vargas: O Manifesto". O Estado de São Paulo, 25 de agosto de 1954.

que isto sugeria o abandono do aumento de 100% no salário-mínimo vigente, aumento defendido pelo Ministro. Por outro lado, no dia 1º de maio, Getúlio noticiava aos trabalhadores o aumento de 100%, louvando a atuação de Goulart. Ao mesmo tempo, apesar da escalada da oposição civil e militar, normalmente contrária à pregação nacionalista do Presidente da República, este enviava em março a mensagem anual ao Congresso, carregada de forte nacionalismo, apontando as raízes da inferioridade do Brasil, no comércio internacional.

Finalmente, o denominado "crime da rua Toneleros", em 5 de agosto, veio minar inteiramente a capacidade de resistência de Vargas. Afinal, um atentado causador da morte de um oficial da Aeronáutica, no qual ainda se ferira Carlos Lacerda, figurava como o evento mais propício para a completa intervenção dos militares na crise governamental. Assim, pois, desde a investigação do crime até a determinação da amplitude das responsabilidades dele decorrentes couberam sobretudo a membros das Forças Armadas. Daí os efeitos do atentado chegaram a proporcionar ambiente para manifestos, como os de 22 e 23 de agosto, onde influentes militares solicitavam a renúncia de Getúlio, somando-se às críticas da oposição civil, liderada pela UDN. A resposta à pressão exercida sobre o poder, foi o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954. Um obstinado jornal oposicionista revelava sua surpresa diante da resolução do Presidente pois, segundo tal diário, "a ninguém podia ocorrer que o Sr. Getúlio Vargas, tão cioso de sua vida, fosse sacrificá-la só por ter sido derrotado num lance dramático" (17).

Ora, a luta pelo poder havia atingido o auge, depois de alguns anos de periódicas tentativas de criação de condições para um desfecho fatal, onde se extirpariam as veleidades do trabalhismo getulista e os eventuais arroubos da participação popular. Passando além de qualquer limite, a investigação do atentado da rua Toneleros conduziu a uma situação insustentável para Vargas. Noticiava-se que, na reunião de sócios do Clube da Aeronáutica em homenagem ao oficial morto no aten-

(17) Cf. Sodré, Nelson W. - op.cit., pp. 351 a 354; Skidmore, Thomas E. - op.cit., pp. 163 a 179; "Pormenores Sobre o Suicídio do Sr. Getúlio Vargas". O Estado de S. Paulo, 25 de agosto de 1954.

tado, fora "pedida a prisão preventiva de Lutero Vargas" (filho do Presidente da República), acrescentando-se que "o mandante foi Lutero". Ainda se informava que a aludida reunião assistiu a "intensas vibrações cívicas nas censuras ao Governo". Recebido entusiasticamente, Eduardo Gomes declarava na aquela ocasião, referindo-se à vítima do crime:

"No sacrifício desta vida destemerosa se está simbolizando a devoção militar às liberdades mais caras à nossa civilização cristã. E é essa própria civilização que ficou atingida, como nós, na substância mesma da sua grandeza e da sua fé, com a quebra de padrões da convivência, sem os quais não pode sobreviver nenhuma nação organizada" (18).

De outra parte, setores civis mais extremistas da oposição entregavam uma mensagem ao Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa. Nesta mensagem, "pela democracia, contra a corrupção", era-lhe dirigido "apelo angustioso e veemente no sentido de, impondo seu prestígio e sua autoridade, defender as liberdades públicas e os próprios preceitos constitucionais, levando o sr. Getúlio Dornelles Vargas a renunciar ao cargo de Presidente da República", pois o "atual ocupante do Palácio do Catete, embora legalmente eleito e ainda dentro do seu período constitucional, está moral e juridicamente impedido de governar o Brasil" (19). Falava-se na "pretendida renúncia do Presidente da República, que aliás foi divulgada, pela meia-noite, como coisa certa" (20). O próprio Carlos Lacerda, alvo principal do atentado e líder radical da UDN, chegou a dar esclarecimentos sobre a divulgação da proposta de renúncia presidencial.

(18) "Capturar e punir os autores materiais e intelectuais do crime da rua Toneleros...". O Jornal, 11 de agosto de 1954.

(19) "Moral e juridicamente impedido de governar o Brasil". Correio da Manhã, 19 de agosto de 1954.

(20) "A crise político-militar que o país vem atravessando, nascida com o atentado...". Correio da Manhã, 24 de agosto de 1954.

"Aí que eu fui ao Canrobert, no Edifício Montese, e disse: "General, os senhores precisam fazer esse homem renunciar, para o País voltar à normalidade. Já, agora, é irreversível, quer dizer, é impossível voltar atrás. Ou ele fica no poder, e se torna ditador, e vai mergulhar esse País num banho de sangue, porque nós vamos resistir, ou ele renuncia e o País retorna à normalidade. O País está parado há quase um mês". Foi aí que ele me disse: "Não, eu não vou ajudar a botar tanque na rua, como no 29 de outubro, para depois sermos chamados de fascistas. Desta vez, são com moções de toda a parte. São se vier para o Exército, assim, tudo quanto é moção. Todo mundo pedindo, até o Clube de Regatas do Flamengo". Eu digo: "Não seja por isso". Movimentei uns amigos do Flamengo e consegui uma moção, que até hoje eu não sei como é que conseguiram. Uma moção do Clube de Regatas do Flamengo, pedindo a renúncia do Getúlio e levei junto com um bando de coisas. Foi aí que começou o noticiário da TV, dos rádios, dos jornais, do Estado de S. Paulo exigindo a renúncia, eu e assim por diante" (21).

A morte de Vargas, portanto, coloca-se como o primeiro momento de negação da presença das massas populares no jogo político, assim como representa uma agressão profunda ao projeto econômico de cunho nacionalista, durante a vigência do regime instituído pela Constituição de 1946. O fim do governo getulista significou, acima de tudo, a liquidação do período de alianças partidárias razoavelmente estáveis, existentes desde 1945. Agora, em agosto de 1954, se revelava a grande intensidade das forças conservadoras que faziam oposição ao poder. Revelavam-se também os embaraços para manejar os trabalhadores, um tanto mais libertos das amarras estatais, quando mais não seja em virtude da própria necessidade de Getúlio em contrar apoio em sua luta pela manutenção do cargo de Presidente da República. O sistema partidário, fundamentalmente herdado do Estado Novo, sobretudo em razão de os principais partidos da coligação vitoriosa nas eleições da Presidência em 1945, em 1950 e em 1955 (PSD e PTB) nascerem da inspiração

(21) Lacerda, Carlos - "As Confissões de Lacerda". Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo, 31 de maio de 1977, p. 9. Grifo do Texto.

getulista (22), sofreu forte abalo com o suicídio de Vargas. Tal suicídio, no entanto, forneceu também novo alento a aquela aliança, embora tenha sido um alento muito breve.

2. OS LIMITES DO NACIONALISMO ECONÔMICO

Embora a eleição de Getúlio se tenha realizado basicamente através dos mesmos partidos que lançaram o General Dutra à Presidência da República, é certo que a política econômica teve diferente orientação. Com Vargas, o Estado atuou mais fortemente sobre o sistema econômico-financeiro, em especial por causa de velho estilo assumido durante o Estado Novo e de novas solicitações da ocasião, todos avivados na campanha eleitoral e em discursos posteriores à posse. Considere-se também que cada um dos diversos grupos sociais, particularmente nas regiões mais industrializadas do Brasil, desejava um tipo bastante peculiar de relação entre o Estado e as atividades econômico-financeiras, o que exigia um outro sentido para a ação governamental.

Posto como intermediário entre as massas populares e as camadas dominantes da sociedade, Vargas teve de conjugar esforços para tentar cumprir suas promessas e para sanar problemas econômico-financeiros legados a ele. Portanto, a par dos conflitos políticos capazes de agitar o governo, deparava-se com a necessidade de melhorar o abastecimento nas grandes cidades, de conter a inflação, de equilibrar o balanço de pagamentos, de incrementar os setores de energia e de transporte, modernizando ainda a tecnologia no País. Tratava, pois, de um conjunto de questões econômicas tão conflituosas como as relacionadas com o jogo político.

(22) Cf. Souza, Maria do Carmo Campello de - Estado e Parti
dos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo,
Ed. Alfa-Omega, 1976, pp. 83, 105, 106, 108, 109,
113, 122, 146, 147; Skidmore, Thomas E. - op.cit.,
pp. 106, 108, 109, 184, 186, 234, 235; Weffort,
Francisco C. - op.cit., capítulo II, pp. 18, 49, 55.

O desequilíbrio no balanço de pagamentos restringia a capacidade de importação, impedindo a expansão da indústria, que carecia de equipamentos e de matérias-primas vindas do exterior. Além disto, se pode dizer que nem esta limitada capacidade de importar servia inteiramente ao aumento da produção, pois boa parcela das compras no exterior consistia de alimentos e de combustíveis, como o trigo e o petróleo. Ainda assim, Getúlio se voltou para a ampliação do crescimento industrial e para a diferenciação das atividades econômicas no Brasil, preocupando-se também com os setores tradicionais da economia, a fim de que eles não atalhassem os caminhos da industrialização. Então, se de um lado se impunha o controle do balanço de pagamentos em razão principalmente da necessidade de industrializar, de outro lado se tornavam imprescindíveis o combate à inflação por causa sobretudo das tensões sociais decorrentes dela, e ainda a elaboração de um esquema de investimentos apto a trazer proveitos sociais e econômicos.

Por tudo isso, o governo getulista precisou intervir vigorosamente no domínio econômico, apresentando em 1951 o "Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico (Plano Láfer)", cujos recursos procederiam do "Fundo de Reaparelhamento Econômico", que seria dirigido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. De certa maneira inspirado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Plano propunha investimentos em indústrias básicas, nos setores de transporte, de energia, de frigoríficos e na agricultura, durante 5 anos. Geravam-se novas condições para o crescimento e para a diversificação da economia brasileira. Notem-se, por exemplo, as instituições fundadas por iniciativa governamental, ao longo dos anos de 1952, de 1953 e de 1954: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás).

Desde os primeiros meses de seu governo, Vargas preconizou o desenvolvimento como objetivo a ser alcançado, a fim de que se superassem as dificuldades econômicas mais sérias e então fossem dominadas as inquietações sociais mais perigosas à ordem pública. Os seus apelos em nome da reconstrução econô

mico-social não excluía de modo algum a iniciativa privada. Ao contrário, confiava na experiência e nos valores desta iniciativa, destacando-lhe a importância na obra do desenvolvimento.

"Internamente, já se está fazendo o financiamento à produção agrícola e industrial em larga escala - e muito há de lucrar com isso as classes produtoras de todo o país. (...) Sem perturbar os valores da iniciativa privada, o meu governo tem em vista um plano de reconstrução econômico-social, que visa à criação de riqueza, não para uns poucos privilegiados, mas para o beneficiamento geral da coletividade, a fim de que se obtenha uma repartição mais equilibrada e proporcional dos frutos do trabalho" (23).

"A severidade e a firmeza da política financeira do Governo já estão dando resultados sensíveis. Temos recebido continuamente propostas de várias firmas estrangeiras para montar fábricas no Brasil e transferir para aqui as suas organizações industriais. Essa procura do nosso país já é um reflexo da confiança no Governo; e a vinda do capital e dos técnicos estrangeiros abrirá, sem dúvida, uma nova era para o nosso desenvolvimento econômico" (24).

Juntamente com a valorização do empreendimento particular, apoiado pela ação governamental e dirigido para o bem-estar social, Getúlio concentrava-se no estímulo à produção. Segundo ele, o aumento da produção ofertaria as condições indispensáveis para conseguir-se a importação de mercadorias mais necessárias ao País, além de reduzir o grau de dependência econômica do exterior. Uma maior produção de bens teria ainda a vantagem de elevar o consumo, fazendo com que a maioria da população brasileira pudesse desfrutar deles. Ao aludir ao problema do crescimento da produção, Vargas ocupava-se também com todo o conjunto das atividades econômicas, pro

(23) Vargas, Getúlio - "Reconstrução Econômico-Social". Folha da Manhã, 20 de maio de 1951 (Discurso Pronunciado em São José dos Campos em 19/5/51).

(24) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 367 (Discurso Pronunciado Através do Noticiário Radiofônico da Agência Nacional em 5/7/51). Ver também: Vargas, Getúlio . op. cit., vol. 2, pp.191, 192, 193 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952); Vargas, Getúlio - "O II Aniversário do Atual Governo". Jornal do Comércio, 19 de fevereiro de 1953.

pondo a criação de indústrias de base, incentivando a expansão da indústria de bens de consumo e procurando fortalecer a agricultura e a pecuária, pois a exportação fundamentava-se quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios (e de matérias-primas) aos países industrializados. Criticando as importações, durante o governo de Dutra, de mercadorias já fabricadas no Brasil, Getúlio elogiava a coragem dos industriais nacionais por terem enfrentado a concorrência externa, mantendo em geral o ritmo da produção e inovando os equipamentos.

Vargas era bastante cuidadoso com a política de comércio exterior. Para ele, a indústria nacional exigia proteção governamental perante a concorrência do exterior, ao menos enquanto a indústria brasileira não pudesse competir com a dos outros países desenvolvidos. Conforme dizia, pregar a defesa da indústria nacional não passava nada além da orientação seguida pelas mesmas nações industrializadas, ao longo de seu desenvolvimento. Não bastava, no entanto, a simples proteção da indústria. Era imprescindível a fundação de indústrias de base, destinadas a assegurar o abastecimento de matérias-primas e de máquinas às outras empresas, pois somente desta maneira as indústrias nacionais de bens de consumo teriam condições de evitar os empecilhos externos e de ampliar a sua produção.

Ainda um elenco de providências complementares se tornava inadiável para a consecução da política getulista de desenvolvimento econômico. Ele mencionava, por exemplo, a melhoria do ensino técnico-profissional, a absorção pelas empresas de emigrantes especializados, medidas com a finalidade de aprimorar a produção, a necessidade de reduzir os custos das mercadorias e facilidades de assistência técnica (25). Tal esforço voltado para o crescimento econômico visava acima de tudo, segundo parece, ao controle da inflação e do custo de vida, diretamente atuantes sobre as massas populares. Portanto, ao mesmo tempo em que procurava dar à economia brasileira (em especial à indústria) meios para expandir-se, anunciava que não se toleraria a elevação do custo de vida.

(25) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, pp. 161, 191, 192, 193, (Mensagem ao Congresso Nacional em 1951).

"O Governo procurará, antes de tudo, frear o alto custo de vida, estabelecendo um justo preço para os gêneros de primeira necessidade, e detendo com medidas enérgicas, o avanço inflacionista. Será preciso rever os tabelamentos de última hora, os reajustamentos improvisados de salários, que visam tão somente a interesses particulares ou de grupos, sem atender às conveniências gerais. Urge adotar providências que assegurem efetivamente ao trabalhador das cidades alimentação adequada, transporte fácil e habilitação barata" (26).

"Durante os anos de 1951 e 1952 fomos ainda atingidos pelas perturbações causadas na economia internacional pelo impacto da guerra da Coreia. No Brasil, a necessidade de maiores exportações de terminou repentinas altas de preço no mercado interno... Outra grande dificuldade foi a estiagem, que mais ou menos intensamente, alcançou boa parte do nosso território, atingindo igualmente a Argentina, e em consequência, os suprimentos de trigo que recebemos da nação vizinha. (...) Para dar estabilidade ao nosso processo de desenvolvimento econômico, é fundamental o combate à inflação. Neste sentido se impôs a racional compressão das despesas públicas" (27)

Em que pesem os cuidados de Getúlio com o custo de vida, tem-se a impressão de que a tendência altista predominou, embora tenha registrado alguma variação. Por exemplo, o custo de vida no Rio de Janeiro (Distrito Federal na época), de 1949 para 1950, sofreu um aumento médio de 6%, enquanto na mesma cidade, no período de 1952 a 1953, o índice do custo de vida elevou-se em 11%. Ainda assim, se pode dizer que o crescimento do custo de vida no Rio de Janeiro e em São Paulo ocorreu de forma bastante comedida, se comparado com as variações havidas no final da década de 50 e nos primeiros anos da década de 60. No que diz respeito aos salários, verifica-se uma inclinação para forte aumento. Em 20 anos, Vargas estabeleceu quatro elevações do salário-mínimo no Brasil: em julho de 1940 (CR\$ 240,00 mensais), em dezembro de 1943 (CR\$ 380,00 mensais), em janeiro de 1952 (CR\$ 1.200,00 mensais)

(26) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 45 (Discurso Pronunciado no Estádio Maracanã em 18/2/51).

(27) Vargas, Getúlio - "O II Aniversário do Atual Governo". Jornal do Comércio. 19 de fevereiro de 1953.

e em julho de 1954 (CR\$ 2.400,00 mensais). Tais aumentos ganham importância, ao considerar-se que em 20 anos (de 1940 a 1960) houve seis alterações no salário-mínimo, das quais Getúlio promoveu três, em dois períodos de exercício da Presidência da República, além de ter fixado o primeiro.

Depois de mais de 8 anos, pois o governo de Dutra nada fez neste sentido, Vargas em 1952 passou o salário mínimo de CR\$ 380,00 para CR\$ 1.200,00. Em 1954, de novo de terminou outra elevação, mudando de CR\$ 1.200,00 para CR\$ 2.400,00, num aumento de 100%. Nem mesmo este crescimento substancial do salário-mínimo conseguiu pôr os trabalhadores na indústria em boa situação. Na realidade, os aumentos do salário-mínimo proporcionados pelo governo getulista destinaram-se somente a restituir uma parcela do poder aquisitivo perdido após 1943. Isto parece claro, entendendo-se o ano de 1940 (quando se fixou pela primeira vez o salário-mínimo) como base, igual a 100. Constata-se que o salário real dos trabalhadores na indústria atinge 104 em 1943, descendo para 90 em 1946, para 87 em 1949, para 64 em 1952 e para 58 em 1955. (28)

Este foi um dos aspectos da situação econômica brasileira que obrigou Vargas a apresentar um programa de combate à inflação (Plano Aranha), em outubro de 1953. Já havia, sem dúvida, desde 1952, severa condenação à elevação dos preços das mercadorias no primeiro ano do governo de Getúlio. Dizia-se que, para enfrentar o aumento dos preços, "apenas aumentou o salário-mínimo, que só atinge a parte muito pequena da população". Subira no Rio de Janeiro, por exemplo, o preço de inúmeros produtos, tais como a carne (de CR\$ 12,00 em 31/1/51 para CR\$ 25,00 em 31/1/52), a manteiga (de CR\$ 32,00 em 31/1/51 para CR\$ 48,00 em 31/1/52), o leite, os ovos, os

(28) Cf. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 1951, p. 67; Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 1954, p. 124; Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966, pp. 110, 122; Ianni, Octavio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, pp. 119, 120. Ver também: Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., dezembro de 1958, p. 107; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., dezembro de 1960, pp. 83 a 90.

fósforos, o cafézinho, os calçados, roupas e medicamentos. Também ficaram mais caros os aluguéis de casa, bem como as passagens de bondes, de ônibus e de trens. Um exame do primeiro ano do governo de Vargas indicava como único possível êxito o "rerecuo das emissões". Colocando em dúvida até mesmo este resultado, ressaltava que as reservas cambiais quase chegaram ao fim, enquanto se registrava um déficit de 3 bilhões de cruzeiros na balança comercial, sem formar-se estoques importantes em gêneros de primeira necessidade. E concluía-se a análise do primeiro ano de governo: "Fala-se em empréstimos para a compra de trigo. Devemos comer pão a crédito, pois as divisas foram gastas na importação de artigos dispensáveis".

Vinha, portanto, o programa de combate à inflação de 1953 responder a condições críticas da economia, prometendo restrição de crédito e novo sistema de controle cambial. Mas as medidas adotadas a partir do referido programa transformaram-se em motivos de outras objeções, principalmente por parte dos representantes da oposição. Para eles, faltava ao Presidente da República "um pensamento próprio sobre a economia e as finanças do País", pois por mais de dois anos acompanhou o esquema financeiro de Horácio Láfer, depois mudando radicalmente para outro, de Oswaldo Aranha, novo Ministro da Fazenda. Porém, se é verdade que a grande maioria dos produtos teve seus preços aumentados, torna-se necessário destacar que tal elevação procedeu moderadamente. Observando-se o conjunto dos três anos iniciais do governo getulista (31/1/51 a 31/1/54), e utilizando-se uma lista de gêneros de primeira necessidade, que fora exposta com a finalidade de contestar a política econômica vigente, constatase um crescimento dos preços do açúcar, da banha, do café, da cebola, da farinha de trigo, do feijão preto e do toucinho defumado, em torno de 28 a 50% no Rio de Janeiro, durante aquele período. Embora haja mercadorias que sofreram aumento de preço de até 100% nos três anos do governo de Vargas, como o arroz amarelão, o bacalhau e o macarrão, elas não constituem mais de um terço da lista. (29)

(29) Cf. "Em que deu a eleição do sr. Getúlio Vargas". Diário de Notícias, 31 de janeiro de 1952; "Balanço". Correio da Manhã, 21 de fevereiro de 1952; "Em que deu a eleição do sr. Getúlio Vargas". Diário de Notícias, 31 de janeiro de 1954.

Debatendo-se na luta pela expansão da economia, em particular da indústria, e na contenção do custo de vida, o Presidente da República procurava levar adiante sua proposta nacionalista. Firmava-se cada vez mais na meta da autonomia econômica, a ser alcançada pelo Brasil, segundo pensava.

Em 1951 expunha ao Congresso Nacional suas idéias acerca do capital estrangeiro: "A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifício dos níveis de vida, reclama um crescente influxo adicional de capitais estrangeiros. (...) São os países exportadores de capitais que podem tomar as medidas mais eficazes para facilitar as inversões em países como o Brasil. Contudo, é intento do meu Governo facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez não firam interesses políticos fundamentais do nosso País. O capital dos imigrantes deve, em particular, ser objeto de facilidades especiais. O esforço enérgico e sistemático de desenvolvimento econômico será um fator de confiança para o capital privado alienígena" (30).

Ainda no primeiro ano de governo, por ocasião das comemorações da Independência e do Ano Novo, enfatizou o problema da emancipação econômica e as consequências da evasão de divisas: "A independência econômica não se adquire necessariamente com a independência política - é tarefa lenta e difícil, que se arrasta por muitos decênios, que às vezes se retarda por séculos e cujo êxito final depende de inúmeros fatores, alguns imprevisíveis, outros condicionados aos fenômenos gerais da organização mundial. (...) A independência econômica é um eterno processo de desenvolvimento, uma sucessão de ciclos que se ampliam, que não raro se renovam, e que parecem desconhecer qualquer termo final" (31).

"Sem dúvida, precisamos incentivar o capital estrangeiro e assegurar-lhe o retorno dos juros, dividendos e do próprio capital, em percentagem ra

(30) Vargas, Getúlio, - op.cit., vol. 1, p.252 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1951).

(31) Vargas, Getúlio, - op.cit., vol. 2, p.17, 18, 19 (Discurso Pronunciado na "Hora da Independência" em 7/9/51).

zoável. Nunca, porém, nessa voragem de dilapidação do patrimônio nacional, que acarretou para o país duas graves conseqüências. A primeira foi a de permitirmos a transferência para o exterior de lucros resultantes da aplicação de verdadeiros capitais nacionais... (...) A segunda conseqüência dessa inépcia administrativa foi a de sobrecarregar as gerações presentes e futuras com dívidas e compromissos injusta e indevidamente assumidos pelo Brasil, o qual terá de pagar quantia muitíssimo superior à que recebeu..." (32).

A medida, no entanto, que o governo de Getúlio se aproximava do final do terceiro ano, com o agravamento da situação política e com a dificuldade de estabelecer uma política satisfatória referente ao capital estrangeiro no Brasil, o Presidente tornava-se mais direto, no que diz respeito às empresas de outras nacionalidades, localizadas aqui.

"Devo dizer aos srs. que, até certo ponto, nesse propósito estou sendo sabotado, por interesses contrários de empresas privadas que já ganharam muito no Brasil; que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares, e continuam transformando os nossos cruzeiros para emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão se transformando em dólares e emigrando para o estrangeiro" (33).

É indiscutível o acolhimento da iniciativa privada, e ainda da iniciativa privada estrangeira, por parte de Vargas. Se bem que o capital de outros países devesse respeitar o patrimônio e os interesses políticos do Brasil, dava a impressão de crer no auxílio a ser prestado por ele, principalmente quando se juntava a capitais nacionais. Aliás, dentro das condições econômicas da época, nem seria possível prescin-

(32) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, pp. 72, 73 (Discurso do Ano Novo em 31/12/51).

(33) Vargas, Getúlio - "O último discurso do presidente da República em Curitiba". Correio da Manhã, 22 de dezembro de 1953. Ver também: Vargas, Getúlio - "Não Tolerará a Corrupção e o Favoritismo". Correio da Manhã, 8 de setembro de 1953.

dir de capitais estrangeiros, sobretudo se desejasse estimular o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Getúlio defendia não só a aplicação do capital de outras nacionalidades no Brasil, como ainda garantia vantagens a ele, dentro de percentagens aceitáveis.

A emancipação econômica seria obra do trabalho e de capitais brasileiros, ao menos no princípio com a ajuda do capital estrangeiro. Pelo fato de os investimentos externos figurarem como apoio, seria impossível admitir, segundo Vargas, compromissos nacionais indevidamente contraídos, bem como transferência para fora do País de lucros oriundos de capitais nacionais. Getúlio entendia a emancipação econômica como um perene processo de desenvolvimento, e sua noção de industrialização abrangia o desenvolvimento econômico. Portanto, realizar o desenvolvimento econômico suscitava o desígnio de emancipação econômica do Brasil, além de significar predominantemente industrializá-lo. A trajetória ideológica de Getúlio mostrava então que a industrialização conduziria diretamente ao surgimento de um capitalismo nacional, com a conseqüente emancipação econômica da nação.

Na realidade, agora em seu segundo período de governo do Brasil, exercendo a Presidência da República de acordo com as regras da liberal-democracia, Vargas já não podia apegar-se às formulações do nacionalismo autoritário, defendendo "um governo forte num país organizado através de princípios corporativos". Além disso, o momento histórico não lhe fornecia condições de manejo de um Poder Executivo vigoroso, e então sua ideologia do nacionalismo se converteu num ideário mais restrito. Restava-lhe unicamente lutar pela preservação dos instrumentos vitais da economia da nação, concentrando dentro dela tais recursos econômicos. A ideologia do nacionalismo, preconizada por Getúlio, vertia apenas determinadas diretrizes da política econômica, capazes de salvaguardar os interesses fundamentais da nação, neste setor.

Mesmo diante da pertinácia do Presidente da República, que teimava em expor, em defender e em realizar, quando era possível, seus projetos de nacionalismo econômico, não faltaram estorvos à ação governamental. Se, sem dúvida, houve

mobilização política em favor do nacionalismo de Vargas, gerando novas possibilidades de atuação do governo na área econômica, é também indiscutível que tal nacionalismo descontentava os grupos mais conservadores da sociedade brasileira e os grupos estrangeiros aqui fixados. Para os setores ligados aos investimentos externos no Brasil, eram causas de preocupação sobretudo a presença do nacionalismo econômico no governo getulista, a intervenção estatal na economia, uma certa resistência ao alinhamento automático à política das potências ocidentais e até mesmo o apoio das massas populares à orientação do poder. E pode-se contar como um fator a mais no conjunto da crise econômica do governo de Vargas, prejudicando principalmente seu programa de estabilização da economia, a posse em janeiro de 1953 do novo Presidente dos Estados Unidos, D.D. Eisenhower.

A partir de 1953, colocou-se em prática uma política externa norte-americana duramente anticomunista, que exigia dos países carentes de investimentos a criação de um ambiente favorável aos capitais privados, oriundos dos Estados Unidos. Além disto, com relação ao Brasil, a política externa norte-americana reagia desfavoravelmente perante a campanha e a concretização do monopólio estatal do petróleo, e também diante dos altos preços do café. Por fim, as relações econômicas entre os dois países arrefeceu-se com a desativação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (34). Todas estas vicissitudes da política internacional brasileira afetaram bastante as precárias condições econômicas existentes no País. As novas exigências para a inversão de capitais externos afligiram o governo getulista, como se constata nas palavras de Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda:

"O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair... O capital estrangeiro

(34) Cf. Venâncio Filho, Alberto - A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro, Fund: Getúlio Vargas, 1968, pp. 109, 172, 184, 195, 196, 270, 276, 277 328; Vieira, Evaldo - Autoritarismo e Corporativismo no Brasil. (Oliveira Vianna e Companhia). São Paulo, Cortez Ed., 2a. ed., 1981, pp. 78, 98; Ianni, Octávio - op.cit., pp. 109 a 113, 115 a 117, 120 a 122, 136, 183 a 185; Skidmore, Thomas E. - op.cit., pp. 116, 122, 124, 145, 150 a 153; 25 Anos de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965, pp. 229, 233.

no Brasil, salvo raras exceções, tem-se instalado e crescido de modo a quase impedir o crescimento e o desenvolvimento do capital brasileiro" (35).

Embora a nova política externa norte-americana tenha agravado a situação econômica do Brasil em 1953, gerando dificuldades para o programa de estabilização da economia, não se pode dizer que foram pequenas as inversões de capital proveniente dos Estados Unidos na época. Os investimentos diretos dos norte-americanos no Brasil, no período compreendido entre 1950 e 1954, cresceram aproximadamente 63%, passando de 644 mil para um milhão e cinquenta mil dólares. Tais aplicações de capital se concentraram principalmente na indústria (com aumento em torno de 88%) e no comércio (com aumento em torno de 76%), pouco se interessando pelos serviços públicos (com aumento por volta de 8,7%), no espaço de tempo indicado. É claro que estes investimentos, assim como os de outros países, recebiam recompensa nada desprezível. Um exemplo disto está no fato de que, entre 1949 e 1952, enviou-se para o exterior a quantia de 173 milhões de dólares, relativos aos lucros do capital estrangeiro no País. Aliás, num exame da entrada e da saída de recursos econômicos no Brasil, verificou-se que em 14 anos (de 1939 a 1952) somente no ano de 1947 o resultado foi positivo. Ou seja, apenas neste ano a entrada superou a saída de recursos, enquanto em todos os outros anos do período apontado a saída prevaleceu.

Portanto, se havia o ingresso de capitais externos, o peso da remessa de lucros e do repatriamento destes capitais não era fácil de suportar. Ao contrário, obrigava o governo a por vezes sacrificar seus propósitos e a delimitar sua ação. Acrescentem-se a tudo isto as bruscas quedas da venda de café no exterior em 1954, e é possível apreciar o empenho solicitado do governo de Vargas. Enfrentando ameaçadora crise política e buscando superar a difícil fase da economia brasileira, ele assistia também à diminuição das vendas de café no mercado internacional. Por exemplo, se nos primeiros se

(35) Pereira, Osny D. - *Multinacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974, p. 41.

te meses de 1953 venderam-se 4,1 milhões de sacas de café para outros países, houve uma queda considerável nos primeiros sete meses de 1954, com a procura de apenas 2,9 milhões de sacas, representando a redução de perto de 30% das vendas fora do País. Observe-se ainda a diminuição da exportação de café em agosto de 1954, mês do auge da crise do governo getulista: foram vendidas 145 mil sacas do produto, quando em agosto do ano anterior se exportaram 860 mil sacas (36).

Enfim, as perspectivas tornaram-se cada vez mais melancólicas em termos de economia exterior, devido aos paupérrimos resultados alcançados no setor. Combatendo a elevação do custo de vida e não conseguindo remover os obstáculos prejudiciais ao desenvolvimento econômico (desde os decorrentes do combate à inflação até os advindos do investimento estrangeiro e do mercado externo), Vargas resistia à demolição de suas aspirações de emancipação da economia brasileira. É verdade que as condições sócio-históricas pouco cooperavam com o Presidente da República, especialmente no que diz respeito às suas formulações do nacionalismo econômico. Mas é preciso ressaltar que a inviabilidade deste nacionalismo, e do próprio governo getulista em continuar, não se explica apenas pelas dificuldades oriundas da crise econômica interna e pelos embaraços nascidos do investimento estrangeiro. Explica-se sobretudo através da enorme capacidade de pressão sobre o poder instituído, atingida pelos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, frontalmente contrários ao nacionalismo econômico e à participação das massas populares no jogo político, mesmo segundo o estilo getulista. Se bem que por pouco tempo naquela época, a mobilização política em benefício do nacionalismo de Vargas sofreu o impacto da agitação do radicalismo conservador.

(36) Moura, Aristóteles - *Capitais Estrangeiros no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1960, 2ª ed., pp. 28, 29, 30, 70; Baer, Werner - op.cit., pp. 52, 53; Pereira, Osny D. - op.cit., p. 42.

3. O PROGRESSO SOCIAL CONFORME O TRABALHISMO DE VARGAS

As manifestações do Presidente da República, referentes à política social, ganhavam normalmente a designação de "progresso social" ou de "bem-estar social", numa evidente preocupação com a chamada "paz social". Havia, sem dúvida, especial atenção de Getúlio neste campo, conforme se pode constatar pela persistência em aludir aos temas de política social em seus discursos e em suas mensagens. Aliás, os problemas relativos ao progresso social embrenhavam-se nas discussões de outros assuntos, em geral aparecendo como meta final de seu governo. A leitura das manifestações de Vargas ao País dá a impressão de que inúmeras providências tomadas, ou apenas programadas, visavam ao dito bem-estar social, ainda que tivessem aparência distinta à primeira vista. O combate à exploração do povo, a constante prestação de contas à população quanto às medidas a serem postas em vigor, as advertências aos especuladores e até a solidariedade com os necessitados, ocupavam amplos espaços de seus pronunciamentos aos trabalhadores. Ao falar-lhes, pretendia comumente pôr à amostra sua atuação a serviço das massas populares.

"Em relação a nós mesmos, nosso escopo consiste em promover o progresso social, maior bem-estar para a coletividade, melhores condições de vida para os necessitados e desprotegidos da fortuna, realização enfim da democracia de conteúdo humano trazendo benefícios concretos para o povo" (37).

"Não pode a Nação suportar por mais tempo os atuais índices de vida de suas classes desfavorecidas, quando países menos dotados em suas potencialidades geográficas têm conseguido elevá-los a níveis mais consentâneos com a condição humana" (38).

(37) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 35 (Discurso Pronunciado no Itamarati Perante as Missões Especiais em 1/2/51).

(38) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 300 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1951).

"Consoante as diretrizes que integram o programa do Governo, criei, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto nº 30.020, de 29 de setembro de 1951, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, com a finalidade de promover os estudos e as providências indispensáveis à estruturação de uma política tendo por objetivo a melhoria das condições de vida do povo brasileiro" (39).

Reafirmando suas obrigações com as massas populares, renovava suas esperanças de aliviar-lhes a situação: "Assumi um compromisso com o povo que me elegeu: o de lutar pela melhoria das condições de vida, o de assegurar ao trabalhador, especialmente ao povo humilde e sofredor das cidades e dos campos, o eficiente amparo dos poderes públicos, a fim de se obter a estabilidade econômica, a justiça social e o bem-estar de cada um, contra a ganância, contra a ambição de lucros excessivos, contra todos os fatores do enriquecimento da vida. Essa promessa, tantas vezes reiterada nos meus discursos da campanha eleitoral, tantas vezes afiançada pelo meu passado de homem público e por tudo o que fiz em benefício do trabalhador, é para mim um compromisso sagrado e um motivo constante de preocupações" (40).

No que diz respeito, portanto, à valorização da condição humana no Brasil, é importante atentar, por exemplo, para o ideário e para as realizações de Vargas quanto à Educação. Em 1952, referindo-se ao ensino primário, ele dizia que em certos Estados brasileiros aproximadamente 75% da população em idade escolar não chegava a ter vagas para estudar, enquanto em outros Estados entre 60 e 70% da população em idade escolar ficava excluída daquele ensino. Assim, só em poucos Estados a falta de vagas era inferior a 50% da população necessitada de atendimento escolar. Por outro lado, embora a zona rural concentrasse em 1952 perto de 70% das crianças brasileiras, somente 38% destas crianças estavam matriculadas no curso primário.

(39) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 426 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952).

(40) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, p. 307 (Discurso Irrradiado do Palácio Rio Negro Pela Agência Nacional em 7/4/51).

Para Getúlio, tal situação decorria em parte da carência de prédios escolares adequados e da falta de professores habilitados. Das 28.302 escolas destinadas ao ensino primário, apenas 4.927 eram públicas, devendo-se lembrar que unicamente 70% daquelas escolas foram construídas para fins educacionais.

Propunha-se então o Presidente da República a buscar solução para os problemas do ensino primário, em particular na zona rural, através de convênios com os Estados, a fim de ajudar na ampliação da rede escolar. Indicava também a necessidade de promoverem-se cursos de atualização e de aperfeiçoamento de professores primários, além de sugerir que o ensino normal influísse com maior eficácia na formação dos novos professores. Neste sentido, tencionava construir outras 45 escolas normais, no interior e em regiões sem elas. De acordo com Getúlio, para resolverem-se as deficiências do ensino primário, era preciso igualmente reaparelhar os transportes e melhorar as vias de comunicação, incentivando ao mesmo tempo o saneamento e o aumento de produção de mercadorias fundamentais à vida. Procurava, de outra parte, mostrar que a Campanha de Educação de Adolescente e Adultos Analfabetos fora ativada por todo o País.

Mesmo diante de condições tão desalentadoras no ensino primário, o Presidente avançava em seus planos, admitindo que o acesso gratuito da população ao ensino secundário deveria ser entendido como dever do Estado. E não ficava por aí. Achava que o Estado tinha obrigação de incentivar, principalmente por meio de bolsas de estudo, o desejo de todos os (denominados por ele) menos favorecidos, aptos a ultrapassarem os limites da instrução primária, quando não houvesse escolas apropriadas a eles.

"A ascensão das massas aos bens da civilização material deve ser acompanhada de uma elevação correspondente de seu nível de educação, pois disso dependem o equilíbrio e a harmonia de sua integração social" (41).

(41) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, p. 375 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952).

Não há dúvida de que, segundo o pensamento de Vargas, o aprimoramento educacional das massas populares apenas poderia servir à paz social, à manutenção da ordem pública, dentro da sua preocupação geral de evitar conflitos. No ano de 1952, ele destacava a simplificação dos programas, com a finalidade de amenizar a sobrecarga na mente dos estudantes, como uma das mais importantes providências já tomadas pelo seu governo, relativamente ao ensino secundário. Quanto a este nível de ensino, ressaltava o empenho governamental em orientar e em fiscalizar os estabelecimentos particulares, bem como estimulava a expansão de educandários ligados ao secundário.

Getúlio considerava que o desenvolvimento econômico, em especial a industrialização, não carecia apenas de capitais nacionais e de capitais estrangeiros. Carecia também da formação de técnicos de nível médio e de nível superior, além de exigir um constante treinamento de operários qualificados. A esta altura, enfatizava o papel do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo crescimento do número de matriculados e pela preparação de uma equipe de professores, de instrutores e de administradores voltados para o ensino industrial. Acreditava, enfim, na criação de cursos de curta duração a serem ministrados pelo SENAI e na concessão de bolsas de estudo para jovens operários, como duas medidas básicas destinadas à ampliação do ensino industrial.

Quanto ao ensino superior, a política educacional do governo getulista salientava o grande valor dado ao trabalho universitário e à elevada especialização. Esta política procurava demonstrar que se tornava imprescindível a formação de cientistas, capazes de elaborar novos conhecimentos com os quais se construiria a emancipação econômica do País. A partir destes pressupostos, em 1951 se instalou a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (visando a suprir deficiências de equipamento técnico e científico) e se estabeleceu o sistema federal do ensino superior (sendo então nomeados professores catedráticos, diretores, docentes auxiliares e pessoal administrativo das escolas superiores da rede federal). Finalmente, Vargas expressava confiança em que fosse baixada uma lei de bases e diretrizes da educação nacional, revisando a

legislação iniciada em seu primeiro período de governo e fornecendo ao País um conjunto de normas disciplinadoras do crescimento educacional. Privilegiava, pois, a definição de uma orientação geral para a educação (42).

Não se pode dizer que o panorama apresentado por Vargas, quanto à Educação na época de seu segundo governo, revelasse alguma coisa além do desalento, ainda que se tratasse de um quadro traçado do ponto de vista do poder. Afastava-se do ensino primário normalmente bem mais da metade da população em idade escolar. As crianças brasileiras da zona rural pouco tinham a ver com as atividades educacionais. Faltavam instalações escolares, professores habilitados e nem se toca com profundidade na produção de material didático. Muito menos poderiam ser satisfatórias as condições de trabalho e de vida, oferecidas aos professores, de modo particular em termos de remuneração. Certamente tal panorama do ensino primário não se desvinculava de outros quadros, pertencentes ao ensino normal, ao ensino secundário, ao ensino superior e à alfabetização de adultos.

Se não se pode negar a profusão de planos a serem cumpridos e de medidas já tomadas pelo governo getulista, também não se pode deixar de salientar a fragilidade das soluções encaminhadas, principalmente diante da precária situação da Educação, como o próprio Presidente havia observado. Apontava soluções como: ampliação da rede escolar, cursos de atualização e de aperfeiçoamento, campanhas de alfabetização, bolsas de estudo, simplificação de programas, fiscalização de instituições escolares e outras de igual natureza. Representam providências um tanto esparsas, dependentes das peculiaridades de cada Estado brasileiro que acabava, em última análise, sendo o executor de tal política educacional, segundo os seus interesses. Por outro lado, cabe, acima de tudo, a Vargas uma compreensão mais larga da questão educacional. Ainda que suas propostas estivessem voltadas para o futuro, ele considerava que

(42) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, pp. 369, 371 a 382 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952). Ver também: Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, pp. 46, 165, 271 a 277, 328, 381, 382, 385 a 389, 393 a 396.

os problemas da educação se relacionavam com a melhoria dos transportes e das estradas, com o aumento do saneamento e da produção de alimentos básicos à população. Sobretudo Getúlio fez o Estado reconhecer e assumir a obrigação de fornecer escolas a todos, transformando a Educação num dever estatal e num direito de cada indivíduo, ao menos até o ensino médio.

Os anos do governo getulista foram dominados por duas tendências, quanto às despesas públicas globais com o ensino. A partir de 1950, as despesas públicas com o ensino possuíram um ritmo de crescimento superior ao das despesas públicas gerais. Tal tendência se interrompeu em 1954, pois em 1953 a percentagem dos gastos públicos com o ensino alcançou o ponto mais alto (11,7%) de aumento, em relação às despesas públicas globais. Em seguida, verifica-se nesta relação um menor crescimento, de ano a ano, correspondente ao ensino: em 1954 (10,4%), em 1955 (9,1%) e em 1956 (7,6%). Num outro ângulo, é interessante considerar as despesas públicas com o ensino primário, médio e superior. Partindo de preços constantes de 1948, nota-se que entre 1948 e 1956 as despesas públicas com o ensino tiveram um aumento de 43,8% no ensino superior, de 35,4% no ensino médio e de 20,8% no ensino primário. Relativamente aos gastos do governo federal, as atividades de educação e de pesquisa consumiam em 1950 o montante de 9,50% das despesas da União, enquanto os setores com maior participação nelas eram a administração geral (32,30%), a defesa nacional (26,94%), os transportes e comunicações (18,56%). Ora, já em 1955 é possível observar forte redução dos gastos federais com as atividades de educação e de pesquisa, que passam a tomar parte nas despesas da União com apenas 5,96%, enquanto os setores mais contemplados nestas despesas continuam sendo os mesmos indicados antes. Porém, em 1955 é outra a sequência dos maiores gastos federais: a defesa nacional (29,28%), a administração geral (27,35%), transportes e comunicações (17,15%).

No que diz respeito aos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário e a suas possibilidades de irem adiante em seus estudos, até chegarem ao curso superior, cabem algumas indicações relativas ao segundo período getulista. Antes do início do governo, em 1950, sempre utilizando números aproximados, se verifica que unicamente 16% dos alu

nos matriculados no primeiro ano do curso primário no Brasil atingia o quarto ano do mesmo curso. O processo de exclusão no ensino brasileiro tornava-se ainda mais rigoroso em outras etapas: daqueles estudantes que ingressaram no primeiro ano do curso primário, apenas 3% deles alcançava o último ano do curso médio e só 1,5% deles ingressava no curso superior. Já em 1953, em pleno terceiro ano de governo de Vargas, a situação não se alterara muito para melhor. Dos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário, perto de 17% chegava ao quarto ano deste curso, ao passo que aproximadamente 3% deles resistia até o último ano do curso médio e 1,7% deles entrava ao curso superior.

O ensino primário no Brasil, de 1950 a 1954, passou por um crescimento de 15% de matrículas iniciais e por um aumento de 16% de unidades escolares, apresentando o percentual de 1,7% na elevação da quota de alfabetização (36,7% para 38,4%), ao longo dos anos mencionados. No ensino médio, ocorreu ampliação do número de matrículas iniciais predominantemente no curso normal e no curso secundário, durante a gestão de Getúlio. Assim, considerando-se o ano de 1949 como base, igual a 100, observa-se que o índice de matrículas iniciais mudou de 133 (em 1951) para 194 (em 1954) no curso normal e que o mesmo índice passou de 120 (em 1951) para 152 (em 1954) no curso secundário. Embora os cursos comercial e agrícola tenham elevado os seus índices de matrículas iniciais (respectivamente de 105 para 135, e de 92 para 117) entre os anos de 1951 e de 1954, de forma mais vagarosa ainda do que nos outros dois cursos anteriores, parece indiscutível o medíocre crescimento de matrículas iniciais no curso industrial. De fato, mesmo se levando em conta o interesse manifestado por Vargas quanto a este curso, o número daquelas matrículas foi pequeno, alterando o índice de 101 (em 1951) para 103 (em 1954). Aliás, tanto o ensino primário quanto o ensino médio revelaram, em seu conjunto, tímido avanço para um governo que assumia a Educação como um dever estatal, ao menos nestes dois níveis de ensino. De outra parte, a trajetória do ensino superior não se encaminhou totalmente em direção dos objetivos fixados por Getúlio, que o via como um formador de cientistas em todas as áreas. Antes pelo contrário, as matrículas no ensino superior durante o governo

getulista demonstraram maior aumento em poucas áreas (administração pública e privada; estatística; direito; veterinária; filosofia; ciências e letras). As matrículas em certas áreas do ensino superior exibiam crescimento irrisório (como em medicina e em agricultura), havendo até mesmo diminuição de matrículas (como em engenharia especializada e em farmácia).

Sem transformar substancialmente a Educação no Brasil, e até mesmo mantendo determinados logros, parece ter restado ao governo de Vargas o mérito de incrementar as despesas públicas globais com o ensino. Ainda que as despesas públicas gerais com o ensino se tenham concentrado particularmente no ensino superior e no ensino médio, em detrimento do ensino primário, é necessário destacar tal fato significativo. Trata-se, no entanto, de mérito relativo, pois os gastos federais com a Educação caíram no governo getulista, assim como o processo de exclusão no ensino brasileiro sofreu mínima diminuição. Também não se pode dizer que houve mudanças muito expressivas em termos de matrículas iniciais no ensino primário. Muito menos importante foi a elevação da quota de alfabetização ao longo do governo de Getúlio, com crescimento aproximado de 1,7%. Sem dúvida, o ensino médio e o ensino superior progrediram moderadamente quanto às matrículas, embora nem sempre dentro das pretensões do Presidente da República (43).

(43) Cf. Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind.; setembro de 1957, pp. 65, 68; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., setembro de 1959, p. 93; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., outubro de 1959, p. 87; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., fevereiro de 1964, p. 52; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., janeiro de 1967, p. 77; Baer, Werner - op.cit., p. 302. Ver também: Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., maio de 1958, p. 60; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., outubro de 1966, p. 63; Sá, Nicanor Palhares - Política Educacional e Populismo no Brasil. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979, pp. 53, 54, 86; Cunha, Luiz Antônio - Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves Ed. 2ª ed., 1977, p. 132; Ribeiro, Maria Luísa Santos - História da Educação Brasileira (Organização Escolar). São Paulo, Cortez & Moraes, 1978, pp. 102, 103.

O panorama da Educação revelava-se sombrio, e então se utilizava o desgastado rótulo de "crise do ensino". Um jornal da época tem a intenção de retratar a difícil situação do ensino, dizendo que "a escolaridade média da criança brasileira é das mais baixas do mundo: um ano e quatro meses". E acrescentava: "a escola secundária falha, em parte, porque já falhou, antes dela, a escola primária". Denunciavam-se a existência de "erros de linguagem e ortografia", a "incapacidade de expressão lógica", a grande reprovação em matemática, apontando-se também o fato de que "os estabelecimentos de ensino secundário se sobrecarregam com uma tarefa que não é sua - alfabetizar - se não sempre no sentido de comunicar o alfabeto e suas combinações, ao menos no sentido de ensinar a compreensão dos textos lidos". Afinal, a questão fundamental era posta no referido jornal, seguida da resposta: "Qual a natureza das raízes da estranha condição do ensino secundário brasileiro? Ela é, sem sombra de dúvida, mais social do que pedagógica, se é que estamos preparados para admitir que os problemas da educação e ensino são substantivamente sociais e só adjetivamente pedagógicos" (44).

Acompanhando o projeto getulista de valorizar a condição humana no Brasil, torna-se imprescindível apreciar as idéias e a atuação de Vargas no que diz respeito à Saúde Pública. Não só a Educação, como também a Saúde Pública recebia dele considerável explanação. Em 1952, ele salientava que as questões relacionadas com a saúde reproduziam a situação econômico-social do País, admitindo que a solução destas questões nasceria do desenvolvimento brasileiro. Para Getúlio, a parcela da renda nacional destinada à conservação da saúde da população era igual à dos países desenvolvidos no momento, sendo isto para ele um paradoxo. Raciocinando economicamente, chegava à conclusão de que tal equiparação (entre o Brasil e os desenvolvidos da época, em termos de aplicação na Saúde) não poderia manter-se "quanto aos investimentos de maior influência sobre o progresso real do País".

Portanto, no setor da Saúde Pública, dentro das

(44) Cf. "Crise do Ensino - Aspecto da Crise Geral no Brasil". Jornal do Comércio, 29 de novembro de 1953.

circunstâncias vigentes, bastavam os recursos que vinham sendo empregados pelo governo, apenas se dando melhor planejamento e melhor coordenação das atividades sustentadas por eles. Então, segundo entendia Vargas, era suficiente distribuir recursos orçamentários aos serviços de saúde seguindo estritamente a escala de prioridade, sempre se levando em conta as necessidades do desenvolvimento econômico. Parece claro que o objetivo principal do governo getulista, relativamente à Saúde Pública, consistia em continuar o trabalho sanitário, alargando as medidas de prevenção e de assistência. Apoiando-se no Serviço Especial de Saúde Pública, que elaborara amplo programa para ação na área, Getúlio propunha-se a combater as falhas referentes à nutrição, ao saneamento, à assistência médica e à educação sanitária do povo brasileiro. Por sinal, o papel do Serviço Especial de Saúde Pública ganhava maior importância ainda para o Presidente, em razão de seu auxílio ao ensino de enfermagem, seja no campo financeiro, seja na organização de novas escolas.

As grandes campanhas sanitárias, promovidas no Brasil, representavam certamente o centro das atividades do governo federal, conforme pensava Vargas. Neste sentido, expõe as realizações passadas e os projetos futuros. Em 1952, destacava o combate à doença de Chagas, à malária, à febre amarela, à peste, às verminoses, à tracoma e à boubas. Através destas campanhas, e de outras como as de erradicação das doenças venéreas e da tuberculose, Getúlio queria abrir novas possibilidades de intervenção governamental no campo da Saúde Pública, nos anos vindouros. Quanto à tuberculose, por exemplo, eram distinguidos como iniciativas importantes realizadas pelo poder público no ano de 1951, principalmente o fornecimento de equipamentos a vários sanatórios, a construção de novas clínicas especializadas e a fundação do Instituto Nacional do B.C.G. Mas sobretudo por meio da Campanha Nacional Contra a Tuberculose é que se desejava liquidar com esta doença no Brasil, concentrando-se assim maior confiança na concretização dos objetivos da Campanha. Da mesma maneira acontecia com o câncer. Embora se intensificasse a edificação de outras instalações destinadas a atender casos desta doença e se propusessem convênios relativos a ela a serem assinados com vários Estados, a Campanha Contra o Câncer ganha

va do governo getulista uma dimensão superior. Portanto, as campanhas constituíam instrumento de aglutinação de atividades programadas para atacar determinada doença, figurando ainda como alternativa poderosa e rápida na luta contra ela.

Juntamente com as campanhas, Vargas manifestava a confiança em outras providências, tais como a educação sanitária (especialmente por meio do Serviço Nacional de Educação Sanitária); a fiscalização e a profilaxia dos portos e dos aeroportos (em particular através do Serviço de Saúde dos Portos); a proteção à maternidade e à infância (com a cooperação do Fundo Internacional de Socorro à Infância). Completavam o conjunto de propostas relativas à Saúde Pública, apresentadas pelo governo em 1952, a criação de estabelecimentos hospitalares e o aprimoramento dos existentes. Havia certas moléstias como as doenças mentais, que davam a impressão de sugerirem ao Presidente da República uma única solução geral: a construção de hospitais e de ambulatórios, e também a ampliação dos em funcionamento (45).

O segundo período da administração de Vargas contribuiu com certeza no expressivo crescimento das despesas federais com a Saúde Pública, as quais subiram de 1,32% (em 1950) para 5,45% (em 1955) do conjunto dos gastos da União. Assim, apesar da brusca redução das despesas federais com as atividades de educação e de pesquisa, registra-se grande elevação de gastos com as medidas de saúde, constituindo aumento de mais de quatro vezes no período compreendido entre 1950 e 1955. É preciso notar que as despesas com a Saúde Pública, realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, não acompanharam a tendência do governo federal. De 1951 a 1954, os gastos com a saúde mudaram de 7,5% para 7,63% do total das despesas dos Estados e do Distrito Federal. Este pequeno crescimento igualmente se verifica no âmbito dos Municípios, onde os gastos com a saúde aumentaram de 3,57% para 3,98% do total das despesas, ao longo dos anos de 1950 a 1954.

(45) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, pp. 350 a 362, 364 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952). Ver também: Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, pp. 45, 260, 261, 262, 264 a 270.

No caso do Serviço Especial de Saúde Pública, houve diminuta elevação de perto de 9% nos recursos postos à sua disposição, na passagem do governo de Dutra (1950) para o governo de Vargas (1951). Diga-se também que em 1952 tais recursos sofreram decréscimo de pouco mais de 0,1%, que toma vulto ao se considerar a desvalorização da moeda, de um ano para o outro. Ora, o Serviço Especial de Saúde Pública volta-se sobretudo para o saneamento do Vale do Amazonas, para o preparo de profissionais especializados em Saúde Pública e para a colaboração com o Serviço Nacional da Lepra. Preocupou-se ainda com atividades gerais da área, instalando serviços de saúde em numerosos municípios dos Estados de várias regiões do País. Apesar das críticas feitas aos programas do Serviço Especial de Saúde Pública, é indiscutível a relevância de seus objetivos. Mas o significativo crescimento das despesas federais no setor, durante a administração de Getúlio, certamente não decorreu de progressivos investimentos no Serviço Especial de Saúde Pública, como se pode ver nos montantes a ele destinados em 1951 e 1952 (respectivamente, CR\$ 80.595.000 e CR\$ 80.514.000).

Quais foram então os resultados do aumento das despesas federais com a Saúde Pública, mesmo se levando em conta as parcas inversões de recursos por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios? No período compreendido entre 1951 e 1954, em 38 cidades da área de atuação do Serviço Especial de Saúde Pública, as quais pertenciam aos Estados do Amazonas, do Pará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais, verifica-se que a mortalidade geral diminuiu em 28 delas, tendo aumentado em 10 cidades. Na década de 50, ocorreu uma alteração nos grupos de causas de mortes em algumas capitais brasileiras, conforme se constata na distribuição percentual nos anos de 1950 e 1959. Tomando-se 8 capitais do Brasil, observa-se que o destaque assumido pelas doenças infecciosas e parasitárias (20,6%) como grupo de causas de mortes em 1950, é substituído pelo crescimento da incidência (18,3% em 1950 para 22,4% em 1959) das doenças do aparelho circulatório. Portanto, se incontestavelmente o segundo governo de Vargas não compreendeu todo este espaço de dez anos, do mesmo modo não se pode afirmar que ele não tenha par

ticipado desta nova trajetória, iniciada em 1950, quanto aos grupos de causas de mortes em capitais.

Em relação à mortalidade infantil, basta que se examine o que se passava também em capitais brasileiras, entre 1951 e 1953. De 21 capitais, 13 delas apresentavam um coeficiente de mortalidade infantil que ficava em torno de 100 a 200 mortes até um ano de idade, por 1.000 nascidos vivos. Na verdade, naqueles anos tal coeficiente alcançava a incrível faixa de mais de 500 mortes até um ano de idade, por 1.000 nascidos vivos, nas cidades de Natal e de Fortaleza. Por conseguinte, os limites máximos do coeficiente de mortalidade infantil nas capitais, no período de 1951 a 1953, chegavam às vezes a ser alarmantes. Apenas a capital de São Paulo revelava coeficiente de mortalidade infantil, até um ano de idade, que se colocava abaixo de 100 mortes por 1.000 nascidos vivos.

O fantasma da morte rondava a infância brasileira, pois os coeficientes expostos por capitais, como Salvador e Teresina, indicavam 3 crianças mortas antes de completar um ano, em cada 10 nascidas vivas. E em Natal e Fortaleza, tal coeficiente apontava 5 crianças mortas antes de atingir o primeiro ano de existência, em cada 10 nascidas vivas. Trata-se, é bom lembrar, de um panorama da mortalidade infantil nas capitais do Brasil, onde os informes mais aparecem. O que pensar então da mortalidade infantil em outras cidades do interior do País ou na zona rural?

Porém, o governo de Getúlio parece ter obtido sucesso em algumas campanhas levadas a efeito na época, conseguindo colher a retribuição à confiança depositada nelas. Por exemplo, a Campanha Nacional Contra a Tuberculose certamente resultou em relativo êxito, ao reduzir em 52% a taxa de mortalidade por tuberculose nas capitais brasileiras, entre 1950 e 1954. No caso da luta contra a malária, também se constata diminuições dos coeficientes de mortalidade por esta doença em algumas capitais. Assim, entre 1950 e 1955, em Manaus e em Belém houve queda respectivamente de 63% e de 69,5% nos coeficientes de mortalidade por malária. Já em São Luiz e em Salvador, na mesma época, apontou-se queda respectivamente de 94,4% e de 90% nos coeficientes de mortalidade por malária.

Quanto ao combate à doença de Chagas, as atividades começaram em 1950, antes do início do segundo governo de Vargas. Neste ano, principiaram os trabalhos de lançamento de BHC nos locais infectados, com a inauguração no Rio de Janeiro de uma fábrica pertencente ao Ministério da Saúde, destinada a produzir aquele produto. Durante a administração getulista, a luta contra a doença de Chagas levou ao expurgo, com BHC, de mais de meio milhão de casas. Em que pesem as críticas válidas referentes à falta de recursos, à descontinuidade na aplicação dos projetos governamentais e até à eficiência dos expurgos domiciliares (no caso da doença de Chagas), certas campanhas conseguiram atenuar situações capazes de pôr em dúvida a própria existência da dignidade humana.

Aliás, basta passar por exame a mortalidade proporcional para habitantes de 50 anos e mais, comparando alguns países em 1950 com algumas capitais brasileiras em 1957, a fim de pintar-se um quadro das condições de sobrevivência no Brasil, inclusive num período em que o governo de Getúlio já se esgotara. Assim, em 1950, 6 países (Inglaterra, Suécia, Suíça, Nova Zelândia, Holanda, Estados Unidos) apresentavam taxas de mortalidade proporcional que variavam entre 83,1% e 74,3% para pessoas com 50 anos e mais. No Brasil, sete anos depois, em 1957, a Capital da República (Rio de Janeiro) tinha taxa de mortalidade proporcional de 41,3% para pessuas com 50 e mais anos, enquanto Recife possuía a taxa de 22,0% e Teresina chegava à inacreditável taxa de 14,4%. Embora os dados disponíveis para capitais brasileiras sem dúvida absorvam o resultado de doenças adquiridas na zona rural (onde por vezes há falta de tratamento adequado), ainda assim aquelas taxas denunciavam situações gerais de precariedade ilimitada. Por exemplo: na Capital da República (Rio de Janeiro) em 1957, 58,7% de sua população morria antes dos 50 anos, enquanto em Recife 78% das pessoas faleciam antes daquela idade. Então em Teresina, a percentagem de mortos antes dos 50 anos atingia 85,6% em 1957, o que chega a ser passível de dúvida, tamanha

a aberração (46).

Portanto, como na Educação, o governo getulista optou por uma intervenção mais setorial, segundo as necessidades mais prementes da Saúde Pública. Ocorreu, como se viu, expressivo crescimento das despesas federais com as atividades de saúde e determinadas campanhas sanitárias alcançaram resultados importantes. Mas, como o próprio Presidente da República ressaltou, tudo na área da Saúde Pública parecia não ter ido além do reestabelecimento de prioridades, atacando-se normalmente problemas mais graves. Não se pode dizer que houve alterações substanciais em termos de mortalidade infantil, principalmente fora do Centro-Sul. Tais alterações também não acontecera com a mortalidade em geral.

Por sinal, medidas puramente setoriais são indicadas para a Previdência e Assistência Social, bem como para a Habilitação Popular. Inexiste na segunda administração de Vargas qualquer preocupação com transformações globais, que atinjam a essência da política social. Encontram-se, ao contrário, decisões particulares a cada questão crucial, acaso surgida nas várias áreas daquela política. No que diz respeito à Previdência e à Assistência Social, é importante notar que de fato prevalecem soluções de acordo com as carências do setor, embora neste caso mais se valorize o atendimento individual. Na Saúde Pública, certas atividades são programadas com a finalidade de controlar determinados malefícios, cuja repercussão se dá a nível coletivo. Já em se tratando da Previdência Social, o atendimento individual predomina, o que justifica o fato de Getúlio considerá-la "a principal forma assisten-cial, de caráter público", no País.

Getúlio não se cansava de repetir que a legislação brasileira referente ao Trabalho e à Previdência Social

(46) Cf. Baer, Werner - op.cit., pp.302,304,305; Desenvolvimento & Con-juntura. Rio de Janeiro, Confed.Nacional da Ind., outubro de 1961, pp. 80,81,82,84,85; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., julho de 1961, pp.92, 93; Cupertino, Fausto - População e Saúde Pública no Bra-sil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp. 79, 80; Guimarães, Reinaldo (org.) - Saúde e Medicina no Brasil - Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978, pp.46, 65,68, 79; Mello, Carlos Gentile - Saúde e Assistência Médica no Bra-sil, São Paulo, Cebes-Hucitec, 1977, p.29.

constituía obra "das mais avançadas do mundo", construída "sem entrechoques de classes, sem lutas e sem violências". Por representar quase inteiramente um feito de seu primeiro governo a partir de 1930, a legislação trabalhista e previdenciária assumia sempre para Vargas um papel singular no conjunto de suas realizações. Além do mais, segundo ele, tal legislação figurava como um momento de antecipação governamental ao clamor dos trabalhadores brasileiros, como se antes de 1930 não existissem rumorosas reivindicações populares ou não aparecessem líderes capazes de encaminhar leis em defesa do trabalhador. Numa pretensa paralisação do processo histórico (tentativa nada incomum no Brasil), onde tudo aparentava ter começado em 1930, o Presidente da República normalmente lembrava à população seu esforço em prol da legislação trabalhista e previdenciária. Para ele, depois de 1930 o seu governo sondou as necessidades populares, venceu o egoísmo do que chamava de "classes privilegiadas", gerando não apenas um sistema de leis de proteção ao trabalhador da zona urbana, como ainda uma aceitação definitiva dos direitos relativos ao Trabalho e à Previdência Social.

Em maio de 1952, Vargas renovava sua promessa de alargar a legislação trabalhista e previdenciária, alcançando também os trabalhadores dos campos. Entendia, porém, que a proteção ao trabalhador rural trazia consigo questões atinentes à reforma agrária, ao seguro agrário, ao serviço social rural, as quais igualmente precisavam de soluções. Em vista disto, a administração getulista considerava que se deveria elaborar legislação específica, quanto ao Trabalho e à Previdência Social, para a população dos campos. Ainda nesta época, o Presidente da República tocava outra vez na sua intenção de conceder aposentadoria com salário integral a todos que contassem mais de 55 anos de idade, ou que possuísem mais de 35 anos de serviço. Acrescentava, no entanto, que mesmo em outros casos o benefício jamais poderia estar abaixo do salário-mínimo de cada região brasileira.

Com relação ao conjunto da Previdência Social, o próprio Vargas salientava sua profunda importância para aproximadamente 12 milhões de pessoas (3 milhões de segurados e seus respectivos dependentes) em 1952, ao indicar novas medi

das para a área. Diga-se logo, conforme já se fez antes, que tais medidas somente realimentavam as instituições previdenciárias existentes, sem qualquer alteração fundamental. Assim, elas se voltavam para os Institutos de Aposentadoria e Pensões, para as Caixas de Aposentadoria e Pensões e para outros serviços. Estes órgãos da Previdência Social praticamente absorviam toda a atenção e os recursos do governo, embora se encontrem ainda alguns projetos para a área. Dentre estes projetos, destacavam-se a elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social, a reestruturação do Departamento Nacional da Previdência Social, o aprimoramento dos técnicos deste Departamento e a total integração das Carteiras de Acidentes do Trabalho nas instituições da Previdência Social.

Conforme pensava Getúlio, as melhorias no Departamento Nacional da Previdência Social justificavam-se sobretudo pelas importantes funções de controle exercidas sobre os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, conferidas a tal Departamento pela legislação em vigor na ocasião. De outra parte, a incorporação definitiva das Carteiras de Acidentes do Trabalho nas instituições previdenciárias tornava-se necessidade inadiável, pois até então estas Carteiras eram implantadas aos poucos, não estando presentes em todos os órgãos da Previdência Social. Era, no entanto, na promulgação de uma Lei Orgânica da Previdência Social que se depositavam todas as esperanças de reforma do sistema previdenciário. Através da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, pertencente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o governo de Vargas pretendia realizar os estudos da Lei Orgânica, seguindo uma série de princípios básicos. Alguns destes princípios consistiam no seguinte: substituição das leis vigentes pela Lei Orgânica, uniformizadora dos benefícios, da arrecadação e da administração; definição do âmbito da Previdência Social, incluindo nela todos os que exercem atividade remunerada, exceto os trabalhadores rurais, os domésticos e os funcionários públicos; supressão dos segurados facultativos; igualdade do plano de benefícios para todas as profissões.

Mesmo com tais projetos, parece certo que as atividades dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, assim como as de outros serviços, despertavam maiores

cuidados, principalmente por causa do atendimento direto aos trabalhadores urbanos, com influência no processo de produção. A administração getulista procurava então demonstrar os crescimentos havidos no setor de benefícios, de assistência médica e de arrecadação em cada um dos Institutos e em cada uma das Caixas. Apontavam-se algumas realizações, em geral representando ampliação e reaparelhamento de ambulatórios e de hospitais, ou mais raramente abertura de novos ambulatórios. Um dos serviços oferecidos pela Previdência Social era o SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência), organizado em 1945. Por meio dele, levava-se o socorro médico à casa do segurado, para atendê-lo ou para atender seus dependentes em casos de premência, em cidades como o Rio de Janeiro (Distrito Federal), Niterói e São Paulo. Constituindo a primeira tentativa real de unificação dos serviços assistenciais da Previdência Social, o SAMDU colocava-se como um dos mais importantes recursos oferecidos por ela, sendo assim motivo de destaque para o governo de Getúlio. Juntamente com as atividades da Previdência Social, auxiliavam-se várias modalidades de Assistência Social, de caráter particular, público ou semipúblico. Aí se localizavam especialmente os asilos, os hospitais, as associações, que recebiam dotações de acordo com as possibilidades financeiras do País, em cada ano.

Dentro do âmbito da Assistência Social, distinguia-se a atuação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), da Legião Brasileira de Assistência (LBA), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC), embora Vargas apresentasse também a expansão de uma forma de assistência onde não havia necessidade de contribuição por parte do beneficiário. Tratava-se do que ele denominava de "abono familiar", destinado às famílias numerosas, a fim de estimular a natalidade e de proteger os filhos. Confiante em que a defesa das famílias era uma das bases do progresso da sociedade brasileira, o governo federal concedera em 1951 cerca de 88.322 abonos (compreendendo 765.295 dependentes), para casais com mais de 8 filhos. Segundo o Presidente da República, o aprimoramento do "abono familiar" viria no momento em que ele atingisse famílias com menor número de filhos, tendo continuidade e sendo recebido rapidamente.

A área da Habitação Popular relacionava-se em parte com a Previdência Social. A orientação era no sentido de fazer com que os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões construíssem casas para vender aos seus associados, e não somente para alugá-las. No que dizia respeito ao valor do aluguel das residências pertencentes aos Institutos e às Caixas, Getúlio sempre voltava às determinações baixadas em 1943, durante o seu primeiro período de governo, segundo as quais os aluguéis deveriam ser reduzidos ao mínimo indispensável à remuneração do capital aplicado na construção das casas, respeitando o nível salarial dos associados. Tais determinações chegavam à dispensa do aluguel do imóvel, quando o associado ou sua viúva e filhos houvessem-no habitado por 20 anos consecutivos. Assim, se tornava mais ou menos rotineira a alerta do Presidente da República, quanto aos aumentos indevidos de aluguéis por parte de certos Institutos e Caixas, desrespeitando os direitos de seus contribuintes. As Carteiras Imobiliárias, vinculadas aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, eram os órgãos responsáveis na área pelo financiamento ou pela construção de residências. Em 1951, por exemplo, promoveram o surgimento de mais de 8.000 casas ou apartamentos, tendo planejado perto de 20.000 residências para 1952, a serem edificadas pelas próprias instituições previdenciárias ou por meio de financiamento.

Sobre a Habitação Popular, o governo de Vargas se declarava favorável a uma ação em nível nacional, incluindo a zona rural. Tal ação deveria combinar recursos públicos e privados, pautando-se por um planejamento. Cabiam à Comissão Nacional de Bem-Estar Social, ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não somente o levantamento das necessidades habitacionais no Brasil, como ainda o estudo das soluções para elas. Havia, no entanto, um outro instrumento valioso no campo da Habitação, de que a administração getulista se utilizava com a finalidade de aliviar a falta generalizada de residências. Era a Fundação da Casa Popular, cujos recursos provinham do recolhimento da taxa de 1% sobre as operações imobiliárias. Ao longo do ano de 1951, o governo federal sobretudo procurou fazer com que a Fundação recebesse o montante correspondente a aquela taxa, normalmente retido pela maioria dos Estados, responsáveis pela sua arrecadação. Neste mesmo ano a Fundação da

Casa Popular concluiu 667 unidades, além de 87 outras residências edificadas em convênio com Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Em 1952, estavam programadas 560 novas casas a serem construídas pela Fundação, além de outras 43 residências construídas por meio de acordo com Institutos e Caixas.

Ora, é imprescindível apreciar a força de todas estas medidas relativas à Previdência e à Assistência Social, assim como à Habitação Popular. Antes de mais nada, chama a atenção o crescimento previsto das despesas referentes ao pagamento de benefícios (aposentadoria, pensões, auxílio-doença etc.) e à assistência médica, de 1951 para 1952. Por exemplo, para um dos maiores institutos da época, o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), calculava-se um aumento das despesas em torno de 12% no setor de benefícios e de 26% no de assistência médica, de 1951 para 1952. Deve ser salientado que, quanto aos benefícios, o IAPI passava por diminuição do ritmo de crescimento, pois entre 1950 e 1951 dera-se uma elevação de perto de 42,5% nas despesas do setor, enquanto no período de 1951/1952 se estimava um aumento aproximado de 12%. No caso do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), esperava-se crescimento das despesas em torno de 23,5% no setor de benefícios e de 75,7% no de assistência médica, de 1951 a 1952. No que diz respeito aos benefícios, constata-se que o IAPC seguia em sentido contrário ao do IAPI. Entre 1950 e 1951 houve no IAPC menor crescimento dos gastos do setor (20%) do que entre 1951 e 1952, quando foram orçados um pouco mais altos (23,5%). Inicialmente, se salienta a patente desarticulação no conjunto das previsões das atividades previdenciárias, já que cada Instituto ou Caixa mais ou menos trilhava sua própria orientação.

É, porém, o exame da receita e da despesa gerais de todas as instituições de previdência social (exceto o IPASE), entre os anos de 1951 e 1952, que esclarecerá ao menos em parte a amplitude da ação previdenciária. A simples comparação entre um ano e outro, quanto à receita e à despesa daquelas instituições, põe às claras o exíguo aumento calculado para 1952, incapaz de atender às necessidades da Previdência

cia Social, no País. De fato, apesar das manifestações de Vargas demonstrando permanente preocupação com a área, estimava-se pequeno crescimento em torno de 15,5% para a receita total, e de 12,5% para a despesa geral, no conjunto das instituições previdenciárias de 1951 para 1952. Como se não bastasse a corrosão pelo processo inflacionário dos recursos destinados à Previdência Social, existia também o já costumeiro débito do governo federal, a ser pago aos Institutos e Caixas. Sem dúvida, Getúlio falava sempre em liquidação definitiva deste débito, tendo solicitado vários estudos com tal finalidade. Mas é certo que, entre 1950 e 1951, a dívida federal com as instituições previdenciárias cresceu por volta de 45,5%. Para se ter idéia do volume do débito, basta dizer que em 1950 ele representava só para o IAPI a perda anual de juros no montante de CR\$ 230.000.000,00. Na área da Assistência Social, as subvenções concedidas pela administração getulista a entidades particulares, públicas ou semipúblicas, durante o ano de 1951, bem mostram que também aí o aumento foi muito pequeno. Confrontando-se os auxílios fornecidos pelo governo federal a aquelas entidades, em 1950 e em 1951, verifica-se que ocorreu o diminuto crescimento aproximado de 0,62%, enquanto nos dois últimos anos da gestão de Dutra (1949 e 1950) a elevação das subvenções chegou perto de 12,3%. Diga-se logo, no entanto, que Vargas pretendia ativar a área da Habitação, segundo se depreende do plano de investimentos na Fundação da Casa Popular. Estava prevista uma série de contribuições públicas para esta Fundação, ao longo de 10 exercícios a partir de 1952, perfazendo um total de mais de 1 bilhão de cruzeiros (47).

O que interessa, certamente, é ir além da simples exposição de propósitos e de medidas, feita por Vargas. No caso da Previdência Social, também se persistia no mesmo caminho já traçado na década de 30 pelo próprio Getúlio

(47) Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 2, pp. 399 a 410, 416 a 418 (Mensagem ao Congresso Nacional em 1952); 444, 445 (Discurso Pronunciado na Abertura da V Conferência dos Estados da América em 17/4/52); 461, 462, 463 (Discurso Pronunciado durante as Comemorações do Dia do Trabalho em 1/5/52). Ver também: Vargas, Getúlio - op.cit., vol. 1, pp. 285 a 291, 295, 296, 313, 314, 315, 329.

lio, então em seu primeiro governo. Atendia-se ao indivíduo isoladamente, sobretudo se ele era trabalhador urbano, empregado de uma empresa. Tal fato se torna ainda mais claro quanto à assistência médica, fornecida pela Previdência Social. Examinada em profundidade e postas de lado as boas intenções, não é exagerado dizer que a meta central da assistência médica se resumia em dar ao paciente condições de regresso o mais depressa possível a seu serviço. Em vez de olhar para a sua situação geral de vida, a assistência médica cuidava de devolvê-lo brevemente ao trabalho, a fim de voltar a participar do processo produtivo.

Portanto, a Previdência Social cumpria seu papel original, socorrendo as massas de trabalhadores urbanos, mas ao mesmo tempo pacificando-as, ao evitar que elas viessem a intervir livre e organizadamente nos conflitos políticos. Aliás, no que diz respeito ao domínio estatal sobre o operariado urbano, através da Previdência, deve-se lembrar que os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram constituídos como autarquias, que tais Institutos se basearam também em princípios do corporativismo, e que enfim estavam todos sob a égide da ideologia da "paz social". Por um lado, como autarquias, os Institutos de Aposentadoria e Pensões tiveram de sujeitar seus recursos a maior controle governamental. Por outro lado, como produtos do ideário corporativista, o presidente de qualquer das instituições previdenciárias (Institutos e ainda as Caixas de Aposentadoria e Pensões) precisava ser nomeado pelo Presidente da República, ficando o órgão colegiado de cada uma delas composto de igual representação de empregados e de empregadores. Na época, a Previdência Social abrangia parte relativamente pequena dos habitantes do País, mas parte muito significativa em termos de pressão sobre o poder. Assim, em 1952, ela assistia a cerca de 19% da população brasileira, por meio de 30 Caixas e de 5 Institutos de Aposentadoria e Pensões. Embora tivesse alargado seu campo de atuação desde os seus primórdios, ao longo do segundo governo de Vargas a Previdência Social continuou a proteger unicamente a população ativa das cidades, excluindo os trabalhadores rurais. Havia, porém, outros excluídos.

Mesmo fazendo parte da população ativa das cidades, as instituições previdenciárias não cobriam os empregados domésticos, os profissionais liberais e os trabalhadores autônomos, além de não atingirem também os funcionários civis e militares, que possuíam o seu próprio regime previdencial.

Como sempre acontecera, em última instância a Previdência Social era sustentada pelas contribuições de toda a população trabalhadora do Brasil. Ela é que sofria descontos em seus salários, ela é que comprava mercadorias e serviços (em cujos preços os empregadores descarregavam sua parte), e ela é que pagava impostos (de onde o governo federal extraía sua porção para aplicar nas instituições previdenciárias). Apesar de tudo, na segunda administração getulista houve crescimento razoável da Previdência Social. De 1951 a 1954, por exemplo, o valor médio dos benefícios (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão, auxílio-natalidade, aposentadoria por velhice e auxílio-funeral) pagos pelo IAPI aumentou aproximadamente 59%, em todo o País. Num período de 6 anos (de 1950 a 1955), no qual se inseriu a segunda gestão de Getúlio, o total de contribuintes das instituições previdenciárias elevou-se de mais de 25%, enquanto o número de aposentados por invalidez e por velhice subiu quase 101%, e o de pensionistas atingiu a nada desprezível percentagem de perto de 57%. A partir de tais dados, relativos a benefícios, verifica-se que neste campo a ampliação do grupo de favorecidos ocorria bem mais aceleradamente do que o crescimento do corpo de contribuintes da Previdência Social.

O Presidente da República deu inúmeras demonstrações inequívocas de sua preocupação com a melhoria da Previdência Social, mesmo sem alterar suas bases. O novo Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, baixado em 1954, bem mostrava este fato. Por ele, todos os Institutos passavam a oferecer assistência médica aos seus contribuintes e ainda aos familiares deles. Entre outras providências, o Regulamento concedia a possibilidade de a aposentadoria e a pensão, em certas circunstâncias, chegarem até o valor integral do salário do empregado. Acatava, por

tanto, Vargas determinadas reivindicações referentes ao regime previdencial, repetidamente expostas pelas massas trabalhadoras, em especial de São Paulo. A própria imprensa da época punha às claras as dificuldades presentes no aprimoramento das instituições previdenciárias. Se, de um lado, o governo federal não pagava as quotas de contribuição devidas à Previdência Social, acumulando dívidas equivalentes a um terço do orçamento nacional; de outro lado, existia a dívida dos empregadores.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões figuravam indiscutivelmente como os maiores coletores de poupança do País naquele momento, tendo neste particular mais importância do que as Caixas Econômicas. Daí o desinteresse em cumprir as suas obrigações com as instituições previdenciárias, de interesse manifestado em geral por parte da União e governos estaduais, por parte da maioria do Congresso Nacional e por parte dos empresários. O certo é que, a cada oportunidade, recorriam à Previdência Social, buscando obter vantagens. A tudo isto, se deve acrescentar o vigor da oposição ao governo getulista, revelado também no setor previdencial. Para imaginar-se a força oposicionista, basta tomar o caso da Confederação Nacional da Indústria, que impetrou mandado de segurança contra a nova regulamentação dada, em 1954, aos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Segundo tal Confederação, existiam várias ilegalidades no Regulamento. Ela contestava desde a autorização para os Institutos devassarem a escrita das empresas até o cancelamento do teto para as contribuições à Previdência Social, anteriormente fixado em CR\$ 2.000,00. Ela resistia bastante, sem dúvida, ao novo Regulamento, rejeitando ainda a obrigatoriedade de contribuição previdenciária pelos diretores, gerentes e sócios de firmas coletivas, o que, a falar a verdade, não era demais (48).

(48) Cf. Possas, Cristina de A. - Saúde, Medicina e Trabalho no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1980, dissertação de mestrado, mimeo, pp. 232, 252, 257, 259; Malloy, James M. "Previdência Social e Classe Operária no Brasil". Estudos Cebrap 15. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências/Ed. Brasiliense, 1976, pp. 121, 122; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1959, p. 123; Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação G. Vargas, janeiro de 1957, pp. 77 a 79; "35 Instituições de Previdência no País". O Tempo, 23 de março de 1952; "Atrasados Também os Empregadores nas Parcelas que lhes Cabe Pagar". Diário de

Como se pôde ver, Vargas tomava medidas dominantemente setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Previdência e Assistência Social. Medidas setoriais também aconteciam na área da Habitação Popular, onde a situação dava a conhecer um quadro impressionante, conforme se observa em alguns informes da época. Mesmo antes da segunda gestão de Getúlio, em pesquisa sobre a habitação em São Paulo, dirigida pelo Padre Lebrete no ano de 1947, chegou-se à conclusão de que "os casebres são ocupados por uma população sem dúvida muito pobre e mal educada, que vive de recursos casuais, em um estado de absoluta falta de higiene, às vezes com uma cozinha rudimentar comum a diversas famílias". E tal pesquisa colocava como elemento essencial "a desigualdade na repartição das superfícies habitáveis: habitações terrivelmente superpovoadas e miseráveis vizinham palácios suntuosos". Já em 1950, na então Capital da República (Rio de Janeiro), existiam 186.000 favelados, representativos de 1/13 dos habitantes de toda a cidade. Os favelados do Rio de Janeiro formavam uma população superior a 11 capitais estaduais do País, estando composta sobretudo de homens entre 20 e 39 anos de idade, de maioria negra. É importante ressaltar que a grande parte dos favelados cariocas trabalhava especialmente na indústria e em serviços diversos, como lavagens de roupa, empregos domésticos e diversões.

Nesse mesmo ano de 1950, se revelou que havia no Brasil perto de 10 milhões de domicílios particulares (37% nas cidades e 63% fora delas), dos quais nada menos de 7 milhões eram construídos com madeira, com pau-a-pique ou com algo semelhante. Não existiam mínimas condições de conforto e de higiene, pois apenas 16% do total de domicílios ocupados no País possuía, naquela ocasião, água encanada, 25% deles tinha iluminação elétrica e 33% era dotado de aparelho sanitário, achando-se somente 6% dos aparelhos ligados à rede coletora geral. Em 1950, calculava-se a carência habitacional em

(48) Continuação da página anterior

S. Paulo, 10 de março de 1954; "Trará Melhoria Substancial nos Benefícios aos Segurados". *Diário da Noite*, 15 de maio de 1954; "Em Defesa da Ordem Econômica e da Própria Ordem Jurídica". *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1954. Ver também: Barros, Alberto da Rocha, *Origens e Evolução da Legislação Trabalhista*. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1969, pp. 50, 54, 55.

torno de 2,4 milhões de casas para todo o Brasil. Com o crescimento das principais cidades brasileiras, cada vez mais se configurava a triste opção para o trabalhador urbano: morar em favelas sobre os morros, mais no centro, bem próximo de seu emprego; ou então despender diariamente 4 a 5 horas, indo para a sua ocupação e voltando para o subúrbio, onde ele residia de modo nem sempre diferente do que vivia o favelado.

A administração getulista remediou esta crise habitacional, apesar dos obstáculos políticos e econômicos. É bom notar a evolução da construção civil no País, cujo crescimento parece aceitável no período, indicando até o aumento de pouco menos de 63% de habitações com 50 m² cada uma, de 1953 para 1954. Aliás, quanto ao desempenho da construção civil, se deve mencionar também a diminuição do seu ritmo de expansão, de 1954 em diante. O governo de Vargas movimentou a área da Habitação Popular através dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, e também por meio da Fundação da Casa Popular. Nesta área, o Presidente da República ainda queria uma atuação em nível nacional, reunindo recursos públicos e privados. Ele levou então as Carteiras Imobiliárias dos Institutos e das Caixas a edificarem moradas nas várias regiões brasileiras, para vender aos seus associados, e não apenas para alugá-las. Por exemplo, em 1951 tais Carteiras Imobiliárias propiciaram a construção de mais de 8.000 casas ou apartamentos. Ao longo deste mesmo ano, a Fundação da Casa Popular terminou 667 unidades, além de outras feitas em convênio. No Distrito Federal (Rio de Janeiro), porém, esta Fundação apresentou resultado bem superior, ao levantar cerca de 1.300 residências destinadas à população necessitada. Nem por isto se pode falar que a carência habitacional foi atacada em profundidade. De fato, supria-se a falta de moradias com providências tímidas, seguindo a premência do momento (49).

(49) Cf. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação G. Vargas, maio de 1952, pp. 34, 37, 38, 40; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1959, p. 113; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1959, pp. 103 e 104; Lebrete, Rev. P.J.L. - Sondagem Preliminar a um Estudo Sobre a Habitação em São Paulo. São Paulo, Departamento de Cultura, Separata da Revista do Arquivo, nº CXXXIX, 1951, p. 52;

Vai-se retirar, a partir daqui, a conclusão do capítulo. A princípio, chama a atenção o significado da morte de Getúlio Vargas. Seu suicídio representou o primeiro momento de negação da presença das massas populares no jogo político, dentro do regime instituído pela Constituição de 1946. O fim do governo getulista deixou às claras a impossibilidade de continuar a mobilização até mesmo controlada das massas, segundo orientava o próprio Presidente da República. Ainda ficava mais evidente que a índole golpista da oposição radical excitava-se perante qualquer manifestação independente dos trabalhadores, aliás condenada por ela também em seus supostos indícios. A massa trabalhadora achava-se um pouco mais liberta das amarras estatais, enfrentando como podia os ditames da classe dominante. A ocasião apresentava sérios empecilhos para contê-la, em decorrência da luta política que ia atingindo o auge. Não é despropósito dizer que expressivos contingentes das camadas populares apoiaram Vargas em seu supremo esforço visando à conservação do cargo de Chefe de Estado, e apoiaram por livre exercício de escolha ou em resposta às convocações presidenciais. A morte de Getúlio criou condições favoráveis à continuação da aliança PSD/PTB nas eleições presidenciais de 1955, repetindo o que já se dera em 1945 e em 1950.

O exame do segundo período getulista, porém, não pode deixar de lembrar os estorvos para a aplicação de uma política econômica de cunho nacionalista ao Brasil da época. Vargas ofereceu resistência à derrubada de seus anseios de emancipação da economia brasileira. Mas, aos poucos, tais anseios se foram tornando inviáveis em virtude da crise econômica interna, dos embaraços nascidos do capital estrangeiro e, acima de tudo, por causa da enorme capacidade de pressão sobre o poder instituído, alcançada pelos grupos mais conservadores da sociedade brasileira. De um lado, o radicalismo conservador agitava-se com as formulações e com as realizações naciona

(49) Continuação da página anterior

Guedes, Joaquim - "Problemas da Habitação e Planificação do Brasil". Tema 2. São Paulo, Grêmio da FAU/USP, outubro de 1965, p. 2; Serran, João Ricardo - O IAB e a Política Habitacional Brasileira. São Paulo, Schema Ed., 1976, p. 35.

listas do Presidente da República. De outro, temia a participação das massas populares no jogo político, mesmo dentro do estilo getulista. Este estilo era marcado pela mobilização controlada pelas palavras de Vargas e pela máquina estatal, assentando na política econômica de caráter nacionalista e na política social de natureza trabalhista. Cerceada a ação governamental pela grave situação que se foi criando gradativamente, a política social sofreu também os tropeços da política econômica. Neste sentido, a política social do segundo governo de Getúlio Vargas reduziu-se a um conjunto de deliberações predominantemente setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Inexistia qualquer preocupação mais profunda com transformações gerais, que alcançassem a essência da política social. Vargas baixou decisões particulares a cada questão importante e urgente, surgida no âmbito da política social. Sem meios de concretizar até mesmo todas as suas promessas neste campo, o Presidente da República dedicava-se a remediar casos mais aflitivos. Distante de medidas estruturais em sua atuação governamental, Getúlio só veio a melhorar as condições de vida da população carente no Brasil, através de algumas providências dispersas de política econômica e de política social. Embora pregasse a melhoria das condições de vida dos necessitados, procurando reuni-los em torno de si, ele não avançou além das soluções de momento.

Atingida esta fase do trabalho e estudado o governo getulista nos aspectos aqui considerados relevantes, passa-se para a etapa seguinte. Nesta, se vai concentrar a análise no governo de Juscelino Kubitschek.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK E A CRIAÇÃO DO PAÍS DO FUTURO

1. DA POSSE INTRANQUILA À DEFESA DA ORDEM VIGENTE.

No dia 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek elegeu-se Presidente da República com 3.077.411 votos. A vitória eleitoral de Juscelino representava 36% da votação geral, que era uma percentagem bem menor do que a alcançada por Getúlio em 1950 (49%) e por Dutra em 1945 (55%). De fato, na eleição presidencial de 1955 ocorrera grande divisão de votos entre os candidatos, ficando Juscelino com 36% da votação total, enquanto Juarez Távora chegava a 30%, Ademar de Barros atingia 26% e Plínio Salgado recebia apenas 8% dos sufrágios. A Vice-Presidência da República tinha sido conquistada por João Goulart, através de votação (3.591.409) superior à obtida por Kubitschek. Mas a diferença entre Goulart e Milton Campos, o segundo colocado na eleição para Vice-Presidente, era inferior à diferença havida entre Juscelino e Juarez Távora. O que se pode, desde logo, apontar é o sucesso renovado da coligação PSD/PTB, que outra vez conseguia eleger sua chapa, composta de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Não têm faltado explicações para o êxito eleitoral desta aliança partidária. No caso específico de ambos, procura-se demonstrar a influência do suicídio de Vargas na debilitação da UDN e no fortalecimento da coligação PSD/PTB. E mais: se isto é verdade, deve-se acrescentar que a morte de Getúlio abriu caminho para seus herdeiros, num momento em que o conservadorismo radical da oposição civil e militar conseguia praticamente atalhar o percurso do seu segundo governo. Além disto, a aliança PSD/PTB com certeza possuía outros motivos para perdurar, em meio às investidas da oposição exaltada. Dentre estes motivos, se encontra a preservação das vantagens decorrentes do controle

dos órgãos estatais, que levava os dois partidos a pôrem de lado as eventuais dissensões.

Por volta de abril de 1955, tanto o PSD quanto o PTB já se uniam em prol da chapa Juscelino-Jango, visando à conquista da vitória nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, a realizar-se em outubro do mesmo ano. Ora, a UDN, como principal partido oposicionista, contava apenas com o apoio das agremiações pequenas, do tipo do PDC e do PL, não lhe restando assim muitas condições de sucesso numa competição eleitoral com a coligação PSD/PTB. A transformação, portanto, do jogo político somente poderia acontecer, do ponto de vista dos udenistas e de seus aliados, através do veto à candidatura de Juscelino-Jango por parte dos militares. Recorria a UDN assim a um recurso que, aos poucos, lhe parecia o mais satisfatório, dentre os existentes em seu surpreendente arsenal de soluções para a política brasileira. Nascida no ambiente ameno do pensamento liberal, a UDN foi revelando em meio a derrotas eleitorais sua outra faceta antidemocrática. Combinava então atitudes de difícil compreensão do ângulo da ideologia partidária, pois por um lado defendeu o monopólio estatal do petróleo, lutou contra a cassação de mandatos de deputados comunistas e, por outro lado, combateu o intervencionismo do Estado na economia, acabando por tornar-se o arauto das denúncias de infiltração comunista na esfera pública. E daí não é exagero indicar várias tendências golpistas no interior da UDN, das quais aqui merece destaque aquela que repelia todo o legado de Vargas, inclusive Juscelino Kubitschek e João Goulart. Portanto, um veto militar à candidatura de ambos afigurava-se para ela o primeiro momento de intervenção mais ampla das Forças Armadas na vida política brasileira.

Em 31 de janeiro de 1956, Kubitschek tomava posse como Presidente da República e Goulart assumia o cargo de Vice-Presidente. Na realidade, se a vitória eleitoral dos dois candidatos deveu-se principalmente à pertinácia de ambos e à máquina do PSD e do PTB, é certo que a posse dos eleitos somente aconteceu por vontade e obra do grupo militar liderado pelo General Henrique Teixeira Lott. Os candidatos vencedores percorreram um caminho repleto de percalços, antes e so

bretudo depois do triunfo no pleito. As vicissitudes principiaram tão logo Café Filho passou a ocupar a Presidência da República em virtude do suicídio de Vargas, de quem era o sucessor legal, e mesmo anteriormente a existência de qualquer candidatura à eleição presidencial de 1955.

Já em setembro de 1954, setores civis mais extremistas dos partidos conservadores sustentavam a proposta antidemocrática do adiamento das eleições para renovação do Congresso Nacional, a ocorrer em outubro daquele ano. Em bora tal adiamento não se tenha consumado, novos obstáculos foram interpostos, particularmente com a finalidade de coibir os avanços da aliança PSD/PTB. Em 1955, chefes militares tentaram evitar candidaturas partidárias, o General Canrobert Pereira da Costa (chefe do Estado-Maior do Exêrcito) sugeriu em discurso sua oposição à candidatura Juscelino-Jango e, acima de tudo, levantou-se o protesto contra tal candidatura, quando ela recebeu apoio do PC. Ainda durante o ano de 1955, depois da eleição de ambos, estabeleceu-se de novo o debate em torno da legalidade da posse dos vencedores e da ilegalidade dos votos comunistas, porventura dados a eles. Outra vez, como já acontecera com Getúlio Vargas, sobretudo a UDN defendia o ponto de vista de que a Constituição de 1946 exigia da chapa eleita a maioria absoluta de votos no pleito presidencial, que aliás ela não tinha conseguido. Kubitschek e Goulart eram também acusados de violação da lei, à medida que teriam eventualmente se beneficiado da votação dos comunistas. Mais um passo adiante na escalada golpista e passou-se a preconizar um "regime de exceção" para o País, entregue naquele momento às desventuras de mais uma crise. Novembro de 1955 retrata bem o conjunto de decisões tomadas pelo General Lott, então Ministro da Guerra, visando especialmente a criar condições para a posse dos eleitos. A verdade é que novembro começou com um Presidente da República (Café Filho), em razão de doença substituído por outro (Carlos Luz), por sua vez afastado pelos militares dirigidos pelo Ministro da Guerra. Enfim, o mês terminou quando já existia novo Presidente (Nereu Ramos), o qual empossou Juscelino em janeiro de 1956, durante vigência de estado de sítio e depois de ter escapado da tentativa de retorno ao poder, empreendida por

Café Filho. Um dos líderes radicais da UDN, Carlos Lacerda, opinou sobre os acontecimentos precedentes à posse dos candidatos vencedores, procurando explicar o sentido da oposição feita a eles.

Relembrava então a proposta do adiamento das eleições parlamentares de outubro de 1954: "Nessa altura dos acontecimentos, quando nós, de certo modo, conspirávamos para ver se forçávamos o Café Filho a adiar as eleições, éramos no Exército uma minoria, mas uma minoria muito atuante, que eram esses famosos coronéis do Canrobert. Na Aeronáutica era quase unânime. A Marinha sempre ficou muito menos politizada, ficou muito mais por fora. (...) Eu sugeria, sobretudo, o adiamento das eleições. Isso para destraumatizar a opinião pública, quer dizer, deixar que ela voltasse a uma certa normalidade; que ela esquecesse um pouco a tragédia do suicídio de Getúlio; que se desmontasse a máquina do Ministério do Trabalho, a máquina do peleguismo sindical que o Café Filho manteve intacta" (1)

Falava sobre a tese da necessidade de maioria absoluta de votos no pleito presidencial: "Aí eu comecei a defender a tese, primeiro, da maioria absoluta, para ver se tentávamos, através dela, evitar uma eleição de uma pequena maioria que entrasse o país de volta àquelas forças que o tinham levado a todas essas crises. O Aliomar Baleeiro e alguns outros aderiram a essa tese, mas muitos da própria UDN não aceitaram. E, vamos dizer a verdade, o povo sentiu que era uma manobra em cima da eleição, quer dizer, era uma manobra para mudar a "regra do jogo", depois do jogo começado. E evidentemente não pegou" (2)

Remetia-se ao significado do "regime de exceção", também apregoado por ele na época: "Eu o chamava de "regime de exceção" por ser um regime de transição, durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao País entrar num regime democrático mais autêntico: eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que à emoção". (3)

(1) Lacerda, Carlos - "As Confissões de Lacerda". Jornal da Tarde, de O Estado de S. Paulo, 19 de junho de 1977, p. 11.

(2) Lacerda, Carlos - op.cit., p. 11.

(3) Lacerda, Carlos - op.cit., p. 11.

Aludia à sua atuação durante os eventos de novembro, que vieram a criar condições propícias à posse de Juscelino e de Jango: "No 11 de novembro de 1955, época do episódio do Tamandaré, eu era golpista num certo sentido. É a mesma coisa que em 64. Eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral. Porque aquela eleição, na minha opinião, era um golpe, era a volta da máquina, era o uso da máquina existente para coonestar, por via eleitoral, o golpe permanente que havia contra o País " (4)

As proposições de Carlos Lacerda e de seus aliados feriam certamente, como se pode constatar no depoimento acima, os princípios basilares do regime e da convivência política, impostos pela liberal-democracia. A tais manifestações declaradamente golpistas respondia Juscelino Kubitschek com profissão de fé democrática, defendendo a ordem instituída e aos poucos se fazendo respeitar pela firmeza e pela habilidade na aplicação da lei. Ele ofertava ao País, além de sua intensa simpatia pessoal, um projeto otimista de desenvolvimento, que entendia ser capaz de levar o Brasil a seu grande futuro. Nem mesmo pesadas acusações afastavam-no da pregação em favor do respeito à Constituição de 1946 e em louvor dos benefícios do desenvolvimento. Carlos Lacerda, por exemplo, denunciava Kubitschek "como recebedor de favores e causador de prejuízos ao Banco do Brasil, por via de sua influência política a frente do Banco Comercial da Capital da República" (5). E, em meio a inúmeros ataques, Juscelino transfigurava-se em mensageiro da legalidade, do progresso e da esperança.

A legalidade e a manutenção da ordem representaram preocupações permanentes ao longo do governo de Kubitschek, e até antes mesmo de sua posse: "Sou um homem desarmado, mas como o Sr. Ministro

(4) Lacerda, Carlos - op.cit., p. 12.

(5) Lacerda, Carlos - "O Banqueiro Kubitschek e seu Dinamismo". Tribuna da Imprensa, 8-9 de janeiro de 1955.

da Guerra, não recuarei um passo na defesa da legalidade" (6). "Estou consciente antes de tudo de que o destino do meu governo se confunde com o próprio destino do regime. Não o proclamo por vanglória nem para obter complacências, mas para assinalar um fato e caracterizar responsabilidades" (7). "Não confundo o poder com a violência, nem a autoridade com a força bruta, pois isto não é do meu estilo de governar, nem da minha natureza humana... Mas não tolero, de modo nenhum, a desordem no País, nem admitirei qualquer atentado à dignidade do Estado, representada essencialmente no princípio de autoridade" (8).

Também a esperança no futuro de grandeza nacional constituiu assunto constante nas manifestações juscelinistas: "A primeira afirmação que faço de candidato à Presidência da República é de que muito espero e muito confio no Brasil. Ninguém, nenhuma voz fatal terá o poder de inoculá-me o veneno do desânimo, da descrença, do pessimismo. (...) Poupou-me Deus o sentimento de medo, como me poupou a arrogância e a vaidade: saberei, por isso, enfrentar com decisão tranqüila os obstáculos que se apresentarem" (9). "Se alguma coisa, aliás, nos falta, é termos consciência exata de que somos irremediavelmente um grande País.

-
- (6) Kubitschek, Juscelino - "Juscelino responde a Lott: Não há Pacto com o PC". Diário Carioca, 18 de agosto de 1955. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Vida Digna para o Trabalhador". Diário Carioca, 12 de fevereiro de 1955; Kubitschek, Juscelino - "Ninguém faz favor a São Paulo colaborando com o Trabalho dos Paulistas antigos e Heróicos Conquistadores de terras para o Brasil". A Gazeta, 10 de julho de 1957; "Relato de Kubitschek sobre 3 anos de sua Administração". O Estado de S. Paulo, 19 de fevereiro de 1959; Kubitschek, Juscelino - "Reprimirá o Governo Federal quaisquer Atos de Terrorismo". O Estado de S. Paulo, 13 de novembro de 1959; Kubitschek, Juscelino - "Kubitschek diz que ninguém tolerará qualquer pausa na marcha pelo desenvolvimento". O Estado de S. Paulo, 24 de dezembro de 1960.
- (7) Kubitschek, Juscelino - "Estou consciente de que o Destino do meu Governo é o próprio destino do Regime". Correio Paulistano, 27 de maio de 1956.
- (8) Kubitschek, Juscelino - "Não tolero desordem no País nem admito qualquer atentado à dignidade do Estado". O Globo, 2 de junho de 1956.
- (9) Kubitschek, Juscelino - "Poupou-me Deus o Sentimento de Medo". Correio da Manhã, 2 de janeiro de 1955.

Não podemos convencer os outros dessa realidade quando não estamos dela convencidos" (10). "Temos o dever de não consentir que o encontro com o grande destino do Brasil seja eternamente postergado. Temos o dever de não consentir que a distância que medeia entre o nosso estágio de desenvolvimento e o dos países industrializados e poderosos aumente de maneira perigosa para o nosso futuro" (11).

O programa político de Juscelino, portanto, apresentava-se na conservação da ordem legal da época e na confiança no futuro de grandeza nacional para o Brasil, comumente apresentadas através de um clima onde o otimismo era difundido por atacado e a varejo. Tais pressupostos ideológicos vinham acrescidos de outros tantos, como a consolidação do regime democrático, o alinhamento com o chamado "mundo livre", a inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro ao País e o desenvolvimentismo. Por sinal, a panacéia do desenvolvimento aflorava quase sempre durante o exame de qualquer dificuldade nacional, apresentado pelo Presidente da República. Nem mesmo situações mais críticas, às vezes denunciadas por fatos mais ou menos evidentes, levavam-no a relegar o desenvolvimentismo. A título de exemplo, pode-se considerar a questão das denominadas "populações mais esquecidas e deserdadas", envolvendo no caso a própria concepção de "justiça social". Para Kubitschek, o povo brasileiro já percebera a inutilidade das críticas vazias e das restrições aos investimentos, que não viriam a conceder os direitos fundamentais a uma "legião de párias sem nenhum horizonte, a não ser o da pobreza mais completa e desumana". Ora, se isto podia ser certo, tal não acontecia com a solução indicada para transformar as condições precárias em

(10) Kubitschek, Juscelino - "O Presidente Juscelino Kubitschek em Santos". A Gazeta, 30 de janeiro de 1957.

(11) Kubitschek, Juscelino - "Não temos o monopólio do Custo de Vida em Ascensão". O Estado de S. Paulo, 13 de março de 1959. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Dentro de 40 anos será o Brasil uma das Nações Líderes do Mundo". A Gazeta, 3 de março de 1959; Kubitschek, Juscelino - "Se é Crime ambicionar a grandeza de seu País, Não escondo este meu Crime". Diário da Noite, 19 de fevereiro de 1960.

que viviam as "populações mais esquecidas e deserdadas". Na verdade, Juscelino lançava mão do vago recurso do desenvolvimentismo também para vencer as difíceis condições de vida daquelas populações, como se estivesse utilizando um instrumento rápido, eficaz e sobretudo definido. Sendo coisa do futuro e exibindo eficiência discutível, o desenvolvimento para Kubitschek atingia ainda tal amplidão que nele tudo cabia. Esta ideologia, no entanto, de acordo com o ponto de vista presidencial, servia como alternativa capaz de encaminhar a "legião de párias" para melhores dias, embora suas necessidades fossem imediatas. Servia igualmente como caminho para a justiça social, pois representaria "o único meio de que dispomos para chegar a esse fim", apesar de já se registrarem naquela ocasião mobilizações contrárias à aplicação de sua política econômica, devido às repercussões danosas em especial para as massas populares (12). O desenvolvimentismo juscelinista servia, enfim, como trajetória para "o encontro com o grande destino do Brasil", o que não era pouco, a bem da verdade.

As condições adversas em que se sucederam a campanha eleitoral e a posse, bem como o cumprimento do ordenamento jurídico vigente com certa habilidade e vigor por parte do Presidente da República, contribuíram bastante para que ele viesse a proclamar o advento da estabilização do regime democrático no Brasil, a partir de seu governo. Nos idos de 1958, após as eleições, anunciava o que deu a entender como sendo a tranqüila ousadia de declarar realizada uma de suas fundamentais metas políticas. Esta meta "consistia em não permitir que se reproduzissem pronunciamentos indevidos, perturbações e ameaças todas as vezes que se verificavam eleições". Especialmente em 1960, ao estar-se findando seu governo e por ocasião do pleito presidencial, reiterava a conquista desta meta, festejando os progressos na consolidação do regime democrático, à medida que a eleição não passava por transtornos decorrentes do "pretexto de corrigir erros da vontade

(12) Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Paz Política e Respeito à Paz Social". O Tempo, 16 de outubro de 1955; Kubitschek, Juscelino - "Discurso de 19 de maio aos Operários da Nova Capital". O Estado de S. Paulo, 3 de maio de 1960.

popular". Prestando conta de sua gestão, Kubitschek dizia que ela ofertara "plena afirmação das liberdades outorgadas pela Carta Magna e garantias integrais para o exercício da cidadania".

Naturalmente, a reabilitação da democracia no Brasil constituía tarefa bem mais considerável, pois carecia ao menos de fixá-lo entre as nações do dito "mundo livre" e também de prepará-lo para receber a ajuda do capital estrangeiro. No entender de Juscelino, "pertencemos nós brasileiros a um certo sistema, que é o do mundo livre e o da democracia". Parece claro que o alinhamento do País com o Ocidente, ao basear-se nas "afinidades naturais", pressupunha especialmente a colaboração do capital externo, oriundo das principais potências do capitalismo. Kubitschek repetiu com poucas variações a ideia de que cada país, quando está empreendendo sua luta pelo desenvolvimento, também deve receber o apoio necessário das nações mais evoluídas economicamente. Tal raciocínio era exposto às vezes até mesmo com certa agressividade, sobretudo quando a séria situação econômica do Brasil exigia, como no caso do rompimento das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 1959. Nesta oportunidade, ressaltava que "não necessitamos apenas de conselhos, embora os aceitemos com prazer quando convenientes - , mas de cooperação efetiva e dinâmica, e que essa cooperação é altamente rentável a quem se dispuser a ajudar-nos".

Exatamente dentro desta linha de pensamento se inseria a proposta da Operação Pan-Americana (OPA), desencadeada por Juscelino de modo especial a partir de junho de 1958. Por esta época, ele remeteu uma carta ao Presidente dos Estados Unidos, D.D. Eisenhower, solicitando-lhe a revisão da política norte-americana referente aos países da América. Kubitschek anunciava então seu propósito de ver examinadas as realizações em prol dos ideais pan-americanos, o que recebeu pronto apoio de Eisenhower, ao manifestar-se "encantado de que Vossa Excelência haja tomado a iniciativa neste assunto". O Presidente brasileiro defendia o direito de opinar e de colaborar para o melhor entendimento entre os países americanos, normalmente destacando a extrema importância do pan-americanismo na superação do subdesenvolvimento. Sem dúvida, partindo destas

alegações, Juscelino ia direto aos apelos fundamentais, dirigidos especialmente aos Estados Unidos. Pedia mais investimentos, mais assistência técnica, maior proteção do preço dos produtos primários e maior aperfeiçoamento dos organismos financeiros internacionais. Não se pode dizer que ele tenha alcançado tão rápida adesão às suas solicitações por parte dos norte-americanos, quanto foi a aprovação verbal de Eisenhower. Logo, o Secretário de Estado, J.F. Dulles, rejeitou as sugestões feitas por Kubitschek, esclarecendo que elas representavam excessivos encargos para os Estados Unidos, além de fugirem à orientação norte-americana de incentivar a aplicação de capitais particulares no exterior, em substituição às inversões de capitais públicos (13). O próprio Dulles adiantava ainda a receita necessária à obtenção de capitais privados, de origem norte-americana. Segundo ele, sobretudo a América Latina devia: autorizar o ingresso de capitais, principalmente para o financiamento privado da exploração de petróleo; oferecer maiores garantias aos capitais aplicados; proporcionar perspectiva de retorno de lucros razoáveis; e assegurar o repatriamento de

-
- (13) Kubitschek, Juscelino - "Examina o Presidente as últimas Eleições no País". O Estado de S. Paulo, 29 de Outubro de 1958; Kubitschek, Juscelino - "Instalada a Sessão Legislativa do Congresso": "Derradeira Mensagem" de Juscelino Kubitschek ao Congresso". Folha de S. Paulo, 16 de março de 1960; Kubitschek, Juscelino - "Kubitschek dirige-se à Nação: Consolidado o Regime Democrático". O Estado de S. Paulo, 19 de outubro de 1960; Kubitschek, Juscelino - "Fixada a posição do Brasil na Política Internacional". O Estado de S. Paulo, 20 de dezembro de 1956; Kubitschek, Juscelino - "Queremos Caminhar com todos os Povos da América animados pelo Espírito da Operação Pan-Americana". Correio Paulistano, 18 de junho de 1959; Kubitschek, Juscelino - "Homeagem da Coletividade Norte-Americana a Kubitschek". O Estado de S. Paulo, 25 de março de 1960; Kubitschek, Juscelino - "Integra do Documento enviado a Eisenhower" O Estado de S. Paulo, 7 de junho de 1958; Eisenhower, D.D. - "Integra da Carta de Eisenhower". Jornal da Manhã, 11 de junho de 1958; Kubitschek, Juscelino - "Reivindicações do Brasil na Política Pan-Americana". O Estado de S. Paulo, 21 de Junho de 1958; Minifie, James - "Negativa a reação dos EUA ao Discurso de Kubitschek". O Estado de S. Paulo, 22 de junho de 1958.

capitais e de lucros. Apesar disto, as reiteradas convocações à ajuda do capital estrangeiro ao País, em especial do capital norte-americano, normalmente estiveram entre os objetivos da Operação Pan-Americana (OPA).

Portanto, o ideário político de Juscelino baseava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o denominado "mundo livre", na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro ao Brasil e no desenvolvimentismo. Tudo isto em geral vinha embalado com o invólucro da fé na futura grandeza nacional. Nos últimos anos da administração juscelinista, não faltaram elogios às suas realizações. O Presidente da República era pródigo em exaltar seu sucesso no governo. Dizia que, no final de seu mandato, em virtude das obras de infra-estrutura, presentes no Plano de Metas e de fato concretizadas, "o Brasil será um país com todos os requisitos para completar o seu extraordinário surto industrial, nas bases mais modernas" (14). No que diz respeito às obras empreendidas durante a gestão de Kubitschek, é bom ressaltar a efetiva colaboração dada pelo Congresso Nacional, acima de tudo pela aliança PSD/PTB, que facilitou bastante seu encaminhamento a nível legislativo. A maioria situacionista na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, composta principalmente de parlamentares do PSD e do PTB, mas também de parlamentares de outros partidos como o PTN e o PRT, representou inestimável sustentáculo às medidas presidenciais. Porém, talvez seja importante dizer que a coligação PSD/PTB auxiliou o governo juscelinista, sem abdicar dos interesses exclusivos de cada partido. Mesmo apoiando no Congresso Nacional as iniciativas do Presidente da

(14) Kubitschek, Juscelino - "Se é Crime Ambicionar a Grandeza de seu País, Não escondo este meu Crime". Diário da Noite, 19 de fevereiro de 1960.. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Integra do texto da Nota de Kubitschek". O Estado de S. Paulo, 21 de agosto de 1958; Kubitschek, Juscelino - "Presidente reclama a atenção dos EUA". Jornal do Comércio, 13 de novembro de 1959; Kubitschek, Juscelino - "O Presidente Inaugura a Reunião Econômica Elogiando sua Política". O Estado de S. Paulo, 27 de julho de 1960; Kubitschek, Juscelino - "Relato de Kubitschek sobre 3 anos de sua Administração". O Estado de S. Paulo, 19 de fevereiro de 1959.

República, tal coligação passava por momentos tumultuados quando se tornava iminente a apresentação de qualquer projeto mais particular a um dos dois partidos ou a setores de um deles, não estando previsto nas diretrizes governamentais. Por isto, em meio a significativa fragilidade, parece imprescindível saber a quem servia o forte apego a aquelas diretrizes, demonstrado pela aliança PSD/PTB.

Afinal, Kubitschek não revelava mais do que um anêmico fervor trabalhista, aliás em situações bem favoráveis e esparsas. Dizendo-se seguidor dos princípios cristãos, combatendo o que chamava de "onda do materialismo agressivo e bárbaro", ele encontrava a solução para o "problema social" apenas na Doutrina da Igreja. Por sinal, esta Doutrina o inspirava também na desaprovação do divórcio. Com relação aos trabalhadores, desde a fase da campanha presidencial declarou-se protetor de suas conquistas e prometeu-lhes constante aprimoramento delas. No calor da luta política, na qual procurava chegar à Presidência da República, Juscelino imediatamente se identificou com o legado de Getúlio Vargas e foi mesmo mais adiante: afirmou que originariamente pertencia à classe trabalhadora. Muito embora falasse em certas ocasiões desta sua origem humilde, certamente não proclamou providências muito inovadoras, objetivas e rápidas, voltadas para o atendimento das carências da massa de trabalhadores da época (15).

Eis o que dizia sobre a defesa do trabalhador: "Considero defender os trabalhadores em primeiro lugar garantir-lhes o trabalho... (...) Considero defender os trabalhadores sanear e dignificar a moeda, dar-lhe valor aquisitivo certo... (...) Considero defender os trabalhadores ajudá-los a melhorar sempre a produtividade e aumentar a produção..." (16).

(15) Kubitschek, Juscelino - "Não Recuarei da Defesa da Legalidade". Diário Carioca, 18 de agosto de 1955; Kubitschek, Juscelino - "Fixada a Posição do Brasil na Política Internacional". O Estado de S. Paulo, 20 de dezembro de 1956; Kubitschek, Juscelino - "Entrevista Coletiva do Sr. Juscelino Kubitschek à Imprensa". Jornal do Comércio, 21 de maio de 1955; Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Vida Digna para o Trabalhador". Diário Carioca, 12 de fevereiro de 1955; Kubitschek, Juscelino, "Identificado Juscelino com o Trabalhador". Diário Carioca, 20 de abril de 1955.

(16) Kubitschek, Juscelino, "Juscelino: Vida Digna para o Trabalhador". Diário Carioca, 12 de fevereiro de 1955.

Aludia ainda a suas promessas e ao seu interesse pelo trabalhador: "E a esses valerosos brasileiros não faltará também o Presidente da República que na campanha política já anunciava, proclamava e afirmava que o problema social, iniciado pela lendária figura de Getúlio Vargas, jamais seria esquecido. Não cairia das minhas mãos a bandeira do trabalhador brasileiro" (17). "O trabalhador brasileiro compreendeu que, nesta hora do mundo, desenvolvimento e justiça social significam a mesma coisa; que não haverá destino nenhum para si mesmo, para a sua família, para sua classe, num país atrasado..." (18).

Ora, tais discursos se caracterizavam por expor alguma coisa de vago e de aleatório na matéria, substituindo as medidas específicas às necessidades dos trabalhadores daquele momento por proposições gerais e comuns. Portanto, trata-se de vislumbrar os interesses em jogo na coligação PSD/PTB, que amparava a ação governamental. No caso do PTB, por exemplo, é preciso encontrar outros motivos para a sua participação na aliança, além da ligação com esse trabalhismo oco do Presidente da República. Através da composição do ministério, pode-se notar a distribuição das áreas de influência de ambos os partidos. O PSD ocupava o Ministério da Fazenda, o das Relações Exteriores, o da Justiça, e o da Viação e Obras Públicas. Assim, pois, do ponto de vista geral, o PSD participava da formulação da política econômica e da manipulação de muitos empregos e de grandes verbas. Para um partido como o PSD, fundado na oligarquia, no ruralismo, no localismo e na distribuição de cargos, a capacidade de exercer poder burocrático e de inspirar a política econômica do País constituía, sem dúvida, valiosa recompensa pelo apoio ao governo. Por seu lado, além do Vice-Presidente, o PTB obteve por certo tempo o Ministério da Agricultura, e sempre o do Trabalho, Indústria e Comércio, agindo então nos órgãos da Previdência Social e

(17) Kubitschek, Juscelino - "Kubitschek: Não é mais possível limitar o Brasil à Faixa Litorânea". O Jornal, 24 de abril de 1960.

(18) Kubitschek, Juscelino - "Discurso de 19 de Maio aos Operários da Nova Capital". O Estado de S. Paulo, 3 de maio de 1960.

nos sindicatos. Embora a força do PTB canalizasse as reivindicações populares para dentro do Ministério do Trabalho, realizando civilizado controle principalmente de greves e dos salários, não é nada desprezível a presença deste partido dentro do governo juscelinista, como retribuição pela sua tarefa. Havia, por conseguinte, outras razões do auxílio do PTB ao desempenho governamental, distintas do superficial trabalhismo do Presidente da República.

É possível afirmar-se, com certo grau de segurança, que a política econômica e a política social de Kubitschek não contrariavam qualquer grupo de expressão na luta política. De uma parte, a situação social e econômica no campo era mantida incólume, livre de projetos do tipo da Reforma Agrária, devido ao veto do PSD (com a aprovação dos opositores da UDN e de outros partidos). De outra parte, as populações das cidades recebiam os benefícios de leis amenas. A estas populações urbanas dirigiam-se aumento dos vencimentos do funcionalismo público, prorrogação de Lei do Inquilinato, criação de Fundo de Assistência, organização de Serviço de Assistência e de Seguro Social, abono provisório, reajustamento automático de aposentadorias e pensões, às vezes com algum toque trabalhista. Tal conciliação de interesses entre o PSD e o PTB, comumente estendida a outros grupos políticos, não perdeu além do governo de Juscelino, em cujo período já despontavam sinais evidentes de divergência.

Uma política econômica voltada para a aplicação de grandes capitais, principalmente externos, acabou por restringir muito o espaço de atuação do pequeno empresário, premido pela falta de recursos, pela presença da inflação e pelo fantasma da decadência. Do ponto de vista político, o avanço dos grandes capitais durante a administração de Kubitschek consumiu pouco a pouco a aliança fundamental à sustentação do governo, mantida entre o PSD e o PTB, gerando condições para futura crise nas instituições estatais. Veja-se o exemplo do PTB. Sua expansão eleitoral dentro do País e a vigorosa penetração das reivindicações populares no interior do Estado brasileiro, através da relativa influência do Vice-Presidente da República (João Goulart) e dos órgãos sindicais, conferiram aos trabalhistas apreciável poder no jogo político. Invadindo

os redutos eleitorais especialmente do PSD, o PTB seguiu em frente, buscando alcançar participação mais ampla na condução do governo.

É preciso dizer, portanto, que a ruptura da coligação PSD/PTB reproduziu de certa maneira as transformações sociais decorrentes sobretudo da política econômica de Juscelino. Porém, o novo papel assumido pelo PTB (ainda com a ajuda do PC) não foi o único fator de dissolução do acordo entre aqueles dois partidos. Na parte derradeira da gestão juscelinista, também apareceram grupos compostos de políticos pertencentes a diferentes partidos, tais como a Ação Democrática Parlamentar (formada por representantes do conservadorismo radical, envolvendo então determinados setores da UDN) e a Frente Parlamentar Nacionalista (reunindo membros do PSB, do PTB, do PSD e até da UDN). Além do funcionamento desta Frente, que ocasionava maior enfraquecimento sobretudo da já precária coesão interna dos partidos em coligação, entravam em cena outras manifestações da organização popular, onde se destacavam as Ligas Camponesas. Tais Ligas vinham repudiar e combater no Nordeste a arcaica situação agrária, fundada no latifúndio e na feroz exploração do trabalho rural, gerando por sua vez fortes temores e reações contrárias das alas conservadoras, existentes em quase todos os partidos permitidos pela legislação da época. Por sinal, as Ligas Camponesas ainda expressavam, à sua maneira, o vigor assumido pelos sindicatos rurais, a partir de 1959. Ao PSD restou a aproximação dos grupos ligados à UDN. A princípio, numa caminhada lenta (conforme se verifica na candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República), depois estes dois partidos chegam à franca união (para fazer de Castelo Branco um novo Presidente, em 1964), ficando o PSD com o

cargo de Vice-Presidente, através de José Maria Alkimim (19).

Portanto, o que desde logo se pode considerar, quanto ao governo de Kubitschek, é o adequado desempenho político do Presidente da República e a sustentação parlamentar dada a ele, sem esquecer-se da marcante presença das Forças Armadas. Criando condições favoráveis à posse dos candidatos eleitos (Juscelino e Goulart), e participando intensamente da administração juscelinista, em particular o grupo militar liderado pelo General Henrique Teixeira Lott ainda colocou as Forças Armadas dentro de suas específicas funções constitucionais. Assim, teve de enfrentar manobras golpistas, motins militares e outras questões de indisciplina. Antes mesmo da sua posse na Presidência da República, Kubitschek se dirigia às Forças Armadas, ressaltando seu grande valor como "instituições básicas em nossa organização nacional" e expressando seu apreço por elas. Mas imediatamente anunciava sua posição referente às Forças Armadas, pela qual elas deveriam conduzir-se "fora e acima das competições partidárias". Tal atitude relativa aos militares se mantém do começo ao fim do período juscelinista.

"Ninguém, nenhuma intriga logrará desviar as nossas Forças Armadas do seu papel glorioso, que é o de garantir a lei e zelar pela integridade e pelo respeito que o País deve merecer não só do estrangeiro,

-
- (19) Cf. Benevides, Maria Victoria de M. - O Governo Kubitschek Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, 2ª edição, pp. 59, 61, 65, 66, 68, 70, 72, 76, 80, 82, 92, 102, 109, 111, 114, 115, 124, 127, 131, 139, 270 a 274, 283; Souza, Maria do Carmo C. de - Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976, pp. 146, 147; Weffort, Francisco C. - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, p. 32; Skidmore, Thomas E. - Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969, pp. 187, 188; Benevides Maria Victoria de M. - "A União Democrática Nacional" Um Partido em Questão". Caderno CEDEC 1. São Paulo, Cedec/Ed. Brasiliense, 1978, pp. 38, 39, 50; Weffort, Francisco C. - "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945/1964". Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, Cedec/Ed. Paz e Terra, Janeiro de 1979, nº 2, pp. 8, 9.

mas também de seus próprios filhos" (20). "Devo acentuar que a preservação da ordem interna, pelas Forças Armadas, constituiu fator precioso dessa tranquilidade, por que tanto ansiava o nosso povo" (21).

Nesta ocasião, a Escola Superior de Guerra já assumia uma postura crítica a respeito das vigentes Instituições políticas do Brasil, por lhe parecerem incapazes de resolver as questões originadas do desenvolvimento econômico e da segurança nacional. Apesar de às vezes suas proposições coincidirem com as do Presidente da República em matéria de relações exteriores, a Escola Superior de Guerra produzia no interior das Forças Armadas uma ideologia bem mais ampla. Aludia, por exemplo, ao envolvimento do Brasil com o "mundo livre", representado pelos principais países capitalistas do Ocidente. Por outro lado, sugeria a preparação integral para o conflito entre Democracia e Comunismo, não desconsiderando intervenções na situação político-institucional. Em vista disto, tudo leva a crer que a fidelidade aos princípios presidenciais, no que dizia respeito às Forças Armadas, ocorreu em virtude da autoridade e da habilidade de Kubitschek, mas também em razão do comprometimento de coeso grupo militar com seu governo.

Afinal, não foram poucas as dificuldades nesse campo, durante a fase juscelinista. Um conjunto de acontecimentos bem demonstra a dimensão de tais dificuldades na área militar: a rebelião de Jacareacanga; a prisão de oficiais da PM por assinarem memorial para a reabilitação desta Polícia;

(20) Kubitschek, Juscelino - "A Nação já está dando Demonstrações de Impaciência e Cansaço". A Gazeta, 28 de novembro de 1956; Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Paz Política e Respeito à Paz Social". O Tempo, 16 de outubro de 1955.

(21) Kubitschek, Juscelino - "Instalada a Sessão Legislativa do Congresso: "Derradeira Mensagem" de JK ao Congresso" Folha de S. Paulo, 16 de março de 1960. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Kubitschek diz que ninguém tolerará qualquer pausa na Marcha pelo Desenvolvimento". O Estado de S. Paulo, 24 de dezembro de 1960.

entrega da espada de ouro ao General Lott nas comemorações do aniversário do 11 de novembro; denúncia por este General da existência de plano conspiratório entre altos oficiais das Forças Armadas; crise na Aeronáutica que levou à nomeação do Brigadeiro Francisco de Assis Correa de Melo para a direção deste Ministério; punição por indisciplina de 80 oficiais da Aeronáutica e a rebelião de Aragarças. Embora sempre recorrendo à anistia aos rebeldes depois de dominá-los, o Presidente da República deparou em algumas ocasiões com uma oposição militar bastante audaciosa e insistente. No caso da rebelião de Jacareacanga, realizada em 1956, está clara a rejeição da herança de Getúlio Vargas que, segundo os revoltosos, aparecia na vitória de Juscelino e de Goulart, ocorrida nas eleições presidenciais de 1955. Neste sentido, um dos mais expressivos participantes desta rebelião manifestava a necessidade de "prosseguir na obra de redenção iniciada em agosto de 1954, não se devendo permitir que Lott e seu dispositivo impedissem por mais tempo a ascensão dos legitimamente habilitados a ocupar o Poder". Tais propósitos também ressurgiram em parte na justificativa da rebelião de Aragarças. Tal revolta teve origem no ambiente de desalento, no qual viviam alguns militares, em virtude da renúncia de Jânio Quadros à sua candidatura à Presidência da República, em 1959. Para estes militares, a renúncia (aliás, depois reconsiderada) cortava qualquer possibilidade legal e pacífica de acabar com a corrupção, "institucionalizada há 29 anos", conforme diziam.

Para superar atos de indisciplina e sublevações dentro das Forças Armadas, em certas oportunidades até mesmo com o fim de alterar resultados indesejáveis das eleições, Kubitschek escorou-se sobretudo no grupo militar mais obediente ao General Lott, principalmente com base no Exército. Como Ministro da Guerra, o General Lott lançou sua influência sobre o governo juscelinista, sobressaindo-se não apenas na manutenção da disciplina militar como ainda na defesa dos demais aspectos da ordem vigente no País. O grupo militar de apoio à ação governamental, portanto, não se limitou a cumprir as tarefas relacionadas com a segurança do Brasil. À medida que a gestão de Juscelino ia atendendo aos interesses das Forças Armadas, aumentava a presença dos militares em

cargos de outra natureza, em geral levados pela adesão ao desenvolvimento do Presidente da República. Deve ser lembrado que no período juscelinista as despesas militares chegaram a 23% de toda a despesa federal. Também se deve considerar que, além dos postos militares, membros das Forças Armadas ocuparam cargos na administração civil do governo de Kubitschek, desde chefia de ministérios, interventoria, direção de Territórios, presidência de empresas estatais de mais varia da espécie, até a presidência de diversos Conselhos e Comissões, a simples participação neles e em grupos de estudo, de trabalho e de execução (22).

Em suma, com o amparo parlamentar e com a proteção da parte das Forças Armadas leal a ele, o governo de Juscelino pôde resistir e vencer as conturbações provocadas pela oposição civil e militar, em especial por aqueles setores oposicionistas mais radicalizados. Tais setores comumente fugiam às regras de convivência da liberal-democracia então estabelecida no País, e apelavam para manobras golpistas. Esta capacidade de dominar situações perigosas ao regime igualmente se revelou em outros momentos da administração juscelinista. Note-se o exemplo das chamadas "Marchas da Produção" contra a política cambial do governo, organizadas pelos cafeicultores em maio de 1957 e em outubro de 1958, ambas barradas pelo Exército. Quanto ao movimento trabalhista, a orientação

(22) Cf. Sodré, Nelson Werneck - História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, 2ª edição, p. 364; Oliveira, Eliézer R. de - As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Ed. Vozes, 1976, pp. 25, 26; Carneiro, Glauco - História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965, 2º volume, pp. 505, 519, 520, 526; Benevides, Maria Victoria de M. - O Governo Kubitschek-Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, 2ª edição, pp. 148, 149, 154, 155, 157, 159, 161, 162, 165, 171, 179, 180, 185, 187, 274 a 276, 278, 281, 285. Ver também: Young, Jordan M. - Brasil 1954/1964: Fim de um Ciclo Civil. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1974, p. 39.

governamental consistia em garantir-lhe relativa liberdade de ação, sobretudo no que se referia às reivindicações econômicas e políticas apresentadas através de sindicatos. Sem dúvida, tal orientação existiu durante a maior parte da gestão de Kubitschek. Mas é preciso dizer que, apesar da inegável influência do Vice-Presidente da República (João Goulart) e de seus aliados nas questões trabalhistas, o governo procurava normalmente estabelecer relações diretas com os sindicatos, combinando o oferecimento de diálogo com uma maior ou menor iminência de repressão aos desobedientes.

Tome-se o caso da greve dos 400 mil operários em São Paulo, sucedida em outubro de 1957. Pouco antes de seu começo, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (Parsifal Barroso) esteve nesta cidade, realizando conversações com dirigentes operários e empresariais. Como este Ministro não conseguiu chegar a um acordo entre eles, a greve irrompeu. Porém, já no terceiro dia de paralisação do trabalho se falava numa possível intervenção federal no Estado de São Paulo e a polícia foi posta ostensivamente nas ruas. A estas medidas seguiram-se outras, que vinham definir terminantemente os limites consentidos da mobilização operária. Mais uma vez, a greve dirigiu-se para o esgotamento, sem alcançar satisfatoriamente seus objetivos. Assim com antes, a eventual pressão das massas populares logo sugeria a necessidade de mantê-la dentro do espaço delimitado pelo poder político. Portanto, o populismo admitia os reclamos dos trabalhadores e concordava com a influência deles sobre as alianças partidárias, mas preferia colocá-los a distância. Jogava com suas pretensões em nome da ordem vigente e impedia que eles aprofundassem sua participação na luta política. A administração juscelinista não assegurou nada além disto às massas trabalhadoras das cidades. Nos campos, ela ficou dentro de seus compromissos políticos. Um dos líderes das Ligas Camponesas, Francisco Julião, referindo-se à construção de Brasília, observava que seus "edifícios foram alicerçados, no sacrifício de centenas de milhares de camponeses, no quinquênio Juscelino Kubitschek, que não teve uma

palavra de esperança sequer para o campesinato..."(23).

Finalmente, com tudo isso, não se deve esquecer de que o período de Kubitschek já recebeu o rótulo de "Anos de Confiança". E logo surge a pergunta: confiança de quem? Evidentemente, muitos confiaram nele. Mas é preciso acrescentar que só houve confiança para aqueles que embarcaram, por qualquer motivo, na ideologia do desenvolvimento, segundo o figurino apreço pelo Presidente da República. Por outro lado, sem cair na tentação da nostalgia, quando se anuncia reiteradamente a estabilidade política daquele período, é preciso levar-se em conta o que ela significou. Esta relativa estabilidade política, existente durante o governo de Kubitschek, decorreu de um pacto sobretudo entre latifundiários, empresários e determinados dirigentes sindicais, que conseguiram razoável acolhimento de seus interesses e da ideologia desenvolvimentista dentro de certa porção da população brasileira. Tratava-se de pacto garantido pela confiança e pela eficiência dos militares liderados pelo General Lott. Pensando nisto, já aí se pode falar em prenúncio de desagregação do poder civil, tamanha a importância assumida por membros das Forças Armadas em vários setores do governo.

2. OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO JUSCELINISTA

Um exame de alguns aspectos da política econômica da gestão de Juscelino Kubitschek acaba levando também à consideração de diretrizes já traçadas ao longo do governo de Café Filho. Após o suicídio de Vargas em agosto de 1954, o Vice-Presidente Café Filho prestou juramento como Presidente da República. Em novembro de 1955, em virtude de doença foi substituí

(23) Cf. Benevides, Maria Victoria de M. - op.cit., pp. 277, 281; Weffort, Francisco C. - "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945/1964". Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, Cedec/Ed. Paz e Terra, janeiro de 1979, nº 2, p.8; Weffort, Francisco C. - Sindicatos e Política. São Paulo, USP, s/d, tese de livre-docência, mimeo, capítulo IV, pp. 10, 13, 20, 21; Munhoz, Fábio A. - "Sindicalismo e Democracia Populista: a Greve de 1957". Caderno CEDEC 2. São Paulo, Cedec/Ed. Brasiliense, 1978, pp. 22, 26, 27; Julião, Francisco - Que são as Ligas Camponesas?. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962, p. 14.

do por Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados), que logo se afastou da Presidência da República por imposição dos militares. Por fim, seu sucessor nesta, Nereu Ramos (Presidente do Senado), empossou Kubitschek em janeiro de 1956. Portanto, entre Vargas e Juscelino, Café Filho foi o Presidente da República com maior permanência no cargo, chegando a encaminhar no va orientação à política econômica do País.

Muito se divulgou sobre o caráter transitório e sobre as vacilações da administração de Café Filho, por ve zes com base nas suas próprias palavras. É óbvio que seu go verno foi transitório em decorrência das circunstâncias da pos se na Presidência da República. Igualmente são claras as vaci lações governamentais acima de tudo diante do momento político e da execução da política econômica. Isto não impossibilitou que Café Filho tencionasse pôr em prática uma série de medidas em diversos setores públicos, nem evitou que tomasse decis são de grande importância no âmbito da política econômica. Ele ma nifestava a aspiração de conter o surto inflacionário, de im pulsionar o desenvolvimento econômico e de abrandar os exces sos do intervencionismo estatal, embora não desprezasse certo protecionismo para os produtos brasileiros de exportação. Ain da pensava em lançar mão de providências de cunho monetário e fiscal para ordenar a economia brasileira, bem como destacava a necessidade de aprimorar a prestação de assistência técnica e financeira aos Municípios. Da mesma maneira, se interessava pelo projeto de lei referente à taxação dos lucros excessivos, preconizando também inovações na elaboração do orçamento fede ral.

Em meio a esta profusão de propósitos, Café Filho intercalava outros tantos, nem sempre relacionados entre si, e às vezes bem ambíguos. Quanto à política social, por exemplo, propunha a reforma do sistema previdenciário e mani festava interesse em pagar aos Institutos da Previdência So cial a dívida do governo federal. No que dizia respeito à ad ministração pública, se preocupava com o Plano de Classifica ção de Cargos, que incluía funcionários civis e militares da União. Em nome da autenticidade dos resultados das urnas, fa lava em reforma da lei eleitoral. E não se esquecia dos traba

lhadores. De um lado, revelava a vontade de disciplinar o direito de greve e, de outro lado, acenava com a esperança de ver solucionado o problema da participação dos empregados nos lucros das empresas. Ora, indiscutivelmente no conjunto da análise realizada pelo governo predominava a gravidade da situação econômica do Brasil, cujo déficit orçamentário em 1954 deveria alcançar 14 bilhões de cruzeiros. Café Filho então aludia ao rumo a ser seguido.

"Convém esclarecer que o governo não descarta do problema econômico. A situação no exterior como no interior não permite pensar em novos investimentos de vulto. Cumpre atender, com prioridade, aos graves pontos de estrangulamento da economia nacional, criada pelas distorções inflacionárias e o conseqüente desvio, para investimentos imobiliários e gastos sumtuários, de recursos que deveriam ter sido encaminhados, entre outros objetivos, para os sistemas ferroviário e marítimo, bem como para a produção elétrica. (...) Para isso, além de outras medidas, prosseguem os entendimentos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e, em menor escala, com o Exim-Bank dos Estados Unidos da América". (24)

Apesar de sua pouca duração e de perder-se num grupo de variadas propostas para o País, a gestão de Café Filho foi firme na definição de uma linha mestra para a política econômica. Mesmo com sérios percalços na sua execução, ficou evidente que, a partir daí, se rompeu com a política econômica de cunho nacionalista, propugnada por Vargas até o seu suicídio. E talvez se possa afirmar que Kubitschek alargou e esmeou um tipo de política econômica, cujos fundamentos já tinham sido lançados por Café Filho. Este Presidente da República nomeou, a princípio, Eugênio Gudin como Ministro da Fazenda, que se manteve neste posto de agosto de 1954 a abril de 1955. O novo Ministro cuidou logo de reabilitar o Plano de Oswaldo Aranha, elaborado durante o período getulista com a finalidade de combater a inflação. Agora, porém, o programa antiinflacionário somava-se à decisão de abrir a economia brasileira ao capi

(24) Café Filho, João - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1955, pp. 14, 18, 25 a 27, 72.

tal estrangeiro, permitindo-lhe sobretudo incentivos especiais. Tal era o significado da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), de 17 de janeiro de 1955, assinada por seu Diretor Executivo (Otávio Gouvêa de Bulhões), a partir das convicções do Ministro da Fazenda (Eugênio Gudin). O chamado incentivo especial aos investidores externos aí queria dizer, antes de tudo, a concessão às empresas estrangeiras da faculdade de importar sem cobertura cambial. Mas em distintos momentos, outorgou-se ao capital externo outros tantos privilégios, como por exemplo o deslocamento das exportações para o mercado livre, a diminuição de câmbio para as remessas de lucros e as facilidades dadas às empresas estrangeiras pelas instituições oficiais de crédito.

O sucessor de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda, José Maria Whitaker, pouco fez, consumindo seus esforços no abrandamento da política monetária até então praticada. Porém, consumiu-os sobretudo na apresentação da proposta de reforma cambial elaborada por ele, aliás um intento que não passou nem no Ministério de Café Filho. O substituto de Whitaker como Ministro da Fazenda foi Mário Câmara, praticamente continuador da tendência precedente, voltada para a atenuação da política monetária. Tudo isto merece ser lembrado, ao menos para realçar o fato de que somente em agosto de 1957, já em pleno governo de Kubitschek, a lei das tarifas aduaneiras acabou apenas com o privilégio da remessa de lucros ao exterior, através de benevolentes taxas de câmbio. Nada mais se alterou com o governo de Juscelino Kubitschek. As demais trilhas abertas ao capital estrangeiro no período de Café Filho, medraram na política econômica da gestão juscelinista, ganhando novo vigor e novas dimensões (25). Nesta gestão, falou-se em fortalecer o capital nacional, mas indiscutivelmente o maior empenho se dirigiu para a conquista de investimentos externos, em particular de auxílio dos Estados Unidos. Pouco depois do pleito de outubro de 1955, altos funcionários norte-americanos regozijavam-se com "a notícia de que o presidente eleito do Brasil,

(25) Cf. Ferreira, Luís Pinto - Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil. São Paulo, Ed. Erasíliense, 1965, pp. 228, 229; Skidmore, Thomas E. - op.cit., pp. 181, 199 a 202.

Juscelino Kubitschek, deu garantias de seu desejo de aumentar o nível econômico de seu País". A bem da verdade, no que se referia à ajuda norte-americana, Juscelino vagueou de uma opinião a outra. Confiava e depois desconfiava, para em seguida tornar a acreditar na boa vontade dos Estados Unidos, com relação ao desenvolvimento latino-americano (e principalmente ao brasileiro), por sinal fundamento da Operação Pan-Americana - (OPA).

"Deus louvado, não estamos em desacordo com nenhum ponto essencial com a nação norte-americana, embora muitas coisas precisem ser discutidas..." (26).

"Com os Estados Unidos, é com a maior satisfação que registro um nítido revigoração de nossas relações, que, num plano de renovada franqueza e cordial compreensão, passam a corresponder a nossa tradicional amizade" (27).

"Não há dúvida de que os Estados Unidos... têm cooperado com os países americanos. Entretanto, é preciso que se diga com toda a franqueza não ter sido até agora suficiente essa cooperação já que a América Latina continua imersa em claros círculos viciosos de estagnação econômica. (...) Atribuir aos investimentos privados o papel de iniciar o desenvolvimento ou de acelerá-lo suficientemente nos seus estágios primários, só poderá levar às imensas frustrações que hoje caracterizam o corpo sócio-econômico latino-americano" (28).

Mas naturalmente, no tempo da administração juscelinista, a procura de novas inversões de capital estrangeiro fazia-se acompanhar dos encantos gerados pela planificação econômica e pelo desenvolvimento. Bem antes de sua escolha para Presidente da República, ainda em maio de 1955, Kubitschek ressaltava que "nada se pode fazer sem planificação",

(26) Kubitschek, Juscelino - "O Presidente Juscelino Kubitschek em Santos". A Gazeta, 30 de janeiro de 1957. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Paz Política e Respeito à Paz Social". O Tempo, 16 de outubro de 1955; "Interesse pelo Programa de Juscelino nos Estados Unidos". O Jornal, 6 de novembro de 1955.

(27) Kubitschek, Juscelino - "Mensagem de Ano Novo do Presidente da República". O Estado de S. Paulo, 19 de janeiro de 1960.

(28) Kubitschek, Juscelino - "O Presidente inaugura a Reunião Econômica elogiando sua Política". O Estado de S. Paulo, 27 de julho de 1960. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Presidente reclama a atenção dos EUA". Jornal do Comércio, 13 de novembro de 1959.

proclamando-a um assunto de sua preferência, já bastante mencionado por ele nos pronunciamentos. Também no fim do primeiro ano de governo, em discurso perante a Escola Superior de Guerra, de novo dizia da importância de planificar, destacando que nenhuma nação conseguiria dar solução a seus problemas, sem o planejamento. A apologia da planificação perdurou por toda a sua gestão, a ponto de anunciar em 1960 que não desmereceu da expectativa criada pelas metas apresentadas por ele. Na oportunidade, em meio a elogios às obras governamentais, Juscelino louva igualmente o fato de, pela primeira vez, haver um plano nacional em execução no Brasil. Segundo o Presidente da República, ao término de sua administração, o País poderia concluir a industrialização em bases mais modernas, ficando a construção de Brasília como o ato inicial da revolução do desenvolvimento.

O Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek combinava recursos públicos e privados na realização de seus projetos, os quais deveriam concretizar-se em épocas distintas, uns ainda dentro de seu governo e outros 5 a 10 anos mais tarde. Tal Programa continha 30 setores tidos como prioritários, para onde se concentrariam maciços investimentos. Os 30 setores estavam distribuídos da seguinte forma: 5 metas para energia, 7 metas para transportes, 6 metas para alimentação e 12 metas para indústria de base. Procurando atingir estas metas, por meio da execução de obras e através da ampliação ou do estabelecimento de indústrias e de serviços essenciais, Kubitschek visava acima de tudo a promover o "equilibrado desenvolvimento econômico do País". Para tanto, um dia depois de sua posse na Presidência da República, em 19 de fevereiro de 1956, ele criou o Conselho de Desenvolvimento, destinado a desempenhar a função de coordenador das atividades decorrentes do Programa de Metas. Além do financiamento interno das metas, o qual em estimativa de 1958 para seis anos (de 1956 a 1961) comprometia o orçamento federal (39,7%), o orçamento dos Estados (10,4%), algumas entidades públicas (14,5%) e recursos pertencentes a empresas privadas ou a sociedades de economia mista (35,4%), o governo juscelinista incentivava a entrada de capital estrangeiro no Brasil.

Afinal, em 1958 calculava-se em um bilhão e trezentos milhões de dólares a aplicação necessária de capital ex

terno para a consecução do Programa de Metas, que já recebera oitocentos e trinta e oito milhões de dólares no biênio 1956/1957. Em se tratando de um Plano predominantemente econômico, com a finalidade de "dotar o País de uma infra e superestrutura industrial e modificar sua conjuntura econômica", não há dúvida de que o Programa de Metas se reduziu bem a isto. Aliás, ele se reduziu a isto, concedendo na meta 30 um mínimo interesse ao que denominou de "social", ao mencionar a formação de pessoal técnico.

Dizia o Programa de Metas: "A conclusão é simples: a infra-estrutura econômica deve ser acompanhada de uma infra-estrutura educacional e, portanto, social.

A meta constitui propriamente um Programa de Educação para o Desenvolvimento" (29).

Na realidade, não se pode negar que, com o Programa de Metas, o Brasil veio a construir, como se diz, "uma estrutura industrial integrada", através de renovada atuação do Estado no campo econômico. Tal acontecimento tem sido repisado com muita frequência. Mas deve-se acrescentar que, com isto, o âmbito do chamado tratamento técnico se dilatou demasiadamente, transformando-se inúmeros problemas de cunho político em meros artifícios fornecidos pelo tecnicismo. Portanto, parece certo que, com o apoio da aliança política responsável pela manutenção do governo juscelinista, o Programa de Metas constituiu uma resposta brasileira às propensões do capitalismo mundial da época. E mais: significou sobretudo reduzir o desenvolvimento econômico apenas à industrialização,

(29) Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958, pp. 9 a 11, 13, 14, 17 a 20, 95; Kubitschek, Juscelino - "Entrevista Coletiva do Sr. Juscelino Kubitschek à Imprensa". Jornal do Comércio, 21 de maio de 1955; Kubitschek, Juscelino - "Fixada a posição do Brasil na Política Internacional". O Estado de S. Paulo, 20 de dezembro de 1956; Kubitschek, Juscelino - "Se é Crime ambicionar a grandeza de seu País, Não escondo este meu Crime". Diário da Noite, 19 de fevereiro de 1960.

sem preocupar-se com a emancipação econômica ou com muitas questões políticas, sufocadas pelo tecnicismo.

O desenvolvimentismo do Presidente da República funcionou como antídoto para todos os males nacionais, apregoa do por ele e por seus adeptos, que às vezes não pouparam esforços para requintar tal ideologia. E é justo reconhecer a elevada dedicação de alguns no cumprimento desta tarefa. Afinal, Kubitschek habitualmente falava de desenvolvimento, no período de sua eleição e ao longo de seu governo, chegando a dizer que "o desenvolvimento do Brasil é uma condição ligada a nossa sobrevivência". Procurava demonstrar de várias maneiras as vantagens do desenvolvimento, apelando até mesmo para o poder da fé.

"O desenvolvimento na medida em que se acelera, reduz os conflitos internos do sistema econômico-social e dilui a força reacionária e egoísta dos interesses estabelecidos. A certeza de que haverá eventualmente o bastante para todos, elimina a necessidade que se apresenta aos indivíduos nas economias estagnadas, de lutar ferozmente pela posse de migalhas e facilita a prática da justiça social" (30).

"Precisamos crer que ninguém é bastante forte para desviar o Brasil de seu caminho, que nenhuma influência maléfica será capaz de impedir o surto de nosso desenvolvimento" (31).

Esta construção ideológica do desenvolvimento encontrou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

(30) Kubitschek, Juscelino - "O Presidente inaugura a Reunião Econômica elogiando sua Política". O Estado de S. Paulo, 27 de julho de 1960. Ver também: Kubitschek, Juscelino - "Examina o Presidente as últimas eleições no País". O Estado de S. Paulo, 29 de outubro de 1958; Kubitschek, Juscelino - "Juscelino: Paz Política e Respeito à Paz Social". O Tempo, 16 de outubro de 1955.

(31) Kubitschek, Juscelino - "O Presidente Juscelino Kubitschek em Santos". A Gazeta, 30 de janeiro de 1957.

um de seus centros mais expressivos, no que dizia respeito à sua produção, ao seu aprimoramento e à sua divulgação. Criado em 14 de julho de 1955 pelo Presidente Café Filho, tal Instituto existiu até o dia 13 de abril de 1964, quando foi abolido pelo então Presidente Paschoal Ranieri Mazzili, no poder em virtude do Golpe de Estado de 1964. O Instituto integrava o Ministério da Educação e Cultura, subordinando-se diretamente ao próprio Ministro. Enquanto durou, o ISEB apresentou momentos distintos, quanto à temática preferida pela maioria de seus membros e às tendências ideológicas dominantes entre eles. Em meio a enormes tropeços decorrentes de conflitos internos, das radicalizações e das defecções, presentes em sua existência, ele somente veio a sucumbir através de um ato de força. É possível afirmar, no entanto, que o ISEB se salientou principalmente durante as gestões de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

O ideário do desenvolvimentismo juscelinista recebeu críticas dentro do Instituto, mas sem dúvida as adesões a esta ideologia tomaram vulto e marcaram época. Do muito que se tem falado e escrito sobre o ISEB, aqui merece atenção o real sentido de grande parte das explicações dadas à concepção de desenvolvimento, geradas no campo de influência do Instituto. Para tais explicações, o pensamento desenvolvimentista revestia-se dos critérios de veracidade e de objetividade, assumindo ao mesmo tempo o caráter de praxis. A nível lógico, partia-se do pressuposto de que, na efetivação do desenvolvimento brasileiro, a aliança de classes aconteceria política e ideologicamente. Garantida, portanto, a nível lógico, a paz social, representada pela ausência de luta de classes e de perigosa luta ideológica, bastava somente vislumbrar o significado da prática respectiva. Assim, a nível histórico, se concedia ao desenvolvimentismo a força capaz de incentivar e de provocar a industrialização. Entendendo-se a ideologia do desenvolvimento como dominante no País, entendia-se simultaneamente que os interesses básicos das massas populares já estavam representados nela, pondo-se de lado a possibilidade destas massas terem um projeto próprio para satisfazer suas carências. Por conseguinte, a aliança de classes, o desaparecimento de graves antagonismos ideológicos e a firme

crença no desenvolvimento conduziriam tranqüilamente à industrialização do Brasil.

O ISEB, apesar disso, não se transformou em simples arauto do governo juscelinista e da classe dirigente da ocasião, como poderia ser pensado em algum momento, a partir de qualquer compreensão mais simplista daquele órgão. Sua produção intelectual foi variada e deve-se atentar para o fato de que o Instituto gozou de relativa autonomia perante o Estado. Mesmo visto desta maneira, porém, não se pode negar que pregou o desenvolvimento econômico do País, dentro do capitalismo e às vezes até dentro do capitalismo nacional. Tal exaltação do desenvolvimento aparecia em escritos onde os critérios de verdade se fundamentavam nos princípios científicos. Mas, transfigurando-se em ciência sem sê-lo realmente, revelando-se de forma variada, e fazendo uso de sua relativa autonomia diante do Estado, nem por isto o pensamento desenvolvimentista do ISEB se distanciou muito da doutrina desenvolvimentista de Kubitschek, em particular em determinados pontos essenciais. Um e outro diluíam as diferenças de classe em nome das necessidades de todo o País. Ambos restringiam à mera industrialização e ao intenso aumento de produtividade a concepção de desenvolvimento. Ambos queriam dizer que o desenvolvimento apenas deveria ocorrer dentro do domínio da lei, com patrões e empregados resolvendo pacificamente seus litígios, através de instituições criadas para esta finalidade. Tratavam, enfim, de uma ideologia da ordem, destinada a inspirar a industrialização do Brasil (32). De sua parte, Juscelino procurava empreender seu projeto industrialista, orientado

(32) Cf. Lessa, Carlos - "Quinze Anos de Política Econômica". Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas nº 4. Campinas, Unicamp/Ed. Brasiliense, 1975, pp. 50, 51, 65; Toledo, Caio Navarro de - ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo, Ed. Ática, 1977, pp. 178 a 181, 184 a 190; Franco, Maria Sylvia Carvalho - "O Tempo das Ilusões". In: Chauí, Marilena & Franco, Maria Sylvia Carvalho - Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, Cedec/Ed. Paz e Terra, 1978, pp. 155, 156, 164; Cardoso, Miriam Limoeiro - Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, pp. 211, 212. Ver também: Bierrenbach, Maria Ignês Rocha de Souza - Componentes Políticos do Planejamento Social. São Paulo, PUC, 1980, dissertação de mestrado, pp. 51 a 55.

para diversas regiões do território brasileiro, até mesmo para aquelas que dispunham de condições mais difíceis para isto. De acordo com ele, a industrialização envolvia crescente elevação de produtividade.

Nos primeiros meses de governo, Kubitschek declara va: "Ocorreu-me agora outra promessa da campanha eleitoral - e como não renego as promessas feitas e as transformo fielmente em compromissos, reafirmo a minha idéia de fazer de uma região centro do Nordeste um outro Estado de São Paulo. Aproximação nada arbitrária ou fantástica. E a fiz com o pensamento na capacidade de industrialização do Nordeste..."

Enquanto na parte final de sua gestão, continuava a repetir: "Aos que pensam que o Brasil deve parar a fim de pôr a casa em ordem, respondo que nosso País deve arrumar a casa produzindo, trabalhando, e exigindo de seus filhos um esforço mais racional e um maior rendimento de produção" (33).

A esta altura, seria o caso de verificar-se as repercussões da política econômica do governo juscelinista. Levando-se em contra a comparação entre três décadas (de 30, de 40 e de 50), constata-se peculiar crescimento do valor da produção em geral nas duas últimas. Para ter-se idéia deste crescimento, basta considerar-se o ano de 1940 com o índice igual a 100, ficando então o ano de 1950 igual a 189 e o ano de 1960 igual a 314. Observada desta maneira, desde logo se nota que, com referência à década de 30, a expansão do valor da produção em geral no Brasil foi mais de dois terços maior nos anos 40 e quase o mesmo se deu nos anos 50. A peculiaridade, porém, encontra-se no aumento do valor da produção industrial daquele período (1940 = 100, 1950 = 186, 1960 = 291), que praticamente acompanha a elevação do valor da produção em geral.

Isso aparece na administração de Juscelino Kubitschek. Ao longo dela, não há dúvida de que os índices de cres

(33) Kubitschek, Juscelino - "Estou Consciente de que o Destino do meu Governo é o Próprio Destino do Regime". Correio Paulistano, 27 de maio de 1956; Kubitschek, Juscelino - "Mensagem de Ano Novo de Kubitschek". O Estado de S. Paulo, 19 de janeiro de 1959.

cimento real do Brasil se apresentaram os mais altos e estáveis da década de 50, excetuando-se o primeiro ano de sua gestão. Partindo de baixo índice de crescimento real em 1956 (que se fixou em 1,9), Kubitschek conseguiu elevá-lo a mais de 6,0 nos outros anos de seu governo, alcançando até o índice de 7,3 em 1959. Tal sucesso se revelou na indústria automobilística, uma de suas criações celebradíssimas pelo Presidente da República, onde o total de veículos fabricados no País aumentou mais de 4 vezes (de 30.700 a 133.078), entre 1957 e 1960. As companhias mistas, também conhecidas como empresas estatais, em geral não ficaram fora do ímpeto expansionista da economia brasileira da época. Entre 1956 e 1959, as empresas estatais passaram de 3,9% a 6,3% da renda gerada no setor industrial. Ainda neste espaço de tempo, os bancos públicos elevaram sua participação de 39% a 53% da renda gerada no setor financeiro. Apenas ocorreu um declínio no caso das empresas estatais de transporte, as quais de 7,4% em 1956 caíram para 5,7% da renda do setor em 1959.

Igualmente a gestão de Juscelino foi bem-sucedida no apoio recebido do capital estrangeiro, a fim de suprir suas necessidades de investimento. Tal auxílio se mostrou inexpressivo em 1955 (ano anterior a sua posse) e em 1956 (ano do início de seu governo), quando só 29 milhões de dólares entraram no Brasil durante todo este tempo. Mas a inversão externa de capital avolumou-se a partir de 1957, chegando a atingir 522 milhões de dólares em 1960. É importante ainda atentar para os recursos estrangeiros que se destinavam à concretização do Programa de Metas. Havia 30 metas no referido Programa, distribuídas pelas áreas de energia, de transportes, de alimentação e de indústria de base, que continha em si na última meta a educação para o desenvolvimento. Destas metas, entre os anos de 1956 e 1958, por exemplo, o capital externo concentrou-se sobretudo na indústria de base e nos transportes, vindo em seguida no interesse dos investimentos oriundos do exterior a área de energia e, em último lugar, a de alimentação. Não se registrou qualquer aplicação de capital estrangeiro diretamente na educação. Tam**ém** no que diz respeito aos lucros declarados pelas sociedades anônimas do setor industrial, pode-se assinalar franco

crescimento ao longo da administração de Kubitschek. Em 1956, 3.794 empresas industriais indicavam 16,9% de lucros sobre o seu capital, ao passo que, em 1958, 3.432 empresas iguais apontavam 24,9% de lucros, enquanto em 1960, 2.642 das mesmas empresas anunciavam 29,7% deles.

Ora, este festival de triunfos econômicos, normalmente expostos com grande alarde e com muito mais pormenores pelo Presidente da República, não se instalou sem surgirem outras realidades menos exultantes. Aliás, até mesmo os mencionados lucros declarados pelas sociedades anônimas do setor industrial são passíveis de reparos, pois não se pode desconhecer que o aumento de tais lucros nascia também de pressões altistas, provocadas pelas grandes empresas, especialmente pelas de cunho monopolista. Parece haver coincidência, nesta época, entre a aceleração da velocidade das altas dos preços e o crescimento dos lucros declarados pelas sociedades anônimas do setor industrial. Não se reduzia unicamente a isto a crítica da política econômica de Kubitschek. Note-se a manifestação contra a desnacionalização das empresas brasileiras em 1958, por parte da própria Confederação Nacional da Indústria. Suas alegações se baseavam em acontecimentos reputados muito graves, de acordo com o entendimento dela. Eram eles "a quebra dos princípios protecionistas" do setor industrial do País, a importação de máquinas que poderiam ser fabricadas no Brasil, e a concorrência das corporações estrangeiras com as nacionais, as primeiras aproveitando-se do "favor do custo cambial para sua maquinaria", através de "gastos de divisas".

Em se falando de oposição ao governo, então a situação despontava acima de tudo desfavorável para Juscelino. Dois artigos oposicionistas, de orientações bastante diferentes entre si, apresentavam certos aspectos do que intitulavam de legado do governo juscelinista. Por exemplo, um deles (de janeiro de 1960), tratando da inflação do período, colocava a sua causa fundamental na "emissão descontrolada do papel-moeda", cujo meio circulante pulou de 69 bilhões para mais de 156 bilhões de cruzeiros, elevando-se acima do dobro durante quatro anos da gestão de Kubitschek (de 1956 a 1959). Por seu lado, o outro artigo (de agosto de 1960) punha às claras o significado verdadeiro do desenvolvimentismo, através dos compromissos

bancários do Brasil no estrangeiro, lembrando apenas as obrigações nas quais o governo federal tomava parte. O total da dívida com o exterior alcançava um bilhão e quinhentos e sete milhões de dólares, a serem pagos pelo País da seguinte maneira, ainda no final da administração juscelinista e depois dela: 364 milhões de dólares em 1960 (último ano de sua gestão), 331 milhões em 1961, 271 milhões em 1962, 234 milhões em 1963, 177 milhões em 1964 e finalmente 130 milhões de dólares em 1965. Tratava-se de panorama nada animador para os brasileiros, apesar dos arroubos desenvolvimentistas do Presidente da República e de seus partidários.

Mas as dificuldades econômicas revelavam-se também nos motivos apresentados para a renúncia de, ao menos, dois Ministros da Fazenda, pertencentes ao governo de Kubitshchek. Quando este governo se iniciou, coube a José Maria Alkmim aquele Ministério, o qual ocupou até junho de 1958. Ao deixá-lo, Alkmim sofreu duras críticas porque a ele se atribuíam responsabilidades por não ter conseguido mais financiamentos internacionais, por permitir a elevação da taxa de inflação e pelo crescente déficit no balanço de pagamentos. Seu sucessor como Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, permaneceu neste posto até julho de 1959. Logo após a sua posse, com o amparo de uma assessoria, Lucas Lopes formulou um programa de estabilização, visando a atingir sobretudo a estabilização monetária, para que o desenvolvimento se cumprisse dentro de boas condições sócio-econômicas. Supunha-se que tal programa de estabilização deveria estar em harmonia com o Programa de Metas. A realidade mostrou a impossibilidade disto.

O próprio Presidente da República acabou por escolher caminho contrário à proposta estabilizadora, ao romper as negociações com o Fundo Monetário internacional (FMI), em junho de 1959. Decidindo-se pela continuação do Programa de Metas, ele pôs de lado os argumentos antiinflacionários de Lucas Lopes, que deixou o cargo em julho de 1959. O novo Ministro da Fazenda, Sebastião Paes de Almeida, acompanhou o Presidente da República até o final de seu mandato, atuando de acordo com a preferência presidencial em ma

têria de economia (34). Estas incoerências demonstravam a presença de notáveis estorvos na realização da política econômica de Juscelino, da qual também não estava ausente um certo palavrório favorável ao controle da inflação, em especial quando ele aludia ao desenvolvimento. Isto se vê claramente na "Comunicação Conjunta de Julho de 1956", firmada pelo "Export-Import Bank" e pela Missão Econômica Brasileira, dirigida por Lucas Lopes. Aliás, em se falando de desenvolvimento, não se propalava apenas a necessidade de dominar a inflação, mas ainda a necessidade de capitalizar o Brasil, sobretudo através de facilidades fornecidas ao capital estrangeiro.

"O 'Export-Import Bank' e a Missão Econômica Brasileira concordam que a adoção de meios capazes de controlar a inflação se reveste de ainda maior urgência e importância, em face das perspectivas recém-abertas financeiras e externas ao programa econômico do Presidente Juscelino Kubitschek." (...) "O 'Export-Import Bank' tem manifestado interesse no desenvolvimento industrial do Brasil e estuda com particular atenção as metas de produção industrial que fazem parte do programa de desenvolvimento do Presidente Kubitschek. O 'Export-Import Bank' tem ciência de que grande parte do programa industrial será realizado por empresas particulares" (35).

(34) Cf. Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966, pp. 71, 95, 107; Villela, Annibal - "As Empresas do Governo Brasileiro e sua Importância na Economia Nacional (1956/60)". In: Sherwood, Frank, P. Empresas Públicas. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1964, p. 200; Guimarães, Alberto P. - Inflação e Monopólio no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963, p. 96; 25 Anos de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965, p. 132; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., abril de 1960, p. 27; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Conf. Nacional da Ind., fevereiro de 1966, pp. 118, 119; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., março de 1958, pp. 1, 2, 3; Skidmore, Thomas E. - op. cit., pp. 216 a 218, 223, 224; "As Verdadeiras Metas de JK". Mundo Ilustrado, 16 de janeiro de 1960, p. 32; "O Espólio Financeiro do Governo Juscelino". Correio da Manhã, 2 de agosto de 1960.

(35) "Comunicação Conjunta de Julho de 1956". In: Moura, Arístoteles - Capitais Estrangeiros no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2ª ed., 1960, pp. 363, 367.

"Art. 76 - De conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Carteira de Comércio Exterior poderá autorizar o licenciamento de importações sem cobertura cambial, que correspondam a investimentos de capital estrangeiro no País, sob a forma de capital de participação, representados por máquinas e equipamentos que se destinem à montagem de unidade industrial ou, excepcionalmente, à complementação ou modernização de empresa já em funcionamento" (36).

Outros aspectos da política econômica, levada adiante na gestão juscelinista, em seguida carecem de algum destaque. Verifique-se o caso das importações brasileiras no período. Entendendo-se sempre o ano de 1957 com o índice igual a 100, observa-se que a importação de petróleo bruto aumentou muito pouco (passando de 91,8 para 102,4), decrescendo tanto a importação de seus derivados (indo de 117,6 para 100,3), como a de gêneros alimentícios (exceto o trigo) e de bebidas (regredindo de 94,7 para 62,7), ao longo da fase que vai de 1956 a 1960. Dentro de iguais critérios, o que mais se importou nestes anos foram acima de tudo máquinas, equipamentos, veículos e acessórios (cujos índices mudaram de 58,3 em 1956 para 101,4 em 1960), assim como o trigo (cuja importação se elevou de 102,3 em 1956 para 140,2 em 1960). Por outro lado, devem ser registradas também as tendências exportadoras, manifestadas pela economia brasileira da época. Entre 1957 e 1959, os maiores compradores dos produtos do Brasil no exterior, levando-se em conta a percentagem baseada no valor em dólar, concentravam-se num grupo de países, como os Estados Unidos (41,3%), a Alemanha (6,8%), a Grã-Bretanha (6,7%) e a Argentina (6,6%), dentre outros menos relevantes, que aqui adquiriam sobretudo café (57,9%), cacau (5,6%), madeira (3,9%), açúcar (3,7%) e minério de ferro (3,3%).

Talvez nem valha a pena analisar mais detidamente as diferenças constatadas no intercâmbio comercial entre o Brasil e os demais países. Parece tão claro o fato de

(36) "Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957". In: Moura, Aristóteles - op.cit., p. 372.

que aqui se compravam principalmente produtos do setor agrícola e do setor extrativo, enquanto se buscavam lá fora em particular mercadorias fornecidas pelo setor industrial, além do trigo, que diversos países do mundo ofereciam. Isto não tem sido mais do que segredo de polichinelo, cansativamente sugerido. Porém, assim mesmo, cabe nesta oportunidade a lembrança da progressiva queda dos preços médios do café no mercado de Nova Iorque. Posto como o melhor produto brasileiro de exportação na época, seus preços médios aviltaram-se. Com o índice 100 em 1954, o preço médio do café em Nova Iorque passou a 74 no ano de 1956 (no início do governo juscelinista), descendo até o índice 47 no ano de 1960 (ao encerrar-se tal governo). Eis o que se pode denominar de brilhante negócio para os outros; troca-se café, a preços médios deteriorados, contra especialmente produtos industriais, a preços médios em elevação.

Os chamados "anos JK" expõem a sua face mais cruel, quando se toca em determinados pontos relativos à distribuição da renda. O recenseamento de 1960 apontara o total de 70.119.071 pessoas no País e, por exemplo, mostrava também que a população remunerada se compunha apenas de 19.728.056 brasileiros. Meditando sobre tal censo, logo se verifica quão pequena era a população renumerada, nada condizente com os suspiros desenvolvimentistas do Presidente da República. Mas o quadro torna-se mais pungente, ao deter-se na distribuição da renda desta população capaz de receber alguma coisa. Tomando-se como linha divisória o maior salário-mínimo vigente (CR\$ 6.000,00) na época do censo (1959-1960), chega-se à triste conclusão de que somente 29,67% da população renumerada ganhava CR\$ 6.001,00 ou mais do que isto, enquanto 70,33% restante no máximo atingia o valor do salário-mínimo. Ora, esta enorme parte dos que mal alcançavam o valor do salário-mínimo teve de conviver, além de tudo, com a tendência altista do custo de vida, existente durante a administração de Kubitschek.

Já em 1959, quase no final de seu governo, a contecia a mais violenta alta do custo de vida desde o término da Segunda Guerra Mundial. Isto se evidenciou, por exemplo, na elevação do custo de vida em São Paulo e no Rio de Ja

neiro (Distrito Federal até abril de 1960 e depois Estado da Guanabara). Para apreciar-se tal crescimento, considera-se o ano de 1948 com o índice do custo de vida igual a 100. Em São Paulo, cujo índice era 292 em 1956, ele passou a 550 no ano de 1959. No Rio de Janeiro, o aumento do custo de vida ficou ainda mais flagrante nesta fase pois, se o índice era 313 em 1956, ele atingiu até 580 no ano de 1959. Portanto, no espaço de tempo de 9 anos (1948 a 1956), o custo de vida subiu quase 2 vezes (192 pontos) em São Paulo, e ultrapassou 2 vezes (213 pontos) no Rio de Janeiro. Ao longo de 4 anos (1956 a 1959) da gestão de Juscelino, o custo de vida cresceu mais de 2 vezes e meia em São Paulo (258 pontos) e no Rio de Janeiro (267 pontos). Talvez não seja exagero ponderar que aí está também um ângulo do desenvolvimentismo, ofertado por Kubitschek aos brasileiros, em particular a aquela imensa maioria que mal chegava a perceber o valor do salário-mínimo vigente.

Aliás, eis um ângulo do desenvolvimentismo juscelinista igualmente de especial interesse, aqui mencionado nos dois principais centros urbanos do País. Indiscutivelmente na época muito se aludia na imprensa à alta do custo de vida. É o caso de uma publicação, ao apresentar lista comparativa dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Para esta publicação, a lista "dá uma idéia exata do que tem sido a "meta" do custo de vida". No Rio de Janeiro, aumentara o preço de inúmeros produtos, tais como o feijão (de CR\$ 10,00 em 1956 para CR\$ 80,00 em 1959), a batata (de CR\$ 8,00 em 1956 para CR\$ 25,00 em 1959), o arroz (de 13,00 em 1956 para CR\$ 35,00 em 1959), a manteiga (de CR\$ 74,00 em 1956 para Cr\$190,00 em 1959), o charque (de CR\$ 42,00 em 1956 para CR\$ 110,00 em 1959), a carne (de CR\$ 40,00 em 1956 para CR\$ 100,00 em 1959), a banha, os ovos, o pão e o leite. De outra parte, a oposição ao governo condenava da mesma forma a inclinação altista do custo de vida. Em cada oportunidade que se abria, tal assunto era debatido, como na resposta ao discurso do Presidente da República, no qual ele comemorava o quarto aniversário de sua posse. As reais intenções oposicionistas nem sempre primavam pelo respeito aos princípios da liberal-democracia do regime instituído. Ainda assim, se deve levar em conta as declarações

ções de um deputado da UDN ao refutar as afirmativas presidenciais naquela ocasião, ressaltando que Juscelino Kubitschek "esquecera do indivíduo - a grande vítima do seu governo, pois lhe dera em quatro anos quarenta de sofrimentos".

No que diz respeito aos salários, constata-se a propensão para reiterados aumentos. Durante a administração juscelinista, três elevações do salário-mínimo foram autorizadas no Brasil: em agosto de 1956 (CR\$ 3.800,00 mensais), em janeiro de 1959 (CR\$ 6.000,00 mensais) e em outubro de 1960 (CR\$ 9.600,00 mensais). Tais aumentos ganham certa importância, quando se atenta para o fato de que, até então, Kubitschek estabeleceu o maior número de alterações no salário-mínimo num só período governamental. Em 20 anos (de 1940 a 1960), promoveu três modificações no valor do salário-mínimo, permitindo o aumento de 1956 depois de mais de 2 anos, pois os governos entre ele e Vargas nada fizeram neste sentido. Nem mesmo este crescimento expressivo do salário-mínimo, geralmente em torno de 60% em cada uma das elevações realizadas, colocou os trabalhadores urbanos em situação tranqüila. Diante da vertiginosa subida do custo de vida, quando muito os aumentos salariais conseguiam reparar as perdas sofridas no poder aquisitivo de certa parcela dos trabalhadores, por sinal aqueles que chegavam a receber influência das mudanças do salário mínimo. Quem possivelmente conquistou algo mais em termos salariais, acima das altas do custo de vida, em comum figurava como operário qualificado, a serviço das novas indústrias, nascidas sobretudo da política econômica de Juscelino. (37)

(37) Cf. 25 Anos de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965, p. 179; Baer, Werner, op.cit., pp. 36, 122; Guimarães, Alberto P. - op.cit. p. 153; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1966, pp. 21, 22; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1961, pp. 117, 118; Ianni, Octavio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 171; "As Verdadeiras Metas de JK". Mundo Ilustrado, 16 de janeiro de 1960, p. 32; "Metas que não foram divulgadas - 40 anos de inflação em quatro". Correio da Manhã, 6 de fevereiro de 1960. Ver também: Gudín, Eugenio "A Grande Palhaçada". Diário de São Paulo, 5 de novembro de 1960; "As realizações do Governo Kubitschek e a Carestia". Diário Popular, 21 de janeiro de 1961.

Inegavelmente, ele se esforçou por implantar novas condições propícias à expansão e à diversificação da economia brasileira. Para isto, o governo juscelinista veio a intervir intensamente no domínio econômico e, mais ainda, aprimorou a máquina administrativa. Atuou dentro da burocracia oficial já existente e fugiu de conflitos abertos com interesses já tradicionais, sobretudo representados no Congresso Nacional. Mas gerou, por outro lado, o que tem sido chamado de administração paralela. Então, muitos dos velhos órgãos administrativos continuavam reservados aos interesses dos antigos grupos dominantes, fervorosos adeptos da política de clientela. A administração paralela procurava dar dinamismo ao processo econômico, sem contrariar suas raízes tradicionais. Desta maneira, tal administração se utilizava de uma parte das instituições pertencentes à burocracia pública de antes da posse de Kubitschek, tais como a CACEX (ligada ao Banco do Brasil), o BNDE e a SUMOC. O caráter inovador da administração paralela, no entanto, assentava em órgãos novos, executivos ou de assessoria, tais como os Grupos de Trabalho (por exemplo: o nº 1, que cuidava da revisão das leis concernentes à energia elétrica); os Grupos Executivos (por exemplo: o GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística, o GEAMPE - Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa); o Conselho de Desenvolvimento; o CPA - Conselho de Política Aduaneira; a SUDENE, dentre outros. Esta renovação de determinados setores da administração do Estado fez-se acompanhar de "avassalador empirismo", a tal ponto que não chegou a "libertar-se do sistema de esperar a ocorrência dos problemas para então tentar resolvê-los de qualquer modo". Exemplificando, diz-se que "o sucesso da indústria automobilística, em certo momento, foi empanado pela escassez de chapas de aço e borracha" (38).

Isso, por sinal, igualmente sucedia com Juscelino. No que lhe dizia respeito, em suas manifestações ao

(38) Cf. *Desenvolvimento & Conjuntura*. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., novembro de 1959, p. 3; Benevides, Maria Victoria de M. - op.cit., pp. 214, 224, 225, 229, 231, 233.

País o Presidente da República perambulava de um ponto a outro, ao mencionar a inflação, o custo de vida, o salário-mínimo e a crítica das diretrizes econômicas de seu governo. No curso de sua gestão, Kubitschek andou entre promessas e desabafos.

Em 1956, anunciava: "O meu ideal de governo, e que a tingirei, é estabilizar dentro de alguns meses os novos salários e os novos preços, não permitindo mais daí por diante que continue a crescer e desdobrar-se em outras etapas corridas o volume da onda inflacionária. E a batalha contra a inflação é a minha bat^alha por excelência, é a batalha do meu governo" (39).

Em 1959, desafogava-se: "Em primeiro lugar, é de meu dever salientar que não temos o triste privilégio ou o monopólio do custo de vida em alta. De certa maⁿeira, em todos os países do mundo, a começar pelos mais afortunados e poderosos, o mesmo fenômeno se observa" (40).

Mas em 1960, no fim do seu período presidencial, ocupava-se com o que agora achava essencial: "Essa rea^lidade leva à conclusão de que a inflação que atr^avessamos não tem importância; o que importa é prod^ução" (41).

Excluídas as denominadas habilidades ou improvisações presidenciais, tão decantadas em muitas páginas de admiradores, os rumos da política econômica de Juscelino Kubitschek aí estão. Encaminharam-se várias metas programadas (em geral, dirigidas à realização de grandes obras e à maciça capitalização do Brasil, particularmente através do investimento estrangeiro), mas despontaram também outras situações, bem menos apregoadas. Es

(39) Kubitschek, Juscelino - "Não tolero desordem no País nem admito qualquer atentado à dignidade do Estado". O Globo, 2 de junho de 1956.

(40) Kubitschek, Juscelino - "Não temos o Monopólio do Custo de Vida em Ascensão". O Estado de S. Paulo, 13 de março de 1959.

(41) Kubitschek, Juscelino - "Longa Exposição do Presidente sobre seus 4 anos de Governo". O Estado de S. Paulo, 6 de fevereiro de 1960.

tas situações indesejáveis se exprimiam, antes de tudo, nas precárias condições de vida da maioria da população brasileira. E o que é mais dramático, o desenvolvimentismo do Presidente da República encontrava nestas patéticas condições de vida sua razão de ser, embora na realidade viesse a agravá-las em inúmeros aspectos fundamentais.

3. O BEM-ESTAR SOCIAL NO GOVERNO DE KUBITSCHKE.

Antes de ponderar-se sobre aspectos da política social da gestão de Juscelino Kubitschek, também aqui é bom tocar-se nas diretrizes estabelecidas por Café Filho. Ele apontou inúmeras carências da população brasileira, às quais propunha imediatas decisões a serem tomadas pelo governo federal. Para ter-se idéia, vejam-se algumas delas. No âmbito da Educação, o Presidente Café Filho fixou objetivos para o ensino primário, para o ensino médio e para o ensino superior, além de outras de liberações na área. Quanto ao ensino primário, pretendia criar novas escolas especialmente na zona rural e incentivar o preparo de professores. No que dizia respeito ao ensino médio, falava em fornecer à juventude uma educação integral, ao mesmo tempo em que defendia a ampliação da rede escolar e acenava com a possibilidade da assistência direta do governo federal às escolas, aos professores e aos alunos. O ensino superior não ficava atrás em matéria de promessas. Desejava consolidar as instituições universitárias já existentes e disciplinar os auxílios a elas. Do mesmo modo, não se descuidou de outras atividades educativas, como por exemplo a Campanha Nacional de Educação de Adultos, prevendo a instalação de 15.300 novos cursos em seu prosseguimento.

Café Filho deparava-se igualmente com as questões de Saúde Pública. Lembrava que o Ministério da Saúde fora montado em 1953, a partir do desmembramento do antigo Ministério da Educação e Saúde. Era, portanto, recente. Mesmo assim, entendia que as atividades voltadas para a solução dos problemas sanitários já haviam avançado além do permitido pelos recursos nacionais, embora estas atividades ainda nem correspondessem ao conjunto das exigências do País. Entre as medidas adotadas por

ele neste campo, ressaltava o início da elaboração do Código Nacional de Saúde. Mas o Presidente da República revelava interesse por muitos outros pontos da Política Social. Note-se o caso da Previdência Social. Tratando dela, Café Filho chamava a atenção para as condições insatisfatórias das instituições previdenciárias, principalmente do ponto de vista econômico-financeiro. Segundo dizia, o seu governo teve de tomar decisões visando à contenção das despesas e à melhoria da eficiência nos serviços prestados. Não ficava, porém, só aí. Ia adiante. Por exemplo: manifestava a vontade de controlar e de pagar a dívida federal com as entidades previdenciais; queria rever e atualizar o projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, naquela época em tramitação no Congresso Nacional.

A área da Habitação Popular também mereceu observações presidenciais. Café Filho mostrava a difícil situação financeira da Fundação da Casa Popular, sobretudo em virtude de não lhe terem sido concedidas as dotações orçamentárias de 1953 e de 1954, no montante de CR\$ 340.000.000,00. Sua crítica se dirigia em parte à administração getulista, anunciando que a Fundação não recebera naqueles dois anos as contribuições devidas pela União. Tais contribuições estavam substituindo a taxa de 1% sobre o valor das operações imobiliárias, cobrada até então com a finalidade de gerar reursos para a Fundação da Casa Popular. Consumida a contribuição de 1952, a Fundação somente podia dispor do pagamento realizado pelos compradores das moradias, tendo assim de reduzir seu ritmo de trabalho. Neste sentido, no ano de 1954 se pôde registrar apenas 491 residências construídas pela Fundação da Casa Popular, cifra que o Presidente da República pretendia superar de longe, em 1955 (42).

Esta ladainha de Café Filho, onde desfiava uma seqüência entediante de empecilhos ao governo e de compro

(42) Café Filho, João - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1955, pp. 158, 161, 178, 179, 180, 201, 202, 205.

missos com o povo, avolumou-se no período juscelinista. Aí, a tudo isto se somaram a esperança e o desenvolvimentismo de Kubitschek. No Programa de Metas, ele privilegiou quase unicamente alguns aspectos da economia brasileira, pois os 30 setores tidos como prioritários para os investimentos repartiam-se pelos seguintes tópicos: energia, transporte, alimentação e indústria de base. Na meta 30 do seu Programa, ele deu um pouco de relevância ao que chamou de "social", quando aludiu à formação de pessoal técnico. Não se pode afirmar, no entanto, que Juscelino poupou entusiasmo e palavras com a política social. Afinal, ela também integrava seu universo ideológico, presidido pela noção de grandeza nacional, pelo desejo de preservar a ordem vigente e pelo desenvolvimentismo. Preocupava-se com "o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico planificado do País e promover o bem-estar generalizado do povo".

Ao principiar seu governo em 1956, dizia: "O programa de política social deve, portanto, ser delineado e executado em consonância com o planejamento do desenvolvimento econômico." (43)

Apesar disso, cabe notar, antes de mais nada, que Kubitschek alterou muito superficialmente os órgãos relacionados com a execução da política social em sua época. Ele conservou em linhas gerais o que recebeu dos governos anteriores neste domínio, principalmente a partir de Getúlio Vargas. Ainda outro ponto merece destaque desde logo: é uma certa desatenção com os temas de política social, em seus discursos. Os problemas relativos a ela não constituíam assunto dos mais preferidos de Juscelino, em suas principais manifestações à população brasileira. Nestas manifestações, somente raras vezes tocou em matéria referente à política social. Sua temática de maior predileção girava em torno, por exemplo, da legalidade, da manutenção da ordem, do desenvolvimento, da esperança no futuro de grandeza nacional, da Operação Pan-Americana (OPA), da ajuda norte-americana, da elevação do custo de vida, de suas

(43) Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1956, p.157.

realizações governamentais, e às vezes do trabalhismo e do papel das Forças Armadas no Brasil.

Quanto à política social, o desinteresse expresso por Kubitschek torna-se ainda mais evidente em outro lugar, no Programa de Metas. Como se viu, aí então aquelas questões ligadas a ela se converteram em quase nada, somente estando claramente mencionadas na meta 30, ao citar a formação de pessoal técnico. Embora tudo isto ocorresse, o Presidente da República parecia reservar um espaço para tratar da política social. É nas Mensagens ao Congresso Nacional que se vão encontrar muito entusiasmo e muitas palavras dele, concernentes a tal campo. No que diz respeito, portanto, à valorização da condição humana no Brasil, é importante reparar no ideário e nas realizações de Juscelino, no caso da Educação. No início de sua administração em 1956, ele se propunha a "assistir a todos os tipos de escolas necessárias à formação do homem" e indicava os dois princípios norteadores da ação transformação do seu governo: a descentralização administrativa e a flexibilidade dos currículos.

Nessa época, ao analisar a situação do ensino superior, Kubitschek voltava sua atenção primordialmente para as desmedidas federalizações dos estabelecimentos universitários. E mais: de acordo com ele, era preciso impedir de imediato o que denominava de "expansão numérica dos institutos de ensino superior do tipo tradicional". Somente depois disto, é que o governo poderia empreender a renovação da Universidade brasileira, através do preparo de professores cada vez mais especializados e da formação de uma elite cultural bastante qualificada. Em 1958, o Presidente da República esclarecia com maior rigor suas idéias acerca da superação dos "institutos de ensino superior do tipo tradicional", ao sugerir que a vida universitária fosse marcada pela separação entre escolas dirigidas à ciência aplicada e escolas interessadas na ciência pura. Sua preocupação com o ensino superior de ciência aplicada se destacou em várias ocasiões, como se pôde verificar em 1960, quando relatava a criação de alguns institutos no âmbito da agricultura e da veterinária (Instituto de Economia Rural, da Universidade Rural; Instituto de Genética, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo; Instituto de Mecânica Agrícola, da Uni

versidade do Paraná; Instituto de Tecnologia Rural, da Escola de Agronomia da Universidade do Ceará).

Por sinal, a alusão à educação técnico-profissional estava sempre presente nas reflexões e nos projetos presidenciais para os diversos níveis de ensino. Na verdade, se unia invariavelmente a outras tantas medidas propostas pelo governo. No caso do ensino médio, Juscelino em 1956 dava prioridade ao urgente encaminhamento da mocidade para as chamadas escolas técnico-profissionais, onde se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica. Nesta linha de raciocínio, ele acrescentava que os estudantes de tais escolas poderiam atingir a Universidade por meio da Lei de Equivalência do Ensino Médio, gerando especialistas de mais alta categoria. Portanto, a educação técnico-profissional assumia importância ímpar em seu pensamento, pois ele a colocava como "o processo educativo específico para a integração do homem na civilização industrial". Mesmo quando se dedicava a um ramo do ensino médio, porventura mais apropriado a alunos interessados em chegar até a Universidade, como acontecia com a escola secundária, não fugia à sua obsessão pela educação profissionalizante.

Não resta dúvida de que, em 1956, Kubitschek falava em instalar no País uma organização educacional com maior liberdade e com maiores possibilidades de expansão, principalmente a nível do ensino secundário. Além do mais, também reconhecia a premente necessidade de aprimorar professores, técnicos, administradores e inspetores daquele nível de ensino. Isto, porém, não representava tudo. Ao contrário, consistia apenas numa parte de suas considerações sobre o ensino secundário. A outra parte dizia respeito a vários aspectos, entre os quais sobressaía a exagerada atração exercida pela escola secundária. Segundo anunciava o Presidente da República em 1958, esta escola absorvia perto de 75% dos estudantes de nível médio. E então ele logo denunciava a incapacidade de a organização educacional levar a juventude para tipos de ensino mais condizentes com o desenvolvimento econômico do Brasil. Via grande utilidade em preparar técnicos de nível médio, para irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério pri

mário. Em vista disto, Juscelino queria deixar os estudos predominantemente intelectuais a quem possuísse tal vocação, remetendo os demais alunos para outros cursos e evitando a enorme quantidade de candidatos à Universidade. Louvando-se em sua informação, só 10% dos inscritos no curso secundário caminhava até o ensino superior, enquanto 90% dos estudantes deste curso parava antes. O interesse pela educação profissionalizante transparecia no fato de, entre 1957 e 1959, os recursos financeiros do ensino industrial a nível médio terem-se multiplicado por 4, em virtude de decisão governamental.

O ensino primário acompanhava mais ou menos igual orientação. Passava, é claro, por certas pretensões já comuns e sempre reiteradas: "tornar acessíveis as escolas públicas primárias a toda a população e melhorar as condições do ensino nelas ministrado". Em seguida, Kubitschek lembrava que também o ensino primário precisava educar para o trabalho. É bem verdade que tal assunto de 1956 depois foi relegado a segundo plano, com relação ao ensino primário. Assim, em 1958, ele se importava sobretudo com os 10 mil prédios edificados até aquele momento de sua gestão, através do Fundo Nacional do Ensino Primário. Importava-se ainda com a ampliação da escolaridade para 6 anos, com a melhoria da formação dos professores de nível primário e com o aperfeiçoamento deles. No curso do terceiro ano de seu governo, Juscelino formulou algumas idéias mais precisas sobre a erradicação do analfabetismo no Brasil. Dizia ele que a elevada percentagem de 50% de analfabetos na população do País feria a vocação nacional para o desenvolvimento. Apesar disto, conforme pensava, a ação governamental não deveria abranger imediatamente os analfabetos de todas as regiões brasileiras, e sim deveria atingi-los "em áreas limitadas". Para o Presidente da República, a abolição do analfabetismo só poderia começar por aí, porque os recursos existentes na época seriam melhor aplicados naquele ensino capaz de formar mão-de-obra qualificada para as empresas. A luta contra o analfabetismo, portanto, não assumia papel tão prioritário, como às vezes se imagina. De qualquer maneira, Kubitschek expunha certos informes dignos de nota, acerca do desempenho da Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1959. Aludia, por exemplo, à alfabetização de

8.900 alunos acima de 15 anos de idade, ao preparo de 425 professores especializados e à formação de 350 professores para atuar na zona rural. Discorria também sobre seus projetos relativos ao combate ao analfabetismo em 1960, destacando a instalação de 300 rádio-escolas com a finalidade de ensinar os habitantes do interior.

Aliás, Juscelino reivindicava o auxílio do capital particular para alimentar as atividades educacionais, especialmente as voltadas à alfabetização. De acordo com ele, tais atividades não poderiam ficar apenas como obrigação do Estado. Mas, quanto a esta questão, tudo andava meio sem rumo. Em 1956, Kubitschek tencionava dar ajuda federal à iniciativa privada na Educação. Em 1958, solicitava recursos particulares para o ensino, "em proporção cada vez maior". E, em 1960, mostrava o funcionamento da sua Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, cujo número de ginásios iria aumentar de 108 (em 1956) a 350 (em 1960). Ele vagava, por consequinte, entre o auxílio federal à escola privada, o apelo à iniciativa particular para investir na Educação e a expansão da escola pública. Em meio a tudo isto, ainda sugeria alterações no projeto da Lei de Bases e Diretrizes da Educação que tramitava no Congresso Nacional; descobria uma filosofia da Educação no Programa de Metas; cria que a melhora da situação dos trabalhadores determinava maior apuro na ação educativa; e entusiasmava-se com o crescimento das verbas para a Educação durante seu período governamental (44).

"Ao conjunto de metas em que foram fixadas as diretrizes estruturais de meu plano de governo dēveria necessariamente corresponder uma filosofia de educação, destinada a preparar o País para o desenvolvimento consequente à execução daquele plano. (...) A ascensão das classes trabalhadoras,

(44) Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1956, pp. 197, 200, 203, 204, 208, 210 a 212, 216; Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958, pp. 245, 247 a 250; 252, 254; Kubitschek, Juscelino - "Aula Inaugural do Presidente Kubitschek na Escola de Medicina de Belo Horizonte" - O Estado de S. Paulo, 6 de março de 1960; Kubitschek, Juscelino - "Longa Exposição do Presidente sobre seus 4 anos de Governo". O Estado de S. Paulo, 6 de fevereiro de 1960.

por força das benéficas providências de nossa legislação social e também por imperativo de evolução brasileira nas áreas mais favorecidas, reclamava educação de nível mais elevado, sobretudo de caráter ocupacional e técnico. (...) Em 1956, o total das verbas destinadas à educação, pelo orçamento elaborado antes do meu governo, subia a pouco mais de quatro bilhões de cruzeiros. Em 1960, esse montante foi elevado para quase dezesseis bilhões. E pela primeira vez, com esse montante, se cumpriu a letra do dispositivo constitucional, que manda destinar o mínimo de dez por cento da receita orçamentária para as despesas com a Educação" (45).

Mesmo se levando em conta essa série de propalados avanços, não se pode dizer que os panoramas apresentados por Café Filho e por Juscelino Kubitschek, quanto à Educação na época de seus governos, denunciasses algo além de promessas e de tropeços. Note-se que aqui se tratava de um quadro traçado do ponto de vista do poder. No entender de Café Filho, a Educação precisava receber novas escolas, mais professores, possibilidade de aprimoramento deles e melhor ordenação de verbas encaminhadas às instituições educacionais. Também não faltava a surrada programação de mais cursos na Campanha Nacional de Educação de Adultos. Já na visão de Juscelino, a Educação carecia de beneficiar-se da descentralização administrativa, da flexibilidade dos currículos, do controle das federalizações, da limitação do crescimento da escola tradicional e da valorização do ensino técnico-profissional. Conforme Kubitschek, o campo educacional necessitava ainda de novas escolas, de mais professores, de condições de aperfeiçoamento deles, de ampliação da escolaridade para 6 anos e de lutar contra o analfabetismo. Então se conclui, a partir das alegações de ambos os Presidentes da República, que faltavam instalações escolares e professores habilitados, não se mencionando com profundidade as questões relativas à produção de material didático. Com certeza, nem poderiam ser satisfatórias as condições de trabalho e de vida, ofertadas aos professores, de modo especial em matéria de remuneração.

(45) Kubitschek, Juscelino - "Aula Inaugural do Presidente Kubitschek na Escola de Medicina de Belo Horizonte". Estado de S. Paulo, 6 de março de 1960. 0

Esse quadro naturalmente afetava todos os níveis de ensino, com as variações presentes no ensino primário, no ensino médio, no ensino superior e até na alfabetização de adultos. Sem dúvida, houve muitos projetos a serem cumpridos e muitas medidas tomadas pelos governos de Café Filho e de Juscelino. Mas, a despeito disto, os projetos e as medidas eram pouco vigorosos, para não dizer anêmicos, sobretudo diante da delicada situação da Educação. O próprio Kubitschek divulgara esta situação, ao apontar a elevada percentagem de 50% de analfabetos na população do País. Além do mais, os projetos e as medidas acabavam sendo um tanto esparsos e dependentes das peculiaridades de cada Estado brasileiro que, em última análise, cumpria a função de executor de tal política educacional, seguindo os seus interesses. Juscelino deu bastante prestígio à educação técnico-profissional. Soube ele fazer o Estado reconhecer e assumir a obrigação de proporcionar escolas a todos, acompanhando a mesma orientação getulista. Se, porém, ainda seguiu Vargas ao conceber a Educação como um direito de cada indivíduo, divergiu dele ao propor que o dever estatal de oferecê-la à população carecia de apoio do capital privado. Em outras palavras, o dever estatal era metamorfoseado em apelo para a iniciativa particular, a quem o Presidente da República ajudou, a quem pediu auxílio e a quem forneceu bom ambiente de atuação, ao expandir a escola pública em lugares pouco atraentes a ela.

O governo juscéliniano principiou no momento em que as despesas públicas com o ensino já não possuíam um ritmo ascensionai de crescimento, embora fosse um ritmo superior ao de aumento das despesas públicas gerais. Na realidade, de pois de 1953, verificou-se nesta relação um menor crescimento, de ano a ano, correspondente ao ensino: em 1954 (10,4%) e em 1955 (9,1%). Em 1956, ano da posse de Kubitschek na Presidência da República, a percentagem dos gastos públicos com o ensino caiu ainda mais, representando somente 7,6% de aumento, em relação às despesas públicas globais. Relativamente aos gastos do governo federal, as atividades de educação e de pesquisa consumiam em 1955 o montante de 5,96% das despesas da União, enquanto os setores com maior participação nelas eram a defesa nacional (29,28%), a administração geral (27,35%), os

transportes e comunicações (17,15%). Ora, já em 1960 é possível observar ínfima elevação dos gastos federais com as atividades de educação e de pesquisa, que passam a tomar parte nas despesas da União com 6,10%, enquanto os setores mais contemplados nestas despesas continuam sendo os mesmos indicados antes. Porém, em 1960 é outra a seqüência dos maiores gastos federais: a administração geral (36,28%), a defesa nacional (21,01%), os transportes e comunicações (19,34%).

No que diz respeito aos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário e a suas possibilidades de irem adiante em seus estudos, cabem algumas indicações relativas ao período juscelinista. Antes do início do governo, em 1955, sempre utilizando números aproximados, se verifica que unicamente 19% dos alunos matriculados no primeiro ano do curso primário no Brasil atingia o quarto ano do mesmo curso. Já em 1960, no derradeiro ano da gestão de Juscelino, a situação não se alterara muito para melhor. Dos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário, perto de 23% chegava ao quarto ano deste curso. O processo de exclusão no ensino brasileiro tornava-se ainda mais rigoroso em outras etapas: dos estudantes que ingressaram no primeiro ano do curso primário em 1954, apenas 3,5% deles alcançava o último ano do curso médio.

Outras indicações referentes ao quadro educacional na época de Kubitschek merecem destaque. O número de alunos por professor no ensino primário abaixou um pouco, passando de 35,3 alunos por professor em 1955, para 33,0 alunos por professor em 1960, o que revelava uma tendência bem favorável ao aprimoramento das aulas. Tal proporção parecia excelente no ensino médio, mesmo com a mínima elevação de 11,7 alunos por professor em 1955, para 12,4 em 1960. No que tocava ao ensino superior, a relação era exageradamente boa, indo até o abuso ao diminuir de 5,8 alunos por professor em 1955, para 4,2 em 1960. Diga-se de passagem que o ensino médio e principalmente o ensino superior acolhiam quem escapava de qualquer maneira do processo de exclusão, podendo usufruir assim de amplo contato com o professor. Eis aí uma das facetas antipopulares da Educação do período. No ensino primário, a lém do maior número de alunos por professor, ocorria de forma

espantosa a desqualificação do magistério. Embora isto se a presentasse também no nível médio e no nível superior, é no ensino primário que se encontravam inúmeros professores sem escola normal, a tal ponto que eles representavam aí a percentagem de 48% do corpo docente em 1955. Depois de 4 anos de governo, Juscelino só os reduziu para 46%, o que é bastante insuficiente, tendo em vista as exigências do País naquele momento e a cantilena do desenvolvimentismo.

O ensino primário no Brasil, de 1955 a 1960, passou por crescimento de 29% do total de matrículas. Entre 1955 e 1958, este mesmo ensino aumentou de 20,1% de unidades escolares, apresentando o percentual de 6,7% na elevação da quota de alfabetização (38,8% para 45,5%), ao longo dos anos mencionados. No ensino médio, ocorreu ampliação do total de matrículas na base de 51,8%, durante o espaço de tempo compreendido entre 1955 e 1960. Esta ampliação de matrículas se dirigiu no sentido de privilegiar o curso normal e o curso secundário. Assim, considerando-se o ano de 1949 como base, igual a 100, observa-se que o índice de matrículas iniciais mudou de 212 (em 1955) para 274 (em 1958) no curso normal e que o mesmo índice passou de 165 (em 1955) para 201 (em 1958) no curso secundário. Embora o curso comercial tenha elevado o seu índice de matrículas iniciais (de 149 para 198) entre os anos de 1955 e de 1958, de forma mais vagarosa ainda do que nos outros dois cursos anteriores, parecem indiscutíveis o medíocre crescimento de matrículas iniciais do curso industrial e a diminuição de matrículas iniciais no curso agrícola. De fato, mesmo se levando em conta o interesse manifestado por Kubitschek quanto à educação técnico-profissional, não é difficil vislumbrar neste campo relativo insucesso. No curso industrial, ainda com os recursos financeiros destinados a ele, o número daquelas matrículas foi pequeníssimo, alterando o índice de 108 (em 1955) para 109 (em 1958). No curso agrícola, o número das matrículas iniciais foi sendo reduzido, mudando o índice de 113 (em 1955) para 102 (em 1958). Aliás, tanto o ensino primário quanto o ensino médio revelaram, em seu conjunto, progresso acanhado para um governo que assumia a educação profissionalizante nos dois níveis, como uma das condições de atingir o futuro de grandeza nacional, sobretudo por

meio do desenvolvimento.

De outra parte, a trajetória do ensino superior não se encaminhou totalmente em direção dos objetivos fixados por Juscelino, que o via através da separação entre escolas voltadas para ciência pura e escolas interessadas na ciência aplicada, com claríssima preferência pelas últimas. O total das matrículas no ensino superior, entre 1955 e 1960, registrou o crescimento de 30,1%. As matrículas no ensino superior, neste período, demonstraram maior aumento em algumas áreas (administração pública e privada; engenharia especializada; estatística; filosofia, ciências e letras; ciências econômicas, contábeis e atuariais; agronomia). As matrículas em certas áreas do ensino superior exibiam crescimento irrisório (como direito, odontologia, veterinária e, acima de tudo, medicina e farmácia), havendo até mesmo diminuição de matrículas (como em cursos superiores de agricultura).

Sem transformar na essência a Educação no Brasil, e até mesmo mantendo determinadas deformações e numerosos enganos no domínio do ensino, restou à administração juscelinista o empenho em incrementar levemente os gastos federais com as atividades de educação e de pesquisa. Embora as despesas federais com o ensino e com a investigação tenham na verdade registrado elevação, tudo o mais se deu de forma um tanto distante das aspirações do Presidente da República. Atribui-se à sua gestão este diminuto mérito, pois as despesas públicas com o campo educacional continuaram caindo, assim como o processo de exclusão no ensino brasileiro sofreu insignificante abrandamento. Também não se pode afirmar que aconteceram mudanças muito alentadoras em termos do total de matrículas no ensino primário. Não muito importante foi o crescimento da quota de alfabetização ao longo do governo de Kubitschek, com o aumento em torno de 6,7%, entre os anos de 1955 e 1958. Indiscutivelmente, o ensino médio progrediu satisfatoriamente quanto ao total de matrículas, com especial realce para o curso normal e para o curso secundário. O ensino superior definiu-se na era juscelinista por um avanço no total de matrículas pouco acima do assinalado para o ensino primário. Ademais, tem de ser recordado a baixa redução de 2% de professores sem escola normal, atuando no ensi

no primário, na época de Juscelino(46).

Cumpra advertir que certa imprensa daquela ocasião oscilava entre denunciar, de um lado, omissões e deficiências educacionais, e gabar-se, de outro lado, com propaganda dos projetos ministeriais. Tal se dá, por exemplo, ao analisar-se a relação das prefeituras municipais com as escolas primárias. Perguntava-se como as prefeituras teriam capacidade de sustentar o ensino elementar, particularmente na zona rural. E, a respeito disto, se enumeravam determinados aspectos considerados básicos para o funcionamento bem-sucedido da escola primária: facilidade de escolha das aulas pelo professor; fiscalização imediata do andamento das atividades educativas; certeza do comparecimento regular do mestre; enfim, ordenados condizentes com o indiscutível valor do trabalho docente. Sabendo desta situação, o que certamente surpreende é a quantidade de 25 mil professores primários sem emprego em São Paulo, de acordo com informes de 1955.

Apenas a título de esclarecimento, se pondere sobre o caso dos exames vestibulares para ingresso no curso superior. Na Universidade de São Paulo, por volta dos 4.000 estudantes secundários registrados para conquistar uma vaga, perto de 1.000 lograram aprovação, em 1958. Nada mais preci

(46) Cf. Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1957, p. 65; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1959, p. 93; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., outubro de 1959, p. 87; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1964, p. 52; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., outubro de 1966, p. 63; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., janeiro de 1967, p. 77; Baer, Werner - op.cit., p. 302; Berger, Manfredo - Educação e Dependência. São Paulo/Porto Alegre, UFRGS/Difel, 1976, pp. 186, 191, 192. Ver também: Cunha, Luiz Antônio - Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1977, p. 132; Romanelli, Otávia de O. - História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1978, pp. 75, 87.

sa dizer-se, a fim de comprovar-se o desajustamento entre o ensino médio e o ensino superior. Já no último ano da administração de Kubitschek, um Delegado Permanente do Brasil na UNESCO, dava a público a informação de que "o governo tem feito muito menos do que a Constituição lhe impõe como obrigação", o que bem contrariava os enfáticos pronunciamentos do Presidente da República.

Outra aberração agitada em publicação diária residia no confuso emprego das verbas destinadas à ação educacional no Brasil. De fato, além das verbas utilizadas pelo Ministério de Educação e Cultura, havia também uma infinidade de cursos mantidos pela União no Ministério da Guerra, no Ministério da Marinha, no Ministério da Aeronáutica, no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério da Agricultura, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, no Ministério da Justiça, no Ministério da Saúde, no Ministério da Fazenda, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), na Polícia Militar do Estado da Guanabara, na Superintendência do Plano da Valorização da Amazônia, na Comissão do Vale do São Francisco, na Fundação Getúlio Vargas e no Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Portanto, custeando múltiplas atividades educacionais fora do âmbito do Ministério da Educação e Cultura, o governo federal promovia também periodicamente cursos na Petrobrás, no Banco do Brasil, na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), na Companhia Siderúrgica Nacional, na Companhia Vale do Rio Doce, na Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e no Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Ante tão confessada prodigalidade da gestão juscelinista, causou desconfiança a alegação oficial de sempre: não há recursos para a Educação. Nem os homens de boa vontade repousavam tranquilos com esta evasiva.

O Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, injetava nas veias da população brasileira a ambigüidade presidencial, referente ao ensino público e ao ensino particular, amenizando as dolorosas inconsistências educacionais com borrifos de otimismo e com projetos para o futuro. Segundo o Ministro da Educação e Cultura, "o homem do campo não foi es

quecido", "embora seja difícil atrair o filho do agricultor para as escolas, com elementos que o convençam". Dito isto no princípio de 1959, parece que ele não tocou em elementos fundamentais, capazes de convencer jovens a estudar, sobretudo os acostumados com a vida rural. Afinal, pouco depois, no mesmo ano, por exemplo, Clóvis Salgado em entrevista reconhecia que "sô temos escolas primárias para a metade das crianças de 7 a 14 anos, assim mesmo em 2 e 3 turnos".

E mais questionado, mais disse o Ministro da Educação e Cultura na mencionada entrevista: "... a União está assumindo os encargos do ensino superior, extremamente caro, deixando o ensino primário, mais barato, aos Estados e Municípios. Atitude lógica também do ponto de vista educacional: a escola primária deve ser local; a superior, formadora das elites dirigentes, deve ser nacional (...). E a escola é a maior instituição democrática. Na mão exclusiva do Estado, poderia tornar-se instrumento de opressão" (47)

Nas manifestações ministeriais, entrevê-se que o ensino primário (o mais ligado aos habitantes dos campos) colhia para si muitas palavras de carinho e de compreensão. Na realidade, no entanto, além das contribuições dos Estados e dos Municípios, o ensino primário submetia-se a viver de auxílios residuais porventura ofertados pela União, mantendo-se em delicada situação, conforme se viu há pouco. Apesar de tal fato, o Ministro Clóvis Salgado dedicava-se a inovações na Educação, ao divulgar que o governo de Kubitschek encaminhara ao Congresso Nacional o projeto de reforma do ensino médio, o projeto de reforma do ensino de enfermagem e o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar destas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diga-se logo que sua tramitação demorou 13 anos, da apresentação ao Congresso Nacional do projeto em novembro de 1948 por iniciativa de Clemente Mariani (então Ministro da Educação e Cultura), até sua transfor-

(47) Salgado, Clóvis - "Da Escola Pública, Direi que é mais Democrática". O Metropolitano, 12 de abril de 1959; Salgado, Clóvis - "Projetos Importantes relativos à Educação". Jornal do Comércio, 26 de fevereiro de 1959.

mação em lei, em dezembro de 1961. Não seria sensato levantar a ques tão das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sem lembrar que, mais ou menos ao mesmo tempo, se deu ainda o surgimento de considerável movimento, a Campanha em Defesa da Escola Pú blica. Uma e outra aconteceram, em grande parte, no período juscelinista.

O universo da Educação revelava-se desolador, não somente em virtude das poucas realizações em prol das condições de ensino, como por causa dos embates travados em torno da fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e inclusive da Campanha em Defesa da Escola Pública. O pro je to de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pe la Câmara Federal, nasceu de imprevista mudança de sentido, to mando-se como ponto de partida o preparado em 1948. Ao lon go dos anos de discussão das Diretrizes e Bases da Educação, o primeiro momento consistiu no confronto entre a tendência centralizadora (inspirada na Carta Outorgada do Estado Novo) e a tendência federativo-descentralizadora (nutrida pela Cons tituição de 1946). Ambas buscavam o seu predomínio no proje to. O segundo momento começou com o aparecimento do substi tutivo do Deputado Carlos Lacerda, depois dos vários reparos feitos no projeto inicial, em diversas oportunidades. Tal substitutivo de Lacerda se concentrou no ataque ao monopólio estatal da Educação e na defesa das instituições privadas de ensino. Determinados pontos deste substitutivo não surgiram ao acaso. O próprio Ministro Clóvis Salgado deu a conhe cer um documento completo sobre as Diretrizes e Bases, do qual sobressaíam duas alterações: o direito primordial da família de promover a educação e acompanhá-la de perto; e o estabele cimento dos recursos para as atividades educativas.

O substitutivo do Deputado Carlos Lacerda en controu inúmeros prosélitos. Por meio dele, o projeto de Di re trizes e Bases da Educação Nacional passava a determinar o brigatoriedade do ensino primário (com punição aos pais ou aos responsáveis por conservarem os filhos fora das escolas) e até a incentivar a educação de excepcionais. Os lacerdistas temiam que a Educação continuasse sempre atrelada ao Es tado, justificando sua suspeita através de possíveis remanescentes da ditadura estadonovista. Sem dúvida, eles receavam

principalmente a deturpação dos dois objetivos do substitutivo do Deputado Carlos Lacerda: a descentralização e a liberdade do ensino. Em meio as muitas inferências geradas pelos objetivos traçados pelo substitutivo, avultava o direito da família provocar e seguir de perto a educação de seus filhos. Por sinal, tal direito também aparecia numa das propostas do Ministro Clóvis Salgado, bem reforçada por Carlos Lacerda.

Houve cerrada contestação ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inspirado por esse Deputado, assim como se intensificou a Campanha de Defesa da Escola Pública. Em julho de 1959, o "Manifesto dos Educadores - Mais Uma Vez Convocados", redigido por Fernando de Azevedo, deixava bem evidente o grande valor da educação e da escola públicas.

"... a educação pública é a única que se compadece com o espírito e as instituições democráticas, cujos progressos acompanha e reflete, e que ela concorre, por sua vez, para fortalecer e alargar com seu próprio desenvolvimento. (...) A escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças e, por definição, contrária e a única que está em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso" (48)

De sua parte, entre diversas considerações, em janeiro e fevereiro de 1960, Florestan Fernandes expunha um argumento devastador das preocupações lacerdistas com a descentralização e com a liberdade de ensino. Mostrava que o substitutivo do projeto de Diretrizes e Bases continha uma visão de educação sobretudo oposta à democratização escolar. Denunciava, antes de mais nada, a oposição privilegiada das escolas particulares, tanto confessionais quanto meramente mercantis, que se achava embutida no substitutivo de Lacerda.

(48) Azevedo, Fernando de - "Manifesto dos Educadores - Mais Uma Vez Convocados". In: Barros, Roque Spencer Maciel de (org.) - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo, Livraria Pioneira Ed. 1960, p. 74.

A resistência ao projeto de Diretrizes e Bases extravasou para outros domínios, em particular aos diretamente atingidos: educadores, mestres e alunos, que tiveram inestimável veículo de divulgação em várias publicações. É o caso dos jornais que difundiram objeções às proposições lacerdistas. Em janeiro de 1960, os representantes estudantis, aludindo à aprovação pela Câmara dos Deputados do substitutivo referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, protestavam "contra o desvirtuamento do projeto original, que coloca em grave risco o sistema brasileiro de educação pública". E havia mais: para os estudantes, o projeto merecia "a mais decidida repulsa, em virtude de modificar a tendência imperante, desde a Proclamação da República, de acelerar a democratização do ensino e da cultura através da escola pública". Não ficavam, porém, os representantes estudantis limitados a estes aspectos. Queriam descobrir o real significado da formação do Conselho Federal de Educação e de Conselhos Estaduais de Educação. Segundo eles, tais Conselhos mostravam o desejo de "instalar oficialmente a ingerência das escolas particulares na orientação da política federal de Educação e na administração do sistema nacional de Educação!" E os estudantes acabavam chegando a denunciar que "prevalece uma orientação suicida, de franco favoritismo da escola particular em todos os níveis de ensino".

Nessa mesma linha de raciocínio, a representação dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em fevereiro de 1960, acompanhava mais ou menos as acusações já expostas sobre o projeto de Diretrizes e Bases, embora cuidasse de mais uma delas: a representação dos alunos era contra "os artigos que regulamentam os exames de suficiência". Para tais alunos, a permissão concedida pelas Diretrizes e Bases ao chamado "registro precário" somente oferecia um futuro desesperançoso ao ensino primário e ao ensino médio. Concluía então que a "defesa da qualidade do ensino deve começar pela base". Ocorreram outras rejeições, agora a partir de docentes de instituições superiores de ensino, como se vê no "Manifesto de Professores da Faculdade de Filosofia de S.J. do Rio Preto Contra o Projeto de Diretrizes e Bases", redigido por Wilson Cantoni. O "Manifesto de Rio Preto" percorria igual argumentação dos documentos anteriores, mas destacava determinados pontos com muita limpidez.

Por exemplo: pelo "Manifesto de Rio Preto", o projeto de Diretrizes e Bases figurava como "fortalecimento de um ensino de classe e, em alguns casos, de casta, com o dinheiro arrecadado do povo brasileiro..." Como se fora arrolamento de imperfeições das Diretrizes e Bases, o "Manifesto de Rio Preto" dava ao conhecimento público algumas críticas fundamentais ao projeto: ele não colocava o ensino primário de forma gratuita e obrigatória, violando a Constituição de 1946; ele não dizia quais eram as diretrizes pedagógicas do ensino primário, médio e superior, perdendo-se apenas em generalidades sobre o assunto; ele não se comprometia em extirpar o analfabetismo da metade da população brasileira; ele conservava "a estrutura colonial do ensino médio": e nem pretendia criar um sistema nacional e público de ensino técnico-industrial, etc.

O combate contra as Diretrizes e Bases da Educação Nacional nunca deixou de anunciar a possível influência negativa para o ensino do País. Fernando de Azevedo, de novo em princípio de 1960, voltava à carga contra o projeto de Diretrizes e Bases, a aquela altura já aprovado pela Câmara dos Deputados. Não desistia de indicar os malefícios do projeto, demonstrando que ele "instalará a desordem e o desperdício nas escolas particulares, alargando o caminho, já aberto, à mercantilização do ensino privado..." Fernando de Azevedo dirigia a atenção igualmente a outro significado do projeto, relativo à utilização de fundos públicos. Prevvia com toda a clareza o esbanjamento dos dinheiros pertencentes ao Estado e, em virtude deste fato, antevia a falência do ensino oficial.

Não era outro o caso de Florestan Fernandes, em mesma época, ao referir-se à aprovação das Diretrizes e Bases. Ele revelava o papel legislativo do "Projeto Lacerda" no Congresso Nacional daquele tempo, ao sugerir que "o "Projeto Lacerda" nasceu de intuítos estratégicos". Afinal, "levantou longe o favoritismo à escola privada", acabando por

"servir, forçosamente, como peça de composição"(49). O próprio Florestan Fernandes afirmava que a Campanha em Defesa da Escola Pública brotara da "indignação provocada" pelo projeto de lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em se tratando da mencionada Campanha, explicava suas prioridades, tornando-as bem evidentes. Conforme pensava, a explanação acerca destas prioridades poderia convencer, ao menos em parte, a população brasileira da necessidade de preservar a escola pública. De início, era preciso assegurar "a qualidade e a eficácia do ensino", através da escola pública. Ela possuía condições de receber qualquer pessoa, oriunda de qualquer camada social, sem nenhum tipo de segregação econômica, ideológica, racial, social ou religiosa. Porém, isto não bastava. A Campanha em Defesa da Escola Pública pretendia livrar o governo dos "interesses particularistas na esfera da educação", e acima de tudo levar a opinião pública a inquietar-se com as questões educacionais do País, "independentemente do seu saber ou pretígio". Antes mesmo desta manifestação de Florestan Fernandes em defesa da escola pública, já no mês de fevereiro de 1960, Wilson Cantoni definia com certo rigor os estorvos ao funcionamento satisfatório da escola pública,

(49) Cf. "Educação no Brasil, no Estado e na Capital de São Paulo". A Gazeta, 12 de junho de 1955; Bloem, Rui - "Vestibulares: Sinal de Alarma". Folha da Manhã, 26 de março de 1958; "Projeto de Carlos Lacerda Prega Revolução Democrática no Ensino do País". Tribuna da Imprensa, 26 de dezembro de 1958; "O Quadro Estatístico Desolador da Posição Educacional do País". Correio da Manhã, 30 de julho de 1960; "Dispersão de Recursos e Norma Básica na Educação Brasileira". Tribuna da Imprensa, 3 de setembro de 1960; "Condenado Pelos Estudantes o Projeto de Diretrizes e Bases Aprovado Pela Câmara". O Estado de S. Paulo, 29 de janeiro de 1960; "Mestres e Alunos Condenam o Substitutivo Lacerda no Projeto Diretrizes e Bases". Diário da Noite, 19 de fevereiro de 1960; Azevedo, Fernando de "Lei Que Arvora em Sistema a Comercialização do Ensino". Folha de S. Paulo, 3 de fevereiro de 1960; Fernandes, Florestan - "Em Defesa da Escola Pública". In: Barros, Roque Spencer Maciel de (org.) - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1960, pp. 111, 114; Cantoni, Wilson - "Manifesto de Professores da Faculdade de Filosofia de Rio Preto Contra o Projeto de "Diretrizes e Bases"". In: Barros, Roque Spencer Maciel de (org.) - op.cit., p.198; Carvalho, Laerte Ramos de - "As Diretrizes e Bases: Breve História". In: Barros, Roque Spencer Maciel de (org.) - op.cit., pp. 203, 212; Fernandes, Florestan, "Análise e Crítica do Projeto de Lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional". In: Barros, Roque Spencer Maciel de (org.) - op.cit., p. 218.

ao asseverar que "os adversários da escola pública querem a liberdade da escola porque não a querem na escola".

*E Wilson Cantoni sustentou mais em sua análise fa
vorável à escola pública: "... os valores educati
vos da escola pública e leiga se fundamentam em um
sistema aberto de verdades humanas não absolutas,
e, como tal, modificáveis historicamente... (...)
A política básica da educação pública e leiga é
garantir ao máximo a liberdade de consciência, que
é considerada como a condição indispensável para
a liberdade de pesquisa e de ensino, pois é a li
berdade de pesquisa e de ensino que vai garantir
o progresso do conhecimento" (50)*

Está-se, pois, diante de duas situações dis
tintas. É patente a separação entre o desejado pela gestão
juscelinista no âmbito da Educação e o ideário presente na crí
tica ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as
sim como na Campanha em Defesa da Escola Pública. De acordo
com Juscelino Kubitschek e seu Ministro da Educação e Cultura,
naquele momento se ficava apenas com muito otimismo e com a re
messa ao Congresso Nacional de alguns projetos educacionais, co
mo as Diretrizes e Bases. Além disto, pairava no ar a hesita
ção em torno da clara opção pela escola pública ou pela escola
particular, ao menos em termos de atuação governamental. Longe
de tal universo, as proposições a respeito da Educação e as
reivindicações no interior da luta contra o projeto das Dire
trizes e Bases são qualitativamente diferentes. O que dizer en
tão das formulações básicas da Campanha em Defesa da Escola Pú
blica, empreendida também na época de Kubitschek? Somando-se
às veementes condenações ao substitutivo lacerdista do projeto
de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Campanha em Defe
sa da Escola Pública veio a destacar a extrema superioridade
deste tipo de Escola, diante da Educação oferecida pela inicia
tiva particular.

Seguindo o projeto juscelinista de valorizar
a condição humana no Brasil, não se pode pôr de lado a avalia
ção das idéias e da ação de Juscelino no que diz respeito à

(50) Cantoni, Wilson - "Querem a Liberdade da Escola porque não
a querem na Escola". In: Barros, Roque Spencer Maciel
de (org.) - op.cit., pp. 124, 125; Fernandes, Flores-
tan - "Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Públi
ca". O Estado de S. Paulo, 24 de maio de 1960.

Saúde Pública. Não só a Educação, como ainda a Saúde Pública recebia dele importantes alusões em seus documentos. Em 1956, ele explicava que unicamente em 1953 surgira o Ministério da Saúde, separando-se do então denominado Ministério da Educação e Saúde. Com tal fato, os problemas sanitários pertencentes ao campo de atividades governamentais cabiam ao recente Ministério da Saúde, cuja finalidade central consistia em impedir o aparecimento de doenças e em alongar a vida. Para o Presidente da República, esta finalidade constituía a essência de todo o programa de Saúde Pública, ocupando-se com questões de maior conveniência aos habitantes do País, como a morbilidade e a mortalidade. Neste ponto, segundo ele, as populações da zona rural careciam de grande atenção, por ter colhido menos proveito dos avanços da medicina.

O programa de Kubitschek, relativo à Saúde Pública, expunha diversos tópicos fundamentais, no primeiro ano de sua administração em 1956.

"I - Ação decisiva na luta contra as endemias rurais: doenças de massas...

II - Continuação, sem desfalecimento, da Campanha contra a malária...

III - A Campanha Nacional Contra a Tuberculose continuará a merecer todo o apoio...

IV - Estudo da situação da assistência médico-hospitalar, principalmente das comunidades menos favorecidas, para organização de um plano orgânico geral...

V - Execução de uma política de alimentação.

VI - Continuidade dos planos de saneamento dos núcleos de população mais densos..."

Em verdade, não houve profundas transformações em matéria de Saúde Pública, apesar da reiterada vontade expressa pelo Presidente da República. A título de exemplo, tome-se o ano de 1958, a fim de examinar-se a situação da Saúde Pública no Brasil. Inexistem significativas diferenças entre o que prometia em 1956 e o que divulgava em 1958, a não ser quanto ao número de páginas dedicadas ao tema, bem maior no começo de sua administração. Em outras pala

bras, Kubitschek prestava contas em 1958 do que modestamente se fizera em sua gestão, até aquela ocasião. De novo, não deixou de apontar a ação governamental no campo do saneamento e do combate às doenças de massas, antes de tudo em virtude da destruição da força de trabalho, tanto nas cidades como no interior do País. Lamuriava-se com a falta de médicos e com a ausência de serviços de saúde em inúmeras localidades. Portanto, sua preferência recaía invariavelmente na melhoria das condições de saneamento das diversas regiões brasileiras, no maior investimento de capital na assistência de saúde e, de modo particular, na eliminação de determinadas doenças transmissíveis.

A malária, a boubá, a varíola, a tuberculose e a lepra formavam um grupo de doenças transmissíveis, às quais Juscelino envidava todos os seus esforços para extingui-las. Querendo acabar com elas, cria na maior eficácia dos recursos oficiais, liberados para tal fim. Depositava grande fé nos planos internacionais destinados a erradicá-las. E via a possibilidade dos próprios habitantes tomarem consciência de sua gravidade. Em 1958, no caso da malária, por exemplo, confiava no auxílio técnico e financeiro das organizações internacionais e no sincero apoio do governo dos Estados Unidos da América. Relativamente à lepra, esperava que um "novo sistema de trabalho" levaria ao domínio desta enfermidade "em futuro próximo"(51). Já se disse anteriormente que Kubitschek pouco se dirigia à política social, em seus pronunciamentos à população do País, prevalecendo neles outros assuntos. Nos poucos discursos proferidos a respeito das questões de saúde, ele compelia as Faculdades de Medicina a abrirem mais vagas. Defendia a medicina preventiva e condenava os altos custos do trabalho realizado pelos médicos. A atividade médica prendia-se ao projeto de desenvolvimento nacional, que Juscelino afirmava estar pondo em execução. Em vista disto, recomendava a difusão de uma medicina

(51) Cf. Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1956, pp. 175, 195, 196; Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958, pp. 21, 272, 273, 276.

adequada ao Brasil, "tanto mais quanto certos problemas são particularmente nossos, da nossa terra e da nossa gente". Daí, a profusão de planos relacionados à saúde, em geral visando à promoção de campanhas e de serviços permanentes.

Mas não é demais dar a conhecer o que mais importava ao Presidente da República: "Admirável gente, a brasileira, que assolada por tantos males - o abandono, as doenças, a miséria, a ignorância - ainda guarda, no fundo do ser, reservas infinitas de força física e de vigor mental! Quem diria possível a façanha de Brasília? (...) Medicina e alimento operaram a prodigiosa transformação: corpos castigados pela rispidez da terra, dobrados pelas privações e sofrimentos, ergueram-se resolutos e dispostos, numa luta sem trégua, dia e noite, para dar ao Brasil, em três anos, sua Capital definitiva" (52)

Dirigindo-se aos médicos de São Paulo, oferecia-lhes preciosos conselhos: "Com o patrimônio profissional de que sois depositários e que tendes sabido aumentar constantemente, temos elementos positivos para iniciar a obra de recuperação física e mental das populações desamparadas, ..." (53)

Ninguém, pelo menos ante tal ideário juscelinista, pode recusar-lhe propósitos louváveis quanto à Saúde Pública, embora sempre os sujeitando às suas metas desenvolvimentistas, sintetizadas especialmente na construção de Brasília. O período de administração de Kubitschek, porém, reduziu as despesas federais com a Saúde Pública, as quais desceram de 5,45% (em 1955) para 4,62% (em 1960) do conjunto dos gastos da União. Assim, além da mínima elevação (0,14%) das despesas federais com as atividades de educação e de pesquisa, registrou-se sofrível redução de gastos com as medidas de saúde (0,83%), no período compreendido entre 1955 e 1960. É preciso levar em conta que as despesas com a Saúde Pública, efe

(52) Kubitschek, Juscelino - "Discurso de S.Exa. o Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por Ocasião da Instalação do II Congresso da Associação Médica Brasileira, em Belo Horizonte". Revista da AMB. São Paulo, Associação Médica Brasileira, fevereiro de 1960, vol. 6, nº 1, pp. 13 a 15.

(53) Kubitschek, Juscelino - "Banquete e Entrega de Comendas" O Estado de S. Paulo, 15 de outubro de 1959.

tivadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, não acompanharam a tendência do governo federal. De 1955 a 1960, os gastos com a saúde aumentaram mais de duas vezes e meia no total das despesas dos Estados e do Distrito Federal. Este moderado crescimento igualmente se verificou no âmbito dos Municípios, onde os gastos com a saúde subiram mais de duas vezes, no espaço de tempo entre 1955 a 1960.

No ato inaugural de transformação do Serviço Especial de Saúde Pública em Fundação, dando origem à FSESP, um jornal da época consignava as palavras de alta autoridade que não deixava por menos em seus louvores a aquele órgão. Dizia ele: "Os ilustres fundadores da Fundação SESP plasmaram uma instituição em condições de propiciar serviços de saúde pública em nível profissional dos mais elevados em qualquer parte do mundo". Pondo à margem os arroubos retóricos dos chefes mais entusiasmados, é imprescindível valorizar as finalidades da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, apesar das críticas feitas aos seus programas. E mais do que isto: é necessário saber quais foram os resultados das inversões de recursos por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, embora tenha ocorrido queda das despesas federais com a Saúde Pública. No período compreendido entre 1957 e 1959, em 71 cidades da área de atuação da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, as quais pertenciam aos Estados do Amazonas, do Pará, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo, comprova-se que a mortalidade geral diminuiu em 43 delas, tendo aumentado em 28 cidades. Em 1959, já se consumara uma alteração nos grupos de causas de mortes em determinadas capitais brasileiras, de acordo com distribuição percentual. Tomando-se 8 capitais do Brasil, observa-se o destaque assumido pelas doenças do aparelho circulatório (22,4%) em 1959, bem distinto do que ocorrera nas décadas de 40 e de 50. Até então, o predomínio cabia a outro grupo de causas de mortes: doenças infecciosas e parasitárias, tanto em 1940 (27,3%) quanto em 1950 (20,6%). Sem dúvida, a gestão juscelinista tomou parte nesta alteração qualitativa dos grupos de causas de mortes, por causa do saneamento ou, ao menos, pelo maior tempo de exercício do poder presidencial nos anos 50.

Em relação à mortalidade geral por mil habitantes, basta que se examine o que se passava também em capitais brasileiras, em 1958. Neste ano, só São Paulo exibia coeficiente de mortalidade geral abaixo de 10,0 mortes por mil pessoas. Outras capitais (Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Aracaju) ficavam em torno de 14,0 e 17,7 por mil, enquanto Natal atingia 28,1 e Fortaleza alcançava o coeficiente de 36,4 mortes por mil habitantes. O contraste aparecia mais patente ao comparar-se tais dados com o conjunto de certos países, como eram os casos da Argentina (8,9 mortes por mil) e do Canadá (9,0 mortes por mil), isto em 1950, oito anos antes dos informes brasileiros acima registrados. Meditando-se acerca da mortalidade geral no Brasil, repare-se no pouco valor dado à existência humana aqui, bem como não se deve pôr de lado a tremenda discrepância havida entre as diversas regiões do País. A própria capital de São Paulo não representava motivo de qualquer entusiasmo, na análise por exemplo da mortalidade infantil. Com toda categoria de constituir o maior centro industrial nacionalmente reconhecido, São Paulo ostentava a pequena diminuição de 23,6 crianças mortas por mil nascidos vivos, de 1955 (que tinha 86,5 crianças por mil vivas) a 1960 (que tinha 62,9 crianças por mil vivas). Com certeza, esta paisagem sombria da Saúde Pública se estendia por todo o território brasileiro. Paisagem sombria ainda mais gritante apresentava a chamada esperança de vida dos habitantes no período de Juscelino, e até pouco depois dele. Em 1957, determinadas capitais marcavam a vida média, em anos, do seguinte modo: no Rio de Janeiro (Distrito Federal) os seus habitantes deviam viver em média 54,9 anos; em Vitória existiam em média 39,2 anos; e em Goiânia eles poderiam chegar em média a 37,5 anos. Ora, em 1950, sete anos antes, a população inglesa vivia em média 69,7 anos, enquanto na Suécia e na Nova Zelândia vivia-se em média 70,3 anos. A esperança de vida na capital de São Paulo, entre 1959-1961, mostrava que em média apenas 31,7 pessoas alcançavam 40 anos e que em média somente 16,6 indivíduos tinham o privilégio de comemorar 60 anos de existência. Diante disto, as fantasias juscelinistas de alongar a vida caíam por terra. Se, de fato, se pretendia controlar a mortalidade, é bom dizer que nada foi feito de ex

pressivo, mesmo se levando em conta as pretensões de Café Fi lho e, em especial, de Juscelino Kubitschek.

Apesar de os dados disponíveis para capitais brasileiras realmente absorverem o resultado de doenças con traídas no meio rural (onde na maioria das vezes há falta de tratamento eficaz), ainda assim aquelas taxas acusam situações gerais de indiscutível indigência social. O Presidente Kubi tschek dera grande importância à erradicação das doenças de massas e pregou o fortalecimento de várias campanhas, sobretu do da malária e da tuberculose. Sua administração parecia ter obtido sucesso em algumas campanhas levadas a efeito naquela ocasião, conseguindo conquistar bons resultados decorrentes de seu empenho. Por exemplo, a Campanha Nacional Contra a Tu berculose converteu-se em êxito, ao diminuir a 147 casos de mortalidade por tuberculose, a cada 100.000 habitantes, em quase todas as capitais brasileiras, entre 1955 e 1957. No ca so da luta contra a malária, também se constata diminuições dos coeficientes de mortalidade por esta doença em algumas ca pitais. Desta maneira, entre 1955 e 1960, em Manaus e em Be lém houve queda respectivamente de 71,5% e de 77% nos coefi cientes de mortalidade por malária. Já em São Luiz e em Sal vador, na mesma época, apontou-se respectivamente aumento de 68% e queda de 89% nos coeficientes de mortalidade por malá ria. Quanto ao combate à doença de Chagas, os serviços de Saú de Pública realizaram o expurgo, com BHC, de mais de dois mi lhões de casas, de 1955 a 1960.

Há críticas válidas relacionadas com a falta de recursos, à descontinuidade na execução dos projetos gover namentais e até à eficácia dos expurgos domiciliares (no caso da doença de Chagas). Repugna a mortalidade ainda bem alta, ou o crescimento da presença da malária em São Luiz, ou então outros aspectos de Saúde Pública na gestão juscelinista (54).

(54) Cf. Baer, Werner - op.cit., pp. 302, 304, 305; Desenvolvi mento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed.Nacional da Ind., fevereiro de 1959, p.112; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed.Nacional da Ind., julho de 1961, pp. 92, 93; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed.Nacional da Ind., outubro de 1961, pp. 84, 85; Cu pertino, Fausto - População e Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp.39,46; Mello, Carlos Gentile - Saúde e Assistência Médica no Bra sil. São Paulo, Cebes-Hucitec, 1977, pp. 27, 29; Guima rães, Reinaldo (org.)- Saúde e Medicina no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978, pp.68, 79; "Do Mais Alto Nível Téc nico os Serviços de Saúde Pública no Brasil". A Gazeta, 7 de ju lho de 1960.

Como no governo anterior, Kubitschek agiu através de intervenção de cunho setorial, conforme as carências do momento. Não se compara a Vargas, porém, em termos de compromisso com as massas populares, principalmente no que diz respeito à política social. Na época de Juscelino, reduziram-se as despesas federais com a Saúde Pública, no conjunto dos gastos da União. Tanto na Educação, quanto na Saúde Pública, não se descobrem providências mais essenciais, visando a transformações globais nestas áreas. Aliás, em nenhuma área da Política Social isto acontece. No caso da Saúde Pública, notam-se deliberações particulares a cada questão penosa, conforme ia surgindo. Por sinal, na Educação e na Saúde Pública, as atividades são destinadas a dominar questões penosas, cuja influência ocorre a nível coletivo. Já no campo da Previdência e da Assistência Social, predominam soluções voltadas mais para o atendimento individual, ao passo que no âmbito da Habitação Popular existem decisões de repercussão social, à medida que procura acomodar famílias de trabalhadores.

A Previdência Social colocava-se, para Juscelino, em estreita relação com as áreas de Assistência Social e de Habitação Popular. Ao dirigir sua atenção para a Previdência Social, ele se interessava pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, mas também pelos serviços de assistência e de habitação. Em 1956, no primeiro ano de sua gestão, o Presidente Kubitschek aludiu à Previdência Social, expressando preocupação com a contínua elevação do débito do governo federal com as instituições previdenciárias. Conforme informação presidencial, esta dívida aumentou de 17 bilhões de cruzeiros (em 31 de dezembro de 1954) para 24 bilhões de cruzeiros (em 1956). Desta maneira, tais instituições previdenciais consumiam toda a receita arrecadada, através da sua administração e de seus benefícios e de sua assistência, pouco ficava, portanto, para o bom atendimento à população que serve-se deles. E, além do mais, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões não conseguiam realizar a capitalização de suas reservas. Citava o caso do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), com quem a União alcançou o débito de CR\$ 13.873.905.262,70, no exercício de 1955, retirando-lhe as condições para arcar com suas despesas e até obri-

gando-lhe a desfazer dos próprios bens. Também em 1956, lamentava o Presidente da República a impossibilidade de fundir, devido a entraves burocráticos, os serviços médicos das instituições previdenciárias com o SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência). Para ele, tal integração, se realizada, daria origem ao SAMPS (Serviço de Assistência Médica da Previdência Social), com recursos mais amplos e com maior campo de atendimento médico.

No ano de 1958, já no terceiro ano do governo juscelinista, a situação econômica e financeira da Previdência Social piorara. O débito acumulado da União subiu para 43 bilhões de cruzeiros, enquanto as dívidas das empresas privadas chegavam a 16 bilhões de cruzeiros, deixando os órgãos previdenciais em posição precaríssima. Perante tal quadro desolador, Juscelino contentava-se, por um lado, em forçar a votação da Lei Orgânica da Previdência Social, em tramitação no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, por outro lado, mergulhava num mar de números, a fim de demonstrar o desempenho da área previdenciária.

Em 1958, concentrando-se na atuação do IAPI, dizia por exemplo que ele atendera 1.054.717 pessoas, garantindo-lhes vários benefícios, como aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, auxílio-doença e pensão por morte. Outras 243.017 pessoas receberam do IAPI benefícios diferentes, como o auxílio para funeral e o auxílio-maternidade. Atentando para o movimento hospitalar do IAPI, Kubitschek apontava as cifras de 32.400 internações devido a inúmeras enfermidades, de 25.900 internações em maternidade e ainda 2.600 internações em sanatórios. Já o SAMDU, órgão de proteção urgente da Previdência Social, estendera-se por todo o País, descentralizando suas atividades de amparo aos filiados aos Institutos e Caixas, por meio da multiplicação de postos locais. Juscelino parecia satisfazer-se com o funcionamento do SAMDU, cujos serviços gerais se elevaram em 70% entre 1956 e 1958.

Dentro do âmbito da Assistência Social, salientava-se em 1956 a atuação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), cuja finalidade consistia em melhorar

as condições de subsistência da família operária. O SAPS, no entanto, deveria ir além do fornecimento de refeições, a preço reduzido. Deveria também orientar a educação alimentar, formar médicos especializados, nutricionistas e assistentes visitantes de alimentação. O SAPS tinha igualmente a incumbência de manter Postos de Subsistência para venda de produtos alimentícios a baixo preço. O Presidente da República chamava a atenção para o crescimento do SAPS, pois passou de 301 Postos de Subsistência (em 1956) para 451 (em fins de 1957). Ao encerrar-se o ano de 1957, o SAPS possuía ainda 20 Delegacias Regionais, 18 Agências Locais, 39 Armazéns Distribuidores, 30 Restaurantes, 20 Auto-Serviços, 2 Escolas de Visitadoras de Alimentação e 1 Granja.

Como no governo getulista, a administração juscelinista manteve o "abono familiar" destinado às famílias numerosas. Era uma forma de assistência onde não havia necessidade de contribuição por parte do beneficiário. Kubitschek autorizou até 1958 concessão de 107.433 abonos às famílias numerosas, cabendo a maior parte à Região Nordeste, que absorveu 53,15% do total. Reconhecia, porém, o Presidente da República a necessidade de revisão dos abonos, em virtude do desgaste do seu valor, quase irrisório.

A área da Habitação Popular relacionava-se em parte com a Previdência Social. Conforme diretriz presidencial, os órgãos previdenciários precisavam complementar a ação da Fundação da Casa Popular, destinada a construir moradias a todos os carentes da habitação, independentemente de serem ou não beneficiários de qualquer Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões. Para o governo federal, a questão da Habitação Popular era prioritária, reclamando planejamento e deliberações de emergência. Tal governo propunha em 1956 a união de forças, a longo prazo, no campo habitacional, por parte de todos os poderes executivos (federal, estadual e municipal) e da iniciativa particular. No decorrer de 1958, Juscelino dava a impressão de estar contente com o esforço do IAPI, ao concluir 704 residências e ter em andamento outras 950 casas populares. Passando por exame o desempenho da Fundação da Casa Popular, ele acabava por classificá-lo de "verdadeiramente excepcional" no ano de 1957, porque até abril de

1958 ela entregaria à população necessitada o total de 11.831 moradias, em 182 localidades de 18 Estados, sem contar o Distrito Federal (Rio de Janeiro). Na cidade de Brasília, ainda em construção, a Fundação da Casa Popular iniciara a edificação de 1.000 residências (55).

Ora, é importante avaliar a força de todas estas medidas relacionadas com a Previdência e a Assistência Social, bem como com a Habitação Popular. O que interessa é avançar além da mera apresentação de intenções e de providências, partidas de Kubitschek. No caso da Previdência Social, as mudanças em geral eram circunstanciais. Manteve-se a mesma organização previdenciária da era getulista. Atendia-se o trabalhador urbano, empregado de uma empresa; e a assistência médica cuidava do paciente a fim de devolvê-lo logo ao trabalho. O domínio sobre o operário exercia-se também através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, constituídos como autarquias e guiados pelo corporativismo. Por um lado, isto significava que, como autarquias, Institutos e Caixas tinham de submeter seus recursos ao controle governamental. Por outro lado, inspirados na doutrina corporativista, a direção de cada instituição previdenciária compunha-se de igual representação de empregados e de empregadores. O regime previdencial punha de lado os trabalhadores rurais, os empregados domésticos, os profissionais liberais e os trabalhadores autônomos, todos excluídos da Previdência Social. Por princípio, tal regime afastava igualmente os funcionários civis e militares, possuidores de estatuto próprio.

Enfim, para ter-se idéia mais abrangente, basta recordar que se conservou as linhas gerais das instituições previdenciárias existentes no segundo período getulista, embora Vargas e Juscelino expressassem momentos diferentes do Brasil, especialmente devido ao maior compromisso de Getúlio com o conjunto da Política Social. Kubitschek, no entanto, atualizou determinados pontos concernentes à Previdência. Num

(55) Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1956, pp. 165, 168, 170, 171, 175; Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1958, Presidência da República, pp. 228, 230, 233, 237, 238, 239.

País de tradição inflacionária, de nada valia a contribuição dos empregados até o teto de 2 mil cruzeiros mensais, que Vargas tinha elevado para 2.400 cruzeiros, em junho de 1954. Na realidade, até mesmo este montante era irrelevante, pois boa parte dos empregados recebia salário maior do que esta importância. Em agosto de 1956, a administração juscelinista alterou o limite máximo de contribuição, fixando-o ao nível de 3 vezes o salário mínimo e abandonando o critério de certo valor absoluto.

Embora se leve em conta o processo inflacionário, sobressaía o crescimento do total de benefícios fornecidos no Brasil pela Previdência Social, que subiu em 57,5%, no espaço de tempo compreendido entre 1955 e 1957. De qualquer maneira, tais benefícios sociais não representavam nada de excepcional. A disponibilidade das instituições previdenciais para conceder benefícios parecia bem reduzida, tão reduzida quanto a própria renda individual dos brasileiros. Talvez seja o momento propício para retomar características existentes no governo de Vargas, que em linhas gerais também se repetem aqui. Desde sua origem, e principalmente ao longo dos anos posteriores, a Previdência Social se manteve por meio das contribuições de toda a população trabalhadora do País. Os descontos saíam de seus salários, e era ela que adquiria mercadorias e serviços (em cujos preços os empregadores incluíam sua parte da contribuição previdenciária). Além do mais, os trabalhadores pagavam impostos (de onde o governo federal retirava, ao menos um pouco, sua porção para investir nas instituições previdenciais). Deve-se lembrar, em seguida, outro fato. Sem dúvida, os Institutos de Aposentadoria e Pensões funcionavam como grandes coletores de poupança do Brasil, naquela ocasião. Não havia empenho em liquidar seus débitos com a Previdência Social, normalmente por parte da União e governos estaduais, por parte da maioria do Congresso Nacional e por parte dos empresários. Ao contrário, existindo condições favoráveis, apelavam aos Institutos e Caixas com o propósito de conseguir favores.

Não é por acaso que houve reivindicações baseadas no direito dos contribuintes fiscalizarem o emprego dos tributos pagos ao Poder Público, e em particular contro

larem a aplicação de seus recursos entregues à Previdência Social. As críticas tornaram-se tão insistentes e irrefutáveis que Kubitschek, em 1960, assinou decreto destinado a saldar parte (mais de 40 bilhões de cruzeiros) do débito do governo federal com as instituições previdenciárias, cujo total chegava perto de 80 bilhões de cruzeiros. O pagamento far-se-ia pela transferência, para a Previdência Social, das ações das empresas de economia mista, ações que excedessem de 51%. Com isto, sem perder o controle das empresas estatais, porque a União manteria os 51% de suas ações, dava-se início ao acerto de contas com os Institutos e Caixas. Mas o Presidente da República ia mais adiante em suas medidas nesta questão. Além da transferência das ações das empresas de economia mista (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional de Alcalis, Fábrica Nacional de Motores e Petrobrás) para a Previdência Social, o governo juscelinista pretendia acabar com a dívida inteira (aproximadamente 30 bilhões de cruzeiros), mediante a amortização de 1 bilhão de cruzeiros por ano.

Era época em que a Lei Orgânica da Previdência Social estava por entrar em vigência. Já de princípio, o Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Fernando Nóbrega, apressava-se em delimitar a contribuição do governo federal na área, pois para ele "a utilização de fundos públicos em proporção muito elevada pode emprestar ao sistema um caráter de verdadeira espoliação dos demais cidadãos que concorrem para o Erário Público sem auferir qualquer benefício". Existia, portanto, o desejo de restringir a participação governamental na manutenção das atividades previdenciais, liquidando os débitos e diminuindo os novos investimentos. Este era o intento predominante no momento em que Juscelino Kubitschek sancionou, em 26 de agosto de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social, determinando de imediato sua regulamentação. De fato, tal regulamentação foi feita rapidamente, sendo assinada em 19 de setembro de 1960.

Em diferente do que se possa imaginar, a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3807/60) constituiu o resultado final de um acidentado percurso de 13 anos. Sua existência remonta ao "Projeto de Lei Orgânica da Previdência

Social", inspirado pelo Deputado Aluizio Alves em 1947, de onde se extraíram vários substitutivos. O primeiro substitutivo foi apresentado em 1949, o segundo em 1952, os quais se incorporaram ao projeto juscelinista de 1956, gerando por fim a proposta definitiva de Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada em 1960. A nova Lei veio a acabar com a diversidade de documentos orientadores das instituições previdenciárias. Assim, a Lei Orgânica aprovada pôs fim a antiga pretensão de 1941, quando já se cogitava de uniformizar a legislação previdenciária. Talvez esta uniformização represente a maior conquista da Lei Orgânica da Previdência Social.

Resultante dos vários anos de discussão e de alguns substitutivos, ela mostrou logo lacunas e incoerências. Veja-se o caso dos chamados segurados obrigatórios. Segundo dizia a Lei, todas as pessoas, que exercessem atividade remunerada no território nacional, deveriam integrar-se à Previdência Social. Na realidade, isto não passava de desconversa, pois dela estava excluída a população mais numerosa: os trabalhadores rurais. De outra parte, a Lei Orgânica colocou-se numa posição conservadora, omitindo uma definição clara e firme do seguro por acidentes do trabalho. E mais: ela continuou sustentando a contribuição triplíce e igual dos empregados, dos empregadores e do governo federal, aliás deixando a organização administrativa da Previdência Social sob o controle dos representantes destes três tipos de contribuintes. Tudo funcionava como se estivesse esquecida a altíssima dívida dos Poderes Públicos e dos empregadores com a área previdencial. Finalmente, a Lei Orgânica da Previdência Social postergava uma parte de seus antigos objetivos (a universalização, a uniformização e a unificação), determinando somente a uniformização dos benefícios aos segurados.

Em que pese tais insuficiências, a nova Lei consagrava o fornecimento de meios adequados de manutenção aos beneficiários, devido à idade avançada, ao tempo de serviço, à incapacidade, ao desemprego, à prisão ou à morte do trabalhador. Também facultava auxílio financeiro e prestação de serviços em virtude de doença de todos os vinculados à Previdência Social. Os segurados eram os titulares de empregos re

munerados e seus dependentes, salvo os funcionários civis e militares da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, os empregados domésticos, os trabalhadores rurais, os servidores autárquicos, os profissionais liberais e os trabalhadores autônomos. O custeio da Previdência Social, de acordo com a Lei Orgânica, se fazia pelo desconto de 8% do salário do segurado (antes ele oscilava entre 3% e 8% do valor do salário, conforme a instituição), não podendo ultrapassar cinco vezes o valor do maior salário mínimo do País. As empresas contribuíam para a Previdência Social com percentagem igual a de seus empregados (ou seja: 8%). O governo federal saiu aliviado com a Lei Orgânica, pois se obrigava apenas a cobrir despesas de pagamento de pessoal e de administração geral, devendo ainda arcar com os eventuais desequilíbrios orçamentários no campo da Previdência Social. Imagine só: nem isto a União cumpriu, pondo em má situação financeira as instituições previdenciais (56).

Talvez um dos domínios da política social mais relegados pelo juscelinismo consistisse na Habitação Popular.

(56) Cf. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 1957, pp. 79, 80, 81; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind.; fevereiro de 1959, p. 123; "Precisa o Governo entregar a Direção dos Institutos aos Contribuintes". Diário de S. Paulo, 8 de junho de 1956; "JK Assina Decreto que amortiza cerca de 50 Bilhões de dívida da União para com os Iapês". Folha de S. Paulo, 29 de julho de 1960; "O Ministro do Trabalho falou no Senado sobre a Previdência Social". Correio da Manhã, 28 de janeiro de 1959; "Kubitschek sanciona a Lei de Previdência e elogia Lott e Jango". O Estado de S. Paulo, 27 de agosto de 1960; "Kubitschek ressalta a importância da Lei da Previdência". O Estado de S. Paulo, 20 de setembro de 1960; Assis, Armando de Oliveira - "Previdência Social - Aspectos Gerais da Lei Orgânica Brasileira". Revista de Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), nº 10-11, Ano I, setembro-dezembro, 1962, pp. 31 a 35; Malloy, James M. - "Previdência Social e Classe Operária no Brasil" Estudos Cebrap 15. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências/Ed. Brasiliense, 1976, p. 127; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., outubro de 1966, pp. 78, 79; Possas, Cristina de A. - Saúde, Medicina e Trabalho no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1980, dissertação de mestrado, mimeo, p. 264. Ver também: Santos, Wanderley Guilherme dos - Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, p. 33.

Ao longo de sua administração, a crise habitacional não conseguiu ser até mesmo atenuada suficientemente. Notícias da época dão conta de que as condições habitacionais das massas populares compunham espetáculo comovente. Isto não deve colocar as situações anteriores à gestão de Kubitschek como momentos paradisíacos da área da Habitação Popular. Mas, para quem respirava desenvolvimentismo, à maneira do Presidente da República, não é aceitável o ínfimo desempenho neste campo. Em 1960, depois de mais de 4 anos de governo de Juscelino, o Brasil possuía 70.967.185 habitantes e perto de 13.490.653 habitações ocupadas, significando 5,2 pessoas por moradia. Trata-se de taxa bastante favorável ao governo, se não se atentasse para o tamanho das casas, para a desigual distribuição da população nestas residências e se fosse esquecida a tremenda diferença de material de construção e de uso, entre elas. Ora, percebe-se logo a existência de moradas utilizadas por inúmeras pessoas e de outras reservadas apenas a 2 ocupantes. Rapidamente também saltam à vista as distinções qualitativas das construções das moradias computadas: umas, resplandecendo em luxo; outras, meros casebres, verdadeiras agressões à dignidade humana.

É bom notar o estado da construção civil no País, aliás em franco decréscimo, conforme se verifica em certo período presidencial de Juscelino Kubitschek. A construção civil no Brasil indicava a queda de pouco menos de 4,1% de habitações com 50 m² cada uma, de 1956 para 1957. Levando-se em consideração qualquer tipo de residência, a falta delas aumentou aproximadamente de 7%, na mesma época, no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Nesta cidade, tal tendência se agravou, pois a edificação de moradias também caiu de 9.680 para 7.824, de setembro de 1957 a setembro de 1958, representando a redução de 19,2% na oferta de novas casas. Em consequência disto, em 1958 o valor das locações elevou-se mais rapidamente no Rio de Janeiro, seguindo a trajetória do ano anterior.

Com todo o desenvolvimentismo e o otimismo do Presidente da República, pouco se realizou no âmbito das condições habitacionais no Brasil. No ano de 1960, 79% das habitações não possuía água encanada em todo o território nacio

nal. Igualmente, no País inteiro 61% não alcançara a dívida de ter instalações elétricas e, mais ainda, 49% não chegara a obter sequer instalações sanitárias. Na capital da República (Rio de Janeiro), em setembro de 1960 existiam 337.412 pessoas faveladas, quantidade de habitantes bem próxima da quantidade de habitantes de Curitiba, e superior por exemplo à população de outras capitais, como Goiânia, Brasília, Manaus, São Luiz, Teresina, Niterói, Vitória e Maceió. Os favelados cresceram 99,3% no Rio de Janeiro durante a década de 50, enquanto o restante dos habitantes da cidade aumentou somente de 35% (57). Não há dúvida de que tal situação habitacional figurou, em parte, como herança recebida por Kubitschek, mas é sempre bom recordar que ele governou durante o maior espaço de tempo nos anos 50, que de qualquer maneira usufruiu de certa estabilidade política e que escolheu outras prioridades, normalmente com obras, consumidoras de enormes capitais e de inestimável energia humana.

Daqui já se pode extrair a conclusão do capítulo. Antes de tudo, se deve salientar o fato de que Juscelino também abriu às massas populares a possibilidade de participar na luta política de então. Cumpre ressaltar, no entanto, a existência de limites bem definidos para esta participação, limites muito mais estreitos do que os concedidos no período getulista. Em nome da ordem vigente, o governo juscelinista delimitara o espaço consentido para a mobilização dos trabalhadores, embora chegasse a admitir suas reclamações e até a concordar com a influência deles sobre as alianças partidárias.

(57) Cf. Guedes, Joaquim - "Problemas da Habitação e Planificação do Brasil". Tema 2. São Paulo, Grêmio da FAU/USP, outubro de 1965, pp. 3, 5; Serran, João Ricardo O IAB e a Política Habitacional Brasileira. São Paulo, Schema Ed., 1976, p. 35; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1959, pp. 113, 115; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1965, p. 80; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., dezembro de 1961, pp. 77, 81.

rias. Como orientação geral a respeito da massa trabalhadora, preferia divagar à vontade sobre seus problemas gerais, pondo à margem suas necessidades diárias e imediatas. O Presidente da República normalmente se dirigia a todo o povo, a todas as camadas da população, exprimindo em algumas situações um come dido entusiasmo trabalhista, às vezes fundamentado na Doutrina da Igreja. Mas houve momentos de afoiteza, quando carecia do apoio das massas populares. Nestas ocasiões, até se identi f i c o u com o legado de Getúlio Vargas, ou então dizia pertencer originariamente à classe trabalhadora.

Esta manobra com os trabalhadores criou condi ç õ e s para construir-se o que tem sido chamado de estabilidade política naquela época. De fato, Kubitschek alcançou relativa estabilidade política, nascida principalmente do acordo entre latifundiários, empresários e certos dirigentes sindicais, que viram resguardados seus interesses e que adotaram a ideologia desenvolvimentista, por sinal em expansão no interior de vá ri o s grupos da sociedade brasileira. Existem, porém, dois pon t o s fundamentais a serem lembrados aqui. Primeiramente, o acordo conseguido por Juscelino era assegurado pelo crédito e pela eficiência dos militares comandados pelo General Lott. Em segundo lugar, mesmo com pacto e com proteção militar, o go ve rn o j u s c e l i n i s t a tomou o caminho que conduziu a significativas demonstrações de tolerância e de liberdade com os g o v e r n a d o s.

O exame da gestão de Kubitschek revelou de ime d i a t o a extrema valorização da política econômica, em prejuízo da política social. Os rumos da política econômica do Presi d e n t e Juscelino foram traçados por diversas metas programadas, dirigidas sobretudo para a construção de grandes obras e para intensa capitalização do Brasil, em particular por meio do i n v e s t i m e n t o estrangeiro. Na verdade, a política econômica pre p o n d e r a u sempre no tempo de Kubitschek sobre a política social, como se observa até em seus pronunciamentos ao País. As metas econômicas do governo federal não só conviveram com precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como ainda permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentis t a. Formou-se um círculo pungente: o desenvolvimento vinha pa

ra acabar com as precárias condições de vida. Mas, em certo sentido, às vezes terminava por agravá-las e daí, dizia o Presidente da República, tornava-se imperioso maior desenvolvimento.

A esta altura da exposição, cabe notar que a administração juscelinista mudou muito pouco a organização responsável pela aplicação da política social. Afinal, como ela não constituía algo predileto no conjunto da gestão de Juscelino, manteve no geral o que herdara dos governos anteriores neste campo, em especial desde Getúlio Vargas. A política social vivia unicamente de uma série de decisões predominantemente setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Não aconteceu qualquer tentativa de transformações mais profundas, capazes de alterar substancialmente a política social. Kubitschek orientou suas decisões para casos de emergência, mais ou menos passageiros. Talvez se possa indicar a Lei Orgânica da Previdência Social e sua Regulamentação como ato de maior peso, realizado por ele no âmbito da Política Social. Durante o governo juscelinista - é bom lembrar -, desenvolveu-se em grande parte a Campanha em Defesa da Escola Pública, como resposta autêntica ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Completada mais esta fase do trabalho, caminhase para nova etapa. Nela, se vai dirigir a análise para os governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

CAPÍTULO III

JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART: DA MORALIZAÇÃO ÀS REFORMAS DE BASE.

1. JÂNIO E GOULART: DOIS MANDATOS INTERROMPIDOS

No ano de 1959, a composição de deputados federais de cada partido na Câmara Federal, para todo o Brasil, expressava a seguinte ordem: em primeiro lugar, o PSD com 113 deputados federais; em segundo, a UDN com 68 deputados; em terceiro, o PTB com 65 deputados; em quarto, o PSP com 27 deputados; em quinto, o PR com 16 deputados; e em último lugar, os demais partidos com 36 deputados. Mesmo se colocando em segunda posição, quanto ao número de deputados federais, desde 1945 a UDN perdera todas as eleições presidenciais para a aliança PSD/PTB. Os debates no interior da UDN tornaram-se cada vez mais impetuosos, ao tratar-se dos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República, no pleito de 1960. Após reiteradas derrotas em eleições destinadas ao preenchimento de tais cargos, este partido no momento acabou por escolher como candidatos, respectivamente, Jânio Quadros e Milton Campos. Se Milton Campos figurara sempre como partidário da UDN, isto não acontecia com Jânio Quadros, excepcional vencedor de pleitos eleitorais e fugaz frequentador de partidos políticos. Foi vereador à Câmara Municipal de São Paulo, Deputado Estadual e Prefeito Municipal de São Paulo, principalmente como membro do PDC. Chegou a Governador do Estado de São Paulo, com o apoio sobretudo do PTN e do PSB. Fez-se Deputado Federal pelo Estado do Paraná, através do PTB.

Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros eleger-se Presidente da República, substituindo Juscelino Kubitschek neste cargo. Já em abril de 1959, o PTN apresentava o nome de Jânio para candidato à Presidência da República,

candidatura depois assumida pelo PDC, pelo PL e pela UDN. O percurso até sua escolha para dirigir o País caracterizou-se por prolongadas disputas partidárias. Delas, se destacam a competição com Juracy Magalhães na convenção da UDN para sair candidato por este partido, e em especial o conflito em torno da definição do seu companheiro de chapa. De fato, Jânio aparecia como candidato à Presidência também pela UDN, mas não havia acordo partidário sobre o nome do candidato à Vice Presidência da República. A solução arrumada por Jânio foi a renúncia à sua candidatura, em novembro de 1959.

Em meio às várias razões proclamadas por ele, a firmava: "Na trama de susceptibilidades, de frustrações, de suspeitas, que se tecia ao meu redor, não tinha eu maneiras para ultrapassar a campanha eleitoral, e, se por milagre a ultrapassasse, não exerceria a chefia da Nação com o desembaraço e a segurança indispensáveis".

Em 5 de dezembro de 1959, em carta ao Governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, ele regressava: "Reconsidero a posição que assumi e concordo em comparecer às eleições do ano vindouro com firmeza e lealdade, que correspondem às esperanças da nossa gente. (...) Não será quando mais se adensam as trevas sobre a terra que nos recusemos, embora com as nossas pobres luzes, à tarefa ingente de espancá-las" (1)

Conforme solicitara Jânio Quadros, os partidos coligados em prol de sua candidatura (UDN, PL, PTN e PDC) foram avisados de seu retorno, e os udenistas firmaram-se em Milton Campos para concorrer à Vice-Presidência da República. Com isto, a UDN entendia que a sua chapa estava dotada de 2 políticos capazes de conduzi-la à vitória na eleição presidencial. O próprio Deputado Carlos Lacerda conta: "quando o Otávio Mangabeira meteu na cabeça que o Jânio Quadros era o homem, o primeiro desses políticos a dizer isso foi o Otávio Mangabeira - "é a única chance que nós temos de eleger um candidato", combinou-se um comício"(2). Porém a candidatura

(1) Cf. Victor, Mário - 5 Anos que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965, pp. 59, 64, 65.

(2) Lacerda, Carlos - "As Confissões de Lacerda". Jornal da Tarde, de 0 Estado de S. Paulo, 4 de junho de 1977, p. 9.

de Jânio extravasava as fronteiras partidárias. Havia o Movimento Popular Jânio Quadros, formado de pessoas sem partido, tendo grande influência na difusão do janismo durante a campanha presidencial. Ainda existia comitês locais "Jan-Jan", cuja finalidade residia em pedir aos eleitores para votarem em Jânio Quadros como Presidente e em João Goulart como Vice-Presidente da República, embora este pertencesse à chapa contrária. O pleito de 3 de outubro de 1960 consagrou os propósitos dos comitês "Jan-Jan", dando a Jânio Quadros a percentagem de aproximadamente 48,5% (5.671.528) da votação total, elevando-o à Presidência da República com quase maioria absoluta dos votos. Em segundo lugar, ficou o Marechal Henrique Teixeira Lott (da aliança PSD/PTB), com pouco mais de 32,7% dos votos e, em terceiro lugar, colocou-se Ademar de Barros (PSP), com pouco menos de 18,8% dos sufrágios. A Vice-Presidência da República tinha sido conquistada de novo por João Goulart (da coligação PSD/PTB), com 41,7% da votação geral. Na disputa eleitoral, em segundo lugar se colocava Milton Campos, que alcançara pouco menos de 38,8% dos votos. Em último lugar, vinha Fernando Ferrari com 19,5% dos sufrágios. Cumpre destacar que, com o sucesso de Jânio Quadros, candidato também da UDN, nem ela, nem Carlos Lacerda levantaram a dúvida do que a Constituição de 1946 exigia do vencedor a maioria absoluta dos votos na eleição presidencial, como fizeram anteriormente, quando foram derrotados.(3)

Jânio tomou posse em 31 de janeiro de 1961, ocupando a partir daí a Presidência da República, até 25 de agosto do mesmo ano. Seu substituto no cargo foi João Goulart, empossado em 7 de setembro de 1961, após inúmeros conflitos, remediados em parte pela adoção do regime parlamentarista. No período governamental de Jânio Quadros, prevaleceu um ideário já amplamente divulgado durante a sua campanha

(3) Cf. *Desenvolvimento & Conjuntura*. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1959, p. 86; Souza, Maria do Carmo Campello de, *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976, pp. 149, 150; Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969, pp. 235, 237.

eleitoral. As bases deste ideário se centralizavam em alguns temas, como a moralização e a austeridade na vida pública; o aperfeiçoamento da democracia; e o desenvolvimento econômico de forma mais equilibrada. Mesmo antes de assumir o poder, ele já propagara bastante estes pontos de sua ideologia. Por exemplo, Jânio afirmava:

Sobre a moralização e a austeridade: "Todos os abusos e todos os crimes que possam ter sido cometidos, a despeito destes apelos, serão, oportunamente, denunciados à Nação, e os atos respectivos revogados, sem prejuízo da rigorosa apuração das responsabilidades".

Sobre a democracia: "Percorri a estrada legítima e, por isso, a Justiça Eleitoral do meu País mais uma vez proclama esta verdade simples: A democracia só se define, só se afirma e consolida-se através do sufrágio. É o direito alto, que faz os cidadãos respeitáveis e as nações poderosas e permanentes".

Sobre o desenvolvimento econômico: "Não tenho dúvidas de que o ritmo de desenvolvimento econômico é compatível com a estabilização monetária e vou mais além: pretendo intensificar a taxa de crescimento da nossa produção e, ao mesmo tempo, estabilizar o nível geral de preços. (...) Não creio que se possa hoje contestar o papel fundamental da indústria no desenvolvimento econômico brasileiro. (...) A situação da agricultura não é favorável sendo de urgente necessidade a modificação do panorama atual..." (4).

Porém, a gestão janista principiara com perspectivas mais largas. Ao ocupar a Presidência da República, em seu discurso inicial, Jânio pregou a democracia, a moralização, a liberdade sindical, o direito de greve (dentro da ordem social), a conservação das liberdades, a promoção do bem-estar social e a independência da política externa. Criticou a situação da dívida externa, o balanço de pagamento, a elevação do

(4) Quadros, Jânio, "Nomeações Preocupam o Presidente Eleito". O Estado de S. Paulo, 21 de janeiro de 1961; Quadros, Jânio, "Jânio no TSE diz que é Livre para exigir de todos o Cumprimento do Dever". Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 1961; Desenvolvimento & Conjuntura, Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, pp. VII, XVI, XVIII.

custo de vida, a crise de autoridade e de austeridade. Inquieta-se com o pagamento da dívida externa ao longo de seu governo e, por fim, assegurou ao proletariado e aos humildes o direito de lutar dentro do regime democrático (5). Lançando tal programa bem auspicioso, ainda acentuava periodicamente a profissão de fé na democracia, na liberdade, no nacionalismo, nas reformas e na estabilidade político-social. Para ele, tanto a democracia, quanto a liberdade, se expressavam através da legalidade. Chegou a asseverar que a Constituição definia a sua política. Conforme dizia, era impossível transpor-se a "linha da legalidade" e esclarecia sua concepção de democracia: "a democracia dinâmica e concreta, que rasgue para todos os mesmos horizontes, sobretudo para os humildes, para os proletários".

Em meio a este conjunto de proposições, o Presidente Jânio Quadros aludia à necessidade de afirmar a soberania nacional e de apresentar nova política de "desenvolvimento global" para o País. Pretendia seguir firme orientação nacionalista a respeito da remessa de lucros para o Exterior e da política de minérios. Apesar de suas intenções, entendia que recebera "um governo do País em aparente normalidade política", pois a vigente estabilidade político-social encontrava-se em perigo, devido a embaraçosa situação econômica e financeira do momento. Tornava-se, portanto, urgente uma série de reformas. Ele mencionou inúmeras reformas; tais como a reforma cambial para estimular as exportações; a reforma relativa ao combate ao abuso do poder econômico; a reforma relacionada com a remessa de lucros para o Exterior; a reforma do imposto sobre a renda; a reforma bancária; a lei antitruste; a lei de reforma agrária; a reforma do ensino universitário; a reforma dos códigos; e a reorganização da estrutura das instituições sociais. O Presidente da República atentava também para a exigência de elaborar-se logo um plano de emergência, capaz de servir de base para futuro plano quinquenal. Tais providências constituíam o que denominava de reformas estruturais.

A temática reformista representou assunto mais ou menos freqüente nos pronunciamentos janistas, em particular de março a julho de 1961. A reforma agrária figurava como sé-

(5) Quadros, Jânio, "Jânio no Alvorada". Última Hora, 19 de fevereiro de 1961.

ria medida a ser tomada pelo governo. Antes mesmo de sua vitória eleitoral, Jânio assim se manifestou:

"O importante é impedir que a exagerada concentração territorial e o baixo grau de aproveitamento da terra impeça a utilização do solo em benefício comum".

Mas prontamente cuidava de explicar melhor sua concepção de reforma agrária: "O preceito constitucional que garante o direito de propriedade deverá ser, outrossim, respeitado".

Desejava, portanto, reformular a situação do campo, acompanhando os preceitos constitucionais. A mudança neste setor surgiria através "de um estatuto da terra", que viesse a favorecer o desenvolvimento rural, a proteção aos trabalhadores agrícolas e a defesa dos proprietários de minifúndios. Ao analisar o caso das Ligas Camponesas, considerava-as como fator relevante. Para ele, tais Ligas indicavam a urgente necessidade de dar-se início à reforma agrária. Só com esta reforma se evitaria a agitação, "que se infiltra e envenena, nas próprias fontes, justas reivindicações". Apesar disto, quando questionado, Jânio apelava para a proteção das reformas, dizendo que viriam a seu tempo, que viriam com prudência, embora com firmeza.

Na verdade, a administração janista procurava distanciar-se do governo anterior e de certos políticos, até mesmo vinculados a ela. O governo juscelinista sofreu críticas veladas desde a posse de Jânio. As críticas dirigiam-se sobretudo à situação econômica do Brasil, deixada por Kubitschek. Jânio fustigava Juscelino, apesar de poupar-lhe a imagem perante o público. Neste sentido, responsabilizava seu antecessor pelo déficit compreendido entre 200 e 240 bilhões de cruzeiros. Jânio aconselhava a continuação do desenvolvimento, mas acusava Kubitschek pelos desequilíbrios que teria de agüentar possivelmente nos seus 2 primeiros anos de gestão. Em seus discursos, porém, Juscelino era descrito como aquele que "logrou consolidar, em termos definitivos, no País, os princípios do regime democrático". Dizia que ele não tinha culpa pelas irregularidades, nem sempre decorrentes de seus atos. Quanto ao Vice-Presidente Goulart, não

é demais destacar que sua participação era evitada nas decisões governamentais, como aconteceu com outros membros de sua equipe. Jânio, no entanto, enviou Goulart à China, como observador pessoal do Presidente, a fim de iniciar o intercâmbio entre os 2 países.

Percebem-se, desde logo, várias características do desempenho janista no poder. A princípio, constatase o alto grau de personalismo do Presidente da República, à medida que tudo girava em torno dele. Outro traço marcante aparece na ambigüidade existente em seus pronunciamentos e atos governamentais. Basta, por exemplo, recordar-se as promissas feitas ao proletariado, aos trabalhadores e aos humildes, por ocasião de sua posse. Dias depois dela, Jânio Quados solicitava, em especial aos trabalhadores, um crédito de confiança por um ano, durante o qual seria exigido muito sacrifício. Em julho, esclarecia um dos significados do sacrifício pedido aos assalariados, ao mesmo tempo que se colocava como seu protetor.

"O operariado brasileiro não se dispõe a ser novamente ludibriado com aumentos nominais de salārios. Dizer o contrário é levantar nesta horā, a bandeira das falsas reivindicações, seria obra de inimigos da classe".

Por essas palavras, todo o rol de prerrogativas de início asseguradas à massa de assalariados reduzia-se a sonhos do futuro, os quais eram anunciados em tom paternal. Tem-se a impressão de que os trabalhadores possuíam um tal conselheiro, esquecido das carências mais imediatas de quem labuta para viver. Controlar o salário, mesmo por motivos mais singelos, quer dizer antes de tudo impor a suspensão de todos os demais direitos previstos pelo próprio Jânio. É claro que a massa trabalhadora acabava reagindo contra a estagnação salarial, que repercutia sobre seus outros direitos, aliás anteriormente proclamados em todo o País, pelo Presi

dente da República. (6)

Os dois pontos mais essenciais da ideologia janista consistiam, por um lado, na luta pela moralização e pela austeridade; e de outro lado na política internacional. A proposta de moralizar o Brasil ressurgia permanentemente. Visando a impor determinados preceitos éticos na utilização dos fundos públicos, o Presidente da República de pronto criou 5 comissões de inquérito na SPVEA, no IBGE, no IAPM, no IAPB e na COFAP, as quais deveriam passar a funcionar no prazo de 10 dias. Jânio Quadros obrigou também os órgãos da Previdência Social a depositarem o seu dinheiro no Banco do Brasil, a quem cabia enviar mensalmente os extratos das referidas contas ao Ministério do Trabalho e ao Gabinete Civil da Presidência da República.

A moralização janista alcançou também outros domínios, tais como: o GEICON, o IAPFESP, ainda proibindo o uso de qualquer apresentação ou recomendação para ocupar cargos na burocracia pública, inclusive estabelecendo penalidades. O Presidente Quadros procurava aproximar-se dos Governadores, pois assim estaria atento às questões estaduais e para as soluções dadas a elas. Segundo pensava, "só a ciência local, imediata" já justificava os chamados "Encontro de Gover-

(6) Quadros, Jânio, O Estado de S. Paulo: "Texto da Entrevista de Jânio à 'Prensa Latina'" (9-3-1961); "Conhecem-se as Linhas Gerais da Mensagem de Quadros ao Congresso" (11/3/1961); "O Texto do Discurso Proferido pelo Presidente da República" (14/3/1961); "Quadros ao Congresso: Nossa Política é e continuará Ocidental" (15/3/1961); "A Entrevista Coletiva do Presidente da República" (15/4/1961); "A Integra da Entrevista do Presidente" (31/5/1961); "Serão recomendadas reformas estruturais na Reunião Ministerial" (6/7/1961); "Quadros: 'Todos nós, no Brasil, precisamos fazer o Impossível'" (18/7/1961); "O Presidente inaugurou ontem em Ponta Grossa a Universidade Volante" (6/8/1961); Quadros, Jânio, "Com a Faixa, Jânio louva meta Política de Juscelino ante milhares de pessoas". Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1961; Quadros, Jânio, "Jânio pede Crédito de Confiança aos Trabalhadores". Correio da Manhã, 2 de fevereiro de 1961; Quadros, Jânio, "Decepção Geral: para Jânio só JK é o culpado pela carestia!" Última Hora, 5 de abril de 1961; Quadros, Jânio, "Estabilização das finanças do País e Desenvolvimento em Bases Sólidas". Diário de S. Paulo, 14 de Julho de 1961; Desenvolvimento & Conjuntura, Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, p. XX.

nadores", porque permitia verificar "a direção desses recursos" aplicados pelos Estados. O desejo presidencial de manter atitude austera dentro da administração pública atingia até mesmo os militares, como se observa em passagens de um memorando de sua autoria.

"Doa a quem doer, custe o que custar, as irregularidades serão apuradas até o fim. Pela primeira vez, neste País, não só os humildes serão punidos. Os ricos e poderosos também pagarão pelos seus erros".

Dirigindo-se aos Ministros militares, solicitava:
"1) Levantamento dos ministros econômicos do nosso País no Exterior, servidores à disposição direta desses ministros, valor das despesas em dólar com esse pessoal, sugestões para drástica redução, ... (...). 2) Levantamento dos adidos militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) do País, no Exterior". (7)

Este estilo peculiar de exercer o poder e este ideário tão carregado de moralidade se somavam à realização de complexa política internacional. Com relação à política externa, Jânio Quadros preconizava a solidariedade do Brasil com o Ocidente e a obediência aos compromissos internacionais, ajustados anteriormente. Falava em "fundamentos econômicos" da sua nova política exterior, através dos quais demonstrava a necessidade de alargar as relações com os países afro-asiáticos e com os países comunistas. Em defesa do princípio da autodeterminação dos povos, opunha-se a qualquer ataque ao regime comunista de Cuba. Proclamava, portanto, a orientação de negociar com todos países, embora renovasse constantemente a vocação ocidental dos brasileiros.

(7) Quadros, Jânio - O Estado de S. Paulo, "Não Mudará a Política Exterior" diz Jânio" (24/5/1961); "Quadros Determina Contenção de Gastos nas Forças Armadas" (4/2/1961); Quadros, Jânio.- O Estado de S. Paulo, "Quadros Criou 5 comissões de Inquérito" (2/2/1961); "Recolhimento dos dinheiros dos IAPs ao Banco do Brasil" (3/2/1961); "Exoneração Coletiva para o GEICON" (5/2/1961) "Devassas no IAPFESP e nos DNOCS" (7/2/1961); "O Presidente proibiu as apresentações" (16/5/1961); "A Íntegra da Entrevista do Presidente" (31/5/1961). Ver também: Quadros, Jânio - "Jânio pede crédito de confiança aos trabalhadores". Correio da Manhã, 2 de fevereiro de 1961.

"Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, somos membros natos do mundo livre. (...) A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior" (8)

Não via nos conflitos ideológicos a impossibilidade de convivência com todos os países, a qual até mesmo contribuiria para o desarmamento mundial. Sua política internacional levou-o a manifestar aos Estados Unidos temor com a ação norte-americana contra o governo e o povo cubanos, por ferir os preceitos de igualdade e de soberania das nações. Esta mesma política internacional encaminhou-o a uma posição favorável a países, como a Iugoslávia, a Índia e o Egito, que naquele momento abriam um terceiro mundo, distante das divergências entre norte-americanos e soviéticos.

Verifica-se que os Estados Unidos queriam entender a política externa de Jânio: colocavam-no, ao mesmo tempo, como adepto do neutralismo e como aliado. Aliás, logo nos primeiros meses da administração janista, ela estabeleceu relações com a Bulgária, a Romênia e a Hungria, apoiando ainda a entrada da China Comunista na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi adiante ainda, ao convidar o Presidente Tito, da Iugoslávia, a visitar o Brasil. Em sua formulação da política internacional, o Presidente da República chegou até a aceitar a possibilidade de manter relações com a URSS e de rompê-las com a China Nacionalista. No interior da Organização dos Estados Americanos (OEA), o governo brasileiro era contrário a qualquer medida contra o regime cubano de Fidel Castro.

Mas os norte-americanos apreciavam este conjunto de decisões tomadas pelo Brasil, considerando-o mera concessão a um setor da opinião pública do País. Não julgavam, portanto, como aproximação com as potências comunistas. Jânio, na verdade, se punha às vezes entre pontos opostos, dizendo-se partidário, por um lado do Ocidente e, de outro, ad

(8) Quadros, Jânio - "Quadros ao Congresso: Nossa Política é e continuará Ocidental". O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1961.

mirador do neutralismo. O caso de Cuba bem demonstra isto, pois simultaneamente aconselhava os democratas ocidentais (onde se incluía) a entenderem melhor o sentido da Revolução Cubana, tido por ele como uma advertência, a exigir o máximo de tolerância. Assim, os norte-americanos procuravam amenizar a ação janista na política externa, conforme revelava o Embaixador Adlai Stevenson, ao notar que tal ação representava somente o desejo de "afirmar sua independência política" e de manejar cuidadosamente os grupos esquerdistas do Brasil.

De sua parte, Jânio Quadros esperava dos Estados Unidos o auxílio à América Latina e a todos os povos subdesenvolvidos, através de atitude antiimperialista e anticolonialista. Suas solicitações se dirigiam também a Cuba. Por exemplo: ao condecorar o Ministro cubano Ernesto "Che" Guevara, pediu rapidez nos processos de liberação de aproximadamente 150 asilados na embaixada brasileira, em Havana. O próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afonso Arinos, encaminhou apelo de clemência a Fidel Castro, em nome de 44 contra-revolucionários, a serem julgados em Cuba. (9)

Não é exagerado afirmar que quase todo o conjunto da política janista foi contestado, imediatamente e até com veemência. Para se fazer idéia, basta lembrar que, no início de fevereiro de 1961, a oposição (sobretudo o PSD e o PTB) admitia ser difícil qualquer entendimento com o Presidente da República. Já nesta época, existia ambiente de muita tensão entre Jânio e as bancadas majoritárias do Congresso Nacional. Tal maioria congressista falava em criar Comissão

(9) Quadros, Jânio - O Estado de S. Paulo: "Conhecem-se as Linhas Gerais da Mensagem de Quadros ao Congresso" (11/3/1961); "O Texto do Discurso Proferido pelo Presidente da República" (14/3/1961); "O Brasil quer Revitalizar o Sistema Interamericano" (21/3/1961); "A Integral da entrevista do Presidente" (31/5/1961); "Texto Integral da Entrevista concedida pelo Presidente da República" (26/7/1961); "Washington Otimista com Relação a Jânio" (5/3/1961); "A Entrevista coletiva do Presidente da República" (15/4/1961); "Quadros Urge com Cuba pelos Salvo-Conduitos dos Asilados" (23/8/1961); Stevenson, Adlai - "Jânio pode Transformar-se em ..." Última Hora, 27 de junho de 1961. Ver também: Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, p. XIII.

Parlamentar de Inquérito, paralelamente às Comissões de Sindicância constituídas pela Presidência da República, com a finalidade de apurar irregularidades nos órgãos públicos. Tratava-se, com isto, de esvaziar a autoridade dos investigadores presidenciais, reduzindo a força das revelações feitas ao público. Afinal, entendia o Congresso Nacional que cabia a ele a tarefa de fiscalizar o Poder Executivo, e não o contrário. A oposição congressista não concedia a Jânio a imparcialidade imprescindível para conduzir as investigações. No interior do Congresso Nacional, cuidou-se de formar um "ministério" de oposição, capaz de orientar o bloco majoritário no combate às atividades da administração janista. O mais interessante, porém, é que, entre os próprios antigos partidários de Jânio Quadros, aparecem manifestações de descontentamento com ele, conforme se pode verificar através da atuação de um grupo de deputados udenistas.

Há pouco mais de uma semana depois da posse, o Deputado Abelardo Jurema, líder do PSD, acusava Jânio de "estabelecer o monopólio da honestidade", como se ela só existisse no âmbito do Poder Executivo. O vigor da oposição, de outra parte, pode ser observado nas palavras do líder do bloco oposicionista, Deputado San Thiago Dantas, ao analisar dois decretos do governo. Um decreto destituía servidores e outro suspendia novas nomeações, durante um ano. A respeito deles, dizia o mencionado Deputado:

"Pela primeira vez, na Câmara dos Deputados e no Senado, uma maioria se declara em oposição ao governo federal e por conseguinte, um novo tipo de funcionamento do sistema político terá de ser posto em execução nos próximos anos, ... (...) Para isso, é necessário, acima de tudo, que dentro desta Casa, mais do que nunca, robustecemos o "espírito de corpo"..." (10)

(10) Dantas F.C. San Thiago - "Demissão de Funcionários: a Oposição crítica Quadros". O Estado de S. Paulo, 3 de março de 1961. Ver também: Victor, Mário - op.cit. pp. 37, 39, 40 a 42, 47, 67, 95, 103, 105, 107; Young, Jordan M. - Fim de um Ciclo Civil. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1974, p. 108.

Porém, o Presidente Jânio não dispensara apenas servidores admitidos depois de 1º de setembro de 1960, e proibira nomeação de pessoal no âmbito do Poder Executivo da República. Foi mais além. Mesmo antes de tais atos, também no mês de fevereiro de 1961, ele fixou novo horário para o funcionalismo federal, que agora passava a trabalhar das 8,30 às 11,30 horas e das 14 às 18 horas, enquanto antes os funcionários estavam obrigados a um único turno de atividades, diretamente das 11 às 17 horas. Em maio, Jânio não mais permitiu o funcionamento dos Jôqueis Clubes nos dias úteis; e em junho, regulou a prática de jogos lícitos, facultados por lei. Desde o princípio de seu período de governo, se voltou para a chamada moralização da família. Veja-se o caso do controle da propaganda comercial, proposto em abril, com a finalidade de proteger a cultura e os bons costumes na televisão. Em junho, disciplinou a presença de menores de 18 anos nos programas de rádio e de televisão.

Tais exemplos denunciavam com certa clareza por onde andava o Presidente da República, em sua concepção de moralidade. À medida que se punha acima dos partidos políticos, como se investisse na figura de Chefe de Estado desatento ao sistema representativo de governo, Jânio se deparava com enérgica oposição no Congresso Nacional. Em matéria de críticas ao governo federal, os parlamentares oposicionistas estavam à vontade, tamanho o conjunto de deliberações a serem debatidas. A oposição majoritária defendia Juscelino Kubitschek, mas contava Jânio Quadros, por colocar em risco o regime com suas atitudes, por sua política externa, por utilizar militares em cargos civis nas sindicâncias e por premeditar intervenção civil e militar nos Estados da Federação. Em junho de 1961, deputados oposicionistas lançaram manifesto, imputando-lhe a responsabilidade de estar "tramando um golpe contra o regime". Ainda alegavam, em meio a outras irregularidades, que ele violou direitos, através da intervenção no Clube Militar, da censura em uma Rádio e da investida contra os estudantes de Recife. Resta considerar, no entanto, que já em março nem o líder da UDN, nem a liderança do governo na Câmara dos Deputados, comprometiam-se inteiramente com a defesa da atuação janista.

Tem-se a impressão de que as relações entre o Presidente Jânio e a UDN eram bastante intranquílias. Em maio

de 1961, ele esclarecia em entrevista que:

"Muito me honra se se registra coincidência entre os objetivos da UDN e os do governo, mas os objetivos do governo não são traçados pela UDN, e não são traçados por qualquer partido em particular. (...) O próprio governo é o resultado de uma coligação partidária e há nele também homens sem filiação partidária". (11)

Instalava-se assim Jânio Quadros nas alturas inacessíveis do Poder Executivo, cujo superior propósito consistia em tentar incorporar em si todos os anseios do País. Especificamente no que dizia respeito à UDN, principal partido da aliança responsável pela sua candidatura vitoriosa, ela não demorou a manifestar desde logo seu desinteresse, e até seu repúdio, pelos caminhos às vezes tomados pelo Presidente da República. Um Deputado udenista admitia o apoio a ele por ocasião da eleição, mas agora lhe acrescentava restrições, pois isto "não quer dizer que aceitemos ou devamos aceitar todas as suas decisões". No Rio de Janeiro, em agosto de 1961, a Comissão Reestruturadora do Movimento Popular Jânio Quadros unia-se também à série de condenações da política presidencial. Portanto, até mesmo uma organização ligada diretamente ao Presidente da República não lhe poupava críticas. Um dos membros do Movimento Popular Jânio Quadros, daquela cidade, resumia suas idéias ao seguinte:

"Assisti ao comício de encerramento da campanha do Sr. Jânio Quadros, e ouvi de sua própria boca a afirmação de que os pobres viveriam melhor no seu governo. Mas, vejo agora, que no terreno da contenção do custo de vida, vamos pelo mesmo caminho do Sr. Juscelino Kubitschek". (12)

Principalmente certas publicações da imprensa atacaram de imediato o desempenho de Jânio Quadros na Presidência da República. Aludiam a milhares de pessoas decepcionadas com o seu Ministério, "embora tivessem nele votado". Pro

(11): Quadros, Jânio - "A Íntegra da Entrevista do Presidente". O Estado de S. Paulo, 31 de maio de 1961.

(12) Cf. "MPJQ: Queixas contra o Presidente". O Estado de S. Paulo, 20 de agosto de 1961.

curavam comprovar que ele representava algo "inofensivo aos grupos econômicos, inofensivo aos trustes". Tais jornais de claravam que "a mudança pregada pelo então candidato não é a mesma desejada pela classe trabalhadora, pelo Povo brasileiro". A condecoração de Ernesto "Che" Guevara, oferecida por Jânio, ocasionou o repúdio de alguns jornais da grande imprensa, excitou a perplexidade de diversos parlamentares e motivou até mesmo o protesto da Cruzada Brasileira Anticomunista (13).

A resposta janista à enérgica oposição, às críticas contundentes e ao próprio desgaste de sua imagem de líder político nacionalmente consagrado, foi a renúncia em 25 de agosto de 1961. Em sua "Mensagem ao Povo Brasileiro", Jânio Quadros ressaltava em particular:

"Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. (...) Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantaram-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança, e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública".

Despedindo-se de auxiliares, Jânio explicou-lhes: "Deus é testemunha dos esforços que fiz para governar bem, sem ódio nem rancores. Nessa hora, penso nos pobres e nos humildes. É muito difícil ajudá-los".

(13) Cf. O Estado de S. Paulo: "Quadros criou 5 Comissões de Inquérito" (2/2/1961); "Decidem Pessedistas e Petebistas Obstruir o Trabalho Legislativo; Reação da Constituinte à Liminar" (2/2/1961); "Começa a Articular-se a Oposição Parlamentar ao Governo; Quadros está disposto a despachar no Rio" (3/2/1961); "Senador insurge-se contra a Política do Chefe da Nação" (7/3/1961); "Violenta crítica na Câmara ao Presidente da República" (9/3/1961); "Câmara: Amplamente de batida a crise Quadros-Lacerda e a Política Externa do Governo" (22/8/1961). Ver também: "Violenta reação Petebista à Fala Presidencial; Retraídos os Setores Nacionalistas; Aplausos da UDN" (6/4/1961); "O PSD quer denunciar Quadros; Desinteresse do Presidente quanto à sorte política do Sr. Kubitschek" (19/5/1961). Folha de S. Paulo: "Jurema diz que Jânio Terá o troco: uma oposição organizada" (7/2/1961); "Manifesto acusa Jânio de "Tramar contra o Regime" (10/6/1961). Diário Popular: "Provoca críticas a condecoração a Ernesto Guevara" (21/8/1961). O Semanário: "Os Trabalhadores e o Novo Governo" (16/2/1961). Ver também: "Desespero de um Presidente que, em 4 meses de Governo, sofre quatro espetaculares derrotas, em eleições e no Congresso Nacional" (29/6/1961). Victor, Mário - op.cit., p. 89.

A decisão de Jânio Quadros surpreendeu o povo brasileiro, e até o Governador Carlos Lacerda, que acabara por se tornar seu adversário, lamentou a atitude presidencial. E mais: o Governador da Guanabara assegurava a manutenção do regime democrático, mesmo naquele momento inesperado (14). Encerrava-se desta maneira o sonho do sedutor da pequena burguesia, cujo moralismo encontrava no janismo seu representante maior. Não só ela, mas especialmente seus membros viam nele o símbolo da segurança, à maneira de um casto cavaleiro, acima dos partidos políticos e capaz de varrer a corrupção no Brasil. Sua boa nova trazia uma mensagem auspiciosa para as complicações econômicas e para as incertezas políticas. Pouco importa perscrutar o âmago das explicações oferecidas por Jânio para sua renúncia. Importa sim que 5.671.528 eleitores caíram por terra, com seus votos dados a ele. Ficar nos esclarecimentos é perder-se em infinitas suposições. Por exemplo, o Deputado Pedro Aleixo, líder do governo na Câmara dos Deputados, ouviu do então Presidente da República várias declarações de renúncias. Ainda acrescentou: "o Congresso nem sequer teve oportunidade de recusar qualquer projeto que lhe haja sido enviado pelo governo e reputado indispensável para a realização de profundas reformas programadas". Para Pedro Aleixo, "muitas das explicações estão em contradição com as razões constantes do documento que fundamenta a renúncia e com o próprio comportamento do Sr. Jânio Quadros na vida pública".

O ideário do janismo baseava-se num líder autoritário, embora com a faculdade de pôr em prática a justiça, a começar pelo propalado desejo de restringir os privilégios. Individualista, radical e tumultuado, expressava o descontentamento da pequena burguesia (15), mas também a ati

(14) Quadros, Jânio - "Mensagem ao Povo Brasileiro". A Gazeta, 26 de agosto de 1961; Quadros, Jânio - "Comunicação oficial da Renúncia do Presidente". Jornal do Comércio, 26 de agosto de 1961; Lacerda, Carlos - "Lacerda julga 'Lamentável' a Renúncia". O Estado de S. Paulo, 26 de agosto de 1961.

(15) Cf. Carli, Gileno de - Anatomia da Renúncia. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1962, pp. 93, 94; Benevides, M. Victoria de Mesquita - "A 'União Democrática Nacional', um Partido em Questão". Caderno CEDEC 1, São Paulo, CEDEC/Ed. Brasiliense, 1978, p. 47; Wefort, Francisco C. - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, pp. 35, 36.

tude carismática, exigida pelas massas populares em seu irracionalismo diante do poder. Aliás, estas massas buscavam a mudança sócio-política através dele, sem ter visão mais ou menos lúcida de sua classe social.

A renúncia de Jânio Quadros conduziu a impasse político-militar. Neste impasse, houve várias mudanças de posição, no espaço de poucos dias. Note-se o caso do PSD. Seus líderes, a princípio, tomaram atitude contrária à posse do Vice-Presidente, João Goulart. Tentaram impedir-lhe a entrega da Presidência da República, sugerindo nova eleição presidencial. Logo depois, o PSD veio a declarar, de maneira solene, que era fiel à Constituição e garantia a posse legítima de Goulart no exercício do cargo de Presidente da República.

Com a saída de Jânio, o governo federal passou a ser exercido interinamente por Ranieri Mazzilli, antes Presidente da Câmara dos Deputados. Mazzilli manifestou-se sobre a posse de Goulart, afirmando que os chefes das Forças Armadas revelavam "absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Goulart". Ele chegou, portanto, à Presidência da República através do esforço do Congresso, do apoio sindical de São Paulo, do pronunciamento da Igreja Católica em Porto Alegre e em São Paulo, e da mobilização dirigida pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Outras vozes se levantaram em seu favor, como a de Juscelino Kubitschek e a de Carvalho Pinto, na época Governador do Estado de São Paulo. Ainda se valeu da sustentação militar do III Exército e da sua "confiança nas Forças Armadas Brasileiras".

Por ocasião da demissão de Jânio Quadros, Goulart encontrava-se no exterior (China Comunista), cumprindo solicitação presidencial. Em sua vida política, como Ministro do Trabalho do segundo governo getulista, como Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, Goulart se tinha caracterizado como um discípulo de Vargas, obediente à "Carta Testamento". Aliás, ao longo de todo o seu governo, a imagem de Getúlio está presente, como o grande inspirador das massas populares. Neste sentido, Goulart se con

siderava um líder democrático, identificado com os trabalhadores e defensor de melhores salários para eles. A respeito de Juscelino Kubitschek, ele elogiava a construção de Brasília e o espírito empreendedor do antigo Presidente. Suas relações, porém, com Jânio Quadros eram distantes e nem sempre amistosas. Por exemplo: cumprimentou-o no começo da administração janista, mas logo depois protestou contra seu envolvimento nas sindicâncias promovidas pela mesma administração.

Em seu empenho para ser Presidente da República, Jango concentrou seus apelos na solução originada no Congresso Nacional, pois colocava-se "como soldado deste Congresso". E daí nasceu o meio para superar o veto militar à sua posse. Foi o Parlamentarismo, admitido pelos Ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica:

- "1 - As Forças Armadas apóiam e prestigiam integralmente o Presidente Ranieri Mazzilli;
- 2 - As Forças Armadas dão todo o apoio ao Congresso Nacional;
- 3 - As Forças Armadas acatam a deliberação do Congresso Nacional, com a promulgação da emenda constitucional, que institui o sistema parlamentar de governo;
- 4 - As Forças Armadas, em consequência, asseguram as garantias necessárias ao desembarque nesta Capital, nesta data, do Presidente João Goulart..."

O Congresso Nacional transformara-se em centro de decisões, capaz de forjar recurso constitucional para a crise. Chamou-se de crise o conjunto de obstáculos criados pelos opositores, com a finalidade de obstruir a posse de João Goulart na Presidência da República, conforme lhe assegurava a Constituição de 1946. Jango aceitou constrangidamente o sistema parlamentar de governo, anunciando que agiria de acordo com o Primeiro-Ministro, e que criaria um Ministério de coalizão. Ao mesmo tempo, deixou claro que uma de suas primeiras medidas seria propor plebiscito referente ao Parlamentarismo, para saber o veredicto popular acerca dele. João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional, em Brasília, indicando Tancredo Neves como Primeiro-Ministro. O sistema parlamentarista de governo

manteve-se até 6 de janeiro de 1963, quando o plebiscito trouxe de volta o Presidencialismo. E assim Goulart exerceu plenamente as funções da Presidência da República a partir desta data, sendo expulso do poder devido ao golpe militar de 31 de março de 1964. (16)

Desde sua posse em 1961, a ideologia janguista não mudou de acordo com as situações. Aludiu sempre a Getúlio Vargas, aos trabalhadores, à legalidade, às liberdades públicas, à democracia, à Constituição e sobretudo às reformas de base. Ao assumir o governo federal, já apresentara boa parte do seu ideário, cujos aspectos econômicos giravam em torno do desenvolvimentismo, da emancipação econômica, da planificação, do aumento de exportações e especialmente da valorização da agricultura. A respeito da política externa, defendia a autodeterminação dos povos, criticando a utilização de fabulosas somas na produção e na manutenção de armamentos, em vez de dirigirem-se à Saúde, à Educação e ao Bem-Estar. O Presidente da República, recém-empossado, acreditava no "alto nível de educação política do povo brasileiro", beneficiando assim a harmonia nacional e permitindo "imediatas conquistas na marcha do desenvolvimento econômico do País e principalmente no campo da justiça social". Acima de tudo, ele parecia

-
- (16) Mazzilli, Ranieri - "O 'Impeachment' contra Jango será decidido em 48 horas pelo Congresso". Tribuna da Imprensa, 29 de agosto de 1961; "Líderes Pessedistas estão procurando fórmula para impedir posse de Goulart" Jornal do Brasil, 27 de agosto de 1961; Goulart, João - "Vi comovido a luta do povo em defesa da Constituição" Diário da Noite, 2 de setembro de 1961; Goulart, João - "João Goulart Assume a Presidência e fala sobre os Problemas da Nação". A Gazeta, 2 de fevereiro de 1961; Goulart, João - "Jango Goulart diz que está pronto a prestigiar Jânio". O Estado de S. Paulo, 29 de abril de 1961; Goulart, João - "J. Goulart divulga a Carta a Quadros e faz declarações". O Estado de S. Paulo, 21 de maio de 1961; Goulart, João - "Telegrama de João Goulart a Jânio Quadros". O Estado de S. Paulo, 24 de agosto de 1961; "Denys, Heck e Moss Reafirmam: As Forças Armadas asseguram a posse do Presidente Goulart". Diário de S. Paulo, 6 de setembro de 1961. Ver também: "Veto dos Ministros militares à volta de João Goulart em Exame no Congresso". O Estado de S. Paulo, 29 de agosto de 1961.

colocar a conservação da ordem instituída.

"... sempre constituiu minha principal preocupação empreender todos os esforços em benefício da pacificação geral da família brasileira mesmo que isto acarretasse até o sacrifício de um mandato que por duas vezes o povo diretamente me conferiu, inclusive no último pleito. (...) Assumi o governo da República para cumprir rigorosamente um mandato, embora em termos diferentes daquele que me fora conferido pelo povo em eleições livres. (...) Conheci a nova emenda quando cheguei a Brasília" (17)

Em que pese as esparsas alegações em contrário, nota-se na atuação política janguista considerável respeito pela conduta pautada na lei. Foram inúmeras as suas manifestações contrárias aos extremismos, assim como procurava realizar desapropriações legais e ressaltar o final de seu mandato, conforme disposição constitucional. Não escondia seu desejo de "manter a ordem pública e proporcionar o entendimento entre as classes". No que diz respeito às desapropriações de acordo com a legislação vigente, parece claro que Goulart confiou na lei como base da reforma agrária, ao dizer que "lograremos êxito no combate legal pela reforma agrária..."

Houve, sem dúvida, a pregação janguista pela alteração da Constituição. Esta pregação consistiu em reiterar as análises sobre a necessidade de conceder-se poderes constituintes ao novo Congresso Nacional, a ser eleito em 1962. Tal Congresso, para o Presidente da República, caminharia para as reformas de base, abrandando as exigências da Constituição vigente. Mesmo no fim de seu governo, se voltava ao Congresso Nacional, "a fim de pedir-lhe o exame das diretrizes aqui formuladas, para as modificações do texto constitucional visando à con

(17) Goulart, João - "João Goulart toma posse concitando o Brasil a unir-se na Luta pela Emancipação Econômica". A Gazeta, 8 de setembro de 1961; Goulart, João - "Oração do Presidente da República no Dia da Constituição". O Estado de S. Paulo, 19 de setembro de 1961; Goulart, João - "Homenagem de Homens de Imprensa ao Presidente e ao Primeiro-Ministro". O Estado de S. Paulo, 8 de outubro de 1961. Ver também: Goulart, João - "1º de Maio: Goulart diz que o Governo cumpre o que prometeu". O Estado de S. Paulo, 3 de maio de 1963; Goulart, João - "A Mensagem de Fim de Ano de Goulart". O Estado de S. Paulo, 1º de janeiro de 1964.

seção pacífica e democrática das reformas de base" (18). Estas reformas sobretudo queriam dizer a reforma bancária, a reforma administrativa, a reforma tributária e a reforma agrária. A reforma bancária compunha-se da criação do Banco Central e do Banco Rural, este último destinado a dar crédito ao trabalhador do campo. A reforma administrativa visava a dar maior dinamismo e eficiência à organização burocrática do Estado brasileiro. A reforma tributária deveria ser instrumento justo e coerente com as necessidades da Fazenda Pública, levando em conta não só a dimensão econômica, como também os reflexos político-sociais. Já a reforma agrária precisaria essencialmente diminuir ao mínimo o seu custo financeiro, através de legislação capaz de permitir a desapropriação com fim social, evitando de qualquer forma a prévia indenização em dinheiro. Em se tratando de expropriação de terra, a Constituição de 1946 exigia depósito antecipado do pagamento, o que impedia a ampliação da reforma agrária, proposta por Jango.

O Presidente da República dava sentido bastante extenso ao que denominava de "reformas de profundidade na estrutura do País". Isto significava reformas de base e sempre se alargava. Assim aconteceu com a reforma eleitoral que, aos poucos, passou a ser reivindicada por Goulart, incluindo-se no rol de seus projetos. Para ele, a reforma eleitoral

(18) Goulart, João - "Goulart prega a necessidade de Reformas Sociais". O Estado de S. Paulo, 7 de novembro de 1961; Goulart, João - "JG: Reforma Agrária não é tirar terra de quem possui e produz". Correio da Manhã, 26 de janeiro de 1962; Goulart, João - "Goulart propõe a Emenda à Constituição para realizar as Reformas". O Estado de S. Paulo, 3 de maio de 1962; Goulart, João - "Goulart dá sua Primeira Entrevista após o Plebiscito". O Estado de S. Paulo, 31 de janeiro de 1963; Goulart, João - "Mensagem do Presidente da República ao Congresso". O Estado de S. Paulo, 17 de março de 1964. Ver também: Goulart, João - "O Discurso de Goulart aos Generais". O Estado de S. Paulo, 21 de dezembro de 1963; Goulart, João - "Goulart: Crise foi provocada por privilegiados". Diário de Notícias, 31 de março de 1964.

era necessária, "a fim de que o povo, o operário, possa participar efetivamente do Parlamento que é em última análise quem decide os destinos do nosso País". Um outro tema de crescente interesse para Jango foi o direito de associação. Era o caso das Ligas Camponesas. Para Goulart, elas surgiram "porque a lei e as autoridades" não permitiram a criação de outras entidades para a defesa dos direitos do homem do campo.

Grande parte do esforço do Presidente da República consumia-se com a crítica à oposição. Maior empenho teve de aplicar no controle dos oposicionistas, a partir de 1963. Condenava quem pretendia "criar crises artificiais", quem aparecia como "falsos democratas", quem vai ao "extremo de levar, para o exterior, os seus propósitos impatrióticos de sabotagem..." Aliás, esta última menção falava da atitude do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que se havia manifestado sobre assuntos internos do Brasil ao "Los Angeles Time". Tal entrevista, somada às agitações sindicais e às articulações de esquerda e de direita contra o governo federal, acabou por gerar pedido de estado de sítio em outubro de 1963, cujo documento depois foi retirado do Congresso Nacional (19).

A oposição teimou sempre em apresentar o Presidente da República como algo perigoso ao Brasil. Para ter-se idéia, um Manifesto da UDN oferecia aproximadamente as críticas feitas à administração janguista: hiperinflação, caos, exagero em remuneração, novos salários mínimos, corrupção administrativa, cizânia nas Forças Armadas, ação ilegítima dos sindicatos, inutilidade das reformas do governo e mudança dos termos das reformas. A oposição a João Goulart tornou-se mais atuante, durante seu governo, ao longo do ano de 1963,

(19) Goulart, João - "Goulart recomenda o Plebiscito em sua Mensagem ao Congresso". O Estado de S. Paulo, 16 de março de 1962; Goulart, João - "Goulart insiste na Defesa das Reformas na Estrutura do País". O Estado de S. Paulo, 15 de maio de 1962; Goulart, João - "Brasil não terá Reformas de outros Países, mas a que mais lhe convém". Diário de S. Paulo, 9 de agosto de 1962; Goulart, João - "Íntegra do discurso pronunciado em Marília pelo Presidente João Goulart". O Estado de S. Paulo, 5 de abril de 1963; Goulart, João - "Governo assegurará o respeito à Ordem e à Integridade Nacional". Diário de S. Paulo, 3 de outubro de 1963; "A Crise do Sítio". O Cruzeiro, 28 de outubro de 1963. Ver também: Goulart, João - "Desgraçado o Governo que não tem ouvidos para ouvir os clamores do Povo". A Gazeta, 12 de agosto de 1963.

embora ela não fosse nada desprezível antes. Note-se, porém, que neste ano era maior a veemência dos líderes da UND (Pedro Aleixo e Adauto Cardoso), de Roberto de Abreu Sodré (Presidente do Diretório Regional da UDN em São Paulo), de Eugênio Gudín, de Aliomar Baleeiro, de Cunha Bueno, de Carlos Lacerda, em seus ataques à orientação governamental (20).

O acometimento contra a Presidência da República envolvera outros aspectos dignos de nota. Observa-se a força do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que elaborava listas de candidatos a deputados e a governadores a serem favorecidos nas eleições de 1962, por meio de recebimento de expressivas remessas de dinheiro. Tais candidatos se definiam como ferrenhos opositores das diretrizes janguistas. O governo federal fechou o IBAD em 1963. Nas últimas horas de seu governo, o próprio Jango procurava mostrar que "o IBAD, os interesses econômicos, os grandes grupos nacionais e internacionais não têm competência para julgar os atos do Presidente da República". Outro organismo crescentemente acionado pela oposição foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - (IPES), que passava por exame "as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um técnico-empresário liberal". Oculto debaixo da aparência de organização de caráter educativo, o IPES coordenava larga campanha política, ideológica e militar, contrária ao governo do País.

Inúmeras entidades, criadas rápida e ardilosamente, lançaram-se na derrubada do poder constituído, contra quem ainda se organizaram as chamadas "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade". A própria contribuição estrangeira (Estados Unidos) esclareceu-se em documentos já publicados.

(20) Cf. "Texto Integral do Manifesto da União Democrática Nacional". O Estado de S. Paulo, 27 de novembro de 1962; O Estado de S. Paulo: Aleixo, Pedro - "Pedro Aleixo denuncia empenho de Goulart em corromper o Congresso" (9/8/1963); Cardoso, Adauto - "Adauto denuncia Campanha de Goulart contra o Congresso" (28/8/1963); Sodré, Roberto de Abreu - "O País não suporta mais um Presidente Agitador" (14/9/1963); Baleeiro, Aliomar e Bueno, Cunha - "Baleeiro diz que a solução é o "Impeachment" de Goulart" (8/10/1963); Cardoso, Adauto - "Adauto: Descrédito do Congresso é Plano de Goulart para o golpe" (21/11/1963); Gudín, Eugênio "Mau Brasileiro". O Globo, 4 de outubro de 1963; Lacerda Carlos - "Lacerda: Goulart pensa que pode iludir o País com sua posição dúbia". O Estado de S. Paulo, 2 de abril de 1963.

Principalmente alguns deles se referiam à presença de Força-Tarefa de Porta-Aviões nas vizinhanças de Santos (SP) e a insistentes pedidos de informação sobre a resistência militar ou política ao regime de Goulart, provindos de Washington, nos dias do golpe de Estado de 1964 (21). A resistência política acabou-se definindo especialmente em torno dos então Governadores da Guanabara, de Minas Gerais e de São Paulo (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros), que uniram todos os seus recursos contra a continuação da política janguista. A resistência militar deixou-se entrever, a princípio, nos primeiros passos dados pelo General Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, desde o final de 1963, visando a organizar os oposicionistas ao governo federal. Aliomar Baleeiro, um dos líderes da oposição, aludiu às atividades do General Castelo Branco nesta época:

"Aconselhou-nos a que o Congresso perseverasse em sua resistência, dentro dos métodos legislativos, fechando Jango num círculo de ferro" (22)

Afinal, veio o golpe de Estado de 31 de março de 1964, cujas condições tinham sido criadas pela grave situação político-militar, transformando o Presidente João Goulart em asilado político no Uruguai. As explicações para a revolta contra a ordem estabelecida encontram-se em vários manifestos da ocasião, marcando normalmente alguns pontos.

(21) Dutra, Eloy - *IBAD - Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963, pp. 81-82; Bañeira, Moniz - *O Governo João Goulart (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, pp. 65, 69, 70, 146, 166; Dreifuss, René A. - *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, pp. 163, 164; Corrêa, Marcos S. - *1964: Visto e Comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L. & PM Ed., 1977, pp. 32, 95; "IBAD: Comissão de Goulart para substituir a CPI". *O Estado de S. Paulo*, 4 de setembro de 1963; Goulart, Joao - "Goulart: Crise foi provocada por privilegiados". *Diário de Notícias*, 31 de março de 1964.

(22) Baleeiro, Aliomar - "Recordações do Presidente H. Castello Branco". *Jornal da Tarde*, de *O Estado de S. Paulo*, 4 de março de 1978, p. 25.

O iniciador da ação militar em 1964, General Mourão Filho, concluía seu Manifesto à Nação e às Forças Armadas, afirmando: "... conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham a ajudar-nos a restaurar o Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa fé no seu cumprimento" (23).

Outros motivos foram expostos também pelo General Carlos Luís Guedes, nos primeiros momentos do golpe de Estado: "Que as reformas venham, que venha tudo aquilo de bom a que o nosso povo tem direito. Mas através da ação patriótica do Congresso..." (24)

Acontece, porém, que o Congresso Nacional passou a sofrer cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos dos parlamentares. A partir do dia 10 de abril de 1964, o Comando Revolucionário cassou deputados, senadores, governadores, prefeitos, militares, desembargadores, embaixadores e demais ocupantes de funções de natureza pública. De novo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência da República, que havia sido declarada constitucionalmente vaga. Coube-lhe passar o cargo ao General Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964, que tinha como Vice-Presidente José Maria Alkmim, líder do PSD.

O Congresso continuava, portanto, a funcionar, embora mutilado pela cassação de mandatos e pela suspensão de direitos políticos. Diversos intérpretes do golpe de Estado de 1964 destacaram o "esvaziamento do poder civil", para explicar a queda de Jango. O "esvaziamento do poder civil" teria acontecido em 1964, seja pelo distanciamento geográfico entre Brasília e outras Capitais, seja em virtude do sentimentalismo do Presidente da República. O isolamento de Brasília e as emoções presidenciais pouco dizem da essência dos fatos. O importante é que o Congresso Nacional manteve-se com os representantes civis que organizaram, apoiaram ou festejaram de alguma maneira o golpe de Estado. Tal Congresso, juntamen

(23) Stacchini, José - Março 64: Mobilização da Audácia. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1965, p. 11.

(24) Carneiro, Glauco - História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965, 29 vol., p. 626.

te com várias instituições civis há muito criadas e alimentadas pelos setores dominantes, não vacilou em dar nova direção à sociedade brasileira. Esta nova direção utilizou militares e tecnocratas, mas nasceu de profundos interesses nacionais e internacionais do capitalismo. Já não se justifica a análise de cunho individualista, baseada de qualquer forma em traços pessoais de João Goulart, ou de quem quer que seja, como queriam adeptos do "esvaziamento do poder civil" em 1964 (25).

Os acontecimentos de 1964 puseram fim ao projeto das reformas de base do período janguista, eliminando ao mesmo tempo a denominada política de massas, vigente até então no Brasil. O golpe não se reduziu a mera operação político-militar, com a finalidade de expulsar o Presidente da República. Consistiu também em ampla e prolongada campanha de convencimento da população brasileira, acima de tudo de sua camada média (26). Principalmente se condenou o esquema de reformas de Jango, cujos efeitos figuravam apenas como tímidos e parciais, em termos de conquista para as massas trabalhadoras.

Enfim, de Jânio Quadros a João Goulart, o povo do Brasil ansiou por ver posta em prática a justiça social, a começar pela diminuição dos privilégios. Ambos os mandatos presidenciais se interromperam, retirando de cena as promessas da moralização janista e as esperanças do reformismo janguista.

2. A LUTA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO

Os períodos presidenciais de Jânio Quadros e de João Goulart representaram dois momentos distintos da expansão do capitalismo no Brasil, aqui entendida como desenvolvimento. Estes governos constituíram fases bastante con

(25) Cf. Jurema, Abelardo - Sexta-Feira, 13. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1964, 3a. edição, pp. 32, 33, 35, 75.

(26) Cf. Victor, Mário - op.cit., p. 548; Ianni, Octavio - O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, pp.133,138.

turbadas, em razão das contradições sócio-econômicas, oriundas da época de Juscelino Kubitschek. Os fatos políticos acontecidos durante as administrações de Jânio e de Jango denunciaram a impossibilidade de resolver as contradições deixadas por Kubitschek. Tanto Jânio Quadros, quanto João Goulart, buscaram em vão transpor inconsistências políticas, econômicas e sociais, através da conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo internacional. Pretenderam vencer o que denominavam de subdesenvolvimento (compreendido como etapa inferior de capitalização), lançando mão de medidas desenvolvimentistas, aptas a acelerar a acumulação do capital no Brasil.

"Em sua campanha eleitoral, Jânio colocava o Brasil como área subdesenvolvida, onde "seria praticamente impossível desencadear o processo de desenvolvimento sem a participação do Estado na coordenação de esforços, visando a elevar a renda per capita".

Desde o princípio de sua gestão, o Presidente Quadros ressaltou a importância da recuperação econômico-financeira, juntamente com a recuperação em outros campos, tais como o da política social e o da administração. Queria implantar no País o "desenvolvimento global", considerando que os desequilíbrios somente eram suportáveis nos dois primeiros anos. Chamava a atenção para o fato de que, ao longo do governo juscelinista, o produto real per capita aumentou apenas 3,5% ao ano. De acordo com Jânio, embora relativamente elevadas, estas taxas de crescimento acabaram por mostrar a insuficiência do esforço destinado a "reduzir o nosso atraso econômico", feito naquela época. Porém, sua confiança no desenvolvimento econômico parecia indiscutível, pois admitia que o Brasil tinha mais condições de crescer, dentro do grupo dos países capitalistas, do que qualquer outro. Mas esta crença no desenvolvimentismo chocava-se com suas previsões de déficit no orçamento do País, em torno de 200 bilhões de cruzeiros, em 1961.

Aliás, segundo a visão janista, as maiores dificuldades se revelavam no Norte e no Nordeste. Quanto a estas duas regiões brasileiras, cria bastante no desempenho da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), cujo diretor era Celso Furtado. Dela, o Presidente mesmo fala, com entusiasmo:

"Minha fé na SUDENE é ilimitada; e no homem que a dirige, e no grupo que com ele trabalha... (...) No que respeita ao prestígio, dei e estou dando ao órgão toda a autoridade que é possível imagi-
nar".

Querendo concretizar seu desenvolvimentismo, Jânio prontamente indicava a necessidade de elaborar-se planos diretores, para lugares onde se apresentassem diferenças regionais. Ele chegou mesmo a tocar em planificação geral para o Brasil. Inicialmente desejou realizar o plano de emergência, que ofertaria subsídios ao plano quinquenal, ambos voltados a disciplinar recursos e investimentos para o País (27). Ao lado destas providências, valorizava também a ampliação das exportações tendo-a como "uma imposição dos brios e da soberania nacionais". Esta idéia foi normalmente apresentada, aparecendo como uma das diretrizes da administração janista. Por sinal, sua justificativa para a concretização do intercâmbio comercial com a URSS estava baseada na necessidade de exportar. Declarava o Presidente da República:

"O Brasil precisa, urgentemente, vender tudo o que possa produzir. Esse é o nosso grande esforço, a nossa primeira meta".

Tratava-se, pois, de política econômica dirigida, em primeiro lugar, à exportação de produtos brasileiros, um motivo a mais para dar-se nova orientação às questões de câmbio. De fato, a séria situação financeira e cambial do País levou o governo de

(27) Cf. Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, p. XI; Quadros, Jânio - "JQ, em Caxias do Sul, Reafirma a disposição de enfrentar a 'Obra Ádua' da recuperação financeira". Folha de S. Paulo, 26 de fevereiro de 1961; "Conhecem-se as linhas gerais da Mensagem de Quadros ao Congresso". O Estado de S. Paulo, 11 de março de 1961; Quadros, Jânio - "Quadros ao Congresso: nossa política é e continuará ocidental". O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1961; Quadros, Jânio - "A entrevista coletiva do Presidente da República". O Estado de S. Paulo, 15 de abril de 1961; Quadros, Jânio - "A íntegra da entrevista do Presidente". O Estado de S. Paulo, 31 de maio de 1961; Quadros, Jânio - "Serão recomendadas reformas estruturais na reunião ministerial". O Estado de S. Paulo, 6 de julho de 1961.

Quadros a assumir outro procedimento, conforme as instruções nº 204, nº 205 e nº 206, baixadas pela SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Com isto, importação e exportação de mercadorias caíam no mercado livre, sem qualquer subsídio. Em março de 1961, o Presidente da República manifestou-se veementemente contra o câmbio de custo, que chamava de "câmbio de favor" e que agredia toda a população brasileira. No seu entendimento, precisava restaurar a verdade cambial, tornando compatível o custo de câmbio com a desvalorização interna do cruzeiro. Os resultados dar-se-iam sobretudo nos aumentos dos preços. Mas seriam, para Jânio, aumentos imediatos e suportáveis pelo povo. Nos primeiros dias de abril de 1961, Jânio voltava a explicar a repercussão de suas medidas referentes ao câmbio:

A instrução "204 é um oitavo deste aumento do cus to de vida. (...) A 204 foi baixada por mim. Os que me precederam, os que estiveram aqui antes de mim redigiram a 204. Eram o dólar e as moedas es trangeiras o valor que a 204 confessa. Pagavam a diferença do preço do petróleo, pondo as mãos no bolso de todos, ... e assim faziam com o trigo , com o papel de imprensa".

Aí estava uma política econômica de caráter predominantemente antiinflacionário, com profundas conseqüências para as massas populares, que o Presidente Jânio se propunha a defender. O fundamento desta política localizava-se na elevação dos preços das mercadorias, como ele mesmo elucidou. O combate contra a inflação somava-se à fidelidade ao processo de industrialização. No final do governo, Quadros proclamava que a indústria caminhava "no sentido da nossa absoluta emancipação", desde que as indústrias de base aqui se instalassem e aqui prosperassem. Sua vontade de capitalizar também se dirigia à agricultura. A receita janista seguia mais ou menos esta direção:

Deviam "o capital e a tecnologia moderna ser in troduzidos em grande escala, para o que o Poder Público há de ampliar o crédito ao agricultor e fornecer-lhe a assistência técnica necessária."

Muitos dos assuntos lembrados desde o começo da administração janista apareceram em forma de sucesso, no final. O caso das questões agrícolas é esclarecedor. Temas da agricultura, longamente repetidos antes, despontavam como êxitos nos últimos dias do janismo. Assim, naquele momento, o Banco do Brasil assistia ao pequeno sitiante com seu crédito; havia preços mínimos para os produtos; existiam armazéns; diversificavam-se as exportações (28). Neste quadro, em que se inseriam felizes resultados, os aumentos de preço dos produtos ao consumidor deveriam ser enfrentados com salários nem sempre reajustados. O governo de Jânio Quadros opôs-se ao aumento nominal de salário, por contribuir para a aceleração do processo inflacionário e por constituir elemento de instabilidade dos assalariados. Tendo esta posição perante o problema salarial, tal governo discutia-o

"... de acordo com os mais lidos princípios da justiça social, mas sem permitir que a valorização do trabalho possa importar em desestímulo aos empreendimentos do capital".

E então, tocar em custo de vida significava desesperança, pois pouca coisa se fez para contê-lo, além de simples denúncias. Estas denúncias se fundavam na reiterada pretensão governamental de combater "a elevação crônica de preços". No fim da gestão de Quadros, já se podia notar progressiva elevação do custo de vida, em especial dos gêneros alimentícios e do vestuário, lenta ou bruscamente. Por exemplo: no Rio de Janeiro, entre os meses de fevereiro e maio de 1961, no comércio a varejo, o café e o açúcar sofreram acréscimos brandos, respectivamente de 4% e de 5%. Mas, já no início do governo janista, o arroz manifestou elevação mais rápida de 8% na mesma Cidade e nos mesmos meses, en

(28) Quadros, Jânio - "O Texto do discurso proferido pelo Presidente da República". O Estado de S. Paulo, 14 de março de 1961; Quadros, Jânio - "Texto Integral da entrevista concedida pelo Presidente da República". O Estado de S. Paulo, 26 de julho de 1961; Quadros, Jânio - "Decepção Geral: Para Jânio só JK é o culpado pela carístia!". Última Hora, 5 de abril de 1961; Quadros, Jânio - "Quadros ao Congresso: Nossa política é e continuará ocidental". O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1961; Quadros Jânio - "Quadros apresenta o balanço do primeiro semestre de seu Governo" O Estado de S. Paulo, 23 de agosto de 1961.

quanto o pão aumentou o preço em 35%. Jânio Quadros cuidava de conter os salários, sem conseguir controlar a subida do custo de vida. (29)

A política econômica de João Goulart não foi menos conturbada do que a de seu antecessor. O período de Goulart aprofundou as contradições políticas e sociais já existentes, gerando o golpe de Estado de 1964. Continuou, porém, valorizando o desenvolvimentismo e manteve a tentativa de conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo internacional. Acima de tudo, quis vencer o subdesenvolvimento do Brasil, combinando medidas antiinflacionárias com a luta pelas reformas de base. Perdeu-se na ambigüidade de suas providências de política econômica. Em 1962, Jango acreditava que seria possível o desenvolvimento harmônico do País, dando melhores condições de vida principalmente às populações do campo. Notava, no entanto, "graves deficiências e omissões no processo do desenvolvimento econômico social", aqui em curso.

O ideário do janguismo propunha um outro ponto fundamental: a contenção do custo de vida. Em inúmeras ocasiões, Goulart se referiu ao urgente dever de evitar sua elevação, pelo menos quanto aos alimentos de primeira necessidade, apesar de na realidade estar ocorrendo o contrário. No princípio de 1963, teve de jogar com as esperanças e com as medidas futuras, ao tratar do aumento do custo de vida. Pensava que tais medidas cortariam a subida dos preços, fazendo com que os operários deixassem de interessar-se apenas pelos aumentos de salário. Partindo para providências de combate à elevação dos preços, empenhando-se na estabilização econômico-financeira, e negociando até mesmo com o capi

(29) Quadros, Jânio - "Quadros ao Congresso: Nossa política é e continuará ocidental". O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1961; "Bases de Operações". Diário de Notícias, 13 de agosto de 1961. Ver também: Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, p. VIII; "Quadros manda conter preços". O Estado de S. Paulo, 16 de fevereiro de 1961.

tal estrangeiro para atingí-la, assim mesmo o Presidente da República nunca esquecia o problema da emancipação econômica. Equívocos à parte, ele se punha na conquista da emancipação econômica do Brasil, pois não seria possível que os produtos nacionais fossem canalizados para outras terras, sem qualquer consentimento.

E raciocinava para a população: "Não preciso dizer-vos que povo sem emancipação econômica, é povo sem liberdade política..."

João Goulart ressaltava a estreita ligação entre emancipação econômica e superação do subdesenvolvimento. Para ele, o País deveria contar consigo mesmo para vencê-lo. Deveria aumentar continuamente as exportações e selecionar os investimentos estrangeiros, de acordo com a combinação de interesses do aplicador externo e do Brasil. Neste esforço para derrotar o subdesenvolvimento, a planificação e a direção política muito poderiam ajudar, ao oferecerem maior coerência ao processo econômico. Portanto, ainda como Vice-Presidente da República, apontou a necessidade de planejamento. Depois, já no cargo de Presidente, Jango aludiu inúmeras vezes ao Plano Trienal, elaborado pelo Ministro Celso Furtado, concedendo-lhe as funções de "disciplinar a vida do País" e de "manter o ritmo de desenvolvimento do Brasil, dentro de taxas que jamais permitiriam a sua estagnação". Comumente, elogiou o fato de o plano englobar toda a sociedade, controlando os desequilíbrios entre as classes e entre as regiões brasileiras. Desta maneira, também se abria maior possibilidade para a prática de justiça social:

"Como político, considero-me estritamente comprometido com a defesa dos objetivos de justiça social..." (30)

Entre as metas gerais do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), do governo de João Goulart, constava prioritariamente a melhoria de condições de vida do povo brasileiro. Para tanto, pretendia-se elevar a taxa de crescimento da renda nacional, estimando-a em 7% ao ano. Haveria, pois, aumento da renda per capita, em 3,9%. Segundo o Plano, já se vinha realizando a melhoria geral das condições de vida. Mas era uma melhora extremamente desigual, o que acabava por causar má repercussão entre os habitantes do País. A fim de analisar a situação destes habitantes, o Plano Trienal dividia-os em 4 grandes grupos: trabalhadores rurais em geral; trabalhadores urbanos com salários condicionados ao mínimo fixado oficialmente; outros assalariados urbanos; e grupos de altas rendas. Sobre tais grupos, em meio a outros aspectos de ordem econômica, ele demonstrava a existência de crescentes diferenças de padrões de vida.

(30) O Estado de S. Paulo: Goulart, João - "Goulart recomenda o Plebiscito em sua Mensagem ao Congresso" e "Razoável otimismo assinala a Mensagem do Chefe da Nação" (16/3/1962); Goulart, João - "Goulart declara-se contra qualquer forma de extremismo no País" (28/8/1962); Goulart, João - "Goulart diz que não se conformará mais com as estruturas do País" (17/12/1963); Goulart, João - "Recebido na Assembléia e na Câmara o Presidente da República" (30/9/1961); Goulart, João - "O Presidente prevê um ano de dificuldades e faz apelo para que a Nação combata a carestia" (2/1/1962); Goulart, João - "A mensagem de fim de ano de Goulart" (1/1/1961); Goulart, João - "Jango Goulart diz que está pronto a prestigiar Jânio" (29/4/1961); Goulart, João - "Goulart procura justificar-se ante as imposições do CGT" (6/2/1963); Goulart, João - "Goulart defende em São Paulo as reformas de base" (26/5/1963); Goulart, João - "O Presidente afirma que o Governo não tem prevenção contra o capital estrangeiro" (24/3/1962); Goulart, João - "Goulart propõe emenda à Constituição para realizar as reformas" (3/5/1962). "Dois Anos". Correio da Manhã, 25 de agosto de 1963.

O Plano Trienal esteve presente nas duas tentativas de estabilizar a crítica vida econômica do Brasil da época de Jango, tentativas realizadas por San Thiago Dantas e por Carvalho Pinto, em momentos diferentes. Além delas, João Goulart procurou contornar a crise econômico-financeira por meio de outros expedientes, ao aproximar-se dos Estados Unidos e das autoridades do Fundo Monetário Internacional (FMI). Até esteve em Washington em abril de 1962. Transcorrida a fase parlamentarista de seu governo, o Presidente Goulart envolveu-se então com a política econômica de San Thiago Dantas, novo Ministro da Fazenda, do seu primeiro ministério presidencialista. Tanto Celso Furtado (do Planejamento), quanto San Thiago Dantas (da Fazenda), procuraram levar adiante o Plano Trienal, concebido pelo primeiro. Nesta fase, promoveu-se reforma fiscal e de novo se buscou a uniformização das taxas cambiais, abolindo-se os subsídios. Como ocorrera com Jânio Quadros, estas providências ajudaram no aumento imediato do custo de vida. Os preços surpreenderam as previsões do Plano Trienal, ultrapassando-as já em 1963. O Plano Trienal significou, neste momento, a grande vítima das conseqüências da política antiinflacionária, que ele mesmo pregara.

A segunda tentativa de estabilização econômica, no governo presidencialista de Goulart, partiu de Carvalho Pinto, outro Ministro da Fazenda. Seu compromisso prioritário estava no combate à inflação. E desejava cumpri-lo com a adaptação do Plano Trienal, de modo que este pudesse ser o orientador da nova realidade econômico-financeira. Não foi bem sucedido em sua política também antiinflacionária, deixando-a ao último Ministro da Fazenda do período de Goulart, Nei Galvão (31). Ainda naqueles tempos, houve quem criticasse as fantasias contidas no Plano Trienal, que "prometia taxas crescentes de expansão do produto real, quando, na verdade, preparava a depressão econômica para os meses imediatos". Aqueles que se opunham ao Plano, acusavam-no de incentivar o desemprego, a falência das empresas e a desordem econômica, embora as

(31) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Brasília, Presidência da República, 1962, pp. 7, 18, 26 a 30; Bierrenback, Maria Ignês, R.S. - Componentes Políticos do Planejamento Social, São Paulo PUC, 1980, dissertação de mestrado, mimeo, pp. 55 a 61; Skidmore, Thomas E. - op.cit., pp. 265, 286, 291, 292, 295, 312, 315, 325, 327.

sim o fizesse em nome do desenvolvimento e da ordem social. A evolução dos preços bem esclarece a parca eficiência do Pla no Trienal. Veja-se, por exemplo, o custo de vida no Rio de Janeiro. Tomando-se o ano de 1953 como base igual a 100, ve rifica-se que em 1961 o índice tinha chegado a 383, subindo a 2.889 em 1964. De fato, o custo de vida gradativamente se elevou naquela Cidade. Ele apresentou a variação de 33,3% (em 1961), de 51,6% (em 1962), e de 70,4% (em 1963).

Procurando compensar o crescimento dos preços das mercadorias, o Presidente Goulart aumentou o salário-mínimo, como ocorreu em outubro de 1961, logo após tomar posse. Nesta oportunidade, concedeu mais 40% no salário-mínimo, colocan do-o pouco acima da variação do custo de vida. De outra parte, a busca da estabilidade econômico-financeira e o desejo de expandir a industrialização obrigaram o governo federal a aceitar investimentos estrangeiros. Certamente, o ano de 1961, no qual aconteceu a gestão de Jânio, assistiu à maior entrada de capital do período, no valor de 429 milhões de dó lares. No período de João Goulart houve permanente decréscimo de aplicação de recursos externos, registrando-se 291 mil lhões de dólares em 1962, 206 milhões de dólares em 1963 e 73 milhões de dólares em 1964.

Outra fonte de capitais de fora do País localiza va-se na "Aliança para o Progresso", cujo documento básico foi a Carta de Punta Del Este, assinada em 17 de agosto de 1961. A "Aliança para o Progresso" possuía inúmeros objetivos: eles iam desde a distribuição equitativa da renda nacional, a realização de programas de reforma agrária, até a elimi nação do analfabetismo, a redução da mortalidade infantil e a construção de habitações dignas da condição humana. A aplica ção dos recursos provenientes da "Aliança" exigia o cumprimen to de certos requisitos, como a existência de planos tecnicam ente elaborados e a realização de reformas sociais (32).

(32) Cf. Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., dezembro de 1963, pp. 22, 23; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1966, p. 124; Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966, p. 122; Gasparian, Fernando - Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973, p. 94; Rangel, Ignácio - A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1963, 2ª edição, p. XVIII.

Tem-se a impressão de que a boa vontade dos norte-americanos mudaria o panorama do Brasil e também o de toda a América Latina. Naturalmente, a própria realidade histórica acabou por negar. Ao que se saiba, o panorama de nenhuma região latino-americana se alterou no sentido dos objetivos da "Aliança para o Progresso". Aqui no Brasil, a sua agonia e a sua morte até atribuíram-se ao Presidente Goulart, que se arvorava em defender o nacionalismo econômico.

A proteção da economia nacional inspirou a Lei nº 4131, de setembro de 1962. Esta Lei nasceu do projeto nº 3.251, elaborado ainda na época do Presidente Jânio Quadros. Ao promulgá-la, João Goulart definia estritamente o que queria dizer capital estrangeiro. Assim, para a administração janguista, capital estrangeiro significava o capital efetivamente entrado no País, ao qual se permitia a remessa de lucros para o exterior, até 10% do seu valor registrado. Qualquer envio superior a tal limite era entendido como retorno de capital. A Lei nº 4.131 autorizava a devolução de recursos aos outros países, desde que não ultrapassasse anualmente a parcela de 20% do capital consignado. Além disto, os lucros acima de 10% passavam à categoria de capital suplementar, não abrindo possibilidade de encaminhá-los para fora do Brasil. A situação dos investimentos estrangeiros sofreu marcantes alterações com o golpe de Estado de 1964, através da Lei nº 4.390 e do Decreto nº 55.762.

Mesmo com as vicissitudes decorrentes das precárias condições econômico-financeiras e das crises político-militares, a economia brasileira não deixou de expandir-se, sobretudo em alguns setores. Considerando-se o ano de 1958 como base igual a 100, comprova-se que a produção industrial do Brasil atingiu o índice de 139 em 1961, subindo a 147 em 1962. Para imaginar-se melhor, o ano de 1957 serve de base igual a 100. Apoiando-se nisto, se nota que a importação de tratores e de acessórios caiu de 101,4 (em 1961) para o índice de 47,9 (em 1963). O mesmo ocorreu com a importação de automóveis, de caminhões e de ônibus, cujo índice passou de 25,1 (em 1961) para 17,5 (em 1963). Os progressos industriais, no entanto, não transformaram significativamente a lis

ta dos produtos exportados. A agricultura e as atividades ex_ trativas continuaram representando o papel fundamental no co_ mércio exterior do País. Elas prosseguiram arcando com as despesas nacionais. Em 1962, as 5 mercadorias mais exporta_ das pelo Brasil consistiam no café (53%), no algodão (9,2%) , no minério de ferro (5,7%), no açúcar (3,2%) e na madeira (3,2%). Os Estados Unidos ainda se mantinham como o princi_ pal comprador dos produtos brasileiros, acompanhados depois pe_ los alemães, pelos holandeses e pelos argentinos (33).

Desde logo, se percebiam os percalços para as_ sociar a ideologia nacionalista e o capitalismo nacional, em razão dos conflitos políticos no interior dos próprios seto_ res dominantes e também por causa de sua baixa capacidade de investimento. Mais ainda se evidenciava a incompatibilidade en_ tre ideologia nacionalista e capitalismo internacional, quan_ do mais não fosse devido à Lei de remessa de lucros para o ex_ terior, idealizada ainda por Jânio Quadros. De outra parte, as contradições expostas até meio vagamente pelas classes so_ ciais afloravam em toda a sociedade brasileira. Para o Presi_ dente Quadros, impunha-se a prática do encantamento, pois de_ via aliar as bençãos da democracia representativa com o paga_ mento da dívida externa, com as medidas antiinflacionárias, com o estímulo à exportação agrícola e com a ampliação do proces_ so econômico. Seu derradeiro momento de encantamento deu-se em 25 de agosto de 1961, dia da renúncia de Jânio. O Presi_ dente Goulart acompanhou as sucessivas quedas de suas diretri_ zes de governo: abandonou em parte suas restrições creditícias, desistiu do controle dos salários e, de certo modo, pôs de la_ do o combate à inflação. Em nome do nacionalismo econômico, disciplinou o capital estrangeiro. Mas seu nacionalismo soço_ brava com as deliberações referentes ao câmbio. Coubem-lhe

(33) Cf. Ferreira, Luís P. - Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965, p. 230; Venâncio Filho, Alberto - A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968, pp. 271, 272; 25 Anos de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965, pp. 16, 181; Baer, Werner, op.cit., p. 36; Ianni, Octavio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, pp. 192, 193, 198, 203, 210, 214.

aumentar a campanha pelas reformas de base e valorizar a independência de sua política externa, aliás normalmente entrava-
das pelo Congresso Nacional.

Enfim, perante tal quadro, resta falar em tragédia para o regime liberal-democrático. Goulart quis evitar a ruína das instituições políticas e fez frente à destruição de seus anseios de emancipação da economia brasileira, de reformas e de autonomia na política exterior. A inviabilidade do governo janguista e de suas aspirações não se deve só às dificuldades provindas da crise econômica interna e aos estorvos colocados pelo investimento estrangeiro. Como sucedeu com Getúlio Vargas, aqui também os grupos mais conservadores brasileiros ganharam extraordinários meios de acuar o poder constitucional, em virtude do nacionalismo econômico, da independência na política externa e da ativa presença das massas populares nas decisões políticas. E, note-se, dentro dos limites demarcados por Jango: nada mais além para vencer o subdeenvolvimento.

3. A JUSTIÇA SOCIAL CONFORME JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART

Os pronunciamentos de Presidente Quadros, relativos à política social, recebiam habitualmente a designação de "bem-estar social" ou de "justiça social". Houve alguma atenção de Jânio neste campo, segundo se vê nas constantes alusões aos temas de política social, existentes em seus discursos e em suas mensagens. Por sinal, a situação dos chamados proletários, dos humildes e dos trabalhadores transparecia durante os exames de outros assuntos. A leitura das manifestações do Presidente da República ao País oferecia a noção de que várias medidas tomadas, ou apenas programadas, poriam em prática a dita justiça social. O combate em prol da moralização e da austeridade públicas, as advertências destinadas a refrear os aumentos de custo de vida, ocupavam determinado espaço em muitas de suas apresentações à população brasileira. Discorrendo sobre isto, Jânio fazia promoção de suas formulações eventualmente a serviço das massas populares.

"Mas o bem-estar nacional resultará no crescimento harmonioso da nossa economia, de seu planejamento, de gestão governamental proba e eficiente, em que todos tenham o seu quinhão, como recompensa de sua firmeza e da sua labuta" (34)

"Todos nós, no Brasil, precisamos fazer o impossível, todos nós no Brasil precisamos tornar-nos dos melhores apertadores de "porca" do mundo, ou não construiremos a poderosa Nação que são pode assentar-se na justiça social, isto é, no bem-estar coletivo" (35)

Já no que tocava ao Presidente Goulart, a justiça social mantinha íntimas ligações com a democracia, com o desenvolvimento econômico e com a própria grandeza nacional. Também no período do governo janguista, os problemas relativos à justiça social surgiam em meio das discussões de outros temas também palpitantes, como nos casos do plebiscito, das liberdades públicas, da democracia, da política externa e das reformas de base.

Meditando sobre o regime democrático, Jango assegurava que: "Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo; nem pode o povo continuar a sustentá-la se amarga na preterição dos seus problemas essenciais".

Acreditava que, com o desenvolvimento nacional, "vai-se também ampliando uma consciência de justiça social...".

Levando em consideração a posição do Brasil diante do mundo, o Presidente da República concordava em que "nenhum país, nenhuma nação, jamais construiu a sua grandeza sob o sofrimento das massas populares" (36)

(34) Quadros, Jânio - "Jânio no Alvorada". Última Hora, 19 de fevereiro de 1961.

(35) Quadros, Jânio - "Quadros: "Todos Nós, No Brasil, Precisamos fazer o impossível". O Estado de S. Paulo, 18 de julho de 1961.

(36) Goulart, João - "Oração do Presidente da República no dia da Constituição". O Estado de S. Paulo, 19 de setembro de 1961; Goulart, João - "O Presidente prevê um ano de dificuldades e faz apelo para que a Nação combata a carestia". O Estado de S. Paulo, 2 de janeiro de 1962; Goulart, João - "Goulart fala em homenagem ao Ex-Presidente Getúlio Vargas". O Estado de S. Paulo, 24 de agosto de 1963.

Portanto, a respeito da valorização da condição humana no Brasil, é essencial dirigir a atenção, por exemplo, para os ideários e para as realizações de Jânio Quadros e de João Goulart, quanto à Educação.

Em agosto de 1960, o então candidato à Presidência da República, Jânio Quadros, atribuía longa distância entre o "sistema educacional" da época e as necessidades brasileiras no âmbito do ensino. Punha fê no plano de "Diretrizes e Bases", considerando-o como "bom início na marcha que empreenderei em prol do melhoramento das condições educacionais do País". O analfabetismo figurava como a mais alta prioridade de sua política educacional. Para Quadros, os índices de analfabetismo explicavam-se pela condição de subdesenvolvimento da maioria da população brasileira. Segundo ele, as cidades tinham o papel de redutor do analfabetismo, enquanto o campo se colocava como principal responsável pela criação de massas analfabetas. Em seu programa eleitoral, Quadros privilegiava os ramos técnico e científico, expressivos indicadores de certo padrão de desenvolvimento. Além do mais, para ele, tais ensin^{os} evitavam a mera integração das técnicas provenientes do exterior. Deste modo, prometia alterações no ensino técnico e no ensino universitário, a fim de obter-se melhores resultados dos investimentos feitos.

Entre as propostas de Quadros visando à transformação da educação brasileira, podem-se salientar as seguintes: reformulação no funcionamento do Ministério da Educação e Cultura, conservação tanto das escolas públicas quanto das escolas particulares, proibição do aparecimento de novas universidades e impedimento da incorporação de outras instituições universitárias ao sistema federal de ensino. Em maio de 1961, o Presidente Quadros expressava através de memorando algumas das suas principais idéias, quanto ao ensino superior. Nele, aludia à premência da reforma universitária, suspendendo os concursos para provimento de cátedra. Partindo do princípio de que devia acabar com a "propriedade pessoal da cátedra", pedia no memorando aos órgãos do Ministério e às entidades estudantis determinadas sugestões, concernentes à modificação do recrutamento e da permanência de professores do ensino superior.

Eis aí o universo educacional do janismo. No tem-se, por exemplo, algumas particularidades de seu desempenho. Mesmo às vésperas de sua renúncia ao governo federal, Jânio assinou Decreto destinado a promover a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo. No campo educacional, sua ação administrativa se centralizou na revisão da "estrutura do nosso ensino", acenando com outras alternativas, tais como a implantação de vasta rede de escolas artesanais e de escolas industriais. Sempre o Presidente da República acalentou cuidadosamente a vontade de eliminar o analfabetismo no Brasil, mas avançou em direção a diversos tipos de experiências a nível do ensino médio e a nível do ensino Superior. Quanto a este, deu início à Universidade Nacional do Trabalho (em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro) e à Universidade Volante (em Ponta Grossa, Estado do Paraná). Propôs a existência simultânea da escola pública e da escola particular, empenhando-se em louvar as virtudes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Eis sua visão da ausência de escolaridade no País: "O analfabetismo é uma chaga, é uma vergonha para todos nós, é uma das razões do nosso subdesenvolvimento, do nosso pauperismo, é o grande fator de injustiça social, porque, onde quer que encontremos um analfabeto, encontramos alguém escravizado ou suscetível de escravização" (37).

A respeito da Universidade Nacional do Trabalho, Jânio Quadros assim vaticinava: "Esta Universidade revolucionará o ensino, vai permitir aos meninos... galgar os degraus da vida pelo seu sacrifício, pela sua fé, pela sua capacidade, pelo seu desejo de vencer... (...) E, a não ser através do ensino, facilitando-o para o trabalhador, permitindo-lhe a especialização, permitindo-lhe os títulos e os conhecimentos científicos, eu não sei de que maneira iremos vivificar o nosso corpo democrático..." (38).

(37) Quadros, Jânio - "Quadros apresenta o balanço do Primeiro Semestre de seu Governo". O Estado de S. Paulo, 23 de agosto de 1961.

(38) Quadros, Jânio - "Quadros: Todos Nós, No Brasil, precisamos fazer o impossível". O Estado de S. Paulo, 18 de julho de 1961.

Diffundia sua posição referente ao caráter das escolas: "Não serei o instrumento da destruição da escola privada. Mas, de forma nenhuma, concorrerei para a limitação ou o prejuízo da escola pública. Sustento a coexistência de ambas, com o fortalecimento cada vez maior da escola pública, que representa, nos termos constitucionais, dever inalienável do governo" (39)

O Presidente João Goulart já prodigalizava mais em termos de Educação, talvez até devido à maior extensão de seu governo. A princípio, cumpre lembrar o entusiasmo janguista pelas Universidades norte-americanas. Para Goulart, tal Universidade "permitiu que a revolução industrial americana jamais cessasse", pois ela organizou os Estados Unidos ao realizar tarefas na agricultura, na indústria, na formação profissional e na construção do cidadão, além de espargir conhecimentos. Aí estava o "grande exemplo" para o Continente Americano, de acordo com o pensamento presidencial. Várias providências foram tomadas ou imaginadas por Jango, em nome das atividades educativas. Assim, em março de 1962, fundamentava sua decisão de sancionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instrumento de esmero da cultura brasileira. No final deste ano, ele anunciava o advento do Plano Nacional de Educação, que despenderia 500 milhões de cruzeiros no setor, durante 1963, 1964 e 1965. O leque de questões educacionais alargava-se bastante e a gestão janguista referia-se a assuntos variadíssimos sobre o trabalho de educar. Preocupava-se em dar educação a toda a Nação e não apenas a uma elite. Sendo esta missão primordial, Goulart lançava-se ainda ao ataque em ou

(39) Quadros, Jânio - "A Íntegra da entrevista do Presidente". O Estado de S. Paulo, 31 de maio de 1961, Ver também: Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1960, p. XXIII; Quadros, Jânio - "Quadros ao Congresso: nossa política é e continuará ocidental". O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1961; Quadros, Jânio - "Memorando de Quadros ao Ministro da Educação". O Estado de S. Paulo, 11 de maio de 1961; Quadros, Jânio - "O Presidente inaugurou ontem em Ponta Grossa a Universidade Volante". O Estado de S. Paulo, 6 de agosto de 1961.

tras frentes: dilatar as matrículas e abrir as escolas ao ingresso dos jovens; promover a Campanha Nacional de Alfabetização, dando-lhe condições "para o assalto final contra o analfabetismo". Em se levando em conta as proclamações do Presidente da República, caberia à Universidade a obra de renovação nacional, devendo fazer os alicerces "do pensamento organizado da Nação" (40).

As propostas da administração janguista rodopiavam em torno de tais tópicos. Em Mensagem ao Congresso Nacional, em 1963, Goulart comentou a situação da ação educativa no Brasil:

"O progresso experimentado pelo país nos últimos dez anos tornou mais nítida a incapacidade do nosso sistema de educação. (...) Nossas escolas de todos os níveis não se adaptaram às necessidades da hora presente. Conformaram-se, ainda, às exigências elementares daquela sociedade arcaica em que o ensino primário era meramente preparatório ao ingresso na escola média e esta simples estágio necessário à matrícula nos cursos superiores. (...) Com a Lei de Diretrizes e Bases, a planificação se tornou normativa, através dos Fundos Nacionais de Ensino Primário, Médio e Superior, criando-se, através do Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação, que cobrirá o período 1963-70, exigindo maiores cuidados na fase de sua implantação".

Causam profundo sentimento de desesperança e de indignação as revelações presidenciais, referentes ao ensino, feitas no término de 1963. Segundo Jango, a metade da população brasileira compunha-se de analfabetos, havendo 8 milhões de crianças em idade escolar, sem conquistar qualquer instrução. Dos meninos e meninas que freqüentavam as escolas primárias, só 7% chegava à quarta série. O ensino secundário atendia apenas 14% de seus candidatos, enquanto unicamente 7% atingia o ensino industrial e 0,5% entrava para o ensino agrí

(40) Goulart, João - "Fala o Presidente a membros do Ensino Superior na América". O Estado de S. Paulo, 19 de março de 1962; Goulart, João - "Goulart recomenda o Plêbiscito em sua Mensagem ao Congresso". O Estado de S. Paulo, 16 de março de 1962; Goulart, João - "Em Porto Alegre o Presidente da República; Discurso e Entrevista". O Estado de S. Paulo, 30 de dezembro de 1962; Goulart, João - "A Educação para todos deve constituir Missão Nacional, prega Goulart". O Estado de S. Paulo, 7 de março de 1963.

cola. Por fim, 1% dos estudantes ingressava nas universidades (41). Tétrica visão esta, ofertada pelo próprio governo federal, como resultante também da negligência acumulada em gestões anteriores. Apesar da tenebrosa situação educacional, nem por isto o Presidente da República vacilava em colocá-la perante a sociedade brasileira, sem omissões ou sem adulterações. Não se pode esquecer de que está aí a posição do poder político, passível de casuais alterações.

Não é desinteressante saber o que dizia o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), relativo à Educação na época de João Goulart. Em seus objetivos gerais, o Plano aludia ao seu interesse "no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica", quando mais não fosse em razão de conceder "acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural". Ele se importava com a educação primária, por constituir elemento básico para o desenvolvimento econômico e social. Por isto mesmo, o governo federal deveria compensar a incapacidade financeira dos governos locais, ofertando-lhes recursos destinados ao funcionamento satisfatório do ensino elementar. Por outra parte, o Plano Trienal não se descuidava com o treinamento e com a formação do pessoal técnico, extremamente imprescindível ao momento (42).

É inegável a existência de plano geral e de planos setoriais a serem cumpridos pelos governos de ambos os Presidentes. Do mesmo modo, precisam de destaque as medidas já tomadas por eles. Nada disto, porém, figurou como vigorosas soluções, em especial diante das insustentáveis condições da Educação, conforme sobretudo Goulart havia mostrado. Os dois Presidentes da República distinguiram expedientes de natureza di

(41) Goulart, João - "Em Mensagem remetida ao Congresso, Governo analisa Problemas Nacionais". Correio da Manhã, 16 de março de 1963; Goulart, João - "A Mensagem de fim de ano de Goulart". O Estado de S. Paulo, 19 de janeiro de 1964. Ver também: Goulart, João - "Goulart expõe seu programa para a Educação ao proferir Aula Inaugural na Universidade do Brasil". O Estado de S. Paulo, 10 de março de 1964.

(42) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Brasília, Presidência da República, 1962, pp.7, 87, 97.

versa: luta contra o analfabetismo, aumento da rede escolar, manutenção da escola pública e da escola particular, limitação do número de novas universidades, confiança nas virtudes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a relação entre universidade e trabalho, a elaboração do Plano Nacional de Educação e a obra universitária de renovação nacional. Afinal de contas, constituem providências um pouco amplas e soltas, expostas no calor do momento político e dependentes das características de cada Estado brasileira que vinha a ser finalmente o encarregado desta política educacional, segundo os seus ditames. De outro lado, tem cabimento colocar sobretudo João Goulart numa posição ímpar, quanto ao entendimento mais acurado da questão educacional. Ele ponderava que os problemas da educação se ligavam com as chamadas reformas de base, pelas quais pugnou até o fim de sua gestão. Acima de tudo, como Vargas, também Jango levou o Estado a admitir e a ficar como responsável por fornecer escolas a todos, querendo educar a nação inteira e não só uma elite.

O período dos governos de Jânio e de Jango mostraram progressivo crescimento nas despesas públicas com relação à Educação no Brasil, considerando-as em milhões de cruzeiros. De 1961 a 1964, a percentagem dos gastos federais com o ensino aumentou de 593%, representando 148,25% ao ano. Enquanto isto, tais gastos se elevaram de 47%, do último ano do governo de Juscelino Kubitschek (1960) ao início da gestão de Jânio Quadros (1961). Do ponto de vista dos Estados brasileiros, de 1961 a 1964, as despesas com o ensino atingiram 331,5%, significando 82,87% ao ano. Note-se, porém, que a passagem da administração juscelinista para a administração janista, de 1960 a 1961, acarretou apenas a subida de 59,5% naquelas despesas estaduais. A respeito dos Municípios brasileiros, de 1961 a 1964, os gastos com o ensino saltaram para 355%, expressando 88,75% ao ano. Entre 1960 e 1961, ao findar a era juscelinista, fixara-se apenas em 38,5% naqueles gastos municipais. Na realidade, as despesas com o ensino acompanhavam de perto o processo inflacionário, nas épocas de Jânio e de Jango.

O que acontecia com os alunos, ao longo de seus estudos? Vêm a propósito algumas palavras referentes aos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, quanto aos alunos inscritos no ensino primário (comum e supletivo) e às possibilidades de seguirem em frente nas suas atividades escolares, até ingressarem no curso superior (graduação e pós-graduação). Por exemplo: no ano de 1962, 7.426.348 alunos matriculados no ensino primário (comum e supletivo) deixaram as escolas, constituindo 83% do corpo discente. O processo de exclusão nas atividades educativas do Brasil assumia caráter mais rígido em outras etapas: no mesmo ano de 1962, 1.405.342 alunos matriculados no ensino médio abandonaram os cursos, significando 92,8% dos estudantes. Unicamente 110.492 alunos matriculados no ensino superior (graduação e pós-graduação) percorreram os caminhos da Universidade. Aliás, o ensino superior voltava-se somente em parte para a orientação traçada por ambos os Presidentes da República. As matrículas nos cursos superiores, durante os princípios da administração janista e da administração janguista (1961 e 1962), comprovaram maior procura em poucas áreas, incluindo as ditas técnicas e científicas (Administração pública e privada; estatística; filosofia, ciências e letras; ciências econômicas, contábeis e atuariais). Em iguais anos, as matrículas em determinadas áreas dos cursos superiores apresentavam crescimento irrelevante (como em medicina e em veterinária), tendo até mesmo conservação do número de matrículas (como em odontologia) ou diminuição delas (como em engenharia civil, em engenharia especializada e em farmácia).

Para aclarar melhor o panorama da Educação brasileira, não deve ser esquecida a relação professor/aluno nos diferentes níveis escolares. O caso de 1962 é ilustrativo. Neste ano, no ensino primário havia 31 alunos para cada professor. No ensino médio, cada professor cuidava de 14,2 alunos e, no ensino superior, ele se dedicava a 4 alunos. Ocorrera, sem dúvida, queda na relação professor/aluno no ensino primário e no ensino superior, na comparação entre 1960 e 1962. De fato, em 1962 se manifestou decréscimo na relação professor/aluno, exceto no ensino médio. Aí, de 12,4 alunos por professor em 1960 passou para 14,2 estudantes de nível médio, em 1962. Outro aspecto fundamental para a Educação encontra-se na maior instru

ção do corpo docente do primário. Em 1962, 57% dos professores tinham feito escola normal e 43% deles não possuíam tal preparo. Em dois anos acontecera pequena alteração, pois em 1960 (no final do governo juscelinista) somente 54% estavam em condições de trabalhar no ensino primário.

Em meio ao governo de Jânio Quadros, publicou-se um Decreto, pelo qual as empresas industriais, comerciais ou agrícolas, com mais de 100 empregados, estavam obrigadas a cumprir norma constitucional, fornecendo escola primária gratuita a seus trabalhadores e a seus filhos. A punição às firmas transgressoras consistia em proibi-las de negociar, de participar de concorrências ou de pedir auxílio, no campo da administração federal. O cumprimento do referido Decreto dar-se-ia por meio da manutenção de escola pela empresa, a través de custeio particular de escolas pertencentes ao poder público, ou ainda pela concessão de bolsas de estudos por parte das firmas.

Já no governo de João Goulart, sobressaiu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela na realidade não trouxe marcantes inovações; quando muito conservou o que existia, se não piorou a situação educacional em certos pontos. Quanto aos fins da Educação, a Lei os apresentava de maneira tão geral, que em si mesmos eram incontestáveis. O esquema de ensino seguia a orientação brasileira no ramo. De início, o ensino pré-primário, depois viria o ensino primário de 4 anos, para então o aluno ingressar no ensino médio (com dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos). Como consagração derradeira, o estudante alcançava o ensino superior. Havia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional outros aspectos relevantes: o Estado conseguiu manter seu direito de inspecionar as escolas particulares, para efeito de reconhecimento; o currículo tornou-se um pouco flexível (o que enfim deu na mesma de antes, pois faltaram recursos materiais e humanos); a obrigatoriedade escolar do ensino primário permaneceu, embora um parágrafo de Lei praticamente a anulasse. As ditas "Diretrizes e Bases" transformaram ainda o Conselho Federal de Educação e os demais Conselhos Estaduais em responsáveis pela distribuição de bolsas de estudo e pelo financiamento

para os vários graus de ensino. Nestes Conselhos, os representantes da iniciativa privada no ensino ocuparam o espaço necessário para manipular os fundos públicos, conforme seus objetivos. Também no período de Goulart, com a mobilização das massas populares, abriu possibilidade de realizar trabalhos de educação popular, como nos casos do MEB (Movimento de Educação de Base), dos CPCs da UNE (Centros Populares de Cultura) e do Movimento de Cultura Popular do Recife, cujas experiências apareceram no Plano Nacional de Alfabetização daquele momento.

Em essência, a Educação no Brasil preservou a tradição originária dos governos anteriores. E, alardeando-se tanto neste setor, apenas se edificou um casebre, em lugar de construir-se um castelo. Até cultivou-se determinadas ilusões sedutoras, no que concerne à ação educativa. Porém, a Jânio e a Jango restou a capacidade de gerar constante crescimento nas despesas públicas a respeito da Educação no Brasil. Tal aumento dos gastos sucedeu a níveis federal, estadual e municipal. É bom dizer que tal fato significativo não teve a força de provocar mudanças irreversíveis na área. O processo de exclusão no ensino brasileiro continuou sua fatídica obra de condenar à ignorância a maioria da população do País. Em 1962, houve a evasão de 7.426.348 alunos matriculados no ensino primário; 1.405.342 alunos matriculados no ensino médio deixaram as escolas; somente 110.492 alunos matriculados fizeram a Universidade. Em termos de matrículas iniciais no ensino primário, o palavrório dos Presidentes da República nada explicavam da realidade, mesmo quando tratavam da luta contra o analfabetismo e da ampliação da rede escolar. Também em 1962, revelou-se diminuição na relação professor/aluno nos ensinos primários e superior, e não no ensino médio. Por outro lado, é importante notar a maior instrução do corpo docente do primário (43).

(43) Cf. Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., outubro de 1966, pp. 63, 71; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., fevereiro de 1964, p. 52; Berger, Manfredo - Educação e Dependência. Porto Alegre/São Paulo, Difel, 1976, p. 192; "Sanções a Empresa que não mantiver Escola gratuita". O Estado de S. Paulo, 8 de abril de 1961; Romanelli, Otaíza de O. - História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1978, pp. 180, 181, 182; Manfredi, Silvia M. - Política: Educação Popular. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978, p. 37.

O quadro da Educação não apenas desanimava, como ainda reproduzia polêmica e críticas ligadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A imprensa da época concedeu espaço para retratar a difícil situação criada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e também para divulgar o regresso da Campanha pela Escola Pública. Em setembro de 1962, estava pronto o Plano Nacional de Educação, nascido de prescrição contida na Lei de Diretrizes e Bases. Tal Plano deveria concretizar-se em 8 anos, sendo criados simultaneamente projetos educacionais vinculados aos fundos nacionais de ensinos primário, médio e superior, projetos estes a cargo do Conselho Federal de Educação. As metas quantitativas do Plano Nacional de Educação apresentavam-se do modo seguinte:

- "a) ensino primário, matrícula até a quarta série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade; e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos;
- b) ensino médio, matrícula de 30% da população escolar de 11, 12 e 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginasial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginasial; e matrícula de 30% da população de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial;
- c) ensino superior, expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial".

As metas qualitativas do Plano Nacional de Educação giravam em torno do que segue:

- "a) além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial;
- b) as duas últimas séries, pelo menos, do curso primário (5a. e 6a. séries) deverão oferecer dia completo de atividades escolares e incluir no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais;
- c) o ensino médio deverá incluir em seu programa o estudo dirigido e estender o dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e práticas educativas;
- d) o ensino superior deverá contar pelo menos com 30% de professores e alunos de tempo integral".

Cumpra informar que o Plano Nacional de Educação seguia o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que obrigava o governo federal a investir no mínimo de 12% de sua receita de impostos, no funcionamento e na expansão do ensino. Desta percentagem, se nutririam os fundos nacionais do ensino primário, médio e superior. O processo histórico no Brasil tem sido impiedoso com os planos em geral, para o País inteiro ou para setores. Na verdade, tais planos ficam distantes da realidade, quando ficam distantes de alguma coisa. Por vezes, somente levitam, causando transtornos aos tecnocratas que precisam desconversar, ou então, os profissionais de boa vontade vêem seus planos desmoronarem-se, conforme aconteceu com o Plano Nacional de Educação. As duras críticas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mantiveram-se mais ou menos constantes. Nas censuras à Lei, procurou-se demonstrar o "soberano desprezo diante do destino da Democracia no País, da educação popular e do desenvolvimento da instrução pública", da parte do Presidente Goulart e de seu Ministro da Educação e Cultura, Oliveira Brito. Na análise da aludida Lei, descobriam-se o predomínio da vontade da Igreja Católica e dos anseios dos donos de escolas particulares.

Outros reparos se puseram à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024, de dezembro de 1961). Por exemplo: enquanto ela tratava generica e flexivelmente de exames, apenas encobria a ditadura do mestre. De fato, a Lei outorgava-lhe as chamadas "notas de aplicação", permitia-lhe "a liberdade de formulação das questões" nas avaliações e dotava-o de "autoridade" na atribuição de notas. Salta à vista a imperfeição central das "Diretrizes e Bases": simplificava o ensino, tornando-o fonte de preciosismos e representando a dornos de um espírito ilustrado. A Lei não queria saber do ensino dirigido aos "duros problemas da vida", nem importava-se com o estudo "do destino social dos homens". Lançava-se fora o problema da qualidade do ensino, presente nas escolas brasileiras, como se bastasse unicamente combater o analfabetismo. Enfim, merecem registro as conclusões da Primeira Convenção Operária em Defesa da Escola Pública. Para esta Convenção Operária, bem distante da promulgação do projeto, a

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional "não atende às necessidades da educação popular", pois "favorece os interesses mercantis do ensino particular e as camadas privilegiadas da população brasileira". Além do mais, de acordo com os convencionais, teriam os "donos dos estabelecimentos particulares de ensino o direito de intervir diretamente na organização, administração e direção do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação..." Acabavam por denunciar que "essas medidas ameaçam, direta e indiretamente, a existência e o desenvolvimento do sistema público de ensino..." (44).

Percorrendo as propostas janistas e janguistas, visando a aliviar as duras condições humanas no Brasil, devem-se examinar as idéias e a atuação de Jânio Quadros e de João Goulart, no que diz respeito à Saúde Pública. Pouco se encontra sobre Saúde Pública nos pronunciamentos janistas, durante sua curta administração. Apenas por ocasião do "balanço do primeiro semestre de seu governo", já às vésperas da renúncia, é que o Presidente Quadros mencionou algumas providências, relativas ao combate às endemias e à criação de unidades sanitárias. Com a substituição de Jânio, Goulart interessou-se mais pelo assunto, falando da má utilização de "fabulosas somas" aplicadas na produção e na manutenção de armamentos, que punham de lado as carências dos serviços de saúde, da educação, evitando criar o bem-estar dos povos. Especialmente no ano de 1963, o Presidente da República concentrou-se mais nos problemas de Saúde Pública. Assim, no princípio de 1963, Jango alegava que o Plano Nacional de Educação e de Saúde procuraria ofertar a todos instrução e cultura e, ao mesmo tempo, condições físicas para o trabalho. A Mensagem ao Congresso Nacional, enviada por Goulart em 1963, trouxe relato das mais importantes resoluções no setor de Saúde Pública.

(44) "Lei de Diretrizes e Bases em Execução". Correio da Manhã, 22 de setembro de 1962; "O Ministro apresentou ontem na Reunião do Conselho o Plano Nacional de Educação". O Estado de S. Paulo, 11 de outubro de 1962; Almeida Junior, A. - "Reparos à Lei 4.024, de 27.12.61." O Estado de S. Paulo, 4 de fevereiro de 1962; Fernandes, Florestan - "Diretrizes e Bases: a Sanção do Presidente". O Estado de S. Paulo, 28 de dezembro de 1961; Fernandes, Florestan - "O Trabalhador e o Projeto de Diretrizes e Bases". O Estado de S. Paulo, 28 de fevereiro de 1961; "I Convenção Operária em Defesa da Escola Pública". O Estado de S. Paulo, 19 de fevereiro de 1961.

A ação governamental de Jango acompanhava certas diretrizes gerais: 1) ampliação da assistência médica aos centros rurais; 2) providências preventivas na busca do controle e erradicação de enfermidades endêmicas; 3) medidas para sanear o meio, instalando-se novos serviços de água e esgoto, remoção de lixo e melhoria habitacional; 4) atenção especial à Campanha de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância; 5) reestruturação do Ministério da Saúde, reorganizando e unificando suas atividades.

Para o ano de 1963, a ação governamental de Jango colocava-se fins imediatos: a) racionalizar a construção e funcionamento de unidades sanitárias, principalmente no Norte e Nordeste; b) desenvolvimento da assistência hospitalar; c) entrosamento do Ministério da Saúde com os planos assistenciais da Previdência Social e órgãos que cuidam dos projetos de desenvolvimento regional; d) levantamento da situação do abastecimento de águas nas cidades; e) incentivo às campanhas contra diversas doenças contagiosas ou endêmicas; f) organizar o combate ao câncer através da prevenção; g) maior rigor na luta contra a tuberculose, intensificando o uso da quimioterapia; h) ampliar a luta contra a lepra, baseada na ação dispensarial; i) reaparelhamento do Serviço Federal de Bioestatística e o Serviço de Estatística da Saúde... (45).

Sem dúvida, as pretensões na área da Saúde Pública figuravam como algo volumoso. Poderia Goulart fazer tanto em tão pouco tempo? Das diretrizes gerais do governo, além das medidas urgentes de Saúde Pública, o Presidente da República incluía providência mais ampla, como saneamento do meio, estabelecendo novos serviços de água e de esgoto, remoção de lixo e melhoria habitacional. Ora, considerando-se apenas este ponto, era evidente o entrosamento de várias instituições públicas. Haveria verba para tanto? Dos fins imediatos da Saúde Pública, traçados para 1963, destacava-se a confiança gover

(45) Quadros, Jânio - "Quadros apresenta o balanço do primeiro semestre de seu Governo". O Estado de S. Paulo, 23 de agosto de 1961; Goulart, João - "Oração do Presidente da República no Dia da Constituição". O Estado de S. Paulo, 19 de setembro de 1961; Goulart, João - "Goulart diz que deterá a inflação e que 63 marcará o fim da crise". O Estado de S. Paulo, 19 de janeiro de 1963; Goulart, João - "Súmula da Mensagem do Presidente ao Novo Congresso". O Estado de S. Paulo, 16 de março de 1963.

namental nas campanhas contra doenças contagiosas ou endêmicas, contra o câncer, contra a tuberculose e contra a lepra. O restante reduzia-se a deliberações de cunho burocrático e de pesquisa.

São de extrema valia determinados informes, trazidos por Wilson Fadul, último Ministro da Saúde da gestão de João Goulart. Ele permaneceu no cargo apenas 10 meses, mas fornece visão bem direta das questões de Saúde Pública. A princípio, Wilson Fadul aludiu à sua decisão de estabelecer "um controle prévio dos preços dessas matérias que chegavam a um superfaturamento de 2.000%", disciplinando assim as manobras das indústrias farmacêuticas. E mais: o Ministro da Saúde obrigava a fixação do preço do remédio na embalagem, exigindo também que as empresas farmacêuticas lhe enviassem a análise de custo do produto. Para Fadul, o município deveria constituir-se em órgão de saúde, mas em sua época somente 2.100 municípios possuíam tais serviços, num total de 3.677 municípios brasileiros. Merece atenção a maneira de Wilson Fadul conceber a relação entre Estado e Saúde Pública:

"Há certas atividades que o Estado é obrigado a realizar, mesmo com prejuízo. A saúde é uma delas. (...) A saúde também deve ser um desses setores, onde as despesas correm por conta da comunidade".

O Ministro da Saúde manifestava-se a favor do direito dos doentes receberem o atendimento concedido pelo Estado. Porém, o funcionamento real das instituições médicas restringia-se a gerar uma profusão de metas, embora sem planejamento no setor. De 1960 a 1964, não se definiu o Plano Nacional de Saúde, nem mesmo planos regionais. Só existia o Programa Integrado de Saúde, de inspiração internacional, dirigindo-se sobretudo para o Nordeste. Tal Programa Integrado de Saúde consistia numa contribuição da Aliança para o Progresso. Por outro lado, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP, depois FSESP), já com grande experiência e organização, apresentava programação inadequada, por querer sanar problemas, cujas soluções independiam de sua atuação.

Na oportunidade da realização da III Conferência Nacional de Saúde, em dezembro de 1963, pela primeira vez as propostas de campanhas de saúde pública tiveram pouca aprovação, sendo superadas pelas propostas de "serviços permanentes de saúde pública". Na abertura da III Conferência, o Presidente João Goulart pregava a racionalização dos recursos enviados à Saúde Pública:

"O investimento público no setor saúde torna-se um desperdício de recursos quando empregado em serviços especializados e de elevado custo, satisfazendo a pequeno número de pessoas, e no mais das vezes representando a transferência para o Tesouro de despesas que deviam correr por conta daqueles que realmente usam tais serviços".

Naturalmente, no presente caso, Goulart apelava principalmente para o planejamento na área. Tal área já contava com o Código Nacional de Saúde (Decreto 49.974), desde janeiro de 1961, mas carecia de planos eficientes. Apesar do estímulo dado pelo Presidente Goulart e pelo seu Ministro Fadul, em benefício da assistência pública ao doente, outras vozes e interesses ecoaram em oposição a este direito. Veja-se o caso da Associação Médica Brasileira (AMB). Entendendo erroneamente o ato de socializar, mesmo assim no início de 1963, esta Associação colocava como sua posição oficial a socialização da medicina. Para a Associação Médica Brasileira (AMB), tal socialização resumia-se num "sistema através do qual se assegure a todos, da maneira mais ampla que for possibilitada pelas condições do País, a prestação de assistência médica...". É sabido que socialização da medicina não é só isto, do mesmo modo que não se conhece bem o significado de "sistema". Porém, talvez os enganos não tenham sido involuntários. Afinal, nos idos de 1964, a Associação Médica Brasileira esclarecia todas as dúvidas, ao afirmar que "tem manifestado a posição da classe contra a estatização, sobretudo no que concerne aos médicos". E acrescentava: "A AMB vem-se pronunciando contra o progressivo empreguismo na assistência médica e a favor da livre escolha do médico pelo paciente". Finalmente, a Associação deixava consignado que "são incontá

veis as contribuições da indústria farmacêutica ao incremento da produtividade médico-assistencial". A bem da verdade, não eram pequenos, nem poucos, os empecilhos lançados contra as metas do Presidente Goulart e do Ministro Fadul, no campo da Saúde Pública.

Os períodos da administração de Jânio Quadros e de João Goulart registraram diminuto crescimento dos gastos federais com Saúde Pública, se comparados com as despesas totais do País. O nível mais baixo dos gastos federais nesta área aconteceu em 1961 (ano do qual participou o governo de Jânio), fixando-se em 2,4% das despesas gerais. Em seguida, a percentagem elevou-se para 3,9% (nos anos de 1962 e 1963), atingindo 4,7% dos gastos federais com Saúde Pública (em 1964), sempre em relação às despesas totais. Os gastos municipais com a Saúde Pública também foram pouco animadores, ficando em 4,0% em 1961, em 1963 e em 1964, indicando mínima queda para 3,9% em 1962, na comparação destes anos com as despesas totais dos municípios. Os gastos estaduais com Saúde Pública, no entanto, não acompanharam as tendências dos governos federal e municipais. Os Estados brasileiros mantiveram seus gastos com Saúde Pública bem acima da esfera federal e municipal, ao confrontar-se com as despesas gerais. Já em 1961 apontava a percentagem de 6,6%, subindo depois para 6,8% em 1962 e para 7,1% em 1963. Assim, somente em 1964 houve queda para 6,9% dos gastos com a Saúde Pública, em referência às despesas gerais dos Estados.

Quais foram então os resultados do mesquinho aumento das despesas federais com a Saúde Pública, da inércia financeira dos municípios, bem como da pequena superioridade das inversões de recursos por parte dos Estados? Antes de mais nada, se imagine que a vida média no Brasil de 1961 era de 54,8 anos para quem não chegara a um ano de idade; era de 38,5 anos para quem atingira 30 anos de idade; e era de 30,6 anos para quem tinha 40 anos (46). Imagine-se ainda que em

(46) Fadul, Wilson - "Minha Política Nacional de Saúde". Saúde de em Debate-7/8. São Paulo, Cebes, 1978, pp. 67, 70 a 75; Cf. Luz, Madel T. - As Instituições Médicas no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, pp. 88, 93, 101, 102, 106, 109, 111; "Editorial". Revista da AMB. São Paulo, Associação Médica Brasileira, nºs 1/2, vol. 9, janeiro/fevereiro de 1963; "Editorial". Revista da AMB. São Paulo, Associação Médica Brasileira, nºs 3/4, vol. 12, março-abril de 1964; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1966, pp. 97, 101.

1964, existiam 2.089 municípios brasileiros sem médico. A fim de construir-se quadro mais completo da situação de Saúde Pública no Brasil, note-se que em São Paulo ocorria 60,2 crianças mortas em cada mil nascidas vivas em 1961, enquanto em 1964 se verificou maior incidência de crianças mortas, pois se comprovou naquela cidade a relação de 67,8 por mil nascidas vivas. Ainda em relação à mortalidade infantil, é preciso examinar o que se passava também nas capitais brasileiras, entre 1961 e 1963. De 21 capitais, 9 delas apresentavam coeficiente de mortalidade infantil que ficava por volta de 100 a 200 crianças mortas até um ano de idade, a cada 1.000 nascidas vivas. Na verdade, naqueles anos tal coeficiente alcançava a indigna faixa de mais de 200 crianças mortas, alcançando 300 mortes até um ano de idade, por 1.000 nascidas vivas, em 5 capitais. Apenas 7 capitais do Brasil revelavam coeficiente de mortalidade infantil, até um ano de idade, que se punha abaixo de 100 mortes por 1.000 nascidas vivas.

Certamente, estes informes alarmam e demonstram o pouco respeito à vida humana, a despeito da tagarelice generalizada. Nas administrações de Jânio Quadros e de João Goulart, às vezes houve aumento da ocorrência de moléstias. Por exemplo, os casos de tuberculose inscritos anualmente nos dispensários das capitais, a cada 100.000 habitantes, passaram de 169,8 em 1961, para 181,9 em 1963. O ano de 1964 registrou queda para 163,4 casos de tuberculose, mostrando relativa recuperação. Na luta contra a doença de Chagas, continuou-se o expurgo domiciliar com BHC realizado pelo Ministério da Saúde. De 1961 a 1964, foram expurgadas mais de 2 milhões de casas. Quanto ao combate contra a malária, se constataram diminuições dos coeficientes de mortalidade por esta doença em algumas capitais. Assim, entre 1960 e 1965, em Manaus houve queda de aproximadamente 4,2%, ao passo que em Salvador o coeficiente de mortalidade por malária manteve-se no mesmo nível de antes. Já em Belém e em São Luiz, na mesma época, apontou-se subida dos coeficientes de mortalidade por malária, respectivamente de 3,6% e de 2,0%.

Portanto, como se deu com a Educação, ainda aqui neste setor da política social, o janismo e o janguismo

escolheram a intervenção mais setorial, conforme as carências da Saúde Pública. Os recursos financeiros eram escassos, e uma publicação de 1963 divulgou que o Ministério da Saúde possuía CR\$ 400,00 para cuidar da saúde de cada brasileiro (47). Não sucedeu, de fato, aquele conjunto de providências capazes de transformar as cruéis condições de Saúde Pública no País. Soluções meramente isoladas surgem ainda na Previdência e Assistência Social, bem como na Habitação Popular. Conforme se viu anteriormente, também aqui não houve lugar para mudanças amplas, que tocassem as bases da política social. As chamadas reformas de base, defendidas por Goulart, pouco se realizaram; e as decisões janguistas perdiam-se em casos particulares, merecedores de pronta atenção, acaso existentes no âmbito da política social. Apesar de já mencionado em outras ocasiões, também aqui é importante lembrar que a Previdência e a Assistência Social sobretudo se concentravam no atendimento individual. A Saúde Pública agia em função do controle de certos malefícios, que atingiam a coletividade.

Em se tratando da Previdência Social, não se encontraram grandes menções dirigidas a este assunto. Não parece ser aquilo que suscitasse maiores pronunciamentos do Presidente Jânio Quadros. Dentro de seu estilo pessoal, considere-se um exemplo da administração janista, a respeito da Previdência Social. Em meio a vários despachos com o Ministro do Trabalho e Previdência Social, o Presidente Quadros solicitava a "relação dos maiores devedores da Previdência Social, inclusive tesouro nacional, concessionária de serviços públicos e empresas privadas de qualquer natureza, com a indicação dos respectivos montantes". Tratava-se de deliberação que se encaixava perfeitamente na fase das sindicâncias janistas, provocada pelo moralizante furor presidencial. Na gestão de Goulart, ao referir-se à Previdência Social, a finalidade era outra. Já

(47) Cf. Mello, Carlos G. de - Saúde e Assistência Médica no Brasil. São Paulo, Cebes-Hucitec, 1977, p. 107; Cupertino, Fausto - População e Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp. 39, 79; Guimarães, Reinaldo (org.) - Saúde e Medicina no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978, pp. 47, 68, 79; Kaltman, Hélio - "Para o Governo Saúde de cada brasileiro só vale 400 cruzeiros". Jornal do Brasil, 13 de outubro de 1963.

neste caso, se buscava a demonstração dos serviços prestados, distinguindo-se as inovações futuras. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente Goulart demonstrava que o ano de 1962 representou o momento de inauguração da Lei Orgânica da Previdência Social, na qual o governo federal investiu 27 bilhões de cruzeiros. Ele dizia ainda que, neste mesmo ano, os Institutos de Aposentadoria e Pensões tiveram uma despesa de 118 bilhões de cruzeiros com benefícios.

Mas a Mensagem ao Congresso Nacional, remetida por Jango em 1963, ainda prometia "medidas complementares da Lei Orgânica de Previdência Social", tais como expedição do Regimento Único dos serviços dos Institutos; aprovação de várias normas complementares na faixa atuarial; implantação nos Institutos do sistema de descentralização administrativa. Do mesmo modo como acontecia em outras áreas da política social, também aqui o trabalhismo janguista intervinha como elemento de mobilização popular.

"A Lei Orgânica da Previdência Social será regulamentada imediatamente dentro desse espírito de criar um tipo de aposentadoria especial para aqueles que vivem em trabalhos insalubres, para aqueles que têm a sua saúde e as suas energias reduzidas em virtude das más condições de trabalho".

Dentro do âmbito da Assistência Social, o Presidente Jânio Quadros aludiu ao tema, de maneira geral. Em entrevista à imprensa, foi levado a anunciar suas idéias sobre a infância abandonada. Certamente, o governo encarava tal questão:

"Afirmo que o assunto está sendo estudado cuidadosamente. Já surgiu um grave tropeço: é o financeiro, de maneira que procuramos uma forma de obter recursos para uma larga obra de assistência, não apenas moral, não apenas educacional, mas especificamente profissional". (48)

(48) Quadros, Jânio - "O Presidente da República divulga sumulas de despachos". O Estado de S. Paulo, 3 de fevereiro de 1961; Goulart, João - "Em Mensagem remetida ao Congresso, Governo analisa problemas nacionais". Correio da Manhã, 16 de março de 1963; Goulart, João - "Falando aos dirigentes sindicais, JG insistiu nas reformas". Diário Popular. 6 de fevereiro de 1964; Quadros, Jânio - "A íntegra da entrevista do Presidente"

Mais não disse Jânio a respeito da Assistência Social, seja por falta de tempo, seja pelo desinteresse em concretizar alguma obra assistencial, talvez por estar sobretudo absorvido em investigar os desmandos acaso existentes. Com a administração de João Goulart, os problemas relativos à Assistência Social integravam o conjunto das reformas de base. Isto queria dizer que as atividades assistenciais se aliavam às transformações estruturais do Brasil. Sem elas, Goulart entendia que as instituições de Assistência Social serviam de paliativos, imprescindíveis na hora presente, mas de qualquer modo impotentes para vencer a pobreza da maioria do País. Quando muito para Jango, as instituições assistenciais cumpriam seu papel de atender os carentes dentro do possível, e neste caso continuavam as mesmas dos governos anteriores. Mas, com as reformas de base, tomariam outros rumos.

A área da Habitação Popular normalmente esteve ligada em parte à Previdência Social, na medida em que os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões construíam casas para vender aos seus associados, e não apenas para alugá-las. As Carteiras Imobiliárias, pertencentes aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, arcavam com o financiamento ou acabavam construindo as próprias residências. Havia outro caminho para obter-se a moradia. Era a Fundação da Casa Popular, cujos recursos provinham do recolhimento da taxa de 1% sobre as operações imobiliárias. Durante a Presidência de Jânio Quadros, além deste aparato destinado a edificar a casa popular, existia vasto programa habitacional. Segundo as palavras de Jânio, este vasto programa habitacional já estava sendo realizado. Dizia ele, de um lado, que remetera ao Congresso Nacional um projeto criando o Instituto de Habitação; de outro lado, que conseguira em Punta del Este 40 milhões de dólares, para imediata aplicação na casa popular.

Na gestão de Goulart, os projetos já eram outros, encaminhando a solução do "problema da casa própria para o trabalhador". Em 1963, ele reconhecia que o déficit de moradias girava em torno de 5 milhões de unidades. O Presidente da República atribuía a falta de residências à "inten-

sa fase de urbanização, ligada ao próprio processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira". Aliás, sua visão do problema habitacional tomava proporções mais largas, pois abrangia não somente os trabalhadores, como ainda "amplos setores da chamada classe média". Com a finalidade de remediar a carência de moradias, o governo federal traçou certas diretrizes. O planejamento governamental levaria em conta: a coordenação de recursos; a coordenação das atividades; a coordenação, o disciplinamento e o incremento da iniciativa privada; o apoio à construção civil; e estudos e pesquisas sobre residências. Ao mesmo tempo, o Presidente Goulart criava o Conselho Federal de Habitação, concedendo-lhe o papel de executor do planejamento governamental. Em 1964, a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional procurava mostrar serviço na área da Habitação Popular. Conforme a Mensagem, a Caixa Econômica Federal financiara 4.759 projetos de construção ou aquisições de casa própria. O IPASE teria investido na habitação para seus segurados, chegando a concluir 200 moradias, estando em princípio a edificação de outras 758 unidades. Quanto aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, se anotava o acréscimo de 49 bilhões ao orçamento de 1963, para investimentos imobiliários. Ora, não é difícil vislumbrar a distância entre as necessidades sociais e os recursos para sanar a falta de habitações populares. O que ficava então ao Presidente da República? Restava-lhe controlar através de decretos os aluguéis, como se isto viesse a ser o lenitivo do momento. (49)

Parece necessário avaliar a força de todas estas medidas relativas à Previdência e à Assistência Social, assim como à Habitação Popular. De início, se regressa a um tema nada original: a incapacidade do governo federal em realizar sua quota destinada ao sustento da Previdência Social. Tal incapacidade não decorria apenas da falta de recursos disponíveis, mas acima de tudo se originava do crescimento do número

(49) Quadros, Jânio - "Quadros apresenta o balanço do primeiro semestre de seu governo". O Estado de S. Paulo, 23 de agosto de 1961; Goulart, João - "Goulart propõe Emenda à Constituição para realizar as reformas". O Estado de S. Paulo, 3 de maio de 1962; Goulart, João - "Sumula da Mensagem do Presidente ao Novo Congresso". O Estado de S. Paulo, 16 de março de 1963; Goulart, João - "Goulart assina o Decreto que expropria Terras e a Encampação das Refinarias". O Estado de S. Paulo, 14 de março de 1964; Goulart, João - "Mensagem do Presidente da República ao Congresso". O Estado de S. Paulo, 17 de março de 1964.

de segurados e dos progressivos encargos aos poucos integrados na Legislação Social. O débito governamental com a Previdência atingia o montante de 101 bilhões de cruzeiros em 1960, isto sem levar em conta a dívida federal, a ser paga na qualidade de empregador. Apesar do débito mais ou menos constante por parte do governo federal, as Instituições de Previdência Social em 1964 apresentavam um saldo de CR\$ 251.835.000,00. De 6 principais Institutos de Aposentadoria e Pensões, apenas o IAPFESP e o IAPM exibiam déficit correspondente a menos da trigésima parte do saldo total. Estes mesmos Institutos de Aposentadoria e Pensões, ainda no ano de 1964, revelavam o índice de 111% de solvência. Apesar deste êxito financeiro, a Lei Orgânica da Previdência Social não vinha sendo cumprida, a respeito do estabelecimento das comunidades de serviço. Esta Lei previa a união de esforços e de recursos dos Institutos e Caixas, com a finalidade de constituir órgãos que atendessem a todos, as chamadas comunidades de serviço. Só em 1966 é que foram tentadas duas comunidades (dois hospitais), no Maranhão e em Minas Gerais.

Restam apontar ainda os limites de atendimento, fixados pela Lei Orgânica da Previdência Social de 1960. De acordo com ela, estavam excluídos de qualquer atenção pública os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. No governo de Goulart, houve a promulgação da Lei nº 4.214, de março de 1963, denominada "Estatuto do Trabalhador Rural".

Sobre ele, Fernando Ferrari regozijava-se: "Uma das reformas que mais me entusiasmaram e que mais me ocuparam nestes 15 anos é a que diz respeito à reestruturação da vida agrária brasileira. Sei, todavia, que o primeiro passo foi dado, porque irá à sanção, ainda esta semana, o nosso projeto de Lei nº 1.837, que provê sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e virá permitir a organização das massas rurais, mesmo com as imperfeições da lei, para que estas conquistem novas etapas na reforma agrária no Brasil".

O interessante, se não fosse também trágico, é o fato de que o Estatuto do Trabalhador Rural não passava de documento jurídico, sem meios financeiros e de outra espécie,

capazes de colocá-lo em pleno funcionamento. Criava-se o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", constituído com 1% do valor dos produtos agropecuários. Tal Fundo deveria ser recolhido pelo IAPI, ainda incumbido da prestação dos benefícios estabelecidos nesta Lei ao trabalhador rural e seus dependentes. É indiscutível que o Fundo não possuía arrecadação satisfatória para cumprir seus fins, e que muitas vezes ele se confundiu com o IAPI, embora a Lei os distinguísse. Em linhas gerais, entre 1960 e 1964, a Previdência Social deixou-se influenciar pela luta política. Os Institutos e Caixas passaram a ser controlados por líderes trabalhistas e nacionalistas, realmente defensores das reformas de base. Os velhos pelegos tinham sido afastados, ao menos em parte, da direção das instituições previdenciárias (50).

Finalmente, além do Estatuto do Trabalhador Rural, deve-se ao governo de João Goulart o estabelecimento do salário-família para o trabalhador urbano (Lei nº 4.266, de outubro de 1963), protegido pela CLT. Neste mesmo ano, Jango criou o Conselho Nacional de Política Salarial (Decreto nº 52.275), com o intento de regular a estratégia salarial dos órgãos públicos, de administração direta e indireta. De toda esta exposição, observa-se que tanto Jânio Quadros, quanto João Goulart, tomavam medidas predominantemente setoriais, particularizando a atuação pública na Educação, na Saúde Pública, na Previdência e Assistência Social. Medidas setoriais igualmente apareciam na área da Habitação Popular, cujas condições aos poucos se tornavam mais graves, de acordo com certos dados da época.

Em 1962, o Presidente Goulart assinou o Decreto nº 786, visando a concretizar um programa habitacional. Este programa exigia determinados requisitos: os empréstimos seriam no máximo iguais a 60 salário-mínimos; as prestações men

(50) Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., julho de 1961, p. 101; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., outubro de 1966, p. 86; Revista Previdência Social. número especial (depoimento, livro branco). Rio de Janeiro, INPS, 1968, item 3-31.2; Santos, Wanderley G. dos - Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, pp. 33, 34; Ferrari, Fernando - Eschavos da Terra. Porto Alegre, Ed. Globo, 1963, pp. 164, 209, 210; Malloy, James M. - "Previdência Social e Classe Operária no Brasil". Estudos CEBRAP 15. São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 128.

sais deveriam corresponder a 25% do salário do interessado; os juros eram de 6% ao ano. Estabelecia-se ainda um critério para conseguir-se o empréstimo; inicialmente, os que possuíam menor salário; depois os que tinham maior número de filhos; e em fim os que apresentavam mais tempo de contribuição previdenciária. Na realidade, o programa habitacional em 1962 não podia atingir mais de 80.000 beneficiados, em virtude dos requisitos exigidos. De qualquer maneira, o programa habitacional não chegava nem próximo das reais necessidades de moradias no Brasil. Em estudo feito no próprio ano de instalação do programa habitacional, ou seja, em 1962, o Brasil precisava de 8.000.000 de residências. A enorme carência de casas pressionava o valor dos aluguéis, tornando-os absurdos em algumas capitais. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 1960 a 1965, o aluguel de um quarto e sala subiu 1.465%. O problema da habitação, porém, não fazia apenas crescer os aluguéis, mas exigia vários serviços públicos, terrenos baratos, materiais de construção a baixo preço e ajuda técnica. Fora disto, para a massa popular sobrava a favela, onde no Rio de Janeiro moravam 1.069.000 pessoas em 1962, e 927.000 habitantes em 1964.

Em se considerando elementares e mínimas exigências técnicas e sanitárias, em 1962 se estimou a existência de 7.000.000 de moradias, para uma população brasileira calculada em 75.000.000 de pessoas. Goulart tentou atenuar o problema habitacional no País, chegando a elaborar um Plano Nacional de Habitação, para até levá-lo consigo em sua viagem nos Estados Unidos. Queria que o Plano Nacional de Habitação recebesse verbas disponíveis da "Aliança para o Progresso"; não despertou sequer qualquer atenção daquele País. Para ser sincero, de 1961 a 1964, nem se chegou perto da solução do problema habitacional, apesar das tentativas (51).

Esboçado este quadro, resta expor a conclusão do capítulo. Deve ser lembrado o significado do janiismo, baseado num líder autoritário, capaz de praticar a justiça, a co

(51) Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., julho de 1962, p. 81; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., junho de 1966, p. 66; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., setembro de 1965, pp. 81, 92; Serran, João R. - O IAB e a Política Habitacional Brasileira. São Paulo, Schema, Ed, 1976, p. 118; Tema 2. São Paulo, Grêmio da FAU, 1965 (Documento apresentado na I Jornada Nacional de Habitação, pp. 1 a 4).

meçar pela extinção dos privilégios. Para quem Jânio Quadros falava? De um lado, ele deixava às claras a m^agoa da pequena burguesia. Mas não representava somente isto; Quadros, por outro lado, assumia a auréola do carisma, tão a gosto das mas sas populares em seus momentos de irracionalismo diante do po der político. Para evidenciar estas manobras irracionaisistas, basta recordar que as massas trabalhadoras esperavam dele mu danças sócio-políticas, não mantendo visão mais ou menos cla ra de sua classe social. O estilo especial de Jânio Quadros, no exercício do poder, enfeitava-se com o tom moralizante e a concretização de intrincada política internacional. Aos des gostos da pequena burguesia e ao irracionalismo dos trabalha dores, ofertou uma política antiinflacionária que, enfim, vi nha prejudicá-los. Tudo em nome da precária situação finan ceira e cambial do País, e como se tal política significasse o único caminho a ser trilhado. Jânio Quadros naufragou no mar da impopularidade, que atingiu até seus partidários de primei ra hora. A sua resposta consistiu no ato autoritário da re núncia, cujos resultados tumultuaram o regime liberal-democrá tico, em plena vigência no Brasil.

Aos tropeços, e com muita tolerância, Goulart passou de Vice-Presidente a Presidente da República. Portou sempre uma ideologia mais ou menos definida. Referiu-se inva riavelmente a Getúlio Vargas, aos trabalhadores, à legalidade, às liberdades públicas, à democracia, à Constituição e sobre tudo às reformas de base. Embora por vezes se propagasse o contrário, o janguismo confiou bastante na legalidade. Como Jânio, João Goulart procurou vencer as inconsistências políti cas, econômicas e sociais, por meio da conciliação entre ideo logia nacionalista e capitalismo internacional. Mas é indis cutível que Jango defendeu mais intensamente a contenção do custo de vida, ao mesmo tempo em que colocava a emancipação e conômica como condição de derrota do subdesenvolvimento. Atra vés do Plano Trienal, tentou algumas vezes a estabilização e conômica e, seus insucessos neste campo, incentivaram-no na realização das reformas de base. Os eventos de 1964 elimina ram o projeto de reformas de base do período janguista, aca bando igualmente com a política de massas, presente até então

no Brasil. A verdade é que mesmo as reformas propostas por João Goulart, de resultados parciais e acanhados em termos de conquistas para os trabalhadores, conseguiram encontrar condições para pôr-se em prática.

A luta pelo poder e a política econômica foram fatores essenciais para a interrupção dos mandatos de Jânio Quadros e de João Goulart. A política social também sentiu os fracassos de ambos os Presidentes da República, apesar do apoio popular especialmente oferecido a Jango. Neste sentido, a política social dos dois governos reduziu-se a uma série de decisões predominantemente setoriais, particularizando a ação pública na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência e na Assistência Social. Não houve alteração de essência na política social, onde, ao contrário, predominaram o urgente e o atenuante. De fato, ocorreram providências desordenadas na maioria das ocasiões, em política social.

Alcançada esta fase do trabalho, passa-se agora para nova etapa. Nela, vai-se voltar a análise para o governo de Castelo Branco, sempre que possível avançando com algumas indicações.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO DE 1964 E AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

1. O MARECHAL NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASTELO BRANCO (E SUCESSORES)

Com o exílio de João Goulart, o cargo de Presidente da República foi entregue em 2 de abril ao Deputado Raniere Mazzilli. No dia 9 do mesmo mês, o denominado Supremo Comando Revolucionário (composto dos 3 ministros militares: General Arthur da Costa e Silva, Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e Vice-Almirante Augusto Homann Rademaker Grönewald) publicou o Ato Institucional nº 1. Este Ato dizia desde logo: a "revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte". Conquistada tal prerrogativa, eram mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais, com suas emendas. Em seguida, impunha-se a eleição do novo Presidente e do novo Vice-Presidente da República, pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Finalmente, o Ato Institucional se concedia o privilégio de retirar, de quem bem quisesse, os direitos políticos por 10 anos, inclusive cassando mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, sem qualquer exame judicial destas medidas. Merece atenção a passagem contida na justificativa do Ato Institucional nº 1:

"Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas".

O General Castelo Branco colocava-se como o candidato ideal. Desde setembro de 1963, ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército (cargo exclusivamente de natureza militar), já fazia críticas ao que designava de "reformadores oportunistas", atribuindo-lhes "uma ideologia ambígua". Não tardaram os pronunciamentos favoráveis à candidatura do General Castelo Branco, para vir a ocupar a Presidência da República. Os pronunciamentos pululavam, originados na Pontifícia Universidade Católica da Guanabara, na Associação Agropecuária da Zona de Araraquara, na União Cívica Feminina e em mais 26 entidades, nem sempre muito conhecidas até aquela hora. Houve inclusive mobilização da opinião pública, por meio do Conselho de Entidades Democráticas de São Paulo, em prol da "imediata eleição do presidente da República e indicando, como candidato único, o general Castelo Branco".

Conforme narrou Luís Viana Filho, Chefe da Casa Civil e Ministro da Justiça do governo castelista, a escolha do General não foi tão tranqüila. Sobre as reuniões havidas no Rio de Janeiro, Viana Filho esboça um panorama bem diverso do que vislumbrou o povo brasileiro.

Luís Viana Filho relatou então: "Carlos Lacerda que, à tarde, tivera no Guanabara reunião a que comparecera o general Moniz de Aragão, dizendo não haver para a Presidência senão o general Castelo, abriu o debate, afirmando desejarem os governadores uma definição de Costa e Silva sobre a sucessão. Não pôde concluir, pois este, interrompendo-o a cada passo, repisava a tese da inoportunidade da eleição, bem como da escolha de algum nome".

Ao fim, o Supremo Comando Revolucionário escolheu o General Castelo Branco para concorrer na eleição presidencial, e então o General Costa e Silva veio a anunciar sua preferência por ele. A partir daí, outra reunião apenas consagrou a indicação deste oficial. Ungido pela cúpula militar, pelos encontros com os Governadores e por tantos apelos dos grupos extasiados sobretudo da burguesia, o General Castelo Branco apresentou-se como candidato único. Em 11 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco elegeu-se para o cargo de Presidente da República, ficando José Maria Alkmin como Vice-Presidente. A vitória do Marechal deu-se pela

votação de 361 parlamentares, representativos de mais de dois terços dos membros do Congresso Nacional. O período presidencial de Castelo Branco iniciou-se em 15 de abril de 1964 e deveria encerrar-se, em princípio, no dia 31 de janeiro de 1966.

Tratava-se, no mínimo, de eleição muito peculiar para a época. O novo Presidente da República foi escolhido pelo Congresso Nacional. Mas o que significava tal Congresso? Era um Congresso Nacional já mutilado por cassações de mandatos e por suspensões de direitos políticos de seus componentes. Era um Congresso Nacional responsável pela aprovação de Lei, em menos de 12 horas, estabelecendo normas para a eleição indireta do Presidente e do Vice-Presidente da República. Era, enfim, um Congresso Nacional que inaugurava um comportamento político, aqui intitulado de eleição indireta, realizada com colégio eleitoral antecipadamente escolhido. Em linhas gerais, os sucessores de Castelo Branco na Presidência da República usufruíram desta desfigurada eleição indireta, onde nem de longe a oposição tinha oportunidade de sucesso. De fato, pelo mesmo processo eleitoral, saiu vitorioso o Marechal Arthur da Costa e Silva e, por igual trilha, o General Emílio Garrastazu Médici, o General Ernesto Geisel e o General João Baptista Figueiredo transformaram-se em Presidentes da República.

Castelo Branco transferiu o poder presidencial a Costa e Silva no dia 15 de março de 1967, bem depois da data que antes fixara. Impedido por doença, Costa e Silva não passou a Presidência da República a ninguém, nem mesmo a seu Vice-Presidente (Pedro Aleixo), tolhido por um golpe de Estado, dirigido pelos 3 ministros militares: Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza e Mello, Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Estes 3 militares promulgaram a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, dando outra redação à Constituição de 24 de janeiro de 1967. As diretrizes constitucionais legadas por Castelo Branco ao País já não satisfaziam, 2 anos depois, aos partidários do Movimento de 1964.

*Dizia a Emenda Constitucional nº 1, no Artigo 183:
"O mandato do Presidente e o do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, terminarão em 15 de março de 1974".*

Não resta dúvida de que o General Emílio Garrastazu Médici teve sua eleição ainda mais atribulada, galgando a Presidência da República em 30 de outubro de 1969, depois de ser indicado pelo Alto Comando do Exército e de receber a referência do Alto Comando das Forças Armadas. O ato derradeiro veio do Congresso Nacional, que acabou elegendo o General Médici pelo voto indireto de 293 deputados e senadores, com a abstenção de 76 partidários do MDB e com 9 ausências. O Presidente Médici foi fiel no prazo de seu mandato, entregou a Ernesto Geisel a Presidência da República em 15 de março de 1974. Nesse mesmo dia, no ano de 1979, o General João Baptista Figueiredo assumiu o cargo do Presidente da República, atribuindo ao exercício de seu mandato a continuidade do processo começado em 1964. Instituiu-se, portanto, ao longo dos anos uma tal eleição indireta onde jamais qualquer oposição pôde ter êxito, independentemente de sua seriedade e de sua honradez. Aliás, até Vice-Presidente passou por suspeito. E o povo brasileiro foi posto de lado na luta política, nas deliberações econômicas e na escolha dos serviços sociais, que de qualquer forma sabia reivindicar (1).

A partir de Castelo Branco, eclodiu inquestionável fervor pelas ditas eleições indiretas, apesar deste Presidente da República ter pretendido ir além delas. Sem dúvida, em outubro de 1965, Castelo Branco convocou o eleitorado de 11 Estados para a escolha dos seus Governadores, experimentando assim a eleição direta a nível estadual. Deste então, presidentes e governadores germinaram das eleições indiretas, on

(1) Branco, E.A. Castelo - "Castelo Branco toma posse no EME; Advertência aos Reformadores Oportunistas". O Estado de S. Paulo, 14 de setembro de 1963; "Cresce o Movimento Popular Pró-Candidatura do Gen. Castelo Branco". O Estado de S. Paulo, 7 de abril de 1964; "Sancionada Lei para eleger o Presidente". O Estado de S. Paulo, 8 de abril de 1964; "O Conselho de Entidades Democráticas de São Paulo apoia o Gen. Castelo Branco". O Estado de S. Paulo, 9 de abril de 1964; "O Gen. Castelo Branco é o Presidente". O Estado de S. Paulo, 12 de abril de 1964; Viana Filho, Luis - O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1975, 2a. ed., pp. 49, 52; Carneiro, Glauco - História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965, 2º vol., pp. 648, 649; Skidmore, Thomas E. - Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969, p. 372; Constituição da República Federativa do Brasil (Publicada no D.O. de 12 de maio de 1972).

de o vencedor nunca pertenceu à oposição ao governo. O exercício do voto popular foi reprimido. Apenas tem servido para apontar quais serão os deputados federais, os deputados estaduais, os senadores, os prefeitos e os vereadores. Porém, até aí há muitas exceções. Por exemplo: inúmeros prefeitos ainda são nomeados e, nos dias de hoje, muitos senadores exercem mandato por indicação presidencial. De fato, nas eleições de 1978, o Presidente Geisel limitou um pouco mais o direito de voto relativo aos senadores. Dividiu-os então em senadores eleitos por sufrágio e senadores escolhidos pela Presidência da República. É claro, longe está o sonho castelista de promover eleição direta para preencher o cargo de governador em 11 Estados, como sucedeu em outubro de 1965. Naquela época, testava-se a consulta popular a respeito da administração estadual, e o Presidente Castelo Branco cuidava de dar conselhos e de mostrar os perigos aos eleitores. Afirmava:

"Por isto mesmo, sem fugir ao que lhe competia fazer quanto ao afastamento dos inelegíveis, nos termos da lei de iniciativa da Revolução, o governo não interveio na escolha dos partidos. (...) Neste particular, podem estar tranquilos os revolucionários. Jamais admitiremos que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometer a continuidade da Revolução".

Até a atualidade, o percurso do Movimento de 1964 foi pontilhado por Atos Institucionais, por Atos Complementares, por Leis de Segurança Nacional e por Decretos secretos, satisfazendo as exigências dos influentes do momento. Tudo sugeriu que o processo sócio-histórico do Brasil já estava traçado por alguns, exigindo para tanto correções de ocasião, através de providências autoritárias, impingidas à população. As correções refizeram-se a cada passo da política brasileira, mostrando as contradições da atual fase da sociedade capitalista aqui implantada.

Veja-se o caso do Ato Institucional nº 2. Através dele, o Presidente Castelo Branco estendeu as cassações de mandatos e as suspensões de direitos políticos até o dia 15 de março de 1967, ou seja, até o final de sua gestão, explicando ao País que "na hipótese de ocorrer as condições estipuladas

nesse próprio ato, será possível que ainda outras cassações sejam determinadas"(2). Depois, em pleno governo do Presidente Costa e Silva, quando vigoravam a Constituição de 1967 e os novos partidos (Arena e MDB), editou-se o Ato Institucional nº 5. Isto significou que se recorreu a outro Ato Institucional, aniquilando-se as duas principais instituições políticas (os partidos: Arena e MDB; e a Constituição), geradas pelo próprio Movimento de 1964. Assim, em dezembro de 1968, com tal Ato, o Marechal Costa e Silva reconhecia que mesmo um Congresso Nacional bem vigiado não oferecia condições para o exercício do governo federal. Aliás, faltava ao Presidente o apoio político, restando-lhe por fim os duros recursos oferecidos pelas Forças Armadas.

Inegavelmente, os Poderes Legislativo e Judiciário atravessaram evidentes dificuldades no período compreendido entre 1964 e 1968. Mas, a partir do Ato Institucional nº 5, de 1968, a situação de ambos os Poderes tornou-se muito mais inquietante. O Congresso Nacional, por exemplo, teve de funcionar de acordo com normas nem sempre claras, que podiam ser alteradas a qualquer momento pelo Poder Executivo, munido de enormes prerrogativas (3). O chamado AI-5 nasceu com Costa e Silva, manteve-se ao longo das gestões de Médici e de Geisel. Este preferiu trocá-lo pelo Estado de Sítio, pelas medidas de emergência, pelo Estado de Emergência, nas reformas políticas de seu governo, com a finalidade de continuar a situação criada desde 1964. O Presidente Geisel esclareceu seu "projeto de reformas":

"Mas, além da extinção desses atos de exceção, o projeto de reformas inclui outros dispositivos. Ocupa-se em dar uma melhor comprovação que assegure a inviolabilidade dos membros do Poder Legislativo no exercício de suas funções. Ocupa-se com a organização e funcionamento dos partidos, possibilitando, em condições mais fáceis, a criação de novos

(2) Castelo Branco, H.A. - "Castelo Branco faz advertências". O Estado de S. Paulo, 19 de outubro de 1965; Castelo Branco, H.A. - "CB aceita o rompimento, não intervem, mas ficará alerta". Diário de S. Paulo, 23 de março de 1966.

(3) Stepan, Alfred - Os Militares na Política, Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975, pp. 189, 190, 191; Klein, Lúcia M. G. - A Nova Ordem Legal e a Redefinição das Bases de Legitimidade. Rio de Janeiro, IUPERJ, s/d, dissertação de mestrado, mimeo., p. 18. Ver também: "AI-5". O Estado de S. Paulo (Suplemento Especial), 13 de dezembro de 1978.

partidos, sem entretanto incorrer no grave inconveniente de permitir a proliferação de partidos pequenos, inexpressivos, cujos inconvenientes a nossa experiência passada tornou patente. Cria também - e isso em meu modo de ver é uma condição essencial - medidas que assegurem ao Estado condições para a sua defesa e a da sociedade. Ao lado da manutenção do tradicional Estado de Sítio, que figurou em todas as nossas Constituições republicanas, ele prevê outras situações, como sejam aquelas em que se podem adotar medidas de emergência ou decretar o Estado de Emergência para prontamente enfrentar situações que venham a perturbar a ordem e a paz social, ou que venham a impedir a eclosão de guerra ou de ações subversivas. (...) A Revolução continuará. Ela não se caracteriza pelas medidas de repressão que foram necessárias adotar contra a guerrilha, contra o terrorismo, e contra a subversão. O que caracteriza a nossa revolução é a extraordinária obra que se realizou neste país desde 1964" (4).

Lá pelos idos de 1964, o Presidente Castelo Branco apresentava sua ideologia política, destacando o respeito à Constituição, a defesa da democracia, a realização do bem-estar geral, a execução de reformas e a crença na autodeterminação dos povos. Este ideário, porém, aumentava com a sua confiança no desenvolvimento. A respeito da Constituição de 1946, Castelo Branco não deixou dúvidas de que iria cumpri-la, desde os primeiros momentos de sua posse, embora tenha mudado de idéia tempos depois.

Em 1964 afirmava: "Defenderei e cumprirei com honra a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei, com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com zelo."

Mas em 1967, ao finalizar sua gestão, falava das vantagens da mudança da Constituição de 1946:

"A nova Constituição coroa a alma da modernização institucional ao estabelecer regras para elaboração e votação do Orçamento, transformando o seu verdadeiro programa nacional de trabalho".

(4) Geisel, E. - "A Revolução Vai Continuar", Folha de S. Paulo, 24 de junho de 1978, p.4.

A Constituição de 1967 originou-se do Ato Institucional nº 4, apresentado pelo governo castelista, que invocava a necessidade de institucionalizar os ideais e princípios oriundos do Movimento de 1964. Conforme o Ato nº 4, esta Constituição garantiria a permanência da "obra revolucionária". Ao Congresso Nacional, já bastante depurado, coube somente a tarefa de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição oferecido pelo Presidente da República. Enquanto agia por meio de atos autoritários, o Chefe de Governo reiterava sua fé na democracia. Para ele o regresso do País à ordem democrática fez aparecer um outro ambiente. Havia, pois, "harmonia, tranquilidade e cooperação necessária à recuperação da vida nacional". Castelo Branco entendia que o processo de redemocratização crescera desde o dia 31 de março de 1964, indicando como provas disto "o funcionamento normal do Judiciário e do Legislativo, a liberdade de Imprensa e a liberdade sindical". Colocava-se o regime democrático como o remédio imprescindível no combate aos males brasileiros. Seguindo os preceitos democráticos, os operários conseguiriam justos e elevados salários. O Presidente da República recomendava, portanto, aquilo que chamava de "estrada da democracia", capaz de promover "a contínua e legítima ascensão dos trabalhadores". A propósito das massas assalariadas, o Movimento de 1964 procurou esclarecer sua posição. Segundo alegava Castelo Branco, nada existia contra os direitos dos trabalhadores, até levavam em conta a conservação e o aprimoramento da legislação social. E mais: prometiam-se "justas e legítimas conquistas do trabalhador", dinamizando-se a vida sindical. Para isto, o Ministério do Trabalho não mais cumpriria o papel de "empresário de cúpulas prepotentes e corruptas."

A questão da democracia no Brasil abrangia a realização de reformas de acordo com o pensamento presidencial. Para o governo castelista, era preciso "empreender logo, as reformas, evitando desta maneira a demagogia e a subversão em torno delas. Por exemplo: a reforma agrária tornar-se-ia viável, através do Estatuto da Terra, que definiria "o acesso à propriedade da terra, o financiamento da reforma, a execução e a administração de planos nacional e regionais." O Estatuto da Terra consistia num instrumento legal, com a força de ge-

rar o progresso rural do País, sem a presença do temor e do ódio. O Movimento de 1964 não deixava por menos: dava esperanças de um bom futuro para os brasileiros, a crer nas palavras do primeiro Presidente da República, Castelo Branco:

"Promoverei, sem desânimo nem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros e particularmente àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do País" (5)

O universo ideológico de Castelo Branco complementava-se com outros temas relativos à política externa. Tal política se inspirava nos "objetivos nacionais", visando ao fortalecimento do "poder nacional" e sobretudo dos meios necessários para "alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social". A política externa estava condicionada à existência de paz mundial, com o respeito ao princípio da autodeterminação dos povos. Ficava claro, porém, o alinhamento com as ditas "nações democráticas e livres". Aliado a elas, o Brasil assumia compromisso com a democracia representativa, devendo preservar e ativar "as históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas". Isto significava estabelecer nitidamente uma posição no conjunto das relações internacionais. Afinal, para o Presidente Castelo Branco, os acontecimentos de 1964 vieram deter "a marcha acelerada do País para um regime totalitário, qual seja o comunista ou comunizante". O Brasil, portanto, fincava raízes no chamado mundo ocidental, aprofundando suas relações com os grandes países capitalistas.

Por isso mesmo, Castelo Branco glorificava o desenvolvimento e a democracia. Em nome de ambos, fez-se o Movimento de 1964: "Foi para preservar essas duas grandes aspira-

(5) Constituição do Brasil - São Paulo, Ed. Saraiva, 1968, pp. 115-119; Castelo Branco, H.A. - O Estado de S. Paulo: "Pronunciamento do Presidente do Congresso" (16/4/1964); "A Entrevista do Presidente Castelo Branco" (16/5/1964); "Castelo Branco Define na ESAO a Diretriz das Forças Armadas" (5/7/1964); "Mensagem aos Trabalhadores do País" (3/5/1964); "Mensagem de Castelo ao Congresso" (2/3/1965) Castelo Branco, H.A. - "Íntegra do Discurso de Castelo Branco Perante o Ministério". Jornal do Brasil, 15 de março de 1967.

ções nacionais que o povo, com a decisiva colaboração das Forças Armadas, rompeu a ordem jurídica anterior". Na realidade, em termos de democracia, o Presidente da República ficou apenas nas palavras. No período compreendido entre 1965 e 1966, ele baixou 3 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares, 312 Decretos-Leis, 19.259 Decretos, além de 11 propostas de emendas constitucionais remetidas ao Congresso Nacional, excluindo-se o projeto de reforma global da Constituição. Durante o governo castelista, houve 3.747 atos punitivos, representando mais do que 3 atos punitivos por dia. (6)

O programa do governo de Costa e Silva igualmente repetia alguns pontos já bastante divulgados por Castelo Branco. Como este, Costa e Silva discorreu sobre o funcionamento da Constituição de 1967, sobre a importância da democracia, sobre a continuação do desenvolvimento, chamando também a atenção dos trabalhadores para suas novas conquistas. Acrescentava, porém, novo assunto: a batalha contra a burocracia. O segundo Presidente da República concebido pelo Movimento de 1964 considerava a nova Constituição como grande obra jurídica: ela "afirmou o princípio da autoridade e realizou sabiamente a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários". Dizia respeitar o Poder Legislativo, fiel representante do povo e responsável pela sua própria eleição. Na visão de Costa e Silva, seu governo se apoiava na compreensão da opinião pública, no incentivo oferecido pela base política e na garantia dada pelas Forças Armadas. Em sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional, manifestava regozijo pela situação política do Brasil:

"Os poderes da República funcionam em harmonia e independência perfeita, nenhum ato governamental foi praticado sem claro e seguro apoio na Constituição ou em lei ordinária, não houve atentados à liberdade individual e a imprensa não sofreu restrições de qualquer natureza, no livre exercí

(6) Castelo Branco, H.A. - *O Estado de S. Paulo* : "Pronunciamento do Presidente no Congresso" (16/4/1964); "A Entrevista do Presidente Castelo Branco" (16/5/1964); "Castelo Expõe as Normas da Política Externa do País" (1/8/1964); "Mensagem de Castelo ao Congresso" (2/3/1965); "Castelo Branco Ingressa na ARENA" (29/7/1966); Barbosa, Luís - "Vinte Mil Atos, Leis e Decretos em Três Anos". *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1967.

cio de sua missão democrática".

Pelas palavras presidenciais, tinha-se a impressão de que se exercitava um conjunto de princípios democráticos, sem saber-se bem a significação disto. Ora, Costa e Silva referia-se a "um governo para o povo no sentido mais profundo da expressão". Tempos depois, às vésperas de negar tudo quanto prometera, proclamava que "a maior vitória da nossa Revolução será, sem dúvida, chegar às soluções sem sair do regime democrático". Insistia, portanto, na conservação de uma democracia, a bem da verdade, discutível e fantasiosa. Note-se, por exemplo, as ofertas feitas aos trabalhadores. Tendo em vista medidas anti-inflacionárias, ele pretendia estender o sacrifício para todas as classes sociais e para o governo, impedindo injustiças e crueldades cometidas contra os assalariados. Se, de um lado, colocava os salários como causa de inflação, de outro, acenava com "incrementos salariais justos" e com participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, "através da produtividade". Daí, o Presidente da República cria atender os reclamos da massa trabalhadora, até por meios indiretos, como o fornecimento de bolsas de estudos.

O universo ideológico de Costa e Silva abrangia, entre outros temas, formulações relativas à política externa e ao desenvolvimento. Para ele, as relações internacionais do Brasil deveriam guiar-se de acordo com a expansão do desenvolvimento. Assim, levando-se em conta até mesmo as metas políticas e culturais, ganhava "força impositiva" a orientação da diplomacia brasileira para as questões econômicas. O desenvolvimento, portanto, destacava-se no ideário presidencial. Tratava-se segundo pensava Costa e Silva, de "um processo de crescimento, não apenas acelerado, mas, sobretudo, auto-sustentado". Evidentemente, tal desenvolvimento em nada se parecia com a proposta do nacionalismo econômico.

Costa e Silva explicava:

"O desenvolvimento nacional repousará, sobretudo, no esforço interno que deverá liderar o processo, sem prejuízo da absorção complementar de recursos externos".

As contradições do processo sócio-histórico do Brasil, mais uma vez, demonstraram que os interesses dominantes do capitalismo aqui encontravam forte oposição. O Presidente Costa e Silva veio a confessá-las no preâmbulo do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Tal preâmbulo, principalmente quanto à resistência dos grupos políticos e culturais, registrava: "os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para a sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la". De novo, o Poder Executivo pôde fechar o Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Pôde ainda decretar a intervenção federal nos Estados e Municípios, suspendendo funcionários civis e militares de suas funções e promovendo o confisco de bens ilicitamente adquiridos. Desapareceram as prerrogativas da magistratura e o "habeas corpus". Costa e Silva explicava este turbilhão repressivo através da "falência temporária do poder político", a qual retirou a sustentação do governo.

Por sinal, já no segundo semestre de 1967, o Presidente da República recebera 24.656 cartas, revelando queda no otimismo nacional e reivindicando controle do custo de vida, juntamente com aumento de salários. Nestas cartas havia perguntas sobre o andamento da reforma agrária, sobre os problemas da educação, sobre as deficiências do Banco Nacional de Habitação e da Previdência Social. Em fins de agosto de 1969, doente, Costa e Silva foi substituído pela Junta Militar, depois de afastado o Vice-Presidente da República (Pedro Aleixo). Ao Congresso Nacional coube a função de abrir suas portas para eleger o candidato indicado pelas Forças Armadas: General Emílio Garrastazu Médici (7)

-
- (7) Costa e Silva, A. - *O Estado de S. Paulo*: "Costa Anuncia Governo Para o Povo" (17/3/1967); "Costa Afirma Respeito às Liberdades Públicas" (2/3/1968); "Costa não Aceitou o Poder em 1964" (16/3/1968); "Costa: Reajustes sem a Inflação" (3/5/1968); "Costa Defende os Militares" (3/10/1968); "Costa Adverte e Repele o Desafio" (3/12/1968); "Costa Baixa o Ato Institucional nº 5" (14/12/1968); "Costa Expõe as Razões do Ato" (1/1/1969); Costa e Silva A. *Jornal da Tarde* - de *O Estado de S. Paulo*: "Costa: A Política Salarial Não Muda" (1/4/1969); *O Estado de S. Paulo*: "Cartas a Costa Revelam o País" (25/4/1968); *Jornal da Tarde*, de *O Estado de S. Paulo*: "Um Governo em Três Capítulos" (1/9/1969); "Muita Coisa Aconteceu Depois da Doença. Quem Não Se Lembra?" (18/12/1969).

Por ocasião de sua posse, o Presidente Médici leu um "credo", no qual entre outras coisas dizia:

"Homem da Lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional".

Na realidade, ele expunha sua ideologia por meio de proposições como esta, embora nem sempre primasse pela clareza. Aludiu à democracia, à justiça social, às reformas, ao desenvolvimento, dedicando-se ainda ao exame da situação dos trabalhadores. Acima de tudo, porém, defendeu o Ato Institucional nº 5. Acerca da democracia, cuidou de esclarecer que "esperava entregar o País em pleno regime democrático", ao fim de seu governo. Mas um tanto confusamente, ao mesmo tempo admitia sua incredulidade na plena democracia, apesar de combater em prol do regime democrático.

"A plena democracia é ideal que, se em algum lugar já se realizou, não foi certamente no Brasil. (...) Entre nós, não se pode, falar, com propriedade, em volta à plena democracia. (...) O que não se tolerará, porém, de maneira alguma, em qualquer hipótese, é que a luta partidária se arme com o propósito de subverter o regime democrático..."

Em outra oportunidade, novamente expressou idéias relativas à democracia:

"Insisto em dizer, no entanto, que, não sendo fim em si, a democracia é simples meio ou instrumento para que determinado fim se alcance"

(8)

De acordo com as palavras do Presidente Médici, ele defendeu na gestão Costa e Silva o uso de medidas fortes e imediatas, a fim de conter a oposição cada vez mais ampla na sociedade brasileira. Não haveria, portanto, durante seu governo, motivos para eliminar o AI-5, nada prejudicial "aos que se situam dentro dos quadros do regime, aceitando-lhe os postulados fundamentais".

(8) Médici, E.G. - *O Estado de S. Paulo*: "Médici: É Cedo Para Revogar o AI-5" (28/2/1970); "Médici Define a Democracia de Hoje" (31/10/1970).

O Presidente da República sustentava a necessidade da repressão, certo de que não se confundiriam inocentes com culpados. A repressão deveria ser "dura e implacável", "apenas contra o crime, e só contra os criminosos". E juntava: "Não puniremos inocentes por culpados". Poucas vezes se empregou tanta sinceridade na História Brasileira ! Já na fase final de sua administração, Médici confirmava ainda a necessidade de censurar manifestações de opinião. Em raros momentos, um Presidente da República assumiu a responsabilidade de propor ao País a aplicação da repressão e da censura. Além disto, ressaltava neste trágico quadro da vida brasileira a certeza do Chefe de Estado, a respeito de quem seria inocente e de quem seria culpado. Afinal de contas, o Direito construído pelos homens põe muita tolerância e cautela em tal distinção, a fim de evitar erros irrecuperáveis.

É preciso dizer, no entanto, que o Presidente Médici se remetia igualmente a outros pontos de seu programa. Apresentava a "Justiça Social" como um "jogo através do qual se fortalecerá na confiança e no apoio de toda a Nação". A sociedade do Brasil deveria responder favoravelmente à prática desta "justiça Social", conforme indicação presidencial. Neste sentido, no princípio de 1970, Médici se referia à reforma agrária, procurando dinamizá-la "nas áreas operacionais selecionadas", sem atingir as propriedades que cumprissem sua "função social". Os trabalhadores, por seu lado, continuariam enfrentando providências antiinflacionárias, tendo os seus salários relacionados com a produtividade. E mais: a massa trabalhadora obteria maior participação nos lucros das empresas. Inclusive o Presidente da República imaginava a transferência, através do imposto de renda, de "recursos das pessoas de rendimento mais alto para dotações destinadas a atender às necessidades coletivas".

Existia, pois, grande preocupação em demonstrar eficiência e desejo de servir. E isto de tal maneira, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) era visto como um passo a mais na emancipação do trabalhador:

"O empregado é livre na sua opção entre o regime de estabilidade e o regime do Fundo de Garantia. Não se justificaria qualquer coação para

que o empregado adote este ou aquele sistema, como não seria admissível que o regime do Fundo de Garantia provocasse a instabilidade no emprego". (9)

As chamadas conquistas do trabalhador brasileiro estavam condicionadas pela continuidade do desenvolvimento. Em sentido inverso, o desenvolvimento pouco valeria, sem a realização da justiça social. Médici não revelava aí nenhuma proposição original. Ao contrário, isto tudo representava quase sempre um ideário comum, repetido por vários governos. Também as críticas às "vantagens ilusórias", para o trabalhador, figuram como algo corriqueiro, já expostas inúmeras vezes. Seguindo sua formulação, as "vantagens ilusórias, passageiras, descaídas", enfraqueciam a empresa privada nacional. A condição dos assalariados praticamente não sofria qualquer alteração para melhor, ficando ainda mais distante a possibilidade de determinar, mesmo em parte, as prioridades para a sua existência. (10)

O sucessor de Médici, General Ernesto Geisel, também se ocupou com assuntos já examinados anteriormente. Tem-se a impressão de que ele procurou animar os partidos políticos, ao menos se levando em conta suas palavras. O Presidente Geisel falava em "estilo de vida democrático", colocando os partidos políticos "como veículos exclusivos de participação do povo" no poder público. Este "estilo de vida democrático" dava ensejo à dupla proteção de "todas as categorias da população", por meio da Legislação do Trabalho e da Legislação da Previdência e Assistência Social. Ora, como todos os demais

(9) Médici, E.G. - "Médici: É Cedo Para Revogar o AI-5". O Estado de S. Paulo, 28 de fevereiro de 1970.

(10) Médici, E.G. - O Estado de S. Paulo: "Creio..." (31/10/1969) "Médici: É Cedo Para Revogar o AI-5" (28/2/1970); "Médici Governo Não Teme o Terror" (1/4/1970); "Médici: Dar o Possível sem Prometer" (1/5/1970); "Médici Confirma Censura" (22/6/1973); "Já Eleitos Médici e Rademaker". O Estado de S. Paulo, 26 de outubro de 1969; "Confirmado: Médici é o Presidente". Jornal da Tarde, de O Estado de S. Paulo, 30 de setembro de 1969.

Presidentes da República oriundos do Movimento de 1964, Geisel igualmente mencionou a importância do desenvolvimento, embora o entendesse como um componente de binômio:

"Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister" (11)

A elaboração ideológica do Presidente da República tentava combinar, a certa altura, "o máximo de desenvolvimento possível - econômico, social e também político - com o mínimo de segurança indispensável". Apesar dos longos anos transcorridos desde 1964, as transformações sociais do Brasil ainda denunciavam vigorosa oposição. Geisel manteve a repressão, apresentando-a sob a forma de "combate perseverante, rigoroso mas sem excessos condenáveis, duro porém sem violências inúteis". Eis aí, pois, as periclitantes condições de vida no País durante as várias tentativas de institucionalização do Movimento de 1964. (12) Quando a grande maioria da população brasileira não encontrou espaço para demonstrar sua repulsa devido à proibição de mobilizar-se em favor de seus interesses, explodiu a violência nas ruas. O regime erigido em 1964 escolheu os mesmos meios para combatê-la: a repressão organizada, entre outras soluções para a crise, afastando suas promessas de natureza superior.

O Ministro da Justiça do governo de Castelo Branco, Milton Campos, integrado ao Movimento de 1964, expressou quase no final de sua carreira parlamentar seu pensamento sobre as perseguições aos políticos e sobre o programa de renovação tão propalado. Divergia das deliberações tomadas pelos vários Presidentes da República depois de 1964, em particular do Ato Institucional nº 5. E chamava a atenção dos governantes:

(11) Cury, Levy - *Um Homem Chamado Geisel*. Brasília, Horizonte Ed., 1978, p.53.

(12) idem, ibidem, pp. 69, 88, 91, 92.

"De qualquer modo, verifica-se que é inútil tentar proscrever a classe política, que existe sempre, embora renovada pelo processo democrático eleitoral, em evolução vagarosa, ou pela aceleração das revoluções. (...) Nada há a objetivar contra renovação, mas é perigoso promovê-la de cima para baixo, porque então dela não participa o povo e a inspiração democrática fica esquecida, transformando a elite política que todas as nações civilizadas procuram aprimorar em burocracia politicamente irresponsável". (13)

A oposição ao Movimento de 1964 cresceu ao longo dos anos, até mesmo nas eleições onde participaram a Arena e o MDB. Aos críticos permanentes daquele Movimento acrescentaram-se seus antigos partidários, levados ao descontentamento. Tome-se o caso das eleições legislativas de 1966 a 1978, por região. De imediato, se verifica que o pleito de 1970, efetuado no ambiente de pressão por causa do Ato Institucional Nº 5, apresentou a maior percentagem de votos em branco e nulos, considerando-se todas as regiões brasileiras. No Norte, a Arena caiu de 60,0% dos votos (em 1966) para 44,1% (em 1978), enquanto o MDB, como oposição consentida, subiu de 18,8% (em 1966) para 30,4% dos votos (em 1978). Isto acontece nas demais regiões. No Centro-Oeste, por exemplo, a Arena despencou de 54,0% dos votos (em 1966) para 46,2% (em 1978), enquanto o MDB avançou de 27,6% (em 1966) para 34,2% dos votos (em 1978). No Sul, a Arena partiu com 55,0% dos votos (em 1966), descendo para 43,0% (em 1978), ao passo que o MDB se elevou de 30,2% (em 1966) para 40,8% dos votos (em 1978).

O Movimento de 1964 expulsou da vida política os grupos de esquerdistas e de nacionalistas intransigentes, vinculando fortemente o poder estatal com as forças econômicas dominantes. Adotou duras medidas antiinflacionárias e aprofundou as relações do Brasil com o Ocidente, ou seja, com o capitalismo internacional. O Estado Autoritário surgido em 1964 impediu até mesmo a mobilização controlada das massas populares; aliás, não permitiu ou suspeitou das reivindicações provenientes da população, caso não fossem inspiradas pelo próprio governo.

(13) Campos, Milton - *Testemunhos e Ensinamentos*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1972, pp. 288, 290.

Passou-se a glorificar a modernização, a taxa de crescimento, o tecnicismo e a eficiência. Ora, o povo tornou-se algo a ser olhado somente dos palanques e a ser informado das últimas decisões governamentais. (14) Afastada a massa popular, o Estado Autoritário utilizou-se de um sistema partidário (Arena e MDB), do qual um serviu para justificar o candidato e o outro para representar o papel de oposição a ele. Também os partidos, portanto, não constituíam veículos para alcançar o poder político, exercido por militares e por tecnocratas em nome da burguesia do monopólio. As ideologias nem sequer vinham bem determinadas, apesar de os termos em geral se repetirem.

2. INDICAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE 1964:

- DESENVOLVIMENTO PARA QUEM ?

a) PALAVRAS E PLANOS:

Nos primeiros meses do governo de Castelo Branco, ele privilegiava a necessidade de controlar a crise econômica e financeira do País, anunciando medidas para estancar a inflação e garantir bom ritmo ao desenvolvimento econômico. Falava em discutir novos prazos para o pagamento das dívidas, em especial às contraídas com credores estrangeiros. Ele deixava claro que o governo respeitaria seus compromissos externos e desejava fixar com os credores os meios para a liquidação das dívidas. Na Mensagem ao Congresso Nacional, correspondente a 1965, o Presidente Castelo Branco afirmava ter evitado "o colapso representado pela hiperinflação". Neste mesmo documento, observava que "corrigiram-se as distorções", impedindo a elevação dos preços. Tais idéias constituíram a inspiração das providências econômicas, tomadas no início da administração castelista.

(14) Cf. Lamounier, Bolivar (org.) - *Voto de desconfiança* São Paulo/Petrópolis, Cebrap/Ed.Vozes, 1980, p.225; Ianni, Octavio - *O Colapso do Populismo no Brasil* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, pp.159,160; Martins, Carlos E. - *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977, pp. 198,199.

O Presidente da República destacava a importância de capitalizar o Brasil, através de recursos nacionais e estrangeiros. Neste sentido, defendia a atuação da "Aliança para o Progresso" e assegurava o direito à repatriação do capital externo e à remessa de rendimentos "em nível razoável". A respeito do desenvolvimento econômico, Castelo Branco anunciava um ideário bastante explícito, o qual incluía princípios de política externa e caracterização da independência brasileira. Quanto à política externa, demonstrava a artificialidade do País, ao ostentar uma posição neutralista. Antes de tudo, a política externa deve fundamentar-se na "opção básica que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental". Tal postura motivava a transformação do que se entendia por nacionalismo na época, sobretudo pela classe dirigente anterior a 1964. Segundo Castelo Branco, "o nacionalismo deturpou-se a ponto de se tornar disfarçado em favor dos sistemas socialistas", demonstrando então o caráter desordenado e vacilante da política exterior. Ao mesmo tempo, se tornava inevitável a elucidação do sentido da independência nacional.

"A independência é, portanto, um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência que é necessário levar ao ponto de cercear contactos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas político e econômico".

(15)

A questão da interdependência queria dizer principalmente que haveria relações entre o Brasil e os demais países, sob a égide da livre empresa e do capital estrangeiro. Eis aí o limite da ação brasileira por meio da política internacional. Internamente, a independência se asseguraria como meta final e, enquanto isto, a administração castelista procuraria "dispensar ao capital estrangeiro um acolhimento racional".

(15) Castelo Branco, H.A. - "O Presidente Visitou Ontem o TSE". O Estado de S. Paulo, 28 de maio de 1964.

Tratava-se de recepção aos investimentos externos, acompanhada da promessa de deixar campo aberto à empresa privada, praticamente livre de encampações, que estavam condicionadas pelas normas constitucionais, pelo interesse público e pelo desinteresse dos concessionários de serviços prestados à população.

(16)

O Programa de Ação Econômica do Governo de Castelo Branco (1964-1966) - PAEG - exibia de maneira mais sistemática os conceitos e os instrumentos a serem utilizados na política econômica. O desenvolvimento era encarado como processo, cuja finalidade consistia em "realizar o potencial máximo de crescimento do produto real da comunidade", podendo resumir-se no lema: "desenvolver-se é querer desenvolver-se". No âmbito do planejamento, de acordo com o PAEG, se criava o Conselho Consultivo de Planejamento e passava-se a publicar duas séries de estudos do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Os objetivos do Programa de Ação Econômica orientavam-se para a estabilização, o desenvolvimento e a reforma democrática constituindo-se nos seguintes itens:

- a) *acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/1963;*
- b) *conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;*
- c) *atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;*
- d) *assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho;*
- e) *corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar".*

(16) Castelo Branco, H.A. - *O Estado de S. Paulo*: "Mensagem aos Trabalhadores do País" (3/5/1964); "A Entrevista do Presidente Castelo Branco" (16/5/1964); "O Presidente Visitou Ontem o TSE" (28/5/1964); "Mensagem de Castelo ao Congresso" (2/3/1965); "Castelo Reafirma os Ideais Revolucionários" (31/3/1965).

O PAEG buscava a ampliação do apoio social à administração castelista, e propunha até mesmo o diálogo com "todas as camadas populares". Eis aí seus assuntos mais preferidos: expandir o desenvolvimento econômico, lutar contra a inflação, abrandar desequilíbrios sociais, gerar novos empregos e organizar o balanço de pagamentos. Havia, porém, outros temas como a redistribuição funcional da renda e a reforma agrária, as quais se devem destacar no conjunto do PAEG. No caso da redistribuição funcional da renda, entendia-se que ela dependia da manipulação dos "instrumentos fiscais, monetários e salariais". Mas, contraditoriamente, o PAEG defendia a existência de salários ajustados "aos objetivos do programa desinflacionário" e apropriados ao "esforço de poupança", a fim de alargar o crescimento do produto nacional. Com a questão da reforma agrária, elegeu-se um "tipo de reforma" que ia além da repartição da propriedade rural, exigindo também "medidas como educação, novos esquemas de tributação da terra, organização cooperativa e melhoria do sistema de crédito rural". A reforma agrária consumir-se-ia mediante planos periódicos, nacionais e regionais. No PAEG, partia-se do princípio de que o aumento interno de poupança "significava penoso sacrifício" impingido à população de país subdesenvolvido. Assim, para evitar tal sacrifício e para continuar progredindo, devia-se procurar investimentos externos. Engendrado tal raciocínio, abria-se a possibilidade de fundamentar a presença de inversões internacionais no Brasil. Admitia-se então, como "extremamente vantajoso, para um país subdesenvolvido, o recebimento contínuo de correntes de capital estrangeiro, respeitadas, naturalmente, certas condicionantes de natureza política". (17)

As Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento, produzidos para a gestão de Costa e Silva, naturalmente deveriam abranger os anos compreendidos entre 1967 e 1970. Pelas palavras do próprio Presidente Costa e Silva, mantinha-se o combate à inflação, protegia-se a empresa privada (em particular a nacional), fortaleciam-se as indústrias de base e estimulava-se a criação de empregos.

(17) *Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)*. Brasília, EPEA, 1965, 2a. edição, pp. 5,15,26,30,42,83,105 a 108, 142.

Dizia ele que a atuação gradual contra o processo inflacionário diminuiu muito os sacrifícios dos brasileiros e, paradoxalmente, pretendia transferir a luta contra a inflação, do setor privado para o setor público. Portanto, o poder estatal arcava com o peso das providências antiinflacionárias como se isto não onerasse a sociedade inteira, sobretudo as massas trabalhadoras. (18)

Levando-se em conta as Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), a política econômica visava basicamente à "aceleração do desenvolvimento" e à "contenção de inflação". Tais metas principais estavam voltadas para a "valorização do homem brasileiro". A partir destas formulações, o rol de intenções pouco tinham de diferente, se comparado com os propósitos de Castelo Branco. As chamadas Diretrizes e o PED tencionavam fortalecer a empresa particular de capital nacional, sem afastar as firmas estrangeiras; tencionavam conservar relativa estabilidade de preços; tencionavam estimular o desenvolvimento social, valorizando a educação e ampliando as oportunidades de emprego. Porém, iam ainda mais adiante, em termos de promessas: garantiam a distribuição de renda, o aumento do mercado interno, o amparo à tecnologia nacional, a aceitação do capital internacional e a convocação de todas as lideranças brasileiras. Aquele documento concluía suas pretensões, afirmando a necessidade de conservar a ordem social e as instituições políticas. Quanto aos salários, ele caía na entediante norma de elevá-lo, na proporção do crescimento da produtividade. (19)

Com o governo de Médici preservou-se igual orientação da política econômica. Este Presidente da República adotou também medidas antiinflacionárias, aplicadas gradativamente. E já se gabava dos sucessos alcançados pelo Movimento de 1964, em tal campo. No ano de 1972, ele indicava uma sequência de bons resultados para a política econômica:

(18) Costa e Silva, A. - *O Estado de S. Paulo*: "Costa Anuncia Governo para o Povo" (17/3/1967); "Costa Afirma Que Restabelecerá a Ordem Político-Constitucional" (3/4/1969).

(19) *Diretrizes de Governo e Programa Estratégico de Desenvolvimento*. Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1967, pp.13,14,15,16,17,29,51,112.

"Além de se haver atingido alto nível no crescimento da produção e gerado poupança em condições de sustentá-lo, assegurou-se também razoável padrão de estabilidade monetária, minorando-se, quanto possível, os efeitos da inflação. Conseguiu-se igualmente adequado equilíbrio do balanço de pagamentos, bem como volume de reservas capaz de imprimir à economia nacional a segurança precisa em face das mutações a que está sujeito o comércio exterior. Elevaram-se, ainda, os índices de emprego da mão-de-obra e diminuíram-se as disparidades regionais".

A situação tão auspiciosa da economia do País, exposta pelo Presidente Médici, denominou-se na época de "milagre brasileiro". Segundo ele, não havia qualquer milagre. Mais adiante, no entanto, acabou por definí-lo, afirmando que o milagre brasileiro "tem um nome e esse nome é trabalho". Talvez se pudesse compreender suas palavras, como quem quer homenagear o trabalhador do Brasil. (20)

Em plena administração de Médici publicou-se o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Assim, em fins de 1971, tal Plano de novo destacava a importância do planejamento, ao evitar capacidade ociosa, impedindo ao mesmo tempo a redução de eficiência e de rentabilidade. Apresentavam-se três "grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro": em primeiro lugar, elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida, dentro de uma geração; em segundo lugar, duplicar a renda per capita brasileira, até 1980, em comparação com 1969; e finalmente, expandir a economia, na base do crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%, em 1974. O 1º PND colocava algumas condições prévias para o desenvolvimento. Estas condições consistiam em distribuir os resultados do progresso econômico por toda a sociedade brasileira, promovendo-se também a transformação social, a estabilidade política e a segurança nacional. Dava-se destaque à integração social, procurando-se construir o mercado de massa e associando-se a assistência aos estímulos para o trabalho e para o aumento de eficiência do trabalhador.

(20) Médici, E.G. - *O Estado de S. Paulo*: "Médici: É Cedo Para Revogar o AI-5" (28/2/1970); "Médici Realça Esforço Coletivo do Progresso" (2/1/1973); Médici, E.G. - "Uma Grande Luta Contra a Inflação". *Jornal da Tarde*, de *O Estado de S. Paulo*, 19 de abril de 1972.

No âmbito da integração social, admitia-se a possibilidade de transformar o aumento de renda em aumento de poupança. Na verdade, apesar das formulações relativas à integração social, os salários subiam de acordo com o crescimento da produtividade na economia. (21)

Esta mesma linguagem, estes mesmos conceitos, estes mesmos propósitos repisaram-se até o cansaço, como se fossem o retrato fiel da sociedade brasileira. E, insistentemente, retornaram no governo de Ernesto Geisel. O Presidente Geisel deu prosseguimento, como sucessor de Médici, à política econômica. Referia-se ao que denominava de "desenvolvimento integrado":

"... e nos preocupamos com a economia e também com o desenvolvimento social e político; no desenvolvimento social temos nos esforçado para melhorar as condições de vida de nossa população. Baseamos o nosso trabalho na criação do Conselho de Desenvolvimento Social; na instalação do Ministério da Previdência e Assistência Social e na reorganização, em novas bases, do Ministério do Trabalho".
(22)

Em dezembro de 1974, a administração de Geisel dava a público o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que compreendia o período entre 1975 e 1979. Diz o Plano que o "modelo" econômico e social dirige-se "para o homem brasileiro", levando em consideração "os destinos humanos da sociedade que desejamos construir". Tal documento predizia que, ao fim da década de 1970, o País teria pela frente duas realidades principais: "a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional". Outra vez, pregava-se a manutenção do crescimento acelerado, propondo-se os mesmos rumos anteriormente divulgados. Buscavam-se o aumento de oportunidade de emprego, a contenção gradativa da inflação, o relativo equilíbrio do balanço de pagamentos, a melhoria da distribuição de renda e a conservação da estabilidade social e política.

(21) Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento-São Paulo, Sugestões Literárias, 1971, pp.11,12,16,33,35.

(22) Cury, Levy - op. cit., p.191.

Inclusive aludia-se à pretensão de evitar dano na "qualidade da vida" e nos recursos naturais do Brasil. O 2º PND continuou defendendo o crescimento dos salários, tomando-se como referência a elevação da produtividade. É alarmante, entretanto, neste Plano a menção aos "focos de pobreza absoluta existentes, principalmente, na região semi-árida do Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos".⁽²³⁾ Afinal, depois de tão propagados êxitos registrados nos documentos oficiais e nos veículos de comunicação de massa, depois da exaltação do "Brasil como potência emergente", alega-se a presença de "focos de pobreza absoluta", passados mais de 10 anos do Movimento de 1964.

b) EXPANSÃO DO CAPITALISMO E PREÇO DA SOBREVIVÊNCIA.

Um dos documentos mais representativos da política econômica, inaugurada em 1964, pode ser o "Acordo Sobre Garantia de Investimentos Entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América". Tal Acordo foi assinado em 1965, pelo Embaixador Juracy Magalhães e por David Bell, Coordenador-Geral da "Aliança Para o Progresso". Decretado pelo Congresso Nacional, o Acordo, em seu Artigo II, dizia que suas normas seriam aplicáveis a investimentos em projetos ou atividades aprovados para fins de garantia pelo Governo, onde o projeto ou a atividade vierem a se concretizar. Este era "o Governo do País Recipiente". Quem fornecia os capitais, denominava-se "o Governo Garantidor", que devia informar os tipos de garantias de investimento, os critérios para decidir sobre as garantias e os tipos de montantes de garantias. Chama especial atenção uma série de trechos do Acordo:

"Artigo III - 1. Se o Governo Garantidor efetuar um pagamento em sua moeda nacional a determinado investidor, em decorrência de uma garantia concedida em conformidade com o presente Acordo,

(23) Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, Presidência da República, 1974, pp.15,23,28,29,35,127.

o Governo do País Recipiente, observada a restrição do parágrafo seguinte, reconhecerá a sub-rogação, operada em favor do Governo Garanti-
dor,...

Artigo IX - ... as disposições do presente A-
cordo, com respeito a garantias concedidas du-
rante sua vigência, permanecerão em vigor pelo
período de duração dessas garantias, o que, em
nenhuma hipótese, deverá ultrapassar, em 20
anos, a denúncia do Acordo".

Em voto contrário à ratificação do Acordo pelo Congresso Nacional, apresentaram-se seus diversos vícios e inconveniências, tais como: a criação de privilégio aos investidores estrangeiros; o aumento da desnacionalização da indústria brasileira; e a permissão para o garantidor e o investidor fixarem arbitrariamente o montante do valor das garantias. (24) Em 1968, uma classificação das 10 maiores sociedades anônimas do Brasil, tomando 14 setores de atividades econômicas e baseando-se no patrimônio líquido médio, demonstrava a superioridade das empresas internacionais. Dos 14 setores de atividades econômicas, as empresas internacionais eram as maiores em 7, enquanto as empresas particulares de capital nacional predominavam em 4. Das 10 maiores sociedades anônimas do Brasil, apenas no setor de mineração e de siderurgia dominavam as empresas estatais, ficando os setores de metalurgia e de vidros e cerâmica divididos entre empresas internacionais e empresas particulares de capital nacional.

Ao longo dos anos 60, o Brasil apareceu como o espaço mais aberto à aplicação do capital estrangeiro, constituindo assim o maior receptor destes investimentos. O País obteve do exterior a quantia de 3.728 milhões de libras esterlinas, sobretudo dos Estados Unidos, do Canadá e da Alemanha Ocidental. É preciso distinguir bem os dois momentos da década de 1960. De 1961 a 1964, a AID, ligada ao governo dos Estados Unidos, destinou ao Brasil uma média de 100 milhões de dólares por ano.

(24) *Desenvolvimento & Conjuntura*. Rio de Janeiro, Confed.Nacional da Ind., julho de 1965, pp. 61,62,63,70,71,73.

Por outro lado, nos 5 anos posteriores ao Movimento de 1964, a AID canalizou para cá a cifra de 2 bilhões de dólares. A política econômica, desde 1964, atacou ferozmente acima de tudo a empresa nacional, pois o número de falências e concordatas subiu neste ano e nos seguintes. De fato, após 1962, a quantidade de falências e concordatas requeridas na Guanabara começou a cair (1963: 226 falências e 43 concordatas). Mas, em 1965 na própria Guanabara, houve crescimento bastante significativo delas (324 falências e 76 concordatas).

Além das dificuldades das empresas pequenas e médias, especialmente nacionais, não aconteceu a tão anunciada distribuição da renda, tópico constante das mensagens e planos governamentais. Ao contrário, a renda concentrou-se mais com o passar do tempo. A participação na renda, dos 50% mais pobres da população economicamente ativa, caiu de 17,71% (em 1960) para 14,91% (em 1970), descendo ainda mais para 11,8% (em 1976). Em sentido contrário, a participação dos 5% mais ricos da população economicamente ativa, aumentou de 27,69% (em 1960) para 34,86% (em 1970), elevando-se aos poucos para 39% (em 1976) da renda. A variação do custo de vida merece igualmente algumas observações, em particular quando relacionada com a situação do salário mínimo. Parece certo que ocorreu uma queda no custo de vida durante a segunda metade da década de 1960. Por exemplo : na Guanabara, levando-se em conta percentagens relativas ao ano anterior, o custo de vida desceu de 86,6% (em 1964) para 20,9% (em 1970). Acontece, porém, que a diminuição aparece também na evolução do salário mínimo real. Assim, ainda na Guanabara, entendendo-se o ano de 1964 como índice igual a 100, verifica-se que o salário mínimo real caíra para 83,6, em 1969. O que, com certeza, demonstra a precária condição humana das massas trabalhadoras, é o exame do tempo de trabalho necessário para comprar determinados alimentos. Na cidade de São Paulo, para adquirir-se 1 quilo de pão eram precisos 78 minutos de trabalho em 1965, enquanto em 1969 se exigiam 147 minutos. Do mesmo modo, a compra de 1 quilo de feijão correspondia a 95 minutos de trabalho em 1965, ao passo que requeria 199 minutos, em 1969. Igual caso acontecia com a aquisição do arroz (1 quilo por 75 minutos de trabalho em 1965, passando para 107 minutos em 1969), e do litro de leite (custava 34 minutos de trabau

lho em 1965, elevando-se para 46 minutos, em 1969).

Na zona rural, em 1971, uma família nem sempre pobre gastava 57,2% de seus recursos com alimentação, bebidas e fumo no Estado de São Paulo. Já em Pernambuco, esta mesma família consumia 66,5% de seus recursos, com iguais produtos. Em toda zona rural brasileira, a percentagem dos gastos com alimentação, bebidas e fumo consistia em 60,4% de seu consumo total. A respeito das divulgadas transformações sociais, porventura sucedidas no Brasil, cabe destacar a seqüência de conflitos em torno de terras. A título apenas de esclarecimento, observe-se o total de disputas por terras em alguns anos. Em 1971, houve 37 conflitos com 12 mortos. Durante 1975, registraram-se 127 conflitos com 19 mortos. Ao longo de 1976, irromperam outros 126 conflitos, agora com 31 mortos. Indiscutivelmente, entre as ditas transformações sociais de fato ocorridas, destacam-se as disputas por terras e o aumento de imóveis rurais pertencentes a empresas estrangeiras. No período de 1972 a 1976, as propriedades rurais de firmas internacionais elevaram-se em 29,2%, em todo o Brasil. (25)

A ampliação do capitalismo no Brasil representa aqui o cerne do desenvolvimento. E o Movimento de 1964 abriu totalmente este processo aos monopólios internacionais.

(25) Cf. Gasparian, F. - *Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973, p.134; Pereira, O.D. - *Multinacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974, p.46; Martins, L. - *Nação e Corporação Multinacional*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, p.69; Soares, G.A.D. - *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1976, p.158; *Desenvolvimento & Conjuntura* - Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., agosto de 1966, p.29; *Folha de S. Paulo*: Serra, José - "Renda Concentra-se Mais nos Anos 70" (4/6/1978-p.47); Capozoli, Ulisses - "O Fracasso de um Plano Para Reforma Agrária" (25/11/1979-p.54); Magalhães, Fernando - "El Perverso Milagro Econômico Brasileiro". *Panorama Econômico*, Santiago (Chile), nº265, novembro/dezembro de 1971, pp.14,18,19. Ver também: Hoffmann, R. e Duarte, J.C. - "A Distribuição da Renda no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, F.G.V., volume 12, nº 2, junho de 1972, p.63.

Isto quer dizer que as carências do mercado interno se colocaram em segundo plano, preponderando os interesses do mercado externo. (26) Rompia-se assim a tentativa de combinar a ideologia nacionalista com o capitalismo internacional. E, se a internacionalização da economia brasileira trouxe benefícios, até para certos grupos sociais durante algum tempo, há indícios seguros de que relegou e explorou a grande massa popular. O tal de desenvolvimento interdependente serviu sobretudo à burguesia do monopólio, aliás nem sempre fiel a seus protetores.

3. INDICAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE 1964: COMO FICARAM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA ?

a) EDUCAÇÃO:

O governo de Castelo Branco dava a impressão de que existia enorme interesse pelas condições de vida no Brasil. O próprio Presidente prometia colocá-las como prioridade:

"Podem os brasileiros estar certos de que sejam quais forem as dificuldades, o governo tem como supremo objetivo o bem-estar do povo".

Seu sucessor se apresentou ainda mais enfático, ao voltar-se para a sociedade.

Anunciava Costa e Silva:

"Nenhum homem fez jamais um governo. Nenhum governo faz uma Nação. O que faz a Nação é o povo".

Também Médici, durante a terceira administração proveniente do Movimento de 1964, remetia-se à tarefa de praticar a justiça social. Para ele, no entanto, definia-se a justiça social como decorrência "da conjugação de energias para o fim de distribuir com equanimidade a riqueza comum".

(26) Cf. Singer, P. - A Crise do "Milagre". Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, 2a. edição, p.115.

Já o Presidente Geisel tornava a repetir que o objetivo do passado, do presente e do futuro, era "o bem-estar do homem brasileiro, do homem brasileiro integrado nessa grande Nação que é o Brasil".

Sem dúvida, o primeiro Presidente da República escolhido em 1964, Marechal Castelo Branco, dedicou-se bastante a pensar a Educação brasileira, pelo menos se considerarem suas palavras e as palavras de sua administração. Nos primeiros meses da gestão castelista, o Chefe de Estado lançou as diretrizes educacionais a serem cumpridas. Preconizou a universalização do ensino primário, obrigatório e gratuito, e criticou o analfabetismo, afirmando que o País possuía mais de 30 milhões de analfabetos. Atentava para as deficiências do ensino médio, propondo o fim das discriminações entre os estudos de tipo acadêmico e os estudos de cunho tecnológico. Ao ensino superior indicava uma certa direção, baseada na formação de fundações e autarquias para atendê-lo, no aumento do número de alunos em estabelecimentos superiores de caráter público e na limitação dentro do possível de novas escolas superiores. Castelo Branco acreditava no que chamava de "valiosa contribuição da iniciativa privada para a educação nacional". Desta maneira, o salário-educação constituía o auxílio das empresas particulares às crianças frequentadoras da escola primária. No seu entender, os estudos universitários não deveriam impor qualquer ideologia, precisando ser evitada a padronização do pensamento e da cultura. Como se fosse um arauto da liberdade, condenava o "terror cultural".

Em fins de 1965, Castelo Branco anunciava a ajuda do governo federal ao ensino primário, embora tal ensino estivesse dentro da competência dos Estados e dos Municípios. Tal ajuda da União constava da elaboração de normas para o ensino primário e do envio de recursos necessários ao seu funcionamento. Outra contribuição era a merenda escolar que em 1965 alcançaria 5 milhões e 600 mil alunos em 37 mil escolas primárias. Quanto ao ensino médio, ele pensava em alargar o treinamento do pessoal docente e em aplicar o Plano Nacional de Educação. Conforme tal Plano, dar-se-ia grande impulso ao ensino técnico, a nível médio. Dizia o Presidente da República que o ensino superior reclamou maior atenção de seu governo, tendo havido nele grande aumento de matrículas. Até mesmo cursos de

pós-graduação estavam sendo ampliados. Nos primeiros meses de 1966, ele confirmava e explicitava alguns pontos. Por exemplo: Castelo Branco mostrava a importância de as universidades adaptarem-se ao mercado de trabalho; reclamava da pequena participação da iniciativa privada no ensino médio (na época, atingia 56% do total de matrículas); justificava o pagamento dos alunos do ensino superior. Aprimorava sua visão de Educação, ao valorizar a relação entre universidade e comunidade, demonstrando que a pesquisa figurava como investimento, tendo então efeitos econômicos. (27)

O período de Costa e Silva também se marcou pelas manifestações sobre a Educação. Para ele, "o processo do desenvolvimento é um processo educacional" e, por isto mesmo, pretendia multiplicar as oportunidades de educação para todos os grupos sociais. Apontava a presença de 50% de analfabetos no Brasil, apesar dos compromissos de Castelo Branco com o problema. O Presidente Costa e Silva visava, portanto, a erradicar o analfabetismo e a solucionar a difícil situação dos chamados excedentes. Se os alunos excedentes se colocavam como aqueles que eram classificados no exame vestibular à Universidade, sem haver vagas para eles, Costa e Silva imaginava algumas medidas para pôr fim a este estado de coisas. Propunha a expansão das universidades, a ampliação e a modernização do equipamento escolar, a melhoria dos salários pagos ao magistério e a diminuição da capacidade ociosa dos estabelecimentos de ensino. Ele criticava a má qualidade do ensino, dizendo ser preferível nenhum ensino nestes casos.

(27) Castelo Branco, H.A. - *O Estado de S. Paulo*: "Castelo Afirma Ser Objetivo do Governo Dar Bem-Estar ao Povo" (31/1/1965); "Castelo Diz que Nenhuma Ideologia Deve Ser Imposta nos Meios Universitários" (10/3/1965); "Castelo Enumera os Êxitos da Revolução" (12/11/1965). Castelo Branco, H.A. - "Castelo Sugere que os Universitários Custeiem o Ensino Médio". *Folha de S. Paulo*, 13 de março de 1966. Castelo Branco, H.A. - *Aspectos da Educação Nacional*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964, pp. 6,7,8,9,10.

Em seus discursos, punha a Educação como prioridade: dizia que "a expressão governar é educar , tem mais amplitude e profundeza do que lhe empresta a linguagem do homem de rua". (28)

Na época de Médici, a preocupação governamental dirigia-se para os louvores às Reformas de Ensino, então já concretizadas. Apesar disto, os temas educacionais são sempre os mesmos. O Presidente da República ressaltava a modernidade e a profundidade das reformas realizadas, elogiando os princípios pedagógicos nelas introduzidos. Lançava sua atenção para os analfabetos, por ele denominados de "legião de iletrados", e aceitava a escola como um meio de ascensão social no Brasil.

(29)

A partir de 1974, a administração de Ernesto Geisel interessou-se por vários aspectos da Educação brasileira: o treinamento profissional, o crescimento das matrículas, o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e o estímulo aos cursos de pós-graduação. Em princípios de sua gestão, Geisel antecipou que, em 1980, a taxa de alfabetização, na faixa de idade acima de 15 anos, teria alcançado 90% da população, enquanto a percentagem da escolarização, no ensino de primeiro grau, chegaria a 92%. (30)

O Movimento de 1964 prodigalizou leis e decreto leis para a Educação. Em 1964, surgiu a Lei nº 4.440, instituindo o salário-educação, gerando recursos para o ensino primário.

(28) Costa e Silva, A. - *O Estado de S. Paulo*: "Costa anuncia Governo Para o Povo" (17/3/1967); "Costa Prega Liberdade de Imprensa" (1/4/1967); "Costa Revê Terra Natal" (3/4/1968).

(29) Médici, E.G. - *O Estado de S. Paulo*: "Médici Define Justiça Social" (29/1/1972); "Médici Relata as Medidas Para Democratizar Ensino" (6/9/1972).

(30) Cury, Levy - op. cit., p. 189. Geisel, E. - "Pronunciamento em Reunião Ministerial". Brasília, Presidência da República, 10 de setembro de 1974. *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília, Presidência da Republica, 1974, pp. 72, 99.

Este salário-educação, a princípio fornecido pelas empresas, abrangeu todos os empregadores, públicos e privados, por meio do Decreto-Lei nº 55.551, de 1965. No ano de 1966, o Decreto Lei nº 53 introduzia no ensino superior alguns princípios de administração empresarial, concentrando em um só órgão as deliberações para supervisionar ensino e pesquisa. O ensino superior, em 1967, passou a ser organizado a partir dos departamentos, que centralizavam o ensino e a pesquisa de uma mesma área. Assim, o Decreto-Lei nº 252 racionalizava os recursos e também atacava a representação estudantil, delimitando-a ao âmbito de cada Universidade. Eliminava-se, portanto, a representação estudantil, a nível nacional (UNE) e a nível estadual (UEEs). O ano de 1968, também para as atividades educacionais, representou um turbilhão legislativo: baixaram-se a Lei nº 5.537 (complementada pelo Decreto-Lei nº 872 de 1969, ambos relativos ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação), o Decreto nº 63.341 (fixa critérios para a ampliação do ensino superior), o Decreto-Lei nº 405 (trata de normas para aumento de matrículas no ensino superior) e a Lei nº 5.540 (organiza o ensino superior e liga-o com o ensino médio). Em 1969, publica-se o Decreto-Lei nº 477, proibindo-se manifestações políticas ou de protesto dentro das Universidades, e atingindo-se diretamente professores, alunos e funcionários. Neste mesmo ano, apareceu também o Decreto-Lei nº 574, impedindo a diminuição de vagas nos estabelecimentos educacionais, mas permitindo sua redistribuição entre os vários cursos.

A Lei nº 5.540, de 1968, e o Decreto-Lei nº 464, de 1969, promoveram a denominada Reforma Universitária, especificando os preceitos relacionados com a organização, a administração e os cursos (na graduação, compostos de ciclo básico e de ciclo profissional). A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus baseou-se na Lei nº 5.692, de 1971, cujo objetivo geral levava à "qualificação para o trabalho" e ao "preparo para o exercício consciente da cidadania". Fundia-se o curso primário com o curso ginásial, formando o curso fundamental de 8 anos. Por outro lado, além da obrigatoriedade de realizar este curso fundamental, eliminava-se a distinção entre escola secundária e escola técnica. Alterava-se bastante o ensino supletivo, po-

dendo ser ministrado por meio dos veículos de comunicação de massa. Igualmente em 1971 deu-se a público o Decreto nº68.908, que estabelecia normas para o vestibular.

Desde 1964, a trajetória da Educação brasileira seguiu nova orientação, de acordo com os interesses impostos pela classe dirigente. Esta trajetória recebeu contribuições de John Hilliard, de Rudolph Atcon, dos Acordos MEC-USAID (efetivados em 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968) e da Comissão Meira Matos. No caso da Reforma Universitária, o Grupo de Trabalho - (GTRU) procurou montar os elementos destas contribuições, as quais também inspiraram a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Com toda a parafernália ideológica (nacional e internacional), com todos os instrumentos jurídicos e com toda a tecnocracia educacional, a Educação do Brasil tem apresentado informes pouco dignos de otimismo. Ao contrário, a população estudantil de 1º grau caiu de 95,25% (em 1964) para 87,78% do seu total (em 1975). Tal diminuição pode ser atribuída à expansão da alfabetização ou à atuação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Certamente, não é o que a realidade permite ver. Levando-se em conta o período de mais de 11 anos, a percentagem de estudantes no 2º grau subiu pouco mais que o dobro (3,58 % em 1964, para 8,04% do total em 1975). Principalmente em razão do movimento estudantil, houve maior evolução das matrículas no ensino superior. Entre 1964 e 1968, apogeu daquele movimento, as matrículas não tinham crescido sequer duas vezes (1964: 142.386; 1968: 278.295), nas Universidades. Somente a partir de 1969, as matrículas no ensino superior aumentaram significativamente. Ou seja: elas conseguiram avançar pouco mais de 2 vezes e meia (de 342.886 para 951.264), entre 1969 e 1975.

Ademais, a participação do Ministério da Educação e Cultura no orçamento federal desceu de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,20%. Deve-se notar igualmente a transformação do custeio do ensino no País. No caso do Estado de São Paulo, 93% das vagas no ensino superior são pagas, enquanto apenas 7% delas são gratuitas. Enfim, é preciso dizer que o analfabetismo aumenta no Brasil, conquanto se divulgue o contrário. Por exemplo: no Estado de São Paulo, aumentaram as crianças analfabetas de 5 a 9 anos, entre (1973(49,1%) e 1976(54,1%), embora tenha diminuído neste

período a percentagem dos que não sabem ler e escrever, dos 5 anos em diante (1973: 18,5% e 1976: 17,2%). Mas nos Estados do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe e da Bahia, os analfabetos cresceram dos 5 anos em diante, entre 1973 (45,1%) e 1976 (50,1%). Eis, pois, a expansão do analfabetismo. (31)

A inspiração das Reformas Educacionais aqui realizadas estava na nova opção da política econômica, aberta inteiramente aos investimentos estrangeiros. Por isto, com os Acordos MEC-USAID, 5 especialistas brasileiros e 5 especialistas norte-americanos geraram uma organização educacional, baseada em fundações, a fim de substituírem as Universidades sustentadas por fundos públicos. Em particular, no ensino superior aplicou-se a ideologia do "progresso empresarial". Suas características são: privilegia as mudanças quantitativas; valoriza a ciência aplicada, a engenharia, as relações públicas, e a perícia administrativa; destaca a autoridade, a sistematização e as normas burocráticas; reforça a tradição, a repetição e a confiança na autoridade; procura a identificação com grupos poderosos; tem postura conformista e está dirigida para fora. Em se tratando da Universidade no Brasil, assim como em outros níveis de ensino, além da ideologia do "progresso empresarial", pesaram infinitamente o arbítrio, a falta de liberdade, a censura e as dificuldades para o exercício da crítica e da criação. O vestibular ao ingresso na Universidade discrimina quem tem e quem não tem condições de levar adiante o ensino superior. E mais: a diminuição de vagas no ensino público de nível superior, acabou por reservá-las aos que possuem mais recursos. Professores e estudantes universitários vivem esta trágica contradição econômica, social e política.

(31) Cf. Romanelli, O.O. - *História da Educação no Brasil* (1930/1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1978, pp.211 a 213, 215 a 218, 225 a 229, 233,235,237,238; *Brasil: 14 Anos de Revolução*. Brasília, IPEA, 1978, pp.74,77; *Folha de S.Paulo*: Suplicy, E.M. - "Analfabetismo Aumenta no País" (16/8/1978); Souza, U.J. - "O Custo do Ensino Superior É Repassado Para os Alunos" (3/3/1979); "O Ministério da Educação Recebe Cada Vez Menos" (18/11/1979).

Finalmente, é bom lembrar que o Ministério da Educação e Cultura calculava, para 1980, perto de 210 mil profissionais oriundos das Universidades, lançados ao mercado de trabalho. Prevvia assim o desemprego universitário. (32)

b) SAÚDE PÚBLICA:

Praticamente em meio a sua gestão, Castelo Branco revelava bons resultados do primeiro governo proveniente do Movimento de 1964. Entre tais resultados sobressaíam as providências na área da Saúde Pública. O próprio Presidente da República explicava o motivo de tais providências:

"Não poderá haver um país rico com um povo doente. E, com o objetivo de tornar real e efetivo o amparo à saúde, foram intensas as atividades e inúmeras as realizações..."

O que ele denominava de "amparo à saúde" constava de luta contra as endemias, de obras de saneamento, de preparo de pessoal especializado para os serviços de saúde, e de reorganização dos hospitais existentes. Dentro, portanto, do espírito de campanhas, o governo combatia a tuberculose, a lepra, a varíola, a febre amarela, a doença de Chagas e a malária. Através do Serviço Especial de Saúde Pública ou do Departamento Nacional de Endemias Rurais, tencionava-se estender o saneamento básico pelo interior do Brasil. Em 1965, a administração castelista havia inaugurado 45 novos serviços de abastecimento de água, 52 unidades sanitárias e subpostos de saúde, anunciando também o atendimento de 4 milhões de pessoas. Esta administração apelou também para as casas de misericórdia, a quem forneceu auxílio de 1 bilhão e 650 milhões de cruzeiros.

(32) Cf. "A Escalada Cultural no Brasil de Hoje". Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966/67, nº 11-12, pp. 104, 105; Goertzel, Ted - "MEC-USAID". Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, nº 14, p. 127; Abramo, P. - "Uma Farsa Que Está Chegando ao seu Final". Movimento, 3 a 9 de março de 1980, pp. 10, 11; "MEC Tenta Solução Para Desemprego Universitário". Jornal do Brasil, 3 de Junho de 1979, p. 22.

Ainda divulgava o Presidente da República outros serviços de assistência direta à população no ano de 1965, tais como a distribuição de 2.500 toneladas de leite em pó, a criação do banco de leite materno na Guanabara e a aplicação de 5 milhões de doses de vacina Sabin nas crianças.

Na época de Costa e Silva, iguais compromissos renovavam-se, pois, segundo ele, o governo estimulava "os programas de preservação e recuperação da saúde". Propunha-se o Presidente da República a modernizar e a ampliar os hospitais, sobretudo no interior do País. Igualmente cuidaria de combater as endemias ainda presentes, nas várias regiões brasileiras. Em virtude do "seu sentido imediatamente humano como por força das suas repercussões no processo do desenvolvimento nacional", a gestão de Costa e Silva dava preferência tanto aos programas de Saúde Pública, quanto aos de Educação. Seu sucessor, General Médici, colocava a aceleração do Programa de Saúde e Saneamento como uma das metas setoriais, inseridas nas "grandes prioridades nacionais". No período de Geisel, a Saúde Pública integrava a "Política de Valorização de Recursos Humanos" cuja finalidade consistia em qualificar rapidamente a mão-de-obra, ampliando sua capacidade de alcançar maior renda. Mesmo o Presidente valorizando a Saúde Pública, por sinal na mesma linguagem de seus antecessores, sua administração aceitava a falta de "capacidade gerencial e estrutura técnica", que restringia a eficácia dos fundos oficiais destinados a ela. (33)

Desde a Presidência de Castelo Branco, o Ministério da Saúde tem-se preocupado em estabelecer o Plano Nacional de Saúde. Conforme o Ministro Raymundo de Brito pertencente à administração castelista, era preciso "ajustar o aparelho assistencial às peculiaridades econômicas", tornando "a política de saúde um instrumento dinâmico para ativar o processo de desenvolvimento". Isto somente se realizaria através de um plano.

(33) Castelo Branco, H.A.- "Castelo Enumera os Êxitos da Revolução". *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1965; Costa e Silva, A. - "Costa Anuncia Governo Para o Povo". *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 1967; *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento*. São Paulo, Sugestões Literárias, 1971, p.35; *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília, Presidência da República, 1974, pp.18,24.

O Ministro da Saúde, Raymundo de Brito, encontrava dificuldades em medir "os efeitos das inversões no campo da saúde", impedindo melhor orientação em seu planejamento. Já no governo de Costa e Silva, expondo sobre o Plano Nacional de Saúde, o Ministro Leonel Miranda deixava claro o propósito de "atenuar os atuais desníveis de oferta de assistência médica, mediante uma distribuição mais justa dos serviços". Para ele, a nova diretriz recomendava a transferência da prestação de serviços por parte do poder público, gradativamente para o setor privado. Caberiam portanto, ao governo federal a elaboração de normas e a fiscalização da Saúde Pública. Durante o período de Médici, o novo Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos, simplificava tudo, afirmando que "o problema fundamental da saúde pública no Brasil, não é, basicamente, o de falta de recursos financeiros, mas, antes, o de aplicação adequada." (34)

Assim, os caminhos da Saúde Pública no Brasil foram iguais aos da Educação, em linhas gerais. A chamada política social dos governos nascidos do Movimento de 1964, reproduz as mesmas tendências da nova política econômica, em termos de diretrizes para a sua concretização. No caso da Saúde Pública, as suas deficiências se reduzem à ausência de planificação, à falta de capacidade gerencial e incrivelmente à pouca participação da iniciativa particular. Isto é: os problemas seriam resolvidos pela tecnocracia e pela privatização dos serviços de saúde. As doenças capazes de atingir grandes porções da população brasileira, continuavam dentro do campo da Saúde Pública, ficando o atendimento médico de cunho individual como responsabilidade do setor previdenciário. A medicalização da vida social foi imposta tanto na Saúde Pública, quanto na Previdência Social. O resultado das palavras, dos planos e das decisões em Saúde Pública pode ser verificado através das despesas. A participação do Ministério da Saúde nas despesas totais feitas pelo governo federal, caiu de 68,0 % em 1965 para 57,9% em 1968, descendo ainda mais para 39,2% em 1971.

(34) Brito, R. - "Fixação do Plano Nacional de Saúde". *UBM*, Brasília, Ministério da Saúde, maio de 1964, vol. VIII, nº 5, pp. 506, 507; Miranda, L. - "Ministro Defende o Plano de Saúde". *O Estado de S. Paulo*, 28 de agosto de 1968; Lemos, M.M. - *Política Nacional de Saúde*. Brasília, Ministério da Saúde, 1973, p. 5.

A proporção de leitos hospitalares bem mostra a manutenção das desigualdades regionais. Desta maneira, enquanto o Norte possuía 2,7% e o Centro-Oeste tinha 3,3% de leitos hospitalares em 1967, o Sudeste centralizava 61,3% deles no mesmo ano. A mesma disparidade aparece, quanto à proporção de médicos. Se no Norte existia 1,7% e no Centro-Oeste 3,1% de médicos entre 1964 e 1968, no Sudeste havia 67,3% deles em igual período.

Vejam-se outros aspectos da Saúde Pública no Brasil. Por exemplo: na cidade de São Paulo, a mortalidade por mil habitantes era de 8,5 em 1964, passando para 9,3 em 1969 e atingindo 9,7 em 1970. A respeito da mortalidade infantil, semelhante inclinação pode-se observar. Na cidade de São Paulo, a mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, indicava 67,8 em 1964, indo para 84,4 em 1969 e elevando-se a 89,5 em 1970. Entre 1969 e 1971, a esperança de vida nesta Capital era de 60,8 anos para quem não chegara a um ano de idade; era de 31,3 anos para quem atingira 40 anos de idade; e era de 16,2 anos para quem tinha 60 anos de idade. Relativamente à mortalidade infantil, chama a atenção o que se passava também nas capitais brasileiras, entre 1971 e 1973. De 21 capitais, 10 delas apresentavam coeficiente de mortalidade infantil que se fixava em torno de 100 a 200 crianças mortas até um ano de idade, a cada 1.000 nascidas vivas. Naqueles anos, tal coeficiente alcançava a terrível faixa de mais de 200 crianças mortas, por 1.000 nascidas vivas, em uma capital. Somente 10 capitais do Brasil revelavam coeficiente de mortalidade infantil, até um ano de idade, que se colocava abaixo ou igual a 100 mortes por 1.000 nascidas vivas. A medicalização da sociedade brasileira, por outro lado, tornou-se uma realidade brutal. Numa lista de grupos de medicamentos para abrandar os sintomas, sem curar as doenças, descobre-se a existência de 307 multivitaminas, de 416 hepatoprotetores, de 419 analgésicos e de 1.700 antibióticos. Enquanto isto, uma mãe brasileira entrevistada no interior do Rio Grande do Norte, dizia:

"Tá certo tem que se ter higiene, mas a barriga seca, sem a sustança da carne, do comer forte,

ai as doenças pega mais depressa a gente"
(35)

c) PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Desde Castelo Branco, falou-se em nova época dos serviços previdenciários. Este Presidente da República apontava deficiências na rede de assistência médica dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, embora ele entendesse que o atendimento melhorava gradativamente. A seu ver, a recuperação financeira da Previdência Social constituía o maior sucesso, nesta área. Lembrava, é verdade, que ainda existia parcial desequilíbrio financeiro no IAPM, no IAPFSP e no IAPETC. Em 1965, portanto, Castelo Branco já mencionava tais alterações no âmbito previdencial, prometendo para o futuro outros aperfeiçoamentos e a inclusão dos trabalhadores rurais, bem como dos domésticos, nos benefícios da Previdência Social. No governo seguinte, o Presidente Costa e Silva comunicava em 1968 que havia ocorrido a unificação da Previdência Social e também que seus serviços se estendiam aos trabalhadores rurais. Nos campos, existia então o Fundo Rural, atuando através de inúmeros convênios com as Santas Casas de Misericórdia.

Certamente, para o Presidente Médici um dos pontos mais marcantes de suas realizações no setor, foi "o programa de assistência ao trabalhador rural". Dizia que:

"Pela primeira vez, na história deste País, dar-se-á ao homem do campo aquilo que nunca lhe fora concedido: aposentadoria, auxílio-invalidez e pensão, além de outros benefícios para a proteção de sua saúde e estabilidade de sua posição social".

(35) Cf. Luz, M.T. - *As Instituições Médicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, pp.119,126; Mello, C.G. - *Saúde e Assistência Médica no Brasil*. São Paulo, CEBES-HUCITEC, 1977, pp.109,110; Cupertino, F. - *População e Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp.38,39,46,79; Pacheco, M.V.A. - *A Máfia dos Remédios*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, p.65; Silva, F.A.P. - *Conceito de Saúde Adotado Pela População de Várzea -RN*. São Paulo, PUC, 1980, dissertação de mestrado, mimeo., epígrafe.

A qualquer pessoa mais desavisada, poderia pensar-se que a Previdência Social irrompera com ele e com seus dois antecessores. O vigor das palavras levava ao esquecimento muitas realizações previdenciárias de distante passado e até de passado recente, como a Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 (na gestão de Kubitschek) e o Estatuto do Trabalhador Rural (na gestão de Goulart). Transcorridos mais de 10 anos desde o Movimento de 1964, o Presidente Geisel ainda se referia a "crônicas deficiências de nosso sistema de previdência e de assistência social". Seu governo quis remediá-las, melhorando o atendimento e reduzindo os custos, com a instalação de outro Ministério. Ele criou o Ministério da Previdência e Assistência Social, inteiramente separado do Ministério do Trabalho. (36)

Em novembro de 1966, através do Decreto-Lei nº72, a administração castelista estabeleceu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Fundiam-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões, o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU) para dar origem ao enorme organismo burocrático, que é o INPS. Com o mesmo Decreto-Lei, desaparecia o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Desde logo, seus dirigentes esclareceram que os recursos eram limitados, não se pretendendo resolver os problemas de saúde do País. A direção do INPS raciocinava em 1968, para encontrar solução satisfatória ao atendimento médico. Com apenas 27 hospitais e podendo utilizar outros 400 de caráter público, o INPS acabou por investir na rede hospitalar privada, com perto de 2.373 unidades. Um de seus presidentes, no próprio ano de 1968, considerava-o responsável pela assistência curativa e recuperadora. E acrescentava:

(36) Castelo Branco, H.A. - "Castelo Enumera os Êxitos da Revolução". *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1965; Costa e Silva, A. - "Costa: Reajustes Sem a Inflação". *O Estado de S. Paulo*, 3 de maio de 1968; Médici, E.G. - "Médici aos Trabalhadores: Só Prometemos o Possível". *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1971; Cury, Levy - op. cit., pp.69,70.

"Objetivo que parece mais próximo das finalidades do INPS: fazer o trabalhador doente voltar o mais rapidamente possível à sua atividade. De maneira que esse objetivo da assistência médica se casa bem com o objetivo geral da instituição que é manter o trabalhador hígido e, no caso de doença, fazê-lo voltar mais rapidamente à atividade. Mas a assistência estendeu-se, também, à família do trabalhador,...".

Ainda em 1968, os gastos do INPS com assistência médica distribuíam-se de modo geral, assim: 49,150% iam para a assistência hospitalar, 23,290% dirigiam-se para a assistência ambulatorial, 13,628% destinava-se à assistência sanatorial e 11,711% referia-se à assistência maternal. Considerando-se informações oficiais, entre 1970 e 1977, o INPS elevou mais de 3 vezes o número de consultas e internações. As fontes oficiais esclarecem ainda outros aspectos. O FUNRURAL, entre 1972 e 1977, aumentou pouco menos de 2 vezes e meia o número de consultas e internações. É interessante notar que, entre estes mesmos anos, o INPS esteve longe de dobrar a quantidade de benefícios concedidos, enquanto o FUNRURAL chegou a diminuí-los de quase um terço.

A década de 70 assistiu a uma série de deliberações, referentes à Previdência e à Assistência Social. Mesmo em 1970, divulga-se o Programa de Integração Social (PIS), tentando comprometer o trabalhador com os acréscimos atingidos pela economia brasileira. Em 1971, instituiu-se o PRORURAL, a ser efetivado pelo FUNRURAL, concedendo aos trabalhadores do campo certa legislação previdenciária. Em 1972, a Lei nº 5.859 ampara as empregadas domésticas com os benefícios da Previdência Social. Também os trabalhadores autônomos passam a recebê-los, de acordo com a Lei nº 5.890 de 1973. Tal ímpeto legislativo tem continuidade, ao estabelecer-se o Ministério de Previdência e Assistência Social, pela Lei nº 6.062, de 1974. Merecem destaque ainda a integração do salário-maternidade nas obrigações de benefícios da Previdência Social (lei nº 6.136, de 1974); o amparo previdencial aos maiores de 70 anos e inválidos que tenham contribuído pelo menos 12 meses, para o INPS; a extensão do seguro de acidentes do trabalho à zona rural (Lei nº 6.195, de 1974); a criação do Conselho de Desenvolvimento So-

cial e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (Lei nº 6.168 de 1974).

Indiscutivelmente, os serviços de assistência médica foram sobretudo privatizados, por meio de firmas individuais, de grupos e de cooperativas médicas. As firmas e os grupos médicos buscam lucros, reduzindo então as despesas médico-hospitalares e deturpando o atendimento prestado. As cooperativas médicas, organizadas com base no regime de livre escolha e pagamento por unidade de serviços, chegam a distribuir lucros com o título de "sobras". Em 1978, um setor do INPS, responsável pelo atendimento médico (INAMPS), pagou serviços a particulares no valor de 45,6 bilhões de cruzeiros, representando 76% de seus gastos. Está fora de dúvida a dominação dos tecnocratas na Previdência e na Assistência Social, desde 1966, com o surgimento do INPS. Tais tecnocratas aí penetraram e aí cresceram, vindos dos quadros do IAPI (37)

d) HABITAÇÃO POPULAR:

No terceiro ano de seu governo, Castelo Branco em entrevista admitiu que o País atingira "alarmante déficit de habitações, particularmente para as classes mais pobres".

(37) Cf. *Revista Previdência Social*. Rio de Janeiro, INPS, 1968- (número especial: depoimento, livro branco), itens 3.32, 8.82, 8.84; *Revista Previdência Social*. Rio de Janeiro, INPS, janeiro/fevereiro de 1969, nº 10, p. 26; *Brasil: 14 Anos de Revolução*. Brasília, IPEA, 1978, pp. 83, 84, 90; Mello, C.G. - "Perspectivas da Medicina da Previdência Social". *Revista Paulista de Hospitais*, São Paulo, Associação Paulista de Hospitais, dezembro de 1973, nº 12, p. 544; Santos, W. C. - *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, pp. 34 a 36; Malloy, J.M. - "Previdência Social e Classe Operária no Brasil". *Estudos Cebrap* 15, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976, pp. 128, 129; *Revista Isto É*. São Paulo, Encontro Ed., janeiro de 1980, nº 158, p. 23. Ver também: Possas, C.A. - *Saúde, Medicina e Trabalho no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1980, dissertação de mestrado, mimeo., pp. 285, 302, 310, 328.

A fim de sanar esta carência nas populações urbanas, ele comunicava o início do programa habitacional. Tal programa era financiado pelo Banco Nacional da Habitação. Acerca dele, opinava o Presidente da República:

"O Banco de Habitação já lançou o programa das cidades e tem em construção maior número de unidades do que outros Institutos e a Fundação da Casa Popular, em uma vintena de anos".

Este ideário referente à Habitação Popular, transformou-se em justificativa trivial, ao longo da administração castelista. E isto é tão evidente que, ao encerrar seu período governamental, o Presidente Castelo Branco cria ter deixado ao Brasil "um sistema financeiro de habitação realista e viável". No seu entender, o aparecimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) reanimava aquele sistema financeiro, o qual somente em um ano edificou mais habitações populares do que a Previdência Social e a Fundação da Casa Popular, durante' mais de 20 anos. No governo seguinte, Costa e Silva limitava-se a propor a execução do programa habitacional, imaginado na época de Castelo. Com isto, desejava suprir o País de casas populares reivindicadas pela população. Ele mesmo confessava em 1967 a falta de 7 milhões de residências e a necessidade de mais de 300 mil moradias a cada ano. O Presidente Costa e Silva igualmente confiava no desempenho do Banco Nacional da Habitação, alargando as possibilidades de financiamento para o que chamava de "classe média", através da Caixa Econômica Federal. Vangloriava-se com o funcionamento do Banco Nacional da Habitação que, de acordo com as palavras presidenciais, em 1968 financiava 167.291 habitações novas contra 120.000 nos 26 anos anteriores, utilizando recursos oficiais.

A administração de Médici quis ir além do programa habitacional já em execução, tentando gerar "um fundo especial para atender a famílias de renda inferior". Admitia, portanto, que o denominado "Sistema Financeiro de Habitação" não satisfazia as necessidades de moradia da grande massa popular. O governo do General Geisel indicava o programa habitacional como um mecanismo a mais, da chamada "Política de Integração Social",

vindo a alargar também a concepção de Previdência Social. Durante a gestão de Geisel, outra vez se sugeriram alterações no programa habitacional, a fim de que se voltasse às populações de mais baixos níveis de renda. Lançava-se a diretriz, pela qual se deveriam reduzir os encargos financeiros na compra da casa própria pelas camadas de baixa renda familiar. (38)

Através da Lei nº 4.380, de 1964, no princípio de governo de Castelo Branco, estabeleceram-se a correção monetária nos contratos imobiliários, o sistema financeiro para a aquisição da casa própria, o Banco Nacional da Habitação (BNH), Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias e o Serviço de Habitação e Urbanismo. Tal Lei estipulava a intervenção do governo federal no âmbito habitacional, por intermédio do Banco Nacional da Habitação, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, da Caixa Econômica Federal, do IPASE, das Caixas Militares e de sociedades de economia mista. O Banco Nacional da Habitação ligava-se ao Ministério da Fazenda, gozando de isenção tributária. Por outro lado, desaparecia a Fundação da Casa Popular (surgida em 1948), transferindo-se seu patrimônio para o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

O Ministro Roberto Campos, pertencente à administração castelista, apresentou seu pensamento sobre a situação habitacional: "... verifica-se que o problema da insuficiência de habitações populares é, fundamentalmente, de natureza financeira". Aliás, construiu-se uma ideologia em torno da questão da moradia popular, da qual também participou o aludido Ministro. Afirmava ele, em 1966:

"... a solução do problema pela casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de

-
- (38) Castelo Branco, H.A. - "CB Aceita o Rompimento, Não Intervém Mas Ficarã Alerta". *Diário de S. Paulo*, 23 de março de 1966; Castelo Branco, H.A. - "Integra do Discurso de Castelo Branco Perante o Ministério". *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1967; Costa e Silva, A. - *O Estado de S. Paulo*: "Costa Prega Liberdade de Imprensa" (1/4/67), "Costa Afirma Respeito às Liberdades Públicas" (2/3/1968); *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento*. São Paulo, Sugestões Literárias, 1971, p.35; *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília, Presidência da República, 1974, pp.19,73.

poupança que, de outra forma, não existiria, e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem".

Ora, este tipo de especulação despropositada, de um empiricismo chocho, do feitio de quem precisa agradar, irrompe ainda com Sandra Cavalcanti, ao tratar do programa habitacional. Dizia ela, como se quem possui casa nunca acabasse contestando a ordem vigente, em carta a Castelo Branco:

"Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à Campanha Presidencial de Carlos, mas nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas".

Além destas incursões pelo conservadorismo radical, deve-se destacar que aqui no Brasil o projeto habitacional veio a definir o projeto urbano, quando na verdade este precisava determinar aquele. Em vez das referidas divagações ideológicas, talvez fosse preferível apresentar a essência do problema habitacional: a má distribuição da renda. Já, em 1965, se criticava o chamado "Sistema Financeiro de Habitação", por excluir a população rural e, principalmente, por saber-se de antemão que ele não atingiria todas as camadas sociais, necessitadas de abrigo. Eis aí a comprovação. Entre os anos de 1967 e 1974, os programas de habitação popular caíram de 66,5% para 18,6%, em termos de unidades construídas. De outra parte, nos mesmos anos, os programas de habitação média aumentaram de 5,1% para 10,9%, quanto às unidades edificadas. O próprio BNH revelava em 1970 que os seus recursos foram suficientes apenas para atender 24% das carências habitacionais, na zona urbana.

Além de cortar a casa de todos os outros componentes básicos da vida social e cultural dos habitantes, o BNH estimulou o mercado imobiliário e incentivou nele a especulação. Não é por acaso que multiplicam-se infinitamente os conflitos relacionados com a expansão urbana. A grande maioria de

seus programas de habitação popular tem sido executada na periferia das cidades, com acesso difícil e com natural empobrecimento da família. O empobrecimento, por exemplo, decorre da falta de ocupação para as mulheres, por residirem em locais isolados, de difícil prestação de serviços domésticos. Acrescenta-se a isto o transporte caro e difícil, o que torna a favela muito mais eficiente devido à sua localização. Daí, o crescimento do número de favelas. No Rio de Janeiro, em 1965, havia 211 favelas, com 417 mil pessoas (sendo 11,12% da população total). Nesta mesma cidade em 1980, existiam 309 favelas, com mais de 1 milhão e 740 mil habitantes (representando 32,22% da população total). Para finalizar, é bom lembrar que o denominado "Sistema Financeiro de Habitação" funda-se especialmente nos recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), um capital gratuitamente extraído dos assalariados, e transferido para as companhias de construção civil. O FGTS, que praticamente extinguiu a estabilidade no trabalho, tem figurado como elemento estimulador de aplicações de capital estrangeiro no País e como fonte de investimento para empresas brasileiras. (39)

Enfim, pode-se encaminhar a conclusão do capítulo. A princípio, é imprescindível realçar o sentido do Movimento de 1964, acima de tudo em decorrência de suas deliberações políticas. Trata-se de um golpe de Estado, contra grupos de esquerdistas de qualquer tipo, e contra partidários do nacionalismo intransigente. Em linhas gerais, o golpe de Estado castigou toda espécie de gente, desde seus adeptos até ingê-

(39) Cf. "Lei nº 4.380, de 1964. Tema 2, São Paulo, Grêmio da FAU, 1965, pp. 1,46,18; Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confed. Nacional da Ind., janeiro de 1965, pp.26,27; Andrade, L.A.G. - "Política Urbana no Brasil: o Paradigma, a Organização e a Política". Estudos Cebap 18, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976, pp. 120, 121, 133; Bolaffi, G. - A Casa das Ilusões Perdidas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977, pp.51,52; Serran, J.R. - O IAB e a Política Habitacional Brasileira. São Paulo, Schema - Ed., 1976, pp. 102,122; Ajuz, C. - "População das Favelas Quase Atinge 2 Milhões de Habitantes". Jornal do Brasil, 13 de janeiro, 1980; Ferrante, V.L.B. FGTS: Ideologia e Repressão. São Paulo, Ed. Ática, 1978, p.406.

nuos trabalhadores, proibindo ao mesmo tempo qualquer mobilização da sociedade, por mais controlada que fosse. Quanto às mas sas populares, o Estado Autoritário irrompido em 1964 impediu, ou desconfiou de suas solicitações, caso não constassem da pla taforma governamental. Assim, o povo foi afastado das manifestações políticas, passando a ser apenas informado das últimas decisões do governo, ou então passando a ser convocado para obedientemente assistir às comemorações cívicas. O Estado Autoritário concebeu um sistema partidário (Arena e MDB), no qual um somente auxiliou na consagração do candidato e o outro desempenhou o papel de oposição a ele. Neste triste espetáculo, nenhum dos 2 partidos conseguiu transformar qualquer de seus membros de longa militância em Chefe de Estado. O exercício do poder político converteu-se num certo direito dos militares, as asessorados por tecnocratas, todos em nome da burguesia do mono pólio. De fato, o Estado Autoritário uniu-se vigorosamente às forças econômicas dominantes.

Em seguida, tal Estado tomou implacáveis provi dências antiinflacionárias e aprofundou as relações do Brasil com o capitalismo internacional. A partir daí, só se comunicavam à população atos modernizadores, aumento de taxa de cresci mento, palavrório dos tecnocratas e demonstrações de eficiência. Estudiosos da História do Brasil, em pequeno número e às vezes com extraordinária divulgação, aludem à "Colapso Democrático", ao "Fim de um Ciclo Civil" e ao "Fim do Poder Civil", quando examinam o golpe de Estado de 1964. Em se considerando que tal golpe integrou o Brasil no processo de acumulação ampliada do capital, colocando-o à mercê das relações internacionais do capitalismo (presentes na concepção de interdependência), não há motivo para falar-se em "Fim de um Ciclo Civil" ou em "Fim do Poder Civil", só porque o poder estatal tem permanecido nas mãos dos militares. Ora, apesar disto, a participação dos civis se impõe e até prepondera, pois num grupo deles concretizam-se as relações do capitalismo monopolístico. Mencionar "Colapso Democrático" em 1964 é ocultar as inúmeras tentativas de golpe de Estado contra o regime liberal-democrático. Não foi a democracia que se consumiu, mas sim foi debilitada, desacreditada e derrubada. As ideologias nem sequer apareciam bem de

finidas, apesar de os vocábulos em geral se repetirem, em discursos, planos, documentos e outros escritos.

A política econômica, depois de pregar ao longo dos anos o desenvolvimento e o controle da inflação, depois de anunciar para todo o Brasil inimagináveis sucessos, referiu-se à existência de "focos de pobreza absoluta" passados mais de 10 anos do Movimento de 1964. Além dos tristes "focos", acrescenta-se a presença de provas seguras de que se relegou e se explorou a grande massa popular. A política social reproduz claramente estas atitudes com a população brasileira. Neste sentido, a política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais, sobretudo na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência e na Assistência Social, servindo em geral para desmobilizar as camadas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços, antes de perguntar quais eram as necessidades reais. Há dúvidas de que isto possa denominar-se de política social. Um de seus produtos finais, se a política social existir de fato, consiste nos "meninos da rua", cuja situação aí está:

"Não vou ficar o resto da minha vida nessa vida, dormindo na rua, debaixo de viaduto, passando frio. (...) Eu não vou mais poder ficar trabalhando e andando pela rua, porque aí eu posso ser preso, vou para a prisão..." (40)

(40) Ferreira, R.M.F. - Meninos da Rua. São Paulo, CEDEC, 1979, p.91.

CONCLUSÃO

DO CONTROLE DA POLÍTICA À POLÍTICA DE CONTROLE

1.

Atingiu-se o fim do exame das diferentes políticas sociais adotadas pelos governos do Brasil, no período compreendido entre 1951 e 1967, ainda lançando-se indicações para além deste ano. Optou-se pela análise de diversos aspectos de luta política, da política econômica e da política social. Formando uma unidade, a política econômica e a política social revelam mudanças nas relações entre as classes sociais ou nas relações entre distintos grupos sociais, existentes no interior de uma só classe. Também, por meio de ambas as políticas, esclarece-se a atuação do Estado, visando a estimular e expandir o capitalismo monopolista no País. A política econômica e a política social formalmente se diferenciam e por vezes causam a impressão de constituírem estratégias muito diversas.

Interessou durante o trabalho a situação das várias políticas sociais, tendo-se em vista sobretudo apontar as mudanças verificadas nas condições de vida dentro do Brasil. Levaram-se em conta aqui tais condições a partir das áreas da Educação, da Saúde Pública, da Habitação Popular, da Previdência Social e às vezes da Assistência Social. Vai-se agora juntar as afirmações dos capítulos anteriores numa síntese, e para isso ter-se-á de passar por várias fases, a fim de que a exposição seja clara e mostre os objetivos deste estudo. Deve-se dizer que as conclusões dos capítulos apresentados, embora sejam extremamente úteis, significam apenas orientações para a proposição final.

2.

A. A conclusão do capítulo sobre "O Trabalho de Getúlio Vargas e as Reivindicações Populares" evidencia

os estorvos para a aplicação de uma política econômica de cunho nacionalista ao Brasil da época. No segundo governo de Vargas, ele ofereceu resistência à derrubada de seus anseios de emancipação da economia brasileira. De um lado, o radicalismo conservador agitava-se com as formulações e com as realizações nacionalistas do Presidente da República. De outro, temia a participação das massas populares no jogo político, mesmo através da mobilização controlada por Vargas e pela máquina estatal. A política econômica de caráter nacionalista correspondia à política social de natureza trabalhista. Assim, a política social do segundo governo de Getúlio Vargas reduziu-se a um conjunto de deliberações predominantemente setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Não houve transformações gerais e essenciais da política social, mas decisões particulares a cada questão importante e urgente.

B. A conclusão do capítulo sobre o "Desenvolvimento de Juscelino Kubitschek e a Criação do País do Futuro" mostra a possibilidade de as massas populares participarem na luta política e a existência de limites bem definidos para esta participação, limites muito mais estreitos do que os concedidos no segundo período getulista. O governo juscelinista delimitara o espaço consentido para a mobilização dos trabalhadores, embora chegasse a admitir suas reclamações e até a concordar com a influência deles sobre as alianças partidárias. A política econômica preponderou sempre no tempo de Kubitschek sobre a política social. O desenvolvimento vinha para acabar com as precárias condições de vida. Mas, em certo sentido, às vezes terminava por agravá-las e daí, dizia o Presidente da República, tornava-se imperioso maior desenvolvimento. A política social vivia unicamente de uma série de decisões apenas setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Não aconteceram transformações mais profundas, capazes de alterar substancialmente a política social. Kubitschek orientou suas decisões para casos de emergência. Indicam-se a Lei Orgânica da Previdência Social e sua Regulamentação como atos de maior importância, realizados por ele no âmbito da política social. Durante

o governo juscelinista, desenvolveu-se em grande parte a Campanha Em Defesa da Escola Pública, como resposta autêntica ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

C. A conclusão do capítulo sobre "Jânio Quadros e João Goulart: da Moralização às Reformas de Base" esclarece o modo como Jânio Quadros jogou com a mágoa da pequena burguesia e assumiu a auréola do carisma, tão a gosto das massas populares em seus momentos de irracionalismo diante do poder político. Aos desgostos da pequena burguesia e ao irracionalismo dos trabalhadores, ofertou uma política antiinflacionária que, enfim, vinha prejudicá-los. João Goulart confiou bastante na legalidade, embora por vezes se propagasse o contrário. Como Jânio, João Goulart procurou vencer as inconsistências políticas, econômicas e sociais, por meio da conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo internacional. Jango defendeu mais intensamente a contenção do custo de vida, ao mesmo tempo em que colocava a emancipação econômica como condição de derrota do subdesenvolvimento. Os eventos de 1964 eliminaram o projeto de reformas de base do período janguista, acabando igualmente com a política de massas, presente até então no Brasil. As reformas propostas por Goulart, de resultados parciais e acanhados em termos de conquistas para os trabalhadores, conseguiram encontrar condições para pôr-se em prática. A política social também sentiu os fracassos de ambos os Presidentes da República. Neste sentido, a política social dos dois governos reduziu-se a uma série de decisões setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social. Não ocorreu alteração básica na política social, predominando o urgente e o atenuante.

D. A conclusão do capítulo sobre "O Movimento de 1964 e as Necessidades da População Brasileira" mostra como o golpe de Estado castigou esquerdistas, nacionalistas intransigentes, seus próprios adeptos e até ingênuos trabalhadores, proibindo ao mesmo tempo qualquer mobilização social, por mais controlada que fosse. Quanto às massas populares, o Estado Autoritário irrompido em 1964 impediu ou desconfiou de suas soli

citações, caso não constassem da plataforma governamental. Este Estado Autoritário tomou implacáveis providências antiinflacionárias e aprofundou as relações do Brasil com o capitalismo internacional. Apesar de o poder estatal permanecer controlado pelos militares, a participação dos civis se impõe e até prepondera, pois num grupo deles concretizam-se as relações do capitalismo monopolístico. A democracia não se consumiu no Brasil, mas foi debilitada, desacreditada e derrubada. A política econômica tratou sempre do desenvolvimento e do controle da inflação, anunciando a existência de "focos de pobreza absoluta", passados mais de 10 anos do Movimento de 1964. A política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais na Educação, na Saúde Pública, na Habitação Popular, na Previdência Social e na Assistência Social, servindo geralmente para desmobilizar as massas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços, sem antes perguntar quais eram as necessidades reais. Duvida-se de que isto se chame de política social.

3.

Pode-se extrair, do que foi dito, as conclusões gerais e finais, ou seja, aquelas a que se visava desde o início do estudo.

A. De 1951 a 1964, a política social constituiu estratégia de mobilização e de controle das populações carentes por parte dos governos federais.

B. De 1951 a 1964, a política social de qualquer maneira representou um conjunto de direitos da população, perante o Estado. Devido às lutas sociais e às pressões sobre o poder estatal, a política social irrompe como limite de concessão do capitalismo, tomando a forma dos direitos sociais e do bem-estar social.

C. De 1951 a 1964, houve representatividade em órgãos pertencentes à política social, como, por exemplo, na Previdência Social.

D. De 1964 em diante, a política social consistiu sobretudo em controle das populações carentes, apesar de grupos e entidades atuarem em sentido contrário, em momentos propícios.

E. De 1964 em diante, a política social antes figurou como investimento ou encargo, a ser pago por quem já recolhe tributos.

F. De 1964 em diante, desapareceu qualquer representatividade em órgãos da política social, como existia a representatividade dos segurados da Previdência Social, antes daquele ano. Nesta situação de desmobilização social, de impossibilidade até mesmo de alianças populistas, cabem as palavras da canção:

*"A fome, a doença, o esporte, a gincana
A praia compensa o trabalho, a semana
O chopp, o cinema, o amor que atenua
Um tiro no peito, o sangue na rua
A fome, a doença não tem mais porque..."*
(1)

G. As condições de vida (levando-se em conta os preços, os salários, os serviços da Educação, da Saúde Pública, da Habitação Popular, da Previdência Social e da Assistência Social) geralmente têm piorado depois de 1964. Com isto, não se quer dizer que antes de 1964 tais condições fossem muito satisfatórias. Aliás, está-se longe disto. Mas a falta de sólidas instituições políticas, a ausência de liberdades públicas mais elementares, o enorme exército de reserva de desempregados e de subempregados, a exploração por parte das empresas sobretudo estrangeiras, a insegurança no trabalho, acabaram aviltando as condições de vida. Quando se pediram maior número e melhor qualidade dos serviços sociais, propagaram números e só números perante a população. As condições de vida ofendem os direitos humanos, por que há excesso de mão-de-obra? Portanto, a política social tem transformado os fundos públicos em

(1) Miller, Sidney - Pois É Pra Que.

investimentos nas empresas particulares. Quando se pensa nisto, surgem na memória as palavras de um brilhante político do Império Brasileiro, Evaristo da Veiga: "... o amor-próprio nacional tem sido no Brasil pisado aos pés pelos homens da privança, pelo partido que goza e tem gozado da especial confiança de quem governa"

(2)

(2) Sousa, O.T. - *História dos Fundadores do Império do Brasil* - (Evaristo da Veiga). Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, Ed., 1957, 2a. edição, p. 95.

BIBLIOGRAFIA

1. PERIÓDICOS:

A Gazeta
Correio da Manhã
Correio Paulistano
Diário Carioca
Diário da Noite
Diário de Notícias
Diário de S.Paulo
Diário Popular
Folha da Manhã
Folha de S.Paulo
Jornal da Manhã
Jornal da Tarde, de O Estado de S.Paulo
Jornal do Brasil
Jornal do Comércio
Movimento
Mundo Ilustrado
O Cruzeiro
O Estado de S.Paulo
O Globo
O Jornal
O Metropolitano
O Semanário
O Tempo
Revista ISTO É
Tribuna da Imprensa
Última Hora

2. PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

Brasil: 14 anos de Revolução. Brasília, IPEA, 1978.
Café Filho, João - Mensagem ao Congresso Nacio-
nal. Rio de Janeiro, Presidência da República ,
1955.

Castelo Branco, H.A. - Aspectos da Educação Nacional. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964.

Constituição do Brasil. São Paulo, Ed. Saraiva, 1968.

Constituição da República Federativa do Brasil-Brasília, Diário Oficial, 12 de maio de 1972.

Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958.

Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1956.

Kubitschek, Juscelino - Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958.

Lemos, Mário M. - Política Nacional de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 1973.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Brasília, Presidência da República, 1962.

Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966). Brasília, EPEA, 1965.

Diretrizes de Governo e Programa Estratégico de Desenvolvimento. Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1967.

Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento. São Paulo, Sugestões Literárias, 1971.

Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, Presidência da República, 1974.

3. REVISTAS:

Cadernos CEDEC 1-2 . São Paulo, Cedec/Ed. Brasiliense, 1978.

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Desenvolvimento & Conjuntura. Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria.

- Estudos Cebrap 15. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências/Ed. Brasiliense, 1976.
- Estudos Cebrap 18. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências/Ed. Brasiliense, 1976.
- JBM. Brasília, Ministério da Saúde, maio de 1964, vol. VIII, nº 5.
- Panorama Econômico. Santiago(Chile), novembro/dezembro de 1971, nº 265.
- Revista da AMB. São Paulo, Associação Médica Brasileira, fevereiro de 1960, vol.6, nº 1.
- Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol.12, nº 2, junho de 1972.
- Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966/67, números 11,12 e 14.
- Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, Cedec/Ed. Paz e Terra, 1979.
- Revista Educação e Sociedade. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1979, nº 2.
- Revista de Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, DIE-ESE, setembro/dezembro de 1962, nºs.10-11.
- Revista Paulista de Hospitais. São Paulo, Associação Paulista de Hospitais, dezembro de 1973, nº12.
- Revista Previdência Social. Rio de Janeiro, INPS, 1968 (número especial: depoimento, livro branco), 1969, nº 10.
- Saúde em Debate -7/8. São Paulo, Cebes, 1978.
- Tema 2. São Paulo, Crêmio da FAU/USP, outubro de 1965.
- 25 Anos de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Ed., 1965.

4. LIVROS:

- Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

- Bandeira, Moniz - O Governo João Goulart (1961-1964)
Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- Barros, Alberto da Rocha- Origens e Evolução da Legislação Trabalhista. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1969.
- Barros, Roque S.M. de (org.) - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo, Livr. Pioneira Ed., 1960.
- Benevides, Maria Victoria de M. - O Governo Kubitschek - Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, 2a. edição.
- Berger, Manfredo - Educação e Dependência. São Paulo/Porto Alegre, UFRGS/Difel, 1976.
- Bierrenbach, Maria Ignês R.S. - Componentes Políticos do Planejamento Social. São Paulo, PUC, 1980, dissertação de mestrado, mimeo.
- Bolaffi, G. - A Casa das Ilusões Perdidas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
- Campos, Milton - Testemunhas e Ensinos. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1972.
- Cardoso, Míriam L. - Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- Carli, G. de - Anatomia da Renúncia. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1962.
- Carneiro, Glauco - História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965, 29vol.
- Chauí, M. & Franco, M.S.C. - Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, Cedec/Ed. Paz e Terra, 1978.
- Corrêa, Marcos S. - 1964: Visto e Comentado Pela Casa Branca. Porto Alegre, L & PM Ed., 1977.
- Coutinho, L. - O General Góes Depõe... Rio de Janeiro, Livr. Ed. Coelho Branco, 1956, 2a. edição.
- Cunha, Luiz A. - Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves Ed., 1977, 2a. edição.
- Cupertino, Fausto - População e Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976.

- Cury, Levy - Um Homem Chamado Geisel. Brasília, Horizonte Ed., 1978.
- Dreifuss, René A. - 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- Dulles, J.W.F. Getúlio Vargas - Biografia Política. Rio de Janeiro, Ed. Renes, s/d, 2a. ed.
- Dutra, Eloy - IBAD-Sigla da Corrupção. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- Ferrante, V.L.B. - FGTS:Ideologia e Repressão. São Paulo, Ed. Ática, 1978.
- Ferrari, Fernando - Escravos da Terra. Porto Alegre, Ed. Globo, 1963.
- Ferreira, Luís P. - Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.
- Ferreira, R.M.F. - Meninos da Rua. São Paulo, Cedec, 1979.
- Gasparian, F. Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973.
- Guimarães, Alberto P. - Inflação e Monopólio no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- Guimarães, Reinaldo(org.) - Saúde e Medicina no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978.
- Horowitz, Irving L. - Revolución en el Brasil. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- Ianni, O. - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- Ianni, O. - O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- Julião, Francisco - Que São as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.
- Jurema, Abelardo - Sexta-Feira, 13. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1964, 3a. ed.
- Klein, Lúcia M.G. - A Nova Ordem Legal e a Redefinição das Bases de Legitimidade. Rio de Janeiro, IU PRJ, s/d, dissertação de mestrado, mimeo.

- Lamounier, B.(org.) - Voto de Desconfiança. São Paulo/Petrópolis, Cebrap/Ed. Vozes, 1980.
- Lebret, Rev. P.J.L. - Sondagem Preliminar a um Estudo Sobre a Habitação em São Paulo. São Paulo, Departamento de Cultura, Separata da Revista do Arquivo, nº CXXXIX, 1951.
- Lessa, Carlos - Quinze Anos de Política Econômica. Campinas, UNICAMP/ Ed. Brasiliense, Cadernos do IFCH - nº 4, 1975.
- Luz, M.T. - As Instituições Médicas no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.
- Manfredi, S.M. - Política: Educação Popular. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.
- Martins, Carlos E. - Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.
- Martins, Luciano - Nação e Corporação Multinacional. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.
- Mello, C. Gentile - Saúde e Assistência Médica no Brasil. São Paulo, Cebes/Hucitec, 1977.
- Miller, Sidney - Pois É Pra Que (canção popular).
- Motta Filho, Cândido - O Poder Executivo e as Ditaduras Constitucionais. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Phoenix, 1940.
- Moura, Aristóteles - Capitais Estrangeiros no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1960, 2a. ed.
- Oliveira, Eliézer R. de - As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- Pacheco, M.V. Assis - A Máfia dos Remédios. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- Pereira, O. Duarte - Multinacionais no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974.
- Possas, Cristina de A. - Saúde, Medicina e Trabalho no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1980, dissertação de mestrado, mimeo.
- Rangel, Ignácio - A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1963, 2a. ed.

- Ribeiro, M.L. Santos - História da Educação Brasileira (Organização Escolar). São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- Romanelli, Otaíza de O. - História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.
- Sá, N.P. - Política Educacional e Populismo no Brasil. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- Santos, W.G. dos - Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.
- Serran, J.R. - O IAB e a Política Habitacional Brasileira. São Paulo, Shema Ed., 1976.
- Sherwood, F.P. - Empresas Públicas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- Silva, F.A.P. - Conceito de Saúde Adotado Pela População de Várzea-RN. São Paulo, PUC, 1980, dissertação de mestrado, mimeo.
- Simão, A. - Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus ' Ed./EDUSP, 1966.
- Singer, P. - A Crise do "Milagre". Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, 2a. edição.
- Skidmore, T.E. - Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969.
- Soares, G.A. Dillon - A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1976.
- Sodré, Nelson W. - História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- Souza, Otávio T. - História dos Fundadores do Império do Brasil (Evaristo da Veiga). Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1957, 2a. ed.
- Souza, M. do C. Campello de - Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976.
- Stacchini, J. - Março 64: Mobilização da Audácia. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1965.
- Stepan, A. - Os Militares na Política. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975.

- Toledo, C.N. de - ISEB: Fábrica de Ideologia. São Paulo, Ed. Ática, 1977.
- Vargas, Getúlio - O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1952 - (vol.1), 1954(vol.2).
- Venâncio Filho, A. - A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- Viana Filho, Luís - O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1975, 2a.ed.
- Victor, Mário - 5 Anos que Abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- Vieira, Evaldo - Autoritarismo e Corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna & Companhia). São Paulo, Cortez Ed., 1981, 2a. edição.
- Young, Jordan M. - Brasil 1954/1964: Fim de um Ciclo Civil, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1974.
- Weffort, Francisco G. - Sindicatos e Política. São Paulo, USP, s/d. tese de livre-docência, mimeo.
- Weffort, Francisco C. - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.